

DIAGNÓSTICO SOCIAL

Castelo Branco | 2022



Aprovado em Reunião de Plenário do CLAS, a 14 de dezembro de 2022.



FICHA TÉCNICA

Título:

Diagnóstico Social de Castelo Branco | 2022

Tipo de Documento:

Instrumento de Planeamento da Rede Social

Data da elaboração:

2022

Período de vigência:

2023-2025

Âmbito Territorial:

Concelho de Castelo Branco

Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco:

Leopoldo Martins Rodrigues

Elaboração:

Rede Social do Concelho de Castelo Branco
Conselho Local de Ação Social do Concelho (CLAS) de Castelo Branco
Serviço de Ação Social do Município de Castelo Branco

Consultor e Supervisor:

Professor Doutor Rogério Roque Amaro

ÍNDICE

Glossário.....	14
1. Apresentação Geral do Diagnóstico Social e Principais Prioridades	17
1.1. Introdução	17
1.2. Breve Enquadramento Teórico Conceptual.....	18
1.3. Rede Social do Concelho de Castelo Branco.....	22
1.4. Conselho Local de Ação Social de Castelo Branco (CLAS).....	23
1.5. Percurso Histórico	24
1.6. Constituição do CLAS.....	24
1.7. Metodologia Adotada.....	27
1.8. Principais Prioridades do Diagnóstico Social	29
1.9. Algumas Reflexões e Considerações de Síntese	31
2. AUSCULTAÇÃO DE ENTIDADES PARCEIRAS E COMUNIDADE LOCAL.....	42
2.1. Parceiros da Rede Social	43
2.2. Cidadãos/ãs	57
3. Caracterização Territorial e Sociodemográfica do Concelho	66
3.1. População Residente	67
3.2. Famílias	69
4. Habitação	73
4.1. Habitação Social	74
5. Imigração e Interculturalidade.....	77
5.1. Comunidade Migrante e Refugiada	77
5.2. Comunidade Cigana	81
6. Proteção Social.....	86
6.1. Desemprego	86
6.2. Subsídio por Doença	86
6.3. Rendimento Social de Inserção (RSI)	87
6.4. Abono de Família	87

6.5.	Complemento Solidário para Idosos (CSI)	88
6.6.	Pensões.....	89
6.7.	Intervenção Familiar/Comunidade	90
6.8.	Projetos de Intervenção Social	92
7.	Emprego/Mercado de Trabalho.....	96
7.1.	Remuneração Base Média	96
7.2.	Ganho Médio Mensal	97
7.3.	Estatísticas de Emprego no Concelho.....	98
7.4.	Gabinete de Inserção Profissional (GIP)	99
7.5.	Empresas	99
8.	Saúde.....	102
8.1.	Cuidados de Saúde Primários (CSP)	102
8.2.	Cuidados Hospitalares	105
8.3.	Urgências	105
8.4.	Pessoal Médico no Concelho	106
8.5.	Rede de Cuidados Continuados Integrados.....	106
8.6.	Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) - Delegação de Castelo Branco.....	107
9.	Dependências.....	108
9.1.	Centro de Respostas Integradas (CRI)	108
9.2.	Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD)	110
9.3.	Projeto Homem Centro Interparoquial de Abrantes	112
10.	Educação	113
10.1.	Ensino Pré-Escolar, Básico e Secundário	113
10.2.	Ensino Superior.....	118
10.3.	Ensino Profissional.....	119
10.4.	Abandono Escolar	121
10.5.	Formação Profissional	123
11.	Deficiência	126

11.1.	Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM)	128
11.2.	Associação de Apoio à Criança do Distrito de Castelo Branco (AACCB)	129
11.3.	Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO)	130
11.4.	Associação Educar, Reabilitar, Incluir Diferenças (ERID)	131
12.	Infância e Juventude	135
12.1.	Respostas Sociais de Apoio à Infância e Juventude	135
12.2.	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Castelo Branco (CPCJ).....	137
12.3.	Casa da Infância e Juventude (CIJE)	138
12.4.	Associação de Desenvolvimento e Melhoramentos Estrela.....	138
13.	IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO.....	139
13.1.	Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação do Município de Castelo Branco	139
14.	Violência Doméstica	141
14.1.	Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica (EAVVD)	141
14.2.	Centro de Acolhimento de Emergência para Vítimas de Violência (CAEV)	142
14.3.	Resposta de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica...	143
14.4.	Guarda Nacional Republicana (GNR)	144
14.5.	Polícia de Segurança Pública (PSP)	144
14.6.	Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) – Delegação de Castelo Branco	145
15.	Segurança	146
15.1.	Proteção Civil	146
15.2.	Guarda Nacional Republicana (GNR)	151
15.3.	Polícia de Segurança Pública (PSP)	153
15.4.	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castelo Branco.....	155
16.	Envelhecimento	157
16.1.	Rede de Equipamentos Sociais	158
16.2.	Universidade Sénior Alcastrense (USALBI)	159
16.3.	Rede Integrada de Apoio à Pessoa Idosa Rede PI	160
17.	Associativismo	161

17.1.	Plataforma de Associativismo do Município de Castelo Branco	161
17.2.	Guia de Recursos Social IN.....	164
17.3.	Plataforma ALIA	165
17.4.	Aconselhamento e Apoio Técnico às Associações.....	165
18.	Empreendedorismo Social	166
18.1.	Social In - INovação & INclusão Incubadora Social de Castelo Branco	166
19.	Voluntariado.....	167
19.1.	Banco Local de Voluntariado (BLV) de Castelo Branco.....	167
20.	Ambiente.....	169
20.1.	Projetos/Iniciativas e Estruturas Municipais	169
20.2.	Associação EcoGerminar	171
21.	Desporto e Cultura	172
21.1.	Dados Estatísticos.....	172
21.2.	Equipamentos Desportivos e de Lazer do Município	174
21.3.	Desporto Federado.....	178
21.4.	Desporto Escolar.....	178
21.5.	Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ).....	179
21.6.	Espaços de Cultura do Município	179
22.	Transportes e Mobilidade	181
23.	Caracterização Sociodemográfica – Freguesias do Concelho.....	183
23.1.	Freguesia de Alcains	184
23.2.	Freguesia de Castelo Branco.....	185
23.3.	Freguesia de Benquerenças.....	186
23.4.	Freguesia de Alameda.....	187
23.5.	União de Freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo	188
23.6.	União de Freguesias de Escalos de Baixo e Mata	189
23.7.	União de Freguesias de Escalos de Cima e Lousa	190
23.8.	União de Freguesias de Freixial do Campo e Juncal do Campo.....	191

23.9.	Freguesia de Lardosa	193
23.10.	Freguesia de Louriçal do Campo	194
23.11.	Freguesia de Malpica do Tejo	195
23.12.	Freguesia de Monforte da Beira	196
23.13.	União de Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo	197
23.14.	União de Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede	198
23.15.	Freguesia de Salgueiro do Campo	199
23.16.	Freguesia de Santo André das Tojeiras	200
23.17.	Freguesia de São Vicente da Beira	201
23.18.	Freguesia de Sarzedas	202
23.19.	Freguesia de Tinalhas	203
24.	Notas Finais	204
25.	Bibliografia	205
26.	Webgrafia	206
27.	Anexos	207

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Análise das entidades parceiras relativa à área do Ambiente no concelho	43
Tabela 2 - Análise das entidades parceiras relativa à área do Apoio Social no concelho	44
Tabela 3 - Análise das entidades parceiras relativa à área da Deficiência no concelho	45
Tabela 4 - Análise das entidades parceiras relativa às áreas da Educação e Formação Profissional no concelho	47
Tabela 5 - Análise das entidades parceiras relativa à área do Empreendedorismo Social no concelho	48
Tabela 6 - Análise das entidades parceiras relativa às áreas do Emprego e Mercado de Trabalho no concelho	49
Tabela 7 - Análise das entidades parceiras relativa à área do envelhecimento no concelho	50
Tabela 8 - Análise das entidades parceiras relativa à área da habitação no concelho	50
Tabela 9 - Análise das entidades parceiras relativa às áreas da Infância e Juventude no concelho	52

Tabela 10 - Análise das entidades parceiras relativa às áreas dos Migrantes, Refugiados e Etnia Cigana no concelho	54
Tabela 11 - Análise das entidades parceiras relativa à área da Saúde no concelho.....	55
Tabela 12 - Análise das entidades parceiras relativa ao trabalho em Parceria no concelho	55
Tabela 13 - Análise das entidades parceiras relativa às áreas dos Transportes e Acessibilidades no concelho	56
Tabela 14 - Análise das entidades parceiras relativa à área do Voluntariado no concelho	57
Tabela 15 - Análise dos/as cidadãos/ãs relativa à área do Apoio Social no concelho	57
Tabela 16 - Análise dos/as cidadãos/ãs relativa à área do Associativismo no concelho.....	58
Tabela 17 - Análise dos/as cidadãos/ãs relativa à área da Deficiência no concelho	58
Tabela 18 – Análise dos/as cidadãos/ãs relativa à área do Desporto no concelho.....	58
Tabela 19 – Análise dos/as cidadãos/ãs relativa às áreas da Educação e Formação Profissional no concelho	59
Tabela 20 – Análise dos/as cidadãos/ãs relativa às áreas do Empreendedorismo Social no concelho	60
Tabela 21 – Análise dos/as cidadãos/ãs relativa às áreas do Emprego e Mercado de Trabalho no concelho	61
Tabela 22 – Análise dos/as cidadãos/ãs relativa à área do Envelhecimento no concelho.....	61
Tabela 23 – Análise dos/as cidadãos/ãs relativa à área da Habitação no concelho.....	61
Tabela 24 – Análise dos/as cidadãos/ãs relativa às áreas da Infância e Juventude no concelho.....	62
Tabela 25 – Análise dos/as cidadãos/ãs relativa às áreas dos Migrantes, Refugiados e Etnia Cigana no concelho	64
Tabela 26 – Análise dos/as cidadãos/ãs relativa à área da Saúde no concelho	64
Tabela 27 – Análise dos/as cidadãos/ãs relativa à área da Segurança no concelho	65
Tabela 28 – Análise dos/as cidadãos/ãs relativa às áreas dos Transportes e Acessibilidades no concelho	65
Tabela 29 – Densidade populacional no concelho	66
Tabela 30 – Índice de dependência de jovens no concelho	67
Tabela 31 – N.º de indivíduos em idade ativa por idoso no concelho	67
Tabela 32 – População residente no concelho, 2011 e 2021	68
Tabela 33 – População residente no concelho em 2021, total por grupo etário e sexo	68
Tabela 34 – Índice de envelhecimento no concelho de Castelo Branco em 2021	69
Tabela 35 - Famílias clássicas por número de indivíduos no concelho, em 2021	70
Tabela 36 - Nados-vivos por sexo, no concelho, em 2021	70
Tabela 37 - Taxa de natalidade no concelho em 2021	71
Tabela 38 - Óbitos por sexo no concelho em 2021	71
Tabela 39 - Taxa bruta de mortalidade no concelho de Castelo Branco em 2021	72

Tabela 40 - Alojamentos existentes no concelho em 2021, por tipo	73
Tabela 41 - Alojamentos familiares clássicos existentes no concelho em 2021, por forma de ocupação .	73
Tabela 42 - Distribuição do número de fogos do parque habitacional social do município, por zonas e tipologias	75
Tabela 43 - População imigrante residente no concelho, por tipologia de título e sexo em 2021	77
Tabela 44 - Beneficiários/as de subsídio de desemprego da Segurança Social no concelho, por sexo, em 2021.....	86
Tabela 45 - Beneficiários/as de subsídio por doença da Segurança Social no concelho, por sexo, em 2020	86
Tabela 46 - Nº de titulares de Abono de Família para crianças e jovens em agosto de 2022, no concelho de Castelo Branco, por freguesia e escalão de rendimento	88
Tabela 47 – N.º de pensionistas em 2021 residentes no concelho por tipo de pensão, regime e sexo	89
Tabela 48 - Respostas sociais no domínio da família e comunidade existentes no concelho.....	92
Tabela 49 - Remuneração base média mensal dos trabalhadores do sexo masculino por conta de outrem por nível de qualificação, no concelho em 2019	96
Tabela 50 - Remuneração base média mensal dos trabalhadores do sexo feminino por conta de outrem por nível de qualificação, no concelho em 2019	97
Tabela 51 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem em 2019, por sexo.....	97
Tabela 52 – N.º de desempregados/as inscritos/as no serviço de emprego de Castelo Branco em fevereiro de 2022.....	98
Tabela 53 - Colocações e desempregados/as inscritos/as ao longo do mês de fevereiro de 2022	99
Tabela 54 - Total de episódios de urgência em 2020 e 2021	105
Tabela 55 - Média de habitantes por profissional médico de 2020 e 2021	106
Tabela 56 - Respostas desenvolvidas na área da saúde, em 2021, pela delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Castelo Branco.....	107
Tabela 57 - Utentes do CRI no concelho de Castelo Branco em 2021, por género	108
Tabela 58 - Utentes do CRI no concelho de Castelo Branco em 2021, por idade	108
Tabela 59 - Utentes do CRI no concelho de Castelo Branco em 2021, por estado civil	109
Tabela 60 - Utentes do CRI no concelho de Castelo Branco em 2021, por habilitações literárias	109
Tabela 61 - Utentes do CRI no concelho de Castelo Branco em 2021, por situação laboral	110
Tabela 62 - Processos CDT no concelho de Castelo Branco, por sexo.....	111
Tabela 63 - Processos CDT no concelho de Castelo Branco em 2021, por idade	112
Tabela 64 - Estabelecimentos de ensino pré-escolar, básico e secundário, público e privado, existentes no concelho por nível de ensino (2020/2021).....	114
Tabela 65 - Alunos/as matriculados/as no ensino não superior por nível de ensino no concelho, ano letivo 2020/2021	116

Tabela 66 - Taxa real de escolarização no concelho, por anos e níveis de ensino	117
Tabela 67 - Taxa real de escolarização no concelho por sexo e níveis de ensino, ano letivo 2020/2021	117
Tabela 68 - Alunos/as matriculados/as no ensino politécnico do concelho, ano letivo 2021/2022, segundo o sexo	118
Tabela 69 - Alunos/as matriculados/as no ensino politécnico do concelho, ano letivo 2021/2022 por escola	119
Tabela 70 - Indivíduos/as formados/as com ensino superior em 2021 no concelho	119
Tabela 71 - Alunos/s matriculados/as na Escola Profissional Agostinho Roseta, ano letivo 2021/2022	120
Tabela 72 - Alunos/s matriculados/as na Escola Tecnológica e Profissional Albicastrense (ETEPA)	120
Tabela 73 - Alunos/s matriculados/as nas escolas profissionais do concelho, ano letivo 2021/2022	121
Tabela 74 - Taxa de retenção e desistência no 1.º ciclo do ensino básico, por ano de escolaridade, ano letivo 2020/2021	121
Tabela 75 - Taxa de retenção e desistência no 2.º ciclo do ensino básico, por ano de escolaridade, ano letivo 2020/2021	121
Tabela 76 - Taxa de retenção e desistência no 3.º ciclo do ensino básico, por ano de escolaridade, ano letivo 2020/2021	122
Tabela 77 - Taxa de retenção e desistência no ensino secundário nos cursos científico-humanísticos por ano de escolaridade, ano letivo 2020/2021	122
Tabela 78 - Taxa de retenção e desistência no ensino secundário nos cursos tecnológicos/profissionais por ano de escolaridade, ano letivo 2020/2021	122
Tabela 79 - Taxa de retenção e desistência no concelho por sexo no ensino básico, ano letivo 2020/2021	123
Tabela 80 - Taxa de retenção e desistência no concelho por sexo no ensino secundário, ano letivo 2020/2021	123
Tabela 81 - Formações desenvolvidas pela AEBC no ano de 2021	124
Tabela 82 - Formações desenvolvidas pela AEBC no ano de 2021, enquanto entidade prestadora de serviços	125
Tabela 83 - Distribuição de titulares de bonificação por deficiência, em agosto de 2022, no concelho de Castelo Branco, por freguesia	126
Tabela 84 - N.º de Requerimentos de ECI entrados e deferidos até 31 de agosto de 2022 no concelho de Castelo Branco, por tipo de requerimento	127
Tabela 85 - N.º de Cuidadores Informais com estatuto deferido até 31 de agosto de 2022, residentes no concelho de Castelo Branco, por tipo de estatuto	127
Tabela 86 - Distribuição dos/as utentes da APPACDM pelos equipamentos sociais no concelho de Castelo Branco, em 2021	129
Tabela 87 - Distribuição dos/as utentes da AACCB pelos equipamentos sociais, em 2022	130

Tabela 88 - Utentes da ACAPO do concelho de Castelo Branco, em 2021	131
Tabela 89 – N.º de utentes por atividade ou apoio específico relativo a 2021	134
Tabela 90 - Respostas sociais e respetiva capacidade instalada no concelho de Castelo Branco, em 2021, na área da infância e juventude	136
Tabela 91 – Utentes abrangidos por acordo de cooperação no concelho de Castelo Branco, em 2021, por grupo e subgrupo de resposta social.....	136
Tabela 92 - Respostas Sociais de apoio à infância, com e sem fins lucrativos existentes no concelho em 2022.....	137
Tabela 93 - Tipos de crimes registados pelas polícias, no concelho em 2021.....	146
Tabela 94 - Competências dos órgãos e entidades que compõem a estrutura municipal de Proteção Civil	148
Tabela 95 - Composição e competências da comissão municipal de Proteção Civil	150
Tabela 96 - Rede de equipamentos sociais de apoio à população idosa no concelho	158
Tabela 97 - Equipamentos de apoio para pessoas idosas geridos por entidades privadas no concelho .	159
Tabela 98 - Rede Integrada de Apoio à Pessoa Idosa – Rede PI	160
Tabela 99 - Associações do concelho registadas na plataforma de Associativismo do Município de Castelo Branco, por freguesias e área de intervenção	164
Tabela 100 - Total de atletas federados/as no concelho segundo o sexo, ano desportivo 2020/2021 ...	178
Tabela 101 - Alunos/as praticantes de desporto escolar no concelho, ano letivo 2021/2022	178
Tabela 102 - Espaços culturais – Município de Castelo Branco.....	179
Tabela 103 - Variação da população residente na freguesia de Alcains, entre 2011 e 2021	184
Tabela 104 - População residente na freguesia de Alcains em 2021, segundo o grupo etário	184
Tabela 105 - Variação da população residente na freguesia de Castelo Branco, entre 2011 e 2021	185
Tabela 106 - População residente na freguesia de Castelo Branco em 2021, segundo o grupo etário ...	185
Tabela 107 - Variação da população residente na freguesia de Benquerenças, entre 2011 e 2021	186
Tabela 108 - População residente na freguesia de Benquerenças em 2021, segundo o grupo etário	186
Tabela 109 - Variação da população residente na freguesia de Alameda, entre 2011 e 2021.....	187
Tabela 110 - População residente na freguesia de Alameda em 2021, segundo o grupo etário	187
Tabela 111 - Variação da população residente na união de freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo, entre 2011 e 2021	188
Tabela 112 - População residente na união de freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo em 2021, segundo o grupo etário.....	188
Tabela 113 - Variação da população residente na união de freguesias de Escalos de Baixo e Mata, entre 2011 e 2021	189
Tabela 114 - População residente na união de freguesias de Escalos de Baixo e Mata em 2021, segundo o grupo etário.....	190

Tabela 115 - Variação da população residente na união de freguesias de Escalos de Cima e Lousa, entre 2011 e 2021	191
Tabela 116 - População residente na união de freguesias de Escalos de Cima e Lousa em 2021, segundo o grupo etário	191
Tabela 117 - Variação da população residente na união de freguesias de Freixial do Campo e Juncal do Campo, entre 2011 e 2021	192
Tabela 118 - População residente na união de freguesias de Freixial do Campo e Juncal do Campo em 2021, segundo o grupo etário	192
Tabela 119 - Variação da população residente na freguesia de Lardosa, entre 2011 e 2021	193
Tabela 120 - População residente na freguesia de Lardosa em 2021, segundo o grupo etário.....	193
Tabela 121 - Variação da população residente na freguesia de Louriçal do Campo, entre 2011 e 2021	194
Tabela 122 - População residente na freguesia de Louriçal do Campo em 2021, segundo o grupo etário	194
Tabela 123 - Variação da população residente na freguesia de Malpica do Tejo, entre 2011 e 2021	195
Tabela 124 - População residente na freguesia de Malpica do Tejo em 2021, segundo o grupo etário ..	195
Tabela 125 - Variação da população residente na freguesia de Monforte da Beira, entre 2011 e 2021.	196
Tabela 126 - População residente na freguesia de Monforte da Beira em 2021, segundo o grupo etário	196
Tabela 127 - Variação da população residente na união de freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo, entre 2011 e 2021	197
Tabela 128 - População residente na união de freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo em 2021, segundo o grupo etário	197
Tabela 129 - Variação da população residente na união de freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede, entre 2011 e 2021	198
Tabela 130 - População residente na união de freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede em 2021, segundo o grupo etário	199
Tabela 131 - Variação da população residente na freguesia de Salgueiro do Campo, entre 2011 e 2021	199
Tabela 132 - População residente na freguesia de Salgueiro do Campo em 2021, segundo o grupo etário	199
Tabela 133 - Variação da população residente na freguesia de Santo André das Tojeiras, entre 2011 e 2021	200
Tabela 134 - População residente na freguesia de Santo André das Tojeiras em 2021, segundo o grupo etário	200
Tabela 135 - Variação da população residente na freguesia de São Vicente da Beira, entre 2011 e 2021	201

Tabela 136 - População residente na freguesia de São Vicente da Beira em 2021, segundo o grupo etário	201
Tabela 137 - Variação da população residente na freguesia de Sarzedas, entre 2011 e 2021	202
Tabela 138 - População residente na freguesia de Sarzedas em 2021, segundo o grupo etário	202
Tabela 139 - Variação da população residente na freguesia de Tinalhas, entre 2011 e 2021	203
Tabela 140 - População residente na freguesia de Tinalhas em 2021, segundo o grupo etário	203

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da população residente no concelho, por grandes grupos etários, de 2001 a 2021	69
Gráfico 2 - N.º de Beneficiários de RSI (com processamento) residentes no concelho de Castelo Branco de 2015 a 2021	87
Gráfico 3 - N.º de Beneficiários/as de CSI (com processamento) residentes no concelho de Castelo Branco de 2015 a 2021	88
Gráfico 4 - N.º de pensionistas residentes no concelho de Castelo Branco de 2015 a 2021, por tipo de pensão	89
Gráfico 5 - Trabalhadores/as ao serviço nas empresas não financeiras: total e por sector de atividade económica em 2020	100
Gráfico 6 - Evolução da Taxa de natalidade, mortalidade e sobrevivência das empresas não financeiras, entre 2009 e 2019	100
Gráfico 7 - Evolução da percentagem de pessoal ao serviço das quatro maiores empresas do município, entre 2009 e 2020	101
Gráfico 8 - Evolução do n.º de sessões de cinema e espetáculos ao vivo no concelho, por mil habitantes, entre 2009 e 2021	172
Gráfico 9 - Despesas das autarquias em cultura e desporto (%) por NUTS II e III, em 2019	173
Gráfico 10 - Despesas da Câmara Municipal em cultura e desporto (%)	173

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito e concelho, em 2020.....	135
---	-----

GLOSSÁRIO

- AACCB** | Associação de Apoio à Criança do Distrito de Castelo Branco
- ACAPO** | Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal
- ACES BIS** | Agrupamentos de Centros de Saúde da Beira Interior Sul
- ACES PIS** | Agrupamentos de Centros de Saúde do Pinhal Interior Sul
- ACICB** | Associação Comercial e Empresarial da Beira Baixa
- ACM** | Alto Comissariado para as Migrações
- AEAL** | Agrupamento de Escolas Amato Lusitano
- AEAP** | Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva
- AEBB** | Associação Empresarial da Beira Baixa
- AEJS e SVB** | Agrupamento de Escolas José Sanches e São Vicente da Beira
- AENA** | Agrupamento de Escolas Nuno Álvares
- AIF** | Ações de Informação / Formação
- ALAD** | Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento
- APPACDM** | Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental
- AVISO** | Apoio Voluntário ao Idoso Só
- BLV** | Banco Local de Voluntariado
- C.A.R.A.N** | Centro de Acolhimento e Reabilitação Arca de Noé
- CACI** | Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão
- CAEV CB** | Centro de Acolhimento de Emergência para Vítimas de Violência de Castelo Branco
- CAFAP** | Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
- CAO** | Centro de Atividades Ocupacionais
- CASES** | Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
- CDSS** | Centro Distrital da Segurança Social
- CDT** | Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência
- CIA** | Centro de Interpretação Ambiental
- CIG** | Comissão para a Igualdade de Género
- CIJE** | Casa da Infância e Juventude
- CLAIM** | Centro Local para Apoio à Integração dos Migrantes
- CLAS** | Conselho Local de Ação Social
- CLDS** | Contrato Local de Desenvolvimento Social
- CMCB** | Câmara Municipal de Castelo Branco
- CNOS** | Comando Nacional de Operações de Socorro
- CPCJ** | Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CPR | Conselho Português para os Refugiados

CRI | Centro de Respostas Integradas

CSI | Complemento Solidário para Idosos

CSP | Cuidados de Saúde Primários

CVP | Cruz Vermelha Portuguesa

DGEEC | Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

DGRSP | Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

DGS/MS | Direção Geral de Saúde / Ministério da Saúde

DLD | Desempregados de Longa Duração

EAPN | European Anti-Poverty Network (Rede Europeia Anti-Pobreza)

EAVVD | Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica

ECI | Estatuto de Cuidador Informal

EMAAC | Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas

ENIND | Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação

EPE | Entidade Pública Empresarial

ERID | Associação Educar, Reabilitar, Incluir Diferenças

ERPI | Estrutura Residencial para Idosos

GAPRIC | Gabinete de Apoio a Projetos de Inclusão na Comunidade

GAS | Gabinete de Ação Social

GEP, MTSSS | Gabinete de Estratégia e Planeamento – Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

GNR | Guarda Nacional Republicana

HAL | Hospital Amato Lusitano

IAS | Indexante de Apoios Sociais

IDT | Instituto da Droga e da Toxicodependência

IEFP | Instituto do Emprego e Formação Profissional

INE | Instituto Nacional de Estatística

INEM | Instituto Nacional de Emergência Médica

IPCB | Instituto Politécnico de Castelo Branco

IPDJ | Instituto Português do Desporto e Juventude

IPSS | Instituição Particular de Solidariedade Social

NAV | Núcleo Distrital de Apoio à Vítima

NEE | Necessidades Educativas Especiais

NPT | Nacionais de Países Terceiros

NUTS | Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OIT | Organização Internacional do Trabalho

ONU | Organização das Nações Unidas

PAIMH | Plano Nacional de Ação para a Igualdade entre Homens e Mulheres

PALOP | Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PAOIEC | Plano de Ação para o Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género e Características Sexuais

PAR | Plataforma de Apoio aos Refugiados

PAVMVD | Plano de Ação para a Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica

PIBECIG | Plano de Intervenção para o Bem-Estar das Comunidades Ciganas

PIICIE | Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar

PMIM | Plano Municipal para a Integração de Migrantes

PNTI | Parque Natural do Tejo Internacional

PO ISE | Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

PSP | Polícia de Segurança Pública

RAS | Reciclagem, Arte e Solidariedade

RSI | Rendimento Social de Inserção

SAAS | Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

SAD | Serviço de Apoio Domiciliário

SEF | Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SICAD | Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

SMCB | Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

SNS | Serviço Nacional de Saúde

TR | Título de Residência

UBI | Universidade da Beira Interior

UCCCB | Unidade de Cuidados na Comunidade de Castelo Branco

UCCI | Unidade de Cuidados Continuados Integrados

UCSP | Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados

ULSCB | Unidade Local de Saúde de Castelo Branco

UMAR | União Mulheres Alternativa e Resposta

URAP | Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados

USALBI | Universidade Sénior Albicastrense

USF | Unidade de Saúde Familiar

USP | Unidade de Saúde Pública

VLD | Vistos de Longa Duração

VVH | Vítimas de Violência Histórica

1. APRESENTAÇÃO GERAL DO DIAGNÓSTICO SOCIAL E PRINCIPAIS PRIORIDADES

1.1. Introdução

O Diagnóstico Social de Castelo Branco é um dos instrumentos da responsabilidade da Rede Social, pretendendo-se que este se constitua como uma ferramenta de trabalho que fundamente a intervenção estratégica do concelho no campo do Desenvolvimento Social e da promoção da Coesão Social, como pilar do seu Desenvolvimento Sustentável. Ao mesmo tempo, trata-se de um documento que reflete uma visão integrada da realidade, implicando uma abordagem dos problemas e necessidades e das soluções de uma forma multidimensional e holística, articulando e conjugando as várias dimensões e áreas a ter em conta, tais como o acolhimento das minorias étnicas, o ambiente, o associativismo, a cultura, as deficiências, as dependências, o desporto, a educação, o empreendedorismo social, o emprego/mercado de trabalho, o envelhecimento, a habitação, a igualdade de género, a imigração, a infância, a juventude, a multiculturalidade, a proteção social, a saúde, a segurança, a violência doméstica e de género, e o voluntariado.

O presente documento pretende, mais do que refletir a atualização estatística decorrente dos últimos dados dos censos de 2021, fornecidos pelo INE e PORDATA, sempre inevitavelmente com algum desfazamento da realidade, que entretanto evoluiu, depois do momento censitário, e correspondendo a uma visão quantitativa mais global, sem a proximidade das leituras das entidades que intervêm no terreno, proporcionar uma visão mais plural, tendo precisamente em conta as observações e leituras dessas entidades. Nesse sentido, procurou-se sobretudo ter em consideração os dados fornecidos pelas entidades do CLAS, resultantes do trabalho desenvolvido nas suas respetivas áreas de atuação, e, em particular identificar as principais necessidades do concelho e respetivas propostas de resposta às mesmas, através de um Diagnóstico Participativo, envolvendo, dentro do possível, a comunidade, e partilhado, assente na mobilização, visão e perspetivas de observação das próprias Entidades Parceiras e das Pessoas da Comunidade, com que puderam contactar e auscultar.

A elaboração deste documento, pretende ser o arranque de uma estratégia de reforço do Desenvolvimento Social e Sustentável do concelho, assente na estratégia que a autarquia tem prevista para a concretização de planos estratégicos, tendo em vista a intervenção social com grupos sociais mais vulneráveis do concelho, de forma a aumentar as possibilidades para que todos/as os/as cidadãos/ãs possam ter as melhores condições de vida, com Dignidade e Sustentabilidade.

Nesse sentido, este Diagnóstico Social, divide-se em três partes.

Na primeira, que pode ser lida autonomamente, procede-se a uma apresentação geral do Diagnóstico, começando-se por esta Introdução, depois por uma apresentação da Rede Social de Castelo Branco e do seu CLAS - Conselho Local de Ação Social, do seu percurso histórico e constituição. Segue-se a apresentação da metodologia adotada na elaboração deste Diagnóstico, terminando esta parte com a indicação das prioridades, que resultam dele e com algumas considerações de síntese. Esta primeira parte permite, portanto, uma leitura dos pontos e conclusões essenciais do Diagnóstico Social.

Na segunda parte, apresentam-se, de uma forma mais detalhada, para quem quiser aprofundar as bases e os fundamentos deste Diagnóstico Social, os resultados das auscultações às entidades parceiras do CLAS e às Pessoas da Comunidade com quem contactaram.

Finalmente, para quem quiser ainda ir mais longe, na terceira parte, que funciona como um anexo de caracterização estatística e institucional do concelho, apresentam-se outros dados mais pormenorizados e específicos, por setores, acrescentando-se a identificação e caracterização das respostas sociais existentes no concelho e correspondentes ações e áreas de atuação, que permitem uma leitura mais complementar.

Desta forma, este documento possibilita várias leituras, desde a essencial (Parte 1), à mais detalhada (Parte 3), passando por uma leitura mais intermédia (Parte 2).

1.2. Breve Enquadramento Teórico Conceptual

Este não é um texto académico, mas a sua construção não pode ser ao acaso, nem desprovida de sentido. Pelo contrário, o Diagnóstico Social, tal como o PDS - Plano e Desenvolvimento Social/Sustentável, têm de ter matrizes de referência fundamentais e estratégicas. Essa deve ser a função dos conceitos e das teorias que os ligam e articulam. Neste caso, dada a natureza e os objetivos deste documento, podem-se considerar, como conceitos orientadores, pelo menos, os seguintes: Coesão Social, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Sustentável, associados aos objetivos, e Desenvolvimento Comunitário (ou Local), enquanto, simultaneamente, fio condutor teórico (decorrente das Teorias territorialistas, sobretudo na perspetiva da Descentralização das Políticas) e quadro metodológico.

Em relação ao primeiro conceito, o de Coesão Social, pode-se começar por uma definição institucional amplamente referenciada: “A coesão social traduz a capacidade de uma sociedade em garantir o bem-estar de todos os seus membros, minimizando as disparidades e evitando a polarização. Uma sociedade coesa é uma comunidade solidária composta por indivíduos/as livres que prosseguem fins comuns por

vias democráticas”¹. Ou ainda, “uma sociedade é ‘coesa’ se diligencia para o bem-estar de todos os seus membros, combate a exclusão e a marginalização, cria um sentimento de pertença, promove confiança e oferece aos seus membros a oportunidade de mobilidade social ascendente”².

Sem pretensões de um debate teórico aprofundado, pode-se dizer que a Coesão Social comporta três componentes principais³: “a igualdade, o laço social e a unidade”. Implica uma situação em que “as disparidades entre os/as indivíduos/as e os grupos sociais sejam reduzidas ou pelo menos aceitáveis e em que os/as indivíduos/as estejam inseridos/as em laços de pertença que lhes deem o sentimento de serem membros de corpo inteiro de uma mesma comunidade pacificada”.

Como primeira condição, não se pretende uma igualdade perfeita de condições e de rendimentos, por exemplo, o que seria totalmente utópico, mas tão-somente assimetrias mínimas e aceitáveis, sem situações intoleráveis de pobreza, exclusão social, marginalização e disparidades, entre Géneros, Pessoas de várias idades e situações e entre Grupos Sociais e Étnicos.

Como segunda condição, espera-se que existam laços e relações sociais fortes, expressas em ações coletivas de entajuda e de solidariedade, nomeadamente em situações de risco, de perigo e de dificuldades sociais.

Como terceira condição, implica um sentimento de pertença coletiva e uma identidade forte de comunidade.

Neste sentido, uma comunidade coesa será, portanto, uma comunidade “que minimiza as desigualdades e maximiza o capital social (no sentido em que o entende Putnam) e o sentimento de pertença (...). Mais do que um estado passivo de paz social, ou mesmo de harmonia, requer uma intensidade forte de relações entre os seus membros, objetivos comuns e uma mesma visão de futuro”⁴.

De uma forma pragmática, pode-se dizer que promover a Coesão Social implica:

- **Igualdade e Equidade** - Identificar e intervir para erradicar todas as situações de pobreza, exclusão, marginalização, indignidade e injustiça social, bem como as desigualdades sociais e económicas injustificadas, existentes na comunidade em questão (ao nível individual e entre grupos, entre homens e mulheres, entre níveis etários, entre classes sociais, entre grupos étnicos ou religiosos, entre territórios), no que se refere às oportunidades e condições de trabalho, aos níveis salariais e à distribuição de rendimentos, às “modalidades e condições de garantia (ou não) do acesso aos bens e serviços cruciais para a qualidade de vida das populações”, que permitam

¹ Council of Europe - European Committee for Social Cohesion (2004), A new strategy for Social Cohesion. Strasbourg, p. 3.

² OECD (2011), Perspectives on Global Development 2012: Social Cohesion in a Shifting World. Paris: OECD Publishing, p. 53.

³ Cf., por exemplo: CERC - Conseil de l’emploi, des revenus et de la cohésion sociale (2008), La Cohésion Sociale - Séminaire 2007. Paris: Dossier n° 3 du CERC, pp. 5-6.

⁴ Cf. CERC (2008), p. 6.

a capacitação das pessoas, com impacto, por exemplo, nos níveis de saúde e na sua longevidade e no seu grau de escolaridade, e nos “níveis de proteção perante riscos estabelecidos (como a doença, o desemprego, a deficiência ou o envelhecimento)”⁵;

- **Solidariedade** - Incentivar e apoiar as expressões concretas de entreajuda, de reciprocidade e de solidariedade entre as pessoas e os grupos da comunidade, como, por exemplo, através dos vários tipos de voluntariado, das dinâmicas associativas de base comunitária e de outras lógicas informais de solidariedade;
- **Reconhecimento e Pertença** - Reforçar e apoiar as ações e os eventos que reforcem as identidades e os valores culturais das comunidades e a suas expressões próprias, sem prejuízo das diversidades que as podem compor;
- **Participação e Cidadania Plena** - Estimular e apoiar a participação das Pessoas, Mulheres e Homens, e dos grupos na vida e nas decisões das suas comunidades, sobretudo dos/as “sem voz”, que não são representados/as por ninguém e que ninguém normalmente ouve, viabilizando dinâmicas de Cidadania e de Democracia Participativa.

Tal promoção passa necessariamente por conjugar medidas e ações de cariz mais institucional (e de solidariedade mais vertical), a partir do Estado Social (Central e Local) e dos seus parceiros de intervenção social, como as organizações de Economia Social e Solidária e as empresas com Responsabilidade Social, com ações mais comunitárias (e de solidariedade mais horizontal), como as desenvolvidas no âmbito da vida das próprias associações e organizações de Economia Social e Solidária, de base local e de solidariedade democrática, e as que decorrem das relações comunitárias e populares de entreajuda e de reciprocidade, na maioria de carácter informal.

Quanto ao segundo conceito, o de Desenvolvimento Social, o quadro de referência é o que foi proclamado na Conferência de Copenhaga, organizada pela ONU, em 1995, para debater o Desenvolvimento Social das nações e assumir alguns compromissos mínimos de políticas públicas de defesa da Dignidade Social e dos Direitos Humanos, após os efeitos sociais negativos, provocados pela primeira vaga de políticas neoliberais dos anos 80, na esteira da filosofia e das medidas aplicadas por Ronald Reagan, nos E.U.A., e por Margaret Thatcher, no Reino Unido.

O Desenvolvimento Social pretende colocar as pessoas no centro das estratégias de desenvolvimento, assumindo-se como um processo que favorece prioritariamente a integração social das pessoas mais pobres e excluídas, reforçando a sua autonomia e contribuindo para se construir sociedade mais justas e coesas, com instituições mais transparentes.

⁵ Cf. MATEUS, Augusto (coord.) (2005), Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social. Lisboa: Relatório elaborado pelo Consórcio liderado pela Augusto Mateus e Associados e que integra CIRIUS, Geoldeia e CEPREDE, Volume I (“As grandes questões conceptuais e metodológicas”), julho, p.71.

Nos seus dez compromissos (políticos, ou seja, para os governos), a Conferência de Copenhaga assentava o Desenvolvimento Social em objetivos fundamentais como: “erradicar a pobreza absoluta (...); apoiar o pleno emprego (...); promover a integração social, através do aperfeiçoamento e da proteção de todos os direitos humanos; alcançar igualdade e equidade entre mulheres e homens; atingir o acesso universal e equitativo à educação e aos cuidados de saúde primários”⁶ (compromissos 2 a 6).

Neste sentido, o Desenvolvimento Social é um programa e um caminho para se atingir a Coesão Social, através da promoção da Dignidade Social e da defesa dos Direitos Humanos de todos/as.

Refira-se ainda que, na verdade, o Desenvolvimento Social deve ser considerado uma componente de um conceito mais amplo, como grande finalidade, que é o Desenvolvimento Sustentável.

Assume-se o conceito de Desenvolvimento Sustentável reformulado, que tem em conta as ameaças e os desafios atuais, definido como a conjugação de⁷:

- Regeneração e Valorização Ambiental;
- Coesão Social;
- Segurança Económica;
- Diversidade Cultural e Diálogo Intercultural;
- Coesão Territorial;
- Aprendizagem Permanente, para uma Literacia Crítica para a Sustentabilidade;
- Nova Regulação Política, baseada numa Governança Partilhada e Participativa;
- Ética para a Sustentabilidade.

Por seu turno, outro conceito fundamental, como se referiu, é o de Desenvolvimento Comunitário ou Local, definido como⁸:

- Um processo de mudança;
- Centrado numa Comunidade de pequena dimensão territorial;
- Procurando responder a necessidades fundamentais não satisfeitas da Comunidade;
- A partir prioritariamente da mobilização de recursos e capacidades locais;
- Segundo uma dinâmica de Participação e Empowerment da Comunidade;
- Com o apoio de recursos exógenos, desde que fertilizadores dos endógenos;
- Numa perspetiva integrada;
- O que implica uma lógica de Trabalho em Parceria;

⁶ UN - UNITED NATIONS (1995), The World Summit for Social Development - Copenhagen Declaration, the Ten Commitments. Copenhagen: UN Publishing, p. 1. Cf. também: UN (1995), Declaration and Programme of Action of the World Summit for Social Development. Copenhagen, UN Publishing, pp. 9-17.

⁷ Cf., por exemplo: Amaro, Rogério Roque (2016). A Sustentabilidade das Organizações de Economia Solidária - proposta de conceptualização e de avaliação”. Revista de Economia Solidária, 10, pp. 98-123; Amaro, Rogério Roque (2019). Desenvolvimento Sustentável. In: VVAA. Desenvolvimento Sustentável. Luanda: Mosaiko - Instituto para a Cidadania, 226 páginas (pp. 23-48).

⁸ Cf., por exemplo: Amaro, Rogério Roque (2009). Desenvolvimento local. In Cattani, Antonio David et al. (coord.), Dicionário internacional da outra economia (pp. 112-113). Coimbra: Almedina & CES, 345 páginas (pp. 108-113); Amaro, Rogério Roque (2018). Manual de Práticas e Métodos sobre Grupos Comunitários. Lisboa: Leigos para o Desenvolvimento, 175 páginas (pp. 21-24).

- Com impacto tendencial em toda a Comunidade;
- E segundo uma diversidade de pontos de partida, processos, protagonistas, ritmos e resultados.

1.3. Rede Social do Concelho de Castelo Branco

A Rede Social foi criada a partir da Resolução de Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de novembro, tendo sido definida como “um fórum de articulação e congregação de esforços e baseia-se na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas e privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar, (...) com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento social”.

Com a nova legislação (Dec. Lei 115/2006 de 14 de junho), passam a poder integrar também “entidades com fins lucrativos, bem como pessoas dispostas a contribuir para o desenvolvimento social local, nomeadamente através dos seus conhecimentos técnicos, intervenção comunitária ou contributos financeiros”.

A Rede Social é “uma plataforma de articulação de diferentes parceiros públicos e privados” que “assenta no trabalho de parceria alargada, efetiva e dinâmica e visa o planeamento estratégico da intervenção social local”, envolvendo diversos atores sociais, procurando contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social e, logo, para o desenvolvimento social local.

A Rede Social deve ser entendida como um modelo dinâmico de organização e de trabalho em parceria que inculcará maior eficácia e eficiência às respostas sociais e celeridade na resolução dos problemas concretos dos cidadãos e das famílias.

Principais objetivos (artigo 3º do Decreto-Lei 115/2006, de 14 de junho):

- a) “Combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais;
- b) Promover o desenvolvimento social integrado;
- c) Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos;
- d) Integrar os objetivos, constantes na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018 – 2030 nos instrumentos de planeamento;
- e) Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local;
- f) Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral”.

Princípios de ação (artigos 4º a 10º):

- a) Princípio da subsidiariedade – tomada de decisões junto das populações e territorialização dos recursos e competências;

- b) Princípio da integração – desenvolvimento de projetos locais de desenvolvimento integrado através da congregação dos recursos da comunidade;
- c) Princípio da articulação – trabalho de parceria articulado entre os diversos agentes com atividade no território, tendo por base a cooperação e a partilha de responsabilidades;
- d) Princípio da participação – envolvimento de todos os atores sociais e da população;
- e) Princípio da inovação – mudança de atitudes e cultura institucional e a aquisição de novos saberes, inovando os processos de trabalho, as práticas e os modelos de intervenção mediante aquilo que são as novas problemáticas e as alterações sociais;
- f) Princípio da igualdade de género.

A Rede Social tem plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social a nível dos concelhos (Conselhos Locais de Ação Social - CLAS) e das freguesias (Comissões Sociais de Freguesias – CSF), que possibilitam definir e acompanhar a política social, potenciando a eficácia das medidas de intervenção, e incentivando a mais-valia das relações de cooperação e de parceria entre entidades particulares sem fins lucrativos e organismos públicos que trabalham no domínio da ação social, de forma a articularem entre si e com o governo a respetiva atuação, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e a promoção do Desenvolvimento Local, tendo ainda em conta a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

1.4. Conselho Local de Ação Social de Castelo Branco (CLAS)

O CLAS de Castelo Branco assenta na participação, cooperação, partilha e otimização dos recursos, impulsionando o trabalho de parceria alargada, efetiva e dinâmica, desenvolvendo e consolidando uma consciência coletiva dos problemas sociais, ativando as respostas necessárias, incidindo no planeamento estratégico da intervenção social local.

O funcionamento do CLAS é determinado por um Regulamento Interno tendo sido este documento atualizado no mês de setembro de 2022 e aprovado por unanimidade em sessão de plenário.

O CLAS funciona em Plenário (âmbito mais alargado) e/ou Núcleo Executivo (âmbito mais restrito).

1.5. Percurso Histórico

A Câmara Municipal de Castelo Branco iniciou a implementação da Rede Social em 2005, atendendo aos princípios de ação, orientações e objetivos definidos por este Programa, tendo sido constituído o Conselho Local de Ação Social (CLAS) nesse mesmo ano.

Relativamente ao percurso histórico do CLAS Castelo Branco, apresenta-se de forma sucinta alguns elementos cronológicos:

2005 - Constituição do CLAS de Castelo Branco;

2005 - I Diagnóstico Social do Concelho de Castelo Branco;

2010 - II Diagnóstico Social do Concelho de Castelo Branco;

2010/2013 - II Plano de Desenvolvimento Social de Castelo Branco;

2011/2012 - II Plano de Ação Social;

2015 - III Diagnóstico Social do Concelho de Castelo Branco;

2014-2017 - III Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Castelo Branco;

2015/2017 - III Plano de Ação Social;

2021 - IV Diagnóstico Social do Concelho de Castelo Branco;

2022 - IV Diagnóstico Social do Concelho de Castelo Branco;

2023/2025 - IV Plano de Desenvolvimento Social/Sustentável do Concelho de Castelo Branco;

2023/2025 - IV Plano de Ação Social.

1.6. Constituição do CLAS

Relativamente ao Núcleo Executivo, atualmente é composto por 7 entidades:

1. Câmara Municipal de Castelo Branco ou Vereador por si delegado
2. Centro Distrital de Castelo Branco do Instituto de Segurança Social, IP
3. Representante da Unidade Local de Saúde - Coordenadora da Unidade de Cuidados na Comunidade de Castelo Branco (UCCCB)
4. Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco
5. Centro de Dia de São Silvestre de Escalos de Baixo
6. Associação de Apoio à Criança do Distrito de Castelo Branco
7. EcoGerminar – Associação de Desenvolvimento do Interior, de Promoção do Comércio Solidário, do Ecoturismo e de Luta à Desertificação Rural

No que concerne ao Plenário, este é atualmente constituído pelas seguintes 77 entidades (incluindo as entidades que constituem o Núcleo Executivo):

1. Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento
2. Associação Comercial e Empresarial da Beira Baixa
3. Associação de Apoio à Criança do Distrito de Castelo Branco
4. Associação de Apoio e Estudo às Psicognosis na Raia Central
5. Associação de Apoio Social Freixial do Campo
6. Associação de Apoio Voluntário ao Idoso Só
7. Associação de Desenvolvimento e Apoio Social do Ninho do Açor
8. Associação Educar, Reabilitar, Incluir Diferenças
9. Associação Empresarial da Beira Baixa
10. Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Castelo Branco
11. Associação Tinalhense de Apoio Social de Tinalhas
12. Câmara Municipal de Castelo Branco
13. Caritas Interparoquial de Castelo Branco
14. Casa de Infância e Juventude
15. Centro de Dia da Lousa
16. Centro de Dia de Benquerenças
17. Centro de Dia de S. Pedro - Escalos de Cima
18. Centro de Dia de S. Sebastião de Sobral do Campo
19. Centro de Dia de São Silvestre de Escalos de Baixo
20. Centro de Dia dos Lentiscais
21. Centro de Dia e Social de São Bento - Lourçal do Campo
22. Centro de Emprego e Formação Profissional de Castelo Branco
23. Centro de Respostas Integradas de Castelo Branco
24. Centro de S. João Batista de Monforte da Beira
25. Centro Social Amigos da Lardosa
26. Centro Social da Taberna Seca
27. Centro Social de Santo André das Tojeiras
28. Centro Social do Salgueiro do Campo
29. Centro Social dos Beneméritos da Póvoa de Rio Moinhos
30. Centro Social e Paroquial de Almededa
31. Centro Social e Paroquial de Cebolais de Cima
32. Centro Social Nossa Senhora das Neves de Malpica do Tejo
33. Centro Social Padres Redentoristas

34. Centro Social Ribeiro das Perdizes
35. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Castelo Branco
36. Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência do Distrito de Castelo Branco
37. Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Castelo Branco
38. Delegação de Castelo Branco da Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal
39. Delegação Regional de Reinserção do Centro, Equipa Beira Sul - DGRSP
40. Delegação Regional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
41. EcoGerminar – Associação de Desenvolvimento do Interior, de Promoção do Comércio Solidário, do Ecoturismo e de Luta à Desertificação Rural
42. Escola Agostinho Roseta
43. Escola Tecnológica e Profissional Albicastrense
44. Guarda Nacional Republicana
45. Instituto da Segurança Social, Centro Distrital de Castelo Branco
46. Instituto Politécnico de Castelo Branco
47. Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P
48. InterAge - Associação de Desenvolvimento Comunitário e de Apoio Familiar de Castelo Branco
49. Junta de Freguesia da Lardosa
50. Junta de Freguesia de Alcains
51. Junta de Freguesia de Alameda
52. Junta de Freguesia de Benquerenças
53. Junta de Freguesia de Castelo Branco
54. Junta de Freguesia de Louriçal do Campo
55. Junta de Freguesia de Malpica do Tejo
56. Junta de Freguesia de Monforte da Beira
57. Junta de Freguesia de S. Vicente da Beira
58. Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras
59. Junta de Freguesia de Sarzedas
60. Junta de Freguesia de Tinalhas
61. Junta de Freguesia do Salgueiro do Campo
62. Lar Major Rato
63. Liga dos Combatentes de Castelo Branco
64. EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza - Núcleo Distrital de Castelo Branco
65. Polícia de Segurança Pública
66. Representante da Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL) do Município de Castelo Branco
67. Representante dos Agrupamentos de Escolas do Concelho
68. Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

69. Santa Casa da Misericórdia de S. Vicente da Beira
70. Santa Casa da Misericórdia de Sarzedas
71. União de Freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo
72. União de Freguesias de Escalos de Baixo e Mata
73. União de Freguesias de Escalos de Cima e Lousa
74. União de Freguesias de Freixial e Juncal do Campo
75. União de Freguesias de Póvoa Rio Moinhos e Cafede
76. União de Freguesias do Ninho do Açor e Sobral do Campo
77. Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE

1.7. Metodologia Adotada

A atualização do presente Diagnóstico Social do concelho de Castelo Branco, envolveu uma equipa multidisciplinar do serviço de ação social do município, coordenada e supervisionada por Rogério Roque Amaro. Numa primeira fase, pretendeu-se a conjugação e complementaridade entre dados quantitativos e qualitativos, através da atualização dos dados estatísticos disponibilizados essencialmente pelos últimos Censos de 2021, através da recolha, análise e interpretação desses mesmos dados, situando-os face ao contexto socioeconómico do território. Ainda nesta fase foram recolhidos contributos de alunos/as do curso de Serviço Social do Instituto Politécnico de Castelo Branco, com base nos seus relatórios de curso sobre as temáticas da Rede Social.

Pretendeu-se ainda nesta fase, com base no que foi o trabalho realizado mais recentemente pelas entidades parceiras do CLAS, recolher junto destas, na maioria, com base nos seus respetivos relatórios de atividades, as suas principais respostas desenvolvidas na resolução das diferentes problemáticas sociais, organizando e dividindo os respetivos dados pelo presente documento, nas diversas áreas específicas de atuação destas entidades, essencialmente ao nível do concelho de Castelo Branco.

Numa segunda fase, pretendeu-se, com base numa metodologia participativa e partilhada, obter contributos quantitativos e qualitativos, através da auscultação, mobilização, recolha e análise de dados e informações fornecidas pelas entidades parceiras da Rede Social, com o intuito de identificar os principais problemas do concelho inerentes a cada área temática, tentando compreender as suas causas e possíveis soluções/recursos, tendo em conta que são estas entidades que estão em contato direto e permanente com a realidade. Com esse objetivo, partiu-se essencialmente de quatro questões: “Quais os principais problemas e necessidades do concelho?”; “Que dados quantitativos ou informações qualitativas (evidências, exemplos, descrições, acontecimentos...) podem ser fornecidos para ilustrar os

problemas e necessidades referidas?"; "Que soluções e respostas propõem?" e "Que contributos podem dar para essas soluções e respostas?".

Pretendeu-se ainda, ouvir as pessoas das comunidades, através de uma auscultação orientada, focada nos/as participantes das atividades e contactos promovidos pelas entidades parceiras da Rede Social, através da resposta às mesmas quatro questões anteriormente referidas.

Numa outra fase, foi realizada pela equipa responsável neste processo, uma auscultação específica de pessoas das comunidades ciganas residentes em diferentes bairros da cidade de Castelo Branco, para a recolha de informação relevante para o presente documento, mas também para o estabelecimento de uma relação estratégica de continuidade com essas comunidades, a ser desenvolvida de forma mais aprofundada aquando do estabelecimento e operacionalização do Plano de Intervenção para o Bem-Estar das Comunidades Ciganas (PIBECIG).

O PIBECIG é um objetivo claro da autarquia, no sentido de definir e concretizar uma estratégia de intervenção junto das comunidades ciganas mais relevantes do concelho, com vista ao combate a todas as formas de pobreza e exclusão social e à sua integração nas comunidades albicastrenses, com dignidade e respeito pelos valores culturais e pelo bem-estar de todas as partes em presença.

Este diagnóstico pretende, além da informação estatística assente numa base e visão integrada das várias dimensões e áreas da sociedade, principalmente identificar os principais problemas e necessidades ao nível do concelho, na atualidade, mas também, as possíveis respostas e soluções/contributos face aos problemas identificados, seguindo para tal uma metodologia assente sobretudo nos princípios essenciais do Desenvolvimento Comunitário ou Local: Territorialização, Participação, *Epowerment*/Autonomização, Visão Integrada, trabalho em parceria, Flexibilidade e Planeamento com Improviso.

Em particular, no que se refere à Visão Integrada e ao Trabalho em Parceria, pilares fundamentais da Rede Social, procurou-se assentar este Diagnóstico Social numa íntima cooperação e articulação entre instituições e entidades, públicas, privadas e comunitárias, na identificação dos problemas e das necessidades, na procura e construção de respostas e soluções e na partilha de recursos de todo o tipo.

Em relação à Participação e *Epowerment*/Autonomização, pretendeu-se tê-la tendencialmente em conta, através da auscultação realizada às próprias pessoas das comunidades, por intermédio das entidades parceiras da Rede Social, que estão com elas em contacto, no sentido de serem ouvidas relativamente às suas necessidades/problemas e propostas de soluções, e, ao mesmo tempo, fazendo com que elas próprias se possam envolver na concretização das soluções, reforçando a capacitação e a autonomia destas pessoas.

1.8. Principais Prioridades do Diagnóstico Social

Dos vários elementos recolhidos, junto das entidades parceiras da Rede Social consultadas, das Pessoas das comunidades auscultadas e dos dados estatísticos analisados, resultaram que os principais problemas e necessidades do concelho são os seguintes (por ordem alfabética):

- **Acolhimento e integração das comunidades e grupos imigrantes** - tendo em conta a diversidade e riqueza de grupos sociais e culturais que, nas últimas décadas têm vindo viver e trabalhar para o concelho, pelas mais diversas razões e circunstâncias, incluindo por razões de refúgio político e de fuga de guerras, enriquecendo o seu mosaico sociocultural e trazendo novos desafios de multiculturalidade, que o concelho deve acolher e integrar, reforçando e tornando mais plural a sua identidade, sem tentações perigosas e condenáveis de racismo e xenofobia;
- **Apoio e integração plena das pessoas com deficiências (ou com outras eficiências)** - apoiando e reforçando as respostas já existentes e criando novas respostas, capazes de garantir a justiça social e a dignidade, na abordagem e no acolhimento dos percursos de vida destes/as cidadãos/ãs, normalmente discriminados/as e deixados/as à margem nas nossas sociedades, dando-lhes um lugar pleno, em todas as fases das suas vidas, quer na educação, no emprego, no acesso ao rendimento e ao consumo digno e suficiente, na saúde, na habitação, quer no convívio familiar e social, no lazer e no descanso;
- **Criação de emprego e apoios à empregabilidade digna e ao empreendedorismo** - contrariando e combatendo a indignidade do desemprego, da inutilidade social e/ou dos empregos precários e mal pagos (contra as diretivas da OIT), sobretudo no caso dos/as Jovens sem perspetivas de futuro ou das Pessoas adultas, desempregadas de longa duração e/ou com baixas qualificações, normalmente já desprezadas pelo mercado de trabalho e, tantas vezes, sem esperanças de nele reentrarem, procurando reabrir caminhos de esperança para todos/as, independentemente das suas idades e estatutos;
- **Criação de respostas inovadoras, que melhorem os transportes e as acessibilidades no concelho e entre todas as freguesias** - ousando procurar e promover respostas criativas, que não se rejam somente por critérios economicistas e de fins lucrativos e abram novas possibilidades de transportes públicos, cooperativos, comunitários ou mesmo privados, um pouco na mesma linha das soluções dos táxis apoiados, já criadas em algumas situações;
- **Desenvolvimento de respostas inovadoras, integradas, partilhadas e participativas, na área da saúde mental** - inaugurando um novo modelo de respostas articuladas e em permanente parceria entre as instituições pertinentes (das áreas da saúde – psiquiatria e psicologia, da ação social – segurança social , IPSS e demais instituições com respostas sociais, da segurança – PSP e GNR, da educação – escolas, da habitação – CMCB, da economia e do emprego – centro de

emprego e formação Profissional e associações empresariais) e com envolvimento e acompanhamento da família, de cuidadores informais e de pessoas de referência da comunidade;

- **Inovação nas respostas sociais (e sustentáveis) e no trabalho em parceira, de forma permanente** - concretizando, em todas as respostas sociais, a lógica e os princípios da Rede Social, numa dinâmica permanente e persistente de cooperação entre as entidades que dela fazem parte;
- **Integração das comunidades ciganas** - tendo em conta o longo e penoso processo histórico (de cerca de 600 anos) de incompreensões, preconceitos, mitos e discriminações, com repercussões várias em termos de medos, inseguranças, desconfianças, agressividades e estratégias inglórias e desadequadas de sobrevivência, afirmação, autofechamento e exclusões sociais, que têm de ser definitivamente contrariadas e invertidas, para se poder finalmente iniciar um longo e paciente caminho de diálogos e de integração positiva e respeitadora mútua;
- **Promoção e alargamento de respostas habitacionais, que garantam o direito à habitação a todos/as os/as cidadãos/ãs** - aumentando as respostas de habitação pública (do estado central e do estado local), que, em Portugal, atinge percentagens muito baixas, quando comparadas com os valores médios da União Europeia, mas em conjugação criativa com modelos de habitação cooperativa de novo tipo e com um mercado de habitação privada apoiado e responsável;
- **Promoção e reforço do Plano para a Igualdade e Não Discriminação, e para a conciliação entre a vida pessoal e familiar e a vida profissional** - garantindo a plena igualdade de direitos e deveres e a justiça entre mulheres e homens e lutando contra quaisquer formas de discriminações;
- **Promoção de uma escola inclusiva, moderna, de todos/as para todos/as** - Promover a escola como um local interessante e cativador, através da promoção de novos mecanismos e estratégias de acompanhamento e incentivo aos/às alunos/as do concelho, de forma a garantir o seu crescimento, formação e conhecimentos, acompanhando as mudanças e particularidade dos tempos atuais, conseguindo assim contribuir para a diminuição do absentismo/abandono escolar, e aumentando o interesse das crianças/jovens pela escola. Ao mesmo tempo, assegurar que o acesso a estas novas formas de obtenção do conhecimento seja realizado de forma equitativa e equilibrada por toda a comunidade escolar, garantindo a inclusão e integração de todos/as, não deixando ninguém para trás.
- **Valorização da longevidade de vida para todos/as** - assegurando que todas as pessoas têm a sua dignidade protegida e apoiada até ao fim da sua vida, valorizando os seus conhecimentos, saberes e capacidades, enquanto um bem comum e satisfazendo as suas necessidades fundamentais, independentemente do seu poder de compra e valor mercantil.

1.9. Algumas Reflexões e Considerações de Síntese

As informações que foram recolhidas, de forma partilhada (ou seja, com o envolvimento de entidades parceiras da Rede Social) e participativa (com o envolvimento de Pessoas da Comunidade) foram muito importantes para a elaboração deste Diagnóstico Social e, além de terem permitido identificar as principais prioridades, em termos de problemas e necessidades do concelho, constituem a base para algumas reflexões e considerações de síntese, que se apresentam de seguida, de forma alfabética, no sentido de não ser estabelecida nenhuma hierarquia das áreas temáticas.

- Sobre a temática do Ambiente, a ausência de uma estratégia clara de sustentabilidade ambiental foi a grande lacuna referida por um dos parceiros do CLAS. Foi referida a necessidade de haver mais candidaturas relacionadas com esta temática, e a realização de mais iniciativas deste âmbito no concelho.
- Em relação às respostas de Apoio Social, foi a área que motivou a maior quantidade de opiniões por parte das Instituições participantes neste processo, bem como das próprias pessoas envolvidas da comunidade. A escassez de técnicos das áreas sociais em respostas do concelho foi uma das lacunas referidas, tendo sido justificado que o aumento do número de técnicos no “terreno” iria ajudar em muito a identificar as necessidades sociais, e a agilizar de uma forma mais célere as respetivas respostas a serem desenvolvidas.

Foi também mencionado por diversas ocasiões, a duplicação de respostas sociais prestadas por certas entidades do concelho, levando a que, em muitos casos, existam utentes que são acompanhados/as por diversas entidades na mesma resposta social. Nestes casos, foi sugerida a necessidade de um maior cruzamento de informação entre técnicos sociais das diversas entidades. Por outro lado, foi referido que existe a necessidade de determinadas respostas sociais no concelho, que seriam muito importantes na resolução de determinados problemas.

O aumento do número de pedidos de apoio face ao contexto mais complicado da sociedade atual foi também referido como um dos maiores problemas que tem vindo a limitar o trabalho desenvolvido pelas entidades de apoio social, uma vez que os recursos humanos e financeiros das instituições são cada vez mais limitados.

Estes são apenas alguns dos défices identificados nesta área, tendo sendo referidas oportunidades de melhoria para os pontos referidos antes.

- Um dos pontos a melhorar, tem a ver com o reforço de meios técnicos em determinados locais onde existem utentes com maiores necessidades, como são o caso das freguesias, descentralizando assim as respostas sociais e criando pontos de contato/interlocutores nos diversos locais do concelho.

- Outro ponto a melhorar nesta área, referido por alguma das instituições envolvidas neste processo, foi a necessidade de existir um aumento de sinergias e reforço de parcerias entre as entidades de apoio social do concelho, através da promoção de um maior numero de reuniões de trabalho entre estas, para partilha de casos ou de informações, reduzindo assim a possibilidade de existirem repetição de apoios a utentes, promovendo assim uma maior justiça social, e o desenvolvimento de um trabalho concertado e bem definido.
- A criação de novas respostas nesta área, mais especificamente de respostas de emergência social, foi referida como um possível aspeto a melhorar, através da criação de um alojamento temporário, com uma equipa de trabalho multidisciplinar e com instalações que possam assegurar o bem-estar das pessoas que advêm de situações mais complexas e vulneráveis.
- Um aspeto de melhoria na área social, que convergiu entre as duas visões envolvidas nesta auscultação, tem a ver com o aumento de ações de formação e capacitação a agregados familiares mais disfuncionais/carenciados, ao nível da educação parental e parentalidade positiva, bem como através de um maior acompanhamento periódico a estas famílias.

Ainda na área social, foi referido por uma das entidades parceiras, uma ameaça relativamente recente, e ainda sem grande expressão no concelho, relacionada com o tráfico de seres humanos. Apesar dos números de situações serem residuais, é uma problemática que está a ganhar bastante relevo na sociedade, sendo necessário consciencializar e alertar a população para este problema, para que sejam evitados o menor número de casos possíveis.

- Sobre o Associativismo, foi mencionado por algumas das entidades participantes, também a ausência ou limitação ao nível dos apoios cedidos pelas entidades decisoras, mas também, uma certa desigualdade na distribuição destes mesmos apoios, levando assim a uma desmotivação no seio de entidades/coletividades que não recebem valores considerados justos face ao desenvolvimento e impacto das suas atividades na sociedade.
- Sobre a Deficiência, foram as entidades que trabalham nesta área, e os próprios familiares dos seus/suas beneficiários/as, quem mais informações deram sobre esta temática. A mentalidade ainda retrógrada de grande parte da população face à pessoa com deficiência/incapacidade, e os estigmas e preconceitos associados, são apontados como uma lacuna e, ao mesmo tempo, como uma contínua ameaça existente na realidade do concelho.

As dificuldades das famílias destas pessoas, seja na procura de respostas específicas de apoio para os seus/suas familiares com limitações, mas também as grandes listas de espera das respostas sociais já existentes, foram apontadas como as grandes limitações para estes agregados familiares.

Como propostas de melhoria foram sugeridas ações que vão no sentido de:

- Sensibilização junto das escolas e das instituições públicas;
 - Reforço de recursos humanos, através de profissionais especializados;
 - Mais disponibilidade das próprias entidades que já trabalham esta temática, para sensibilização das restantes entidades e da própria comunidade;
 - Recetividade, por parte das próprias instituições, para se candidatarem a apoios, ao nível de respostas inovadoras da deficiência, aumentando assim a sua diversidade nesta área no território.
- Ao nível do Desporto, apenas foi referido um ponto tido como uma necessidade, ao nível da inexistência de uma carta desportiva, onde os clubes e/ou associações com modalidades desportivas, possam definir determinados objetivos a atingir anualmente, medidos por diversos indicadores.
 - Na área da Educação e Formação Profissional, os pontos em comum, ao nível de carências identificadas nestas áreas estão relacionados com a falta de interesse e desmotivação por parte dos/as alunos/as, e pela pouca variedade ao nível do ensino profissional, ponto referido em comum por entidades e participantes.

Ao nível de oportunidades de melhoria, as opiniões convergem quanto à necessidade de modernização tecnológica nas escolas, de forma que os/as alunos/as possam usar ferramentas de ensino atualizadas, adequadas aos tempos atuais, à alocação de mais verbas e recursos para a educação, e ao aumento da oferta escolar/formativa disponível.

Os responsáveis da educação, auscultados neste processo, salientaram o facto de terem surgido com maior predominância, motivados pela pandemia, diversos problemas nas escolas com os/as estudantes, nomeadamente ao nível da saúde mental, do aumento de comportamentos de risco, bem como, do acentuar de situações problemáticas, derivadas do mau uso das redes sociais.

Face ao aumento de alunos/as estrangeiros/as nas escolas do concelho, foi reforçada por responsáveis de agrupamento de escolas, a importância de continuar a ser desenvolvido um trabalho em parceria com as entidades de apoio a esta população, no sentido de serem elencadas estratégias de integração desses/as estudantes nas escolas, de modo a serem desenvolvidos processos de acolhimento e integração, em consonância com as respetivas famílias.

- Em relação à área do Empreendedorismo Social, as opiniões são convergentes, entre as entidades competentes nesta área, e os/as seus/suas principais beneficiários/as, nomeadamente os/as empreendedores/as sociais identificados/as para participarem no diagnóstico. A falta de incentivos, sob a forma de valores monetários, ou através de pequenas ajudas, ao trabalho desenvolvido pelo/as empreendedores/as sociais, é uma grande carência identificada por todos/as os/as intervenientes deste setor, que, segundo estes/as, impede o desenvolvimento e realização dos seus projetos sociais. Segundo as pessoas que foram ouvidas neste processo, podia existir por parte das entidades decisoras, uma maior preocupação nesta área, de forma a que possam vir a ser desenvolvidos um maior número de projetos de impacto social na comunidade.
- Em relação às áreas do Emprego e Mercado de Trabalho, ao nível de lacunas, as opiniões são unânimes, como sejam: a prevalência do trabalho temporário, a discriminação laboral no recrutamento, em função da idade dos/as candidatos/as, e a falta de oportunidades de trabalho para jovens com qualificações superiores.
Ao nível dos Parceiros do CLAS, mais diretamente ligados ao setor do emprego, indicaram a existência de uma crescente dificuldade de certas empresas em conseguirem candidatos/as para postos de trabalho que possuem em aberto. Existe um risco evidente de algumas das empresas de determinadas áreas (ex.: construção civil, carpintaria, serralharia, eletricidade, entre outras), verem o seu serviço afetado, ou mesmo de terem de encerrar, pelo fato de existir cada vez menos pessoas nestas áreas profissionais.
A emigração de jovens qualificados/as para o estrangeiro à procura de melhores oportunidades de emprego nas suas áreas de qualificação, e a falta de atração de empresas para alocarem os seus serviços no concelho, são apontadas como ameaças a ter em conta nesta área.
O aumento de incentivos às empresas, para contratação de pessoas com mais idade, e o reforço por parte da autarquia, na atração de mais empresas de trabalho qualificado, foram alguns dos aspetos de melhoria sugeridos.
- Relativamente à área do Envelhecimento, as opiniões foram unânimes por ambas as visões, respeitante ao isolamento generalizado da maioria dos/as idosos/as residentes nas aldeias e/ou anexas do concelho. Esta situação limita em muito, o acesso a bens e serviço por parte destas pessoas mais idosas, que na sua maioria, não tem outra possibilidade de se deslocarem até à freguesia e/ou cidade, onde estão a maioria dos serviços públicos e outros.
Em relação a esta área, foram as IPSS do concelho que trabalham com os/as mais idosos/as, que deram a maioria dos contributos. As maiores limitações identificadas por estas, associadas à população sénior mais vulnerável, foram essencialmente relacionadas com a falta de condições

de acessibilidades nas habitações, fracos meios financeiros, pouca ou nenhuma retaguarda familiar, e a fraca mobilidade/agilidade. Em certas situações, a conjugação destas dificuldades, faz com que existam situações muito graves de idosos/as a viverem sem as condições mínimas de vida no concelho.

As entidades apontaram ainda limitações que são detetadas ao nível do trabalho que elas próprias realizam diariamente, tais como:

- A Institucionalização precoce dos/as idosos/as;
- Existência de situações de idosos/as em risco, vítimas de violência doméstica, seja da parte do/a cônjuge e/ou dos/as filhos/as, e/ou por outras pessoas estranhas;
- Dificuldade em integrar idosos/as em determinadas valências por incapacidade financeira destes/as.

Foi ainda referido por responsáveis das instituições que, em muitos casos existe por parte de familiares dos/as utentes, demasiada pressão psicológica aos/às funcionários/as e às próprias instituições, delegando nestas, a total responsabilidade pelos/as idosos/as.

Ainda sobre esta área, foram essencialmente as entidades, mesmo de outras áreas de atuação, que indicaram possíveis oportunidades de melhoria. Em termos gerais, a grande preocupação e onde se pode realmente apostar, segundo as opiniões recolhidas, tem a ver com a melhoria e/ou adequação das condições habitacionais dos/as idosos/as que ainda se encontram nos seus domicílios, através da criação de apoios específicos para o envelhecimento em casa com as devidas condições. Esta medida é positiva por várias formas, permitindo, além de adiar a institucionalização das pessoas idosas, faça com que as mesmas estejam nas suas casas o máximo de tempo possível, não sobrecarregando desse modo as ERPI, conduzindo a uma diminuição das listas de espera.

- Sobre a área da Habitação, uma lacuna indicada em comum por parceiros e pelas pessoas da comunidade, foi o fato de atualmente os preços relacionados com a compra e/ou aluguer de imóveis no concelho estarem inflacionados.

Sobre a habitação social, foi referido por algumas das entidades e também pelos/as próprios/as beneficiários/as, a escassez de habitações para este fim, e mais concretamente, para determinados públicos específicos, como sejam os jovens refugiados que se encontram no concelho.

Ao nível das propostas de melhoria referidas na área da habitação, foram na sua maioria indicadas por pessoas participante neste processo, e estão relacionadas em grande parte com ações que o próprio Município poderá vir a assumir no futuro:

- A requalificação de habitações antigas pertencentes à autarquia, para alugar a valores mais acessíveis aos/às cidadãos/ãs;

- A atribuição de mais apoios a particulares para reconstrução de casas próprias;
- E o controlo autárquico e regulador do valor da construção de habitações, através da venda de lotes de terreno a preços reduzidos.

Estes foram alguns dos pontos referidos como oportunidades de melhoria nesta área, em que, segundo os/as inquiridos/as, a autarquia tem poder e capacidade para a realização dos mesmos.

- Sobre a temática da Infância e Juventude, a maiorias dos contributos obtidos foram fornecidos pelas entidades que trabalham mais diretamente com este público-alvo. No que diz respeito às necessidades nesta área, foram referidas pelos responsáveis destas instituições, situações concretas resultantes do trabalho desenvolvido junto deste tipo população, como sejam:
 - O desconhecimento técnico das problemáticas de crianças e jovens em geral, e de crianças e jovens acolhidas em particular;
 - Más práticas profissionais no tratamento de várias questões problemáticas, discriminação, julgamento, falta de empatia, pressão e cobranças por parte de professores e auxiliares de ação educativa às crianças e jovens acolhidas e aos Encarregados de Educação/Técnicos Gestores de Caso;
 - Incapacidade da Segurança Social e Casas de Acolhimento Residencial em intervir/trabalhar competências parentais, individuais e sociais com as famílias das crianças e jovens acolhidas;
 - Dificuldades ao nível do acompanhamento psiquiátrico do SNS aos/às jovens no geral, e em particular aos/às que estão institucionalizados/as.

Foram ainda apontadas outras limitações nesta área, estas mais relacionadas com estruturas físicas ou respostas inexistentes atualmente no concelho, nomeadamente:

- Um Centro de Respostas Integradas (CRI) para tratamento de comportamentos aditivos e de consumo de substâncias especializado em crianças e jovens, com estrutura independente do CRI de adultos;
- Residências autónomas para acolhimento de jovens com incapacidade de autonomia funcional que desejem e consigam viver de forma independente, dentro das suas capacidades, de forma supervisionada e tecnicamente acompanhada, e com apoio nas atividades do quotidiano;
- Resposta especializada a famílias com crianças e jovens, CAFAP, de forma a potenciar as capacidades das famílias, fortalecendo as competências necessárias para que as crianças e jovens tenham um crescimento saudável.

Em relação à opinião da comunidade local sobre esta temática, as lacunas indicadas foram relativas aos valores elevados que atualmente são praticados em respostas sociais e educativas para crianças, mais concretamente em creches e jardins de infância, e as respetivas dificuldades que as famílias em geral, e as mais carenciadas em particular têm para suportar este tipo de despesas.

As propostas de melhoria referidas pelas instituições, a maioria destas estão relacionadas com as lacunas indicadas anteriormente, nomeadamente ao nível da sensibilização e reforço de parcerias entre as instituições de acolhimento de crianças/jovens com a comunidade educativa, e ainda, junto da própria segurança social. O reforço junto desta entidade, para a possibilidade de serem criados novos programas ou repensar os programas existentes, de forma a permitir o acesso das crianças e jovens ao serviço de saúde privado, quando não obtenham resposta capaz em serviços públicos.

A criação de um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) que trabalhe em consonância com outras entidades, a criação de Residências Autónomas, e a possibilidade de existência de um CRI especializado no tratamento de comportamentos aditivos e consumo de substâncias em crianças e jovens, com estrutura/edificado independente do CRI de adultos, foram outras das propostas para melhorar a intervenção social juntos das crianças/ jovens do concelho.

- Relativamente aos Migrantes e Refugiados, as entidades parceiras do município deram importantes contributos em relação à situação atual destas pessoas na realidade concelhia, mais especificamente as entidades que têm como público-alvo específico esta comunidade.

Foram indicadas diversas lacunas existentes atualmente no concelho relativas a esta comunidade, a sua maioria relacionadas com a integração desta população na sociedade.

Esta integração é muitas vezes ainda dificultada pelos estigmas e preconceitos associados a estas pessoas por parte dos/as cidadãos/ãs autóctones. A montante desta dificuldade pela qual os migrantes/refugiados se deparam recorrentemente, também o desconhecimento da comunidade migrante face ao sistema público, leis, cultura, língua e serviços, e a demasiada burocracia que se verifica na generalidade dos serviços públicos, têm vindo constantemente a dificultar a integração destas pessoas na vida social e no mercado de trabalho do concelho.

Ainda em relação à integração no mercado de trabalho, foi ainda referido por técnicos/as destas instituições, que surgem recorrentemente entraves ao nível do reconhecimento de equivalências de habilitações literárias, e da certificação/homologação de outro tipo de documentação (ex.: carta de condução) dos migrantes, que assim vêm retardada e/ou impedida a sua colocação em determinadas ofertas de emprego e/ou ações de formação.

Estas mesmas dificuldades foram também referidas pelos/as próprios/as migrantes participantes nesta auscultação, onde indicaram ainda outras limitações que têm vindo a debater-se ao nível da sua permanência no concelho, nomeadamente:

- Desconhecimento por parte dos próprios serviços públicos, da existência de entidades que prestam serviços de apoio aos imigrantes, fazendo com que estes em muitas ocasiões não saibam onde se dirigirem;
- Desconhecimento das entidades públicas dos direitos e deveres dos migrantes e refugiados;
- Dificuldades na conciliação entre o trabalho e a religião, por existirem empregadores que não respeitam algumas características culturais e religiosas próprias dos/as trabalhadores/as vindos/as de outros Países;
- Dificuldades na articulação com os consulados.

Como oportunidades de melhoria, as diversas entidades do concelho responsáveis pela prestação de apoio social a migrantes e refugiados, referiram diversos pontos a poderem ser desenvolvidos no futuro a este nível no concelho. Muitos dos aspetos de melhoria referenciados vão de encontro à necessidade de resolver as problemáticas/lacunas identificadas atrás, mostrando-se as próprias entidades disponíveis para a realização das atividades em questão, tais como:

- Criação de uma Loja Social/Supermercado Social para a comunidade migrante/refugiada, no sentido de dignificar o acesso aos bens de primeira necessidade;
- Realização de eventos de multiculturalidade no concelho;
- Realização de sessões de informação e desmistificação de estereótipos e preconceitos associados à multiculturalidade;
- Promoção e dinamização de cursos de cursos de Língua Portuguesa para os/as estrangeiros/as;
- Reuniões de trabalho entre as várias entidades com ordens de trabalho específicas, objetivas e oportunas nesta área;
- Dinamização de ações de formação adequada na área das migrações, seja ao nível da legalização, educação, saúde, interculturalidade, entre outras, junto das entidades parceiras;
- Disponibilidade para submissão de candidaturas no âmbito da inclusão social da comunidade migrante a residir no concelho;
- Promover e apoiar o associativismo migrante;
- Apoiar a criação de uma casa de acolhimento temporário para migrantes, nomeadamente para estudantes carenciados/as;
- Organização e dinamização de formação alusiva ao tema da “Diversidade Cultural” para técnicos/as que estão em constante contato com migrantes e refugiados.

Relativamente às Comunidades Ciganas existentes no concelho, procedeu-se igualmente à auscultação de algumas das pessoas de grupos que as constituem, bem como de duas organizações, que têm acompanhado e desenvolvido projetos com esses grupos. Desse diagnóstico participativo, resultaram

várias notas: há diferentes tempos de presença no concelho, com diferentes modos de integração; se se verificam já alguns sucessos de integração, em vários escalões etários, contudo os efeitos estruturais de discriminações e desconfianças mútuas seculares ainda estão muito presentes e deixaram marcas, que precisam de muito tempo e persistência, para serem ultrapassadas; na maioria dos casos, ainda existem muitas fragilidades, aos níveis da escolarização e da qualificação profissional, embora passos importantes já tenham sido dados, a vários níveis; as estratégias adotadas no passado de alojamento concentrado têm tido custos elevados e têm-se revelado provocadoras de conflitos e tensões; existem ainda muitos fatores de divisões internas, provocando clivagens no seio das comunidades, o que dificulta ainda mais a sua integração; as entidades que têm trabalhado mais ativamente com estas comunidades deveriam ter mais articulação e convergências entre si; há recursos, saberes e valores muito interessantes e importantes nas comunidades, que estão desaproveitados e que poderiam ser um trunfo forte na definição de uma estratégia de integração com dignidade destes grupos.

- Em relação à área da Saúde, um dos pontos fracos mencionado em comum, por entidades e pelas pessoas da comunidade, está relacionado com a problemática da saúde mental, mais especificamente pelo fato do Serviço Nacional de Saúde não ser capaz de dar resposta ao número considerável de situações que têm vindo a surgir neste âmbito. Este é um ponto importante, que foi referido por inúmeras vezes como sendo uma grande limitação ao nível da saúde no concelho, tendo sido inclusive identificadas, por várias entidades, situações específicas muito problemáticas de défices psicológico e cognitivo. As próprias entidades que acompanham estes casos, na maioria das ocasiões, não conseguem dar o devido apoio, por inexistência de respostas adequadas no concelho, para onde estas pessoas possam ser encaminhadas.

As instalações e equipamentos em mau estado de conservação em algumas das unidades de saúde do concelho, foram também aspetos referidos por cidadãos/ãs, mas também, por profissionais de saúde, participantes nesta auscultação.

Ao nível dos/as cidadãos/ãs, a dificuldade de contato com as unidades de saúde e os tempos de espera para consultas de médico de família e de especialidade, foram algumas das deficiências indicadas.

Ao nível dos/as próprios/as profissionais de saúde, foram referidas algumas sugestões de melhoria, como sejam: a criação de espaços de descanso/pausas nas unidades de saúde para funcionários/as e a modernização tecnológica dos respetivos equipamentos de saúde. Por seu lado, os/as cidadãos/ãs indicaram que deveria haver um alargamento no horário das consultas de médico de família, a disponibilização de mais recursos digitais para a resolução de problemas de saúde das pessoas, e mais justiça na distribuição dos médicos de família no concelho.

- Na área da Segurança, foram essencialmente as pessoas participantes nesta auscultação que indicaram alguns tópicos sobre esta área. Foi referido que tem existido um sentimento crescente de insegurança, principalmente na cidade, mais especificamente de situações de agressões na via pública, tendo sido mesmo feita referência a casos específicos que aconteceram mais recentemente.
Foi sugerida a possibilidade de instalação de mais sistemas de segurança instalados em algumas ruas, bem como o aumento de patrulhamento por parte das forças de segurança.
- Em relação ao Trabalho em Parceria, este aspeto foi referenciado pelos/as representantes das entidades, os/as quais alertaram para a necessária melhoria do trabalho em rede, assente no reforço das parcerias e na maior dinamização da Rede Social concelhia, de forma a que se desenvolvam mais atividades em conjunto, com um fim comum, tendo sido sugerido por alguns/mas dos/das participantes, que possa existir mais articulação e integração entre as instituições sociais do concelho, o que obviamente exige a definição explícita de estratégias de incentivo e animação nesse sentido.
- Em relação aos Transportes, um dos problemas mais sinalizados nesta área foi a limitação de horários dos transportes coletivos, nomeadamente de autocarros para o transporte entre a cidade e as freguesias (e vice-versa). Esta limitação é vista pelas pessoas que participaram neste levantamento e pelas próprias entidades, como um fator que tem levado, ao longo dos últimos anos, a um maior isolamento da população residente nas freguesias. A este nível, foi proposto por algumas das entidades, a flexibilização dos transportes públicos do concelho, de modo que os/as cidadãos/ãs possam ter mais condições de mobilidade e consequentemente melhores condições de vida.
Em relação a este ponto, deve salientar-se que, em 2022, entrou em vigor no município o transporte flexível, que está ainda em fase experimental, mas que a autarquia pretende que venha a ser implementado em pleno num futuro a curto prazo.
- Em relação à situação do Voluntariado no concelho, os contributos recolhidos foram essencialmente de uma entidade parceira do município, desta área de atividade, nomeadamente de voluntariado junto dos/as mais idosos/as. Foi referido pelos/as responsáveis, o notório desinteresse pela área do voluntariado na generalidade da população do concelho, que se têm verificado através da contínua perda de voluntários/as nas diversas instituições, e a grande dificuldade que existe atualmente no recrutamento de voluntários/as, principalmente nas ações/atividades de apoio à população mais idosa do concelho.

O recente Banco Local de Voluntariado do concelho, foi referido como sendo uma oportunidade para fazer face a algumas das lacunas existentes nesta área, nomeadamente no apoio de angariação de voluntários/as para as entidades aderentes, no reforço de parcerias entre as entidades do concelho promotoras de voluntariado, no apoio na burocracia e procedimentos legais inerente ao acolhimento de um/a voluntário/a, entre outros.

De uma forma geral, a maioria das entidades participantes neste processo de auscultação, mostraram-se disponíveis para continuar a desenvolver o seu trabalho nas suas respetivas áreas de atuação, bem como para uma articulação concertada e sistemática com todas as instituições e serviços do concelho.

Esta abertura ao desenvolvimento do trabalho em rede, concertado e orientado para a resolução dos problemas, e melhoria das condições de vida dos cidadãos/ãs, será muito importante aquando da definição do plano de desenvolvimento social/sustentável e consequente plano de ação, nos quais irão constar os respetivos objetivos e medidas/ações de intervenção a serem desenvolvidas em cada área definida como prioritária.

2. AUSCULTAÇÃO DE ENTIDADES PARCEIRAS E COMUNIDADE LOCAL

Pretendeu-se com a elaboração do presente documento, envolver de uma forma mais ativa os principais atores do panorama social do concelho, através de mobilização, recolha e análise de dados e informações partilhadas por entidades parceiras da Rede Social, sendo estas que desenvolvem um trabalho diário no terreno em diversos setores de atividade, e que estão em contacto com a realidade, de vários pontos de vista e perspetivas de observação, sabendo assim identificar problemas e lacunas, e ao mesmo tempo dar possíveis soluções para os mesmos.

São estas instituições que são cada vez mais responsabilizadas pela própria sociedade, para a prestação de respostas que venham de encontro às diversas problemáticas que vão surgindo, e que, por diversas ocasiões têm vindo a originar grandes problemas sociais, que colocam em causa a dinâmica e estabilidade da população, sendo desta forma fundamental esta auscultação com vista ao apuramento e planeamento de possíveis ações consertadas e planificadas que venham de encontro à minimização e/ou resolução dos problemas sociais do concelho.

Como instrumento metodológico, com vista à recolha de informação qualitativa e/ou quantitativa junto das entidades parceiras, foi usado pela equipa técnica responsável, um breve guião com as seguintes questões:

- 1. Quais os principais problemas e necessidades do concelho?**
- 2. Que dados quantitativos ou informações qualitativas (evidências, exemplos, descrições, acontecimentos...) podem ser fornecidos para ilustrar os problemas e necessidades referidas?**
- 3. Que soluções e respostas propõem?**
- 4. Que contributos podem dar para essas soluções e respostas?**

No seguimento do contato anteriormente referido com parceiros do CLAS, foi solicitado que estes identificassem participantes das suas atividades, de forma a que estas pessoas com quem promovem contatos mais regulares, pudessem também elas serem envolvidas neste processo, tendo sido pedido igualmente às entidades, que efetuassem elas próprias esta auscultação, aplicando as mesmas quatro questões à amostra identificada e selecionada.

Neste sentido, a seguir será apresentado de forma esquemática e resumida a informação recolhida, destas duas visões da realidade concelhia, estando a mesma organizada (ordem alfabética) pelas diversas áreas de atividade abordadas.

2.1. Parceiros da Rede Social

Ambiente

LIMITAÇÕES / FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES DE MELHORIA	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de uma estratégia mais clara, promotora da sustentabilidade ambiental e com impacto social (ex. melhoria da eficiência energética, circulação de bicicleta, gestão de resíduos e espaços verdes); - Ausência de estratégia de comunicação adequada para a mudança de comportamentos comunitários. 	<ul style="list-style-type: none"> - Candidaturas a projetos relacionados com a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável; - Estimulação do trabalho em rede entre as entidades do concelho que tem como uma das suas áreas de atuação a questão ambiental; - Realização de iniciativas de cariz ambiental interessantes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fraca envolvência da comunidade em geral para esta temática.

Tabela 1 - Análise das entidades parceiras relativa à área do Ambiente no concelho

Apoio Social

LIMITAÇÕES / FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES DE MELHORIA	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Duplicação de Respostas Sociais por diversas entidades; - Sobreposição e pouca definição do que algumas associações podem ou devem fazer na área do apoio social; - Necessidade urgente de um plano de intervenção social estruturado com o objetivo de conhecer a realidade social do nosso concelho; - Escassez de técnicos das áreas sociais no “terreno”, para colmatar as necessidades do concelho, no acompanhamento social das diversas problemáticas; - Sobreposição no trabalho realizado por associações de bairro e associações sociais, levando a uma distribuição de géneros alimentares e outros benefícios sem controlo; - Aumento das dificuldades num maior número de pessoas, levando a um aumento de pedidos de apoio; - Pouca autonomia dos/as utentes mais envelhecidos/as e/ou com baixa escolaridade e dificuldades, na adaptação às novas tecnologias, 	<ul style="list-style-type: none"> - A elaboração deste tipo de documentos permite refletir o papel das associações de bairro e outras, das Instituições e IPSS de cariz social, de forma a cada um saiba qual a sua função e papel. Deste modo, será mais fácil para o Município dar uma resposta mais eficaz e eficiente à população; - Criação de grupos de trabalho com diversos/as responsáveis de instituições sociais, de forma a repensar os mecanismos de resposta no concelho, de forma a que os apoios sociais prestados aos/às utentes passem a ser vistos como temporários, resultantes de situações/circunstâncias da vida e/ou de doenças; - Potenciar a contratação de mais recursos humanos, com vista a um acompanhamento mais individual e de proximidade, para dar apoio aos/às indivíduos/as com maiores dificuldades, na resolução dos seus problemas; - Certas entidades devem optar pela especialização de uma determinada resposta, e não, por quererem possuir várias respostas de intervenção; - Promoção da autonomia, através do incremento de formações para a população, principalmente nas áreas da cidadania digital, para facilitar o manuseamento de plataformas online dos serviços públicos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do custo de vida, que não se faz acompanhar de uma subida nos rendimentos dos/as cidadãos/ãs, levando a um previsível surgimento de novas situações de fragilidade económica, e aumento de dificuldades dos grupos sociais mais vulneráveis que já existiam; - Surgimento de novas problemáticas, como por exemplo, situações relacionadas com o Tráfico de Seres Humanos; - Grupos mais vulneráveis cada vez mais dependentes de apoios de terceiros, sem autonomia para resolverem os seus assuntos e/ou problemas pessoais;

<p>entrando em choque com a modernização tecnológica da generalidade dos serviços públicos (segurança social, finanças, etc.);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Complexa burocracia e demora nas respostas dos processos de ação social; - Aumento de situações de monoparentalidade e de ausência de competências de gestão do orçamento familiar, em agregados do concelho; - Necessidade de aumentar as vagas em creche, em particular no berçário; - Dificuldade das instituições sociais em contratarem trabalhadores/as para as respetivas respostas sociais, não sendo possível cumprir com os indicadores definidos para o quadro de pessoal; - A abertura de salas Pré-Escolar no Ministério de Educação pode no futuro comprometer as salas de Pré-escolar das IPSS no Concelho; - Falta de vagas nas respostas ERPI e SAD para dar resposta à procura/necessidade; - Necessidade de alargamento de horário (diurno e noturno) no SAD, e adequar os serviços em função das necessidades reais; - Na Resposta de Emergência Social, verifica-se a falta de equipamentos (edifícios adequados), falta de recursos humanos (equipas técnicas e operacionais) para desenvolver o trabalho especializado, nas situações crescentes de emergência que surgem. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a sinergia das várias instituições sociais que trabalham para a comunidade, potenciando um trabalho em rede, mais concertado e assertivo; - Promoção da realização de reuniões entre instituições, para partilha de casos ou de informações, por forma a evitar a repetição de apoios, promovendo assim uma maior justiça social; - Potenciação da dinamização de formação junto de agregados familiares, ao nível da educação parental e parentalidade positiva; - Descentralização de respostas sociais; - Projetos de grande valor social em implementação em várias instituições sociais do concelho; - Forte apoio da Autarquia e da Junta de Freguesia de Castelo Branco ao setor social; - Flexibilizar os apoios alimentares para quem não apresenta documentos elegíveis, criando outros meios de diagnóstico, que não os uniformizados; - Aumentar a capacidade nos Centros Infantis e ERPI, e os acordos revistos para as Instituições receberem mais nas participações; - Melhoria das condições de trabalho aos/às colaboradores/as de respostas de apoio aos/às mais carenciados/as, através de apoios e incentivos, por forma a que estas instituições consigam ter os seus recursos humanos estabilizados e valorizados; - Criação de um Centro de Alojamento Temporário, com uma equipa de trabalho multidisciplinar, e com instalações que assegurem o bem-estar das pessoas que chegam bastante vulneráveis. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento de situações de pedidos de apoio, para um número limitado de técnicos sociais fazerem os devidos acompanhamentos; - Aumento no número de cidadãos/ãs sem competências socioprofissionais, baixa escolaridade, com dificuldades de integração na sociedade; - Instituições sem recursos técnicos e humanos para conseguirem dar as devidas respostas aos/às utentes que as procuram; - Continua dificuldade em contratar trabalhadores/as para as respostas de apoio social, pela exigência das funções das mesmas, e por falta de apoios e incentivos à contratação.
---	---	---

Tabela 2 - Análise das entidades parceiras relativa à área do Apoio Social no concelho

Deficiência

LIMITAÇÕES / FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES DE MELHORIA	AMEAÇAS
<p>- Visão redutora e conservadora da generalidade dos decisores e colaboradores de entidades públicas e privadas, empresas e agentes económicos em geral, no que se refere às respostas sociais a promover na área da deficiência;</p> <p>- Institucionalização precoce de crianças/jovens com deficiência em IPSS e lares residenciais;</p> <p>- Demorada adaptação das IPSS, com CAO e Lar Residencial, a novas respostas, como o CACI;</p> <p>- Reduzida capacidade financeira das famílias para optar por respostas e apoios específicos de IPSS do concelho que não tem acordo de cooperação;</p> <p>- Existência de muitos agregados familiares, nomeadamente monoparentais, com dificuldades em prestar cuidados aos/às seus/suas filhos/as com algum tipo de deficiência;</p> <p>- A forma como a deficiência e o cidadão com dificuldades são vistos perante a sociedade, seja por atitudes de superproteção, ou de exclusão nomeadamente na comunidade escolar;</p> <p>- Ao nível do atendimento nos serviços públicos, é recorrente os/as funcionários/as ignorarem a presença da pessoa com deficiência visual, não se dirigindo à mesma, mas sim ao acompanhante.</p>	<p>- Aproveitamento das boas respostas sociais prestadas na área da deficiência, pelos diversos/as técnicos/as das entidades do concelho;</p> <p>- Divulgação junto dos Agrupamentos de Escolas e Pais/Enc. Educação, de todas as respostas sociais existentes no concelho nesta área, e sobre as etapas do percurso escolar no âmbito da “Educação inclusiva”;</p> <p>- Promover a capacitação para a inclusão social, através das respostas existentes no concelho;</p> <p>- A Disponibilidade das entidades que trabalham na área da deficiência para apoiarem o município em possíveis mudanças relacionadas com a melhoria das acessibilidades;</p> <p>- Aproveitar as candidaturas do PRR para criar respostas de apoio com base nas novas tecnologias, que permitam à população deficiente e agregados familiares monoparentais com filhos deficientes estar em constante acompanhamento, diário e noturno;</p> <p>- Aproveitar os recursos técnicos das entidades para combater estigmas e promover a sensibilização na área da deficiência junto da comunidade.</p>	<p>- Constantes Limitações no trabalho realizado por entidades que prestam respostas sociais na área da deficiência, que não recebem participação da segurança social;</p> <p>- Aumento do número de situações de pais de filhos/as com deficiências que não encontram soluções para a ocupação destes/as;</p> <p>- Estigmas e preconceitos da comunidade perante os/as cidadãos/ãs com deficiência;</p> <p>- Angústia, receio e perda de qualidade de vida dos/as cuidadores/as informais, que têm pessoas a cargo incapacitadas;</p> <p>- Aumento de dificuldades sentidas pela população com dificuldades (físicas locomotoras, visuais e auditivas) nas suas deslocações diárias, na via pública e no acesso a bens e serviços;</p> <p>- Limitação e perda de qualidade de vida de cidadãos/ãs com maiores limitações físicas/motoras, residente no concelho.</p>

Tabela 3 - Análise das entidades parceiras relativa à área da Deficiência no concelho

Educação/Formação Profissional

LIMITAÇÕES / FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES DE MELHORIA	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Surgimento de novos problemas ao nível de saúde dos/as alunos/as; - Necessidade de reforço de técnicos/as especializados/as nos Agrupamentos de Escolas (Psicólogos/as, Educadores/as, Assistentes Sociais e Terapia da Fala); - Necessidade de mais formação ao nível do pessoal não docente em diversas áreas; - Insucesso escolar como um fator, mas também a causa de diversos problemas sociais, como seja, na inclusão, baixa autoestima, gestão de expectativas, conflitos interpessoais; - Existência de situações esporádicas de cariz discriminatório em função do género, etnia ou orientação sexual; - A pandemia veio trazer um aumento de situações de défice ou mesmo perda de competências adquiridas anteriormente na creche e pré-escolar; - Pouca variedade de oferta escolar ao nível dos cursos profissionais ensino do secundário; - Verificação de elevado grau de desinteresse, desmotivação, absentismo e desinvestimento no percurso escolar em jovens que não tiveram escolha e opções suficientes na oferta educativa/profissional do concelho; - Fraco envolvimento de certos pais/encarregados de educação, e de algumas famílias no percurso educativo dos/as seus/suas educandos/as, principalmente a partir do Ensino Secundário; - Insuficiência de resposta em períodos de férias escolares para crianças e jovens entre os 6 e 16 anos, e incapacidade de algumas famílias em suportar financeiramente as ofertas existentes no concelho; - Problemas na obtenção de alojamento no início de cada ano letivo por parte de estudantes deslocados; - Fraca cobertura das residências de estudantes para acolhimento da população estudantil do IPCB; 	<ul style="list-style-type: none"> - Programas de apoio financeiro dirigidos para o setor da educação; - Aproveitamento das estruturas de educação já existentes; - Interesse dos/as responsáveis dos agrupamentos escolares para apoiar os/as seus/suas alunos nos diversos problemas que possam ter; - Proceder à modernização tecnológica nas escolas, ao nível dos equipamentos didáticos para utilização por parte dos/as alunos/as, formandos/as e formadores, de forma a substituir os manuais físicos por manuais digitais; - O aumento da oferta ao nível das atividades extracurriculares em período letivo nas escolas do concelho; - Aproveitamento das escolas profissionais para a possibilidade de integrarem no seu plano formativo currículos adaptados, para o desenvolvimento e treino de capacidades específicas de pessoas com limitações intelectuais; - Promoção de estratégias de integração de estudantes estrangeiros; - Aproveitar o trabalho desenvolvido por entidades junto da população estrangeira, para trabalhar o desenvolvimento de processos de acolhimento e integração destes estudantes internacionais; - Reabilitação da residência Calouste Gulbenkian, e de outros alojamentos da CMCB; - Estabelecimento de protocolos com unidades de alojamento de Castelo Branco; 	<ul style="list-style-type: none"> - Surgimento de outros problemas sociais devido à pandemia, ao nível mental, as depressões e desconhecimento do que vai ser o futuro; - Desinteresse e absentismo escolar; - Comportamentos de risco (Álcool e Drogas) dos jovens; - Tendência para o aumento dos problemas provenientes das redes sociais; - Aumento de situações de crianças que não sabem gerir os conflitos entre eles, mais agressividade, perda do controlo, e famílias incapazes de lidar com estes problemas; - Aumento de situações de jovens estudantes internacionais sem direito a bolsas de estudo ou a receber valores insuficientes, a viverem em condições muito complicadas; - Tendência para o surgimento de casos de inadaptação cultural a uma nova realidade, principalmente em

<ul style="list-style-type: none"> - Existência de diversos fatores de destabilização nos estudantes estrangeiros que dificultam a sua integração na comunidade; - Rede escassa de transportes públicos para as escolas do IPCB (ESACB e Campus da Talagueira); - Falta de dispositivos tecnológicos que permitam um processo de ensino/aprendizagem atualizado, que seja motivador e adaptado aos tempos atuais. 		<p>jovens oriundos dos PALOP;</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Baixos valores dos apoios sociais no âmbito da frequência de formação profissional; - Falta de conhecimentos técnicos e materiais para a realização de formação on-line; - Incompatibilidade dos transportes para os formandos com os horários da formação; - Falta de apoios para a realização de formação pós-laboral; - Elevada carga burocrática com demasiados documentos a serem solicitados aos/às participantes; - Fraca adesão à formação profissional; - Elevado número de absentismo e desistências, maioritariamente por falta de disponibilidade em horário pós-laboral; - Formação em horário laboral quase inexistente; - Necessidade de formação mais diversificada e adaptada no tempo, no espaço e às capacidades e motivações destas pessoas, aproveitando os recursos (humanos, equipamentos, espaços ou escolas) existentes no concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Descentralização, indo de encontro aos/às formandos/as promovendo ações mais próximas dos locais de residência dos mesmos; - Disponibilização de transportes compatíveis com os horários da formação; - Disponibilização de meios informáticos aos/às formandos/as; - Disponibilização de uma rede de internet gratuita aos/às munícipes. - Incentivar e promover junto das empresas a realização de formação em horário laboral; - Aproveitar parcerias entre entidades privadas e públicas para se poderem constituir como potenciais parceiros na promoção de ações de “formação inclusiva”, em áreas de expressão artística importantes para a capacitação e inclusão de pessoas com dificuldades intelectuais e/ou motoras. 	<ul style="list-style-type: none"> - Crescente desinteresse pela frequência de formação profissional; - Iliteracia digital muito presente em potenciais candidatos/as para formação profissional, em contraste com uma crescente predominância da formação pós-laboral.

Tabela 4 - Análise das entidades parceiras relativa às áreas da Educação e Formação Profissional no concelho

Empreendedorismo Social

LIMITAÇÕES / FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES DE MELHORIA	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades na criação de projetos de empreendedorismo social, relacionados com a angariação de parcerias, falta de apoios e de recursos humanos em regime de voluntariado, bem como na aquisição de financiamento; - Demasiada dependência dos/as empreendedores/as pelo financiamento/apoios 	<ul style="list-style-type: none"> - Aproveitamento e potenciação do trabalho desenvolvido pela incubadora social do concelho; - Criação de um banco de voluntariado exclusivo para projetos sociais com vista ao auxílio, a nível de recursos humanos, na elaboração de atividades e iniciativas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Mentalidade da maioria da população ainda avessa à criação de projetos sociais.

<p>externos, para a sustentabilidade financeira dos seus projetos sociais;</p> <p>- Falta de valorização de projetos implementados na comunidade pelas entidades público/privadas;</p> <p>- Falta de competências de potenciais empreendedores/as que não conseguem ir avante com a sua ideia inicial de projeto.</p>	<p>- Criação de um Gabinete de Inovação Social, que esteja em contacto com a incubadora social, e que permita o acesso privilegiado a projetos com potencial inovador a implementar na região;</p> <p>- Criação de uma rede de <i>networking</i> e investidores com o objetivo de ajudar a alavancar os projetos sociais da incubadora com carácter inovador.</p>	
---	---	--

Tabela 5 - Análise das entidades parceiras relativa à área do Empreendedorismo Social no concelho

Emprego e Mercado de Trabalho

LIMITAÇÕES / FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES DE MELHORIA	AMEAÇAS
<p>- Grande dificuldade para as empresas conseguirem atrair pessoas para trabalhar;</p> <p>- Existência de empresas no tecido empresarial do concelho, onde os responsáveis têm uma mentalidade avessa à mudança, e onde os procedimentos e modos de trabalho continuam a ser os mesmo de há anos atrás;</p> <p>- Diminuição do número de ofertas de emprego registadas no centro de emprego local;</p> <p>- Falta de mão-de-obra qualificada em determinados empregos, nomeadamente trabalhos com maior exigência física e de disponibilidade horária;</p> <p>- Pouca recetividade por parte de cidadão/ãs desempregados/as para trabalhos que impliquem horários rotativos;</p> <p>- Jovens qualificados/as com pouca oportunidade no mercado de trabalho, ofertas de trabalho com remunerações baixas e fora da área de estudo, que não os/as motiva a "deixar a situação de desemprego" ou a fixarem-se no concelho de forma ativa;</p> <p>- Utentes com mais idade, com pouco acesso a oportunidade de trabalho, além de, em muitos casos possuírem baixas qualificações, o que</p>	<p>- Medidas de apoio e incentivos para as empresas criarem postos de trabalho, por parte dos organismos públicos;</p> <p>- O município incentivar o deslocamento de empresas para o concelho;</p> <p>- Implementação de incentivos para atração de trabalhadores/as qualificados/as para a região, para aqui se estabelecerem a nível profissional e pessoal;</p> <p>- Existência de novas empresas no concelho, com responsáveis que têm uma mentalidade e um espírito mais inovador e de progresso, assente numa perspetiva de evolução e com maior noção da realidade;</p> <p>- Estabelecimento de parcerias entre as grandes empresas e entidades privadas do setor da educação, para ser possível acolher os/as filhos dos/as seus/suas trabalhadores/as que exercem horários mais prologados/noturnos;</p> <p>- Sensibilização e maior apoio às entidades para criação de oportunidades de trabalho mais estáveis;</p> <p>- Sensibilização de pequenas e médias empresas para candidatura às medidas de apoio do IEFP, relativas à inserção no mercado de trabalho de</p>	<p>- Contínuo surgimento de situações em que os/as desempregados/as inscritos/as que não têm como principal objetivo encontrar trabalho, mas apenas, estarem inscritos no IEFP para requererem apoios sociais;</p> <p>- Perda de população ativa no concelho;</p> <p>- As empresas que se encontram no concelho com necessidade de trabalhadores, poderão vir a ter que se deslocar para outros locais, por falta de funcionários/as;</p> <p>- Empresas que poderiam pensar em investir no concelho, mas, com a diminuição de população ativa também não se sentem atraídas em deslocar os serviços para o concelho;</p> <p>- Aumento de dificuldades no recrutamento por parte de algumas entidades, empresas e IPSS do concelho;</p> <p>- A exigência e competitividade no mercado trabalho, que se torna um entrave à entrada no mesmo por parte de pessoas com menos competências pessoais e profissionais;</p> <p>- Aumento de situações de dependência de subsídios</p>

<p>dificulta ainda mais o processo de reinserção no mercado de trabalho;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Situações de dependência dos subsídios em prol da inserção em ofertas/medidas de inserção no mercado de trabalho; - Situações de exclusão dos/as candidatos/as logo na fase de entrevista de emprego pelo fator da idade. 	<p>desempregados/as de longa duração e públicos mais vulneráveis.</p>	<p>sociais de situação de desemprego;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumento de casos de desempregados/as em faixas etárias mais avançadas que não conseguem colocação em postos de trabalho; - Aumento de situações de jovens com qualificações que terão que sair do concelho para conseguir trabalho nas suas áreas de qualificação/formação; - Agravamento de situações de carência económica em determinados agregados familiares, e surgimento de novas situações, em virtude de situações de desemprego.
---	---	--

Tabela 6 - Análise das entidades parceiras relativa às áreas do Emprego e Mercado de Trabalho no concelho

Envelhecimento

LIMITAÇÕES / FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES DE MELHORIA	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Institucionalização precoce dos/as idosos/as; - Isolamento/solidão dos mais idosos dentro da cidade e arredores (aldeias); - Falta de retaguarda familiar, em que grande parte dos/as idosos/as têm muitas pessoas da família emigradas; - Existência de situações de idosos/as em risco, vítimas de violência doméstica, seja da parte do/a cônjuge e/ou dos/as filhos/as, e/ou por outras pessoas estranhas; - Existência de situações de idosos/as a viverem com reformas muito pequenas; - Dificuldade em integrar idosos/as em determinadas valências por incapacidade financeira destes; - Idosos/as a viverem em habitações em mau estado sem as devidas condições; - Pressão psicológica exercida por familiares dos/as utentes aos/as funcionários/as e instituição, como se 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de apoios específicos para o envelhecimento no domicílio com as devidas condições, e formas de apoio para que os/as idosos/as a viver sós e/ou sozinhos/as, possam estar nas suas casas até ao máximo de tempo possível; - Reconhecimento do Estatuto do Cuidador Informal; - Sensibilização junto das famílias destas pessoas ao nível de dar a conhecer e sensibilizar para a questão do envelhecimento, perceber as suas dificuldades enquanto cuidadores, e apontar possíveis soluções de ajuda para melhorar a forma de cuidar dos seus familiares; - Número considerável de entidades de resposta à população mais idosa do concelho; - Potenciação de recursos técnicos e físicos das instituições; - Interesse e desenvolvimento por parte de entidades do concelho, de projetos de promoção do envelhecimento ativo; - O Município incrementar medidas de apoio na requalificação de casas de banho de 	<ul style="list-style-type: none"> - Acentuado isolamento dos/as idosos/as do concelho, principalmente em meios rurais; - Crescente número de idosos/as a viverem sem condições nas suas próprias habitações; - Aumento de casos graves de idosos/as sem condições de saúde nem financeiras, e sem família, que já não conseguem estar sozinhos/as nas suas casas, mas também não conseguem suportar as despesas de

<p>delegassem todas as responsabilidades sobre estes;</p> <p>- Dificuldades na maioria dos/as idoso/as para resolver problemas do quotidiano que impliquem recurso às novas tecnologias, seja por falta de conhecimentos e /ou por ausência de recursos;</p> <p>- Dificuldades na maioria das pessoas mais idosas ao nível da mobilidade, condicionando a sua saída ao exterior sem acompanhamento.</p>	<p>pessoas mais idosas, que vivam com menos condições, apostando por exemplo na substituição de banheiras por poliban, colocação de barras de apoio nos WC, e pegas de segurança no poliban;</p> <p>- Existência de programas específicos de diversas entidades, para identificação e acompanhamento de idosos/as a viverem sós e/ou isolados/as, e respetivo encaminhamento/sinalização de situações com maiores necessidades, para os devidos apoios sociais específicos.</p>	<p>institucionalização em ERPI;</p> <p>- Aparecimento de dificuldades nos próprios familiares e cuidadores informais dos/as idosos/as dependentes.</p>
---	---	--

Tabela 7 - Análise das entidades parceiras relativa à área do envelhecimento no concelho

Habitação

LIMITAÇÕES / FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES DE MELHORIA	AMEAÇAS
<p>- Falta de habitações sociais, tanto para utentes como para os jovens refugiados, tendo que estar a pagar rendas bastante altas, e tendo estes poucos rendimentos;</p> <p>- Número reduzido de Habitação Sociais;</p> <p>- Falta de controlo dos preços da Habitação;</p> <p>- Rendas demasiado elevadas;</p> <p>- Falta de habitação para jovens universitários, nomeadamente para os jovens dos PALOP;</p> <p>- Discriminações por género e por cultura no acesso a arrendamento habitacional;</p> <p>- Inflação geral das habitações, com a prática de preços desajustados tanto no arrendamento como na compra ou mesmo na construção;</p> <p>- Habitações deterioradas em certas zonas da cidade.</p>	<p>- O Município apostar mais na requalificação de casas antigas, para alugar posteriormente a preços mais acessíveis;</p> <p>- O Município e o poder local pensarem em soluções de habitação que possam colmatar as necessidades que existem, seja ao nível alojamentos, seja a nível de residenciais para turismo;</p> <p>- Necessidade de habitação apoiada para minorias culturais.</p>	<p>- Aumento das dificuldades em arrendar ou comprar casa no concelho;</p> <p>- Aumento de pedidos para habitação social sem consequente resposta favorável por parte do município;</p> <p>- Habitações deterioradas e/ ou ao abandono, que, além do mau aspeto, podem dar azo a situações e atos de vandalismo, violência, comportamentos de risco, entre outros, nas mesmas;</p> <p>- Crescente dificuldade da população estudantil do ensino superior, nomeadamente os/as alunos/as dos PALOP em conseguirem habitação.</p>

Tabela 8 - Análise das entidades parceiras relativa à área da habitação no concelho

Infância e Juventude

LIMITAÇÕES / FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES DE MELHORIA	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Desconhecimento técnico sobre problemáticas de crianças e jovens em geral, e sobre as implicações do acolhimento residencial, casas de acolhimento residencial, e crianças e jovens acolhidas, em particular; - Más práticas profissionais no tratamento de várias questões problemáticas (resultando em dano emocional, trauma e atitudes comportamentais desajustadas), discriminação, julgamento, falta de empatia, pressão e cobranças por parte de professores e auxiliares de ação educativa às crianças e jovens acolhidas e aos Encarregados de Educação/Técnicos Gestores de Caso; - Associativismo Juvenil sem grande representação no concelho, não existe uma cultura forte nesta área; - Incapacidade da Segurança Social e Casas de Acolhimento Residencial em intervir/trabalhar competências parentais, individuais e sociais com as famílias, no sentido de as auxiliarem verdadeiramente no cumprimento das responsabilidades familiares; - Inexistência de um Centro de Respostas Integradas (CRI) para tratamento de comportamentos aditivos e de consumo de substâncias especializado em crianças e jovens, com estrutura independente do CRI de adultos; - Inexistência de Residências Autónomas para acolhimento de pessoas com incapacidade de autonomia funcional que desejem e consigam viver de forma independente, dentro das suas capacidades, de forma supervisionada e tecnicamente acompanhada, e com apoio nas atividades do quotidiano; - Inexistência de uma resposta especializada para famílias com crianças e jovens, de forma a potenciar as capacidades das Famílias, fortalecendo as competências necessárias para que as crianças e jovens tenham um crescimento saudável; 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria da articulação no acompanhamento de jovens e famílias; - Intervir na educação, criação de creches públicas para fazer face à procura existente ou estabelecer parcerias com os privados a preços mais acessíveis; - Maior estimulação dos/as jovens para outras áreas da sociedade, associativismo, desporto, para maior participação destes/as, e evitar que entrem em fase de estagnação, propícias ao início de consumo de estupefacientes; - Sensibilização das direções dos agrupamentos de escolas para a necessidade de formação e capacitação dos professores e auxiliares de ação educativa, para as problemáticas da atualidade que afetam as crianças e jovens em geral, e as crianças e jovens acolhidas em particular; - Proatividade e preocupação das Casas de Acolhimento Residencial em estreitar e cimentar as parcerias com a comunidade educativa, esclarecendo os professores no início de cada ano letivo, sempre que uma criança ou jovem é transferida para uma escola; - Criação de um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) na cidade, que trabalhe em consonância com entidades como sejam, a CPCJ e Casas de Acolhimento de Jovens; - Sensibilizar a Segurança Social para a criação de novos programas ou repensar os programas existentes, de forma a permitir o acesso das crianças e jovens ao serviço de saúde privado, quando não obtenha resposta capaz em serviços públicos; - Criação de um CRI especializado no tratamento de comportamentos aditivos e consumo de Substâncias em crianças e jovens, com estrutura/edificado independente do CRI de adultos; - Criação de Residências Autónomas na cidade; - Sensibilização e estabelecimento de protocolos entre as entidades que trabalham nesta área de forma a conseguir dar resposta às necessidades das crianças e jovens; 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento de situações em que os/as jovens, principalmente com défices de autonomia, saem das instituições sem qualquer apoio de retaguarda, orientação pessoal e profissional; - Existência de mais situações de incompreensão, falta de empatia e cobrança nas escolas por parte de professores aos/as jovens institucionalizados/as e às entidades de acolhimento; - Surgimento de mais casos de famílias com filhos/as, destruídas e sem capacidades sociais e parentais.

<ul style="list-style-type: none"> - Número elevado de situações de violência doméstica com crianças envolvidas nestes processos; - Dificuldades ao nível do acompanhamento psiquiátrico do SNS aos/às jovens no geral, e em particular aos/às que estão institucionalizados/as; - Incapacidade de resposta SNS às necessidades de acompanhamento de geral e de saúde mental das crianças e jovens do concelho em geral, e às institucionalizadas em particular, nomeadamente ao nível dos serviços disponibilizados (variedade de terapias complementares), e ainda ao nível da regularidade de consultas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Candidaturas a programas comunitários e de segurança social, que facilitem o acesso das crianças e jovens aos serviços que necessitam; - Disponibilização por parte da Instituição CIJE, da sua “Casa Teresinha Sanches” para desenvolvimento de Projeto de Residência Autónoma, com protocolo de funcionamento e acompanhamento por entidade parceira capacitada para a sua dinamização e funcionamento; - Potenciação de recursos (ex. IPDJ, Cibercentro). 	
--	--	--

Tabela 9 - Análise das entidades parceiras relativa às áreas da Infância e Juventude no concelho

Migrantes e Refugiados / Etnia Cigana

LIMITAÇÕES / FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES DE MELHORIA	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Estereótipos e preconceitos associados à multiculturalidade; - Dificuldades no acesso ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; - Dificuldades no acesso à habitação e desconhecimento das regras do arrendamento por parte dos imigrantes, além de uma cultura de habitação bastante distinta da europeia; - Desconhecimento da comunidade migrante face ao sistema público, leis, cultura, língua e serviços; - Dificuldades de integração no mercado de trabalho e na vida social na generalidade da população migrante no concelho; - Dificuldades dos/as próprios/as técnicos/as das instituições de apoio social, nos agendamentos para os serviços públicos, e excessiva burocracia dos mesmos; - Fraca participação cívica dos/as migrantes e desconhecimento de espaços neutros e religiosos em que se possam exprimir livremente; 	<ul style="list-style-type: none"> - O Município continuar a apoiar os projetos de entidades parceiras que trabalham com este público-alvo; - Candidaturas na área da inclusão social para a comunidade migrante a residir no concelho; - Organização de reuniões de entidades parceiras com ordens de trabalho específicas, objetivas e oportunas nesta área; - O Reforço do trabalho em rede de apoio à população migrante, através dos parceiros sociais; - Criação de uma loja Social/Supermercado Social para a comunidade migrante/refugiada, no sentido de dignificar o acesso aos bens de primeira necessidade; - Promoção da formação para as entidades e institutos públicos no acolhimento assertivo a todas as nacionalidades; - Realização de mais eventos multiculturais no território; - Dinamização de sessões de combate aos estereótipos e preconceitos associados à multiculturalidade; 	<ul style="list-style-type: none"> - A resistência cultural destas comunidades, na dificuldade que normalmente têm em compreender e se adaptarem à comunidade que os recebe; - A própria sociedade autóctone ainda com mentalidade adversa à vinda de migrantes, através de mitos e medos instaurados culturalmente, que dificultam ainda mais a integração destas pessoas; - Contínua existência de técnicos/as sem formação e competências nos serviços públicos para o atendimento a esta população; - Aproveitamento por parte de gabinetes privados, ao nível da excessiva cobrança dos

<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades na inscrição e reconhecimento de equivalências e outras documentações (carta de condução, certificado de habilitações literárias, etc.); - Desconhecimento dos direitos e deveres dos/as migrantes e refugiados/as no acesso ao SNS; - Escassa divulgação do Município dos eventos multiculturais; - Pouca oferta, e a que existe é muito dispendiosa ao nível da tradução e autenticação de documentos diversos, sendo desde logo um constrangimento para aceder a determinados direitos jurídicos, sociais e profissionais indispensáveis; - Inexistência de assistentes sociais nos serviços públicos com formação especializada em multiculturalidade; - Fraco ou mesmo inexistente apoio psicológico a migrantes e refugiados, ou por falta de recursos humanos e financeiros ou pela dificuldade de comunicação, pela língua de origem e falta de sensibilidade e formação nestas áreas. De forma geral, são enviados/as para a Consultas de Psiquiatria, sem retaguarda no apoio psicológico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Organizar formação alusiva ao tema da “Diversidade Cultural” para técnicos/as que estão em constante contato com migrantes e refugiados/as; - Criar e estabelecer canais de comunicação próprios para assuntos relacionados com migrantes e refugiados, e eleição em cada serviço público, de uma pessoa que seja o elo de ligação/ponto local; - Promover e apoiar o associativismo migrante; - Promover dentro da rede social reuniões específicas para este público-alvo, sem prescindir dos principais parceiros estratégicos; - Criar e apoiar financeiramente uma bolsa de tradutores para apoiar estas comunidades mais vulneráveis, na tradução, autenticação e apoio aos consulados a fim de obterem o documento necessário e elegível nas entidades públicas; - Apoiar a criação de casa de acolhimento temporário para migrantes e principalmente para estudantes carenciados/as; - Disponibilização de locais públicos para que, os migrantes possam cuidar da sua higiene pessoal e mediante a indicação e encaminhamento de outras entidades; - O Município envolver-se na promoção e divulgação de iniciativas multiculturais como forma de reforçar o sentimento de pertença destes grupos na comunidade e potenciar a sua fixação, combatendo a desertificação e o envelhecimento. 	<p>seus serviços na regularização de documentos dos migrantes, e por vezes, sem proteção de dados pessoais;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Serviços públicos constantemente burocráticos e demasiados formais; - Aumento de dificuldades da população migrante na questão da habitação, surgimento constante de problemas no arrendamento de imóveis, mas também na existência de conflitos com senhorios e vizinhança, em muitos casos motivos por aspetos culturais.
<ul style="list-style-type: none"> - Desconfiança e tendência para reações extremadas (muito positivas ou muito negativas), em relação aos/às “Senhores/as”, da “sociedade maioritária, e que se podem tornar adversas e primárias, em situações de desconforto ou sentidas como de ameaça; - Baixos níveis, em geral, de escolarização e de literacia, nomeadamente de Cidadania e de integração na Sociedade, o que leva às três limitações seguintes; - Baixo nível e poucos hábitos de mobilização de estratégias de reclamações e de reivindicações mais 	<ul style="list-style-type: none"> - Adoção, por parte da Câmara Municipal, de uma nova atitude e mentalidade, favorável à integração e à autonomização destas Comunidades, o que implica conhecê-las melhor e dialogar e interagir positivamente com elas, nos seus diferentes grupos; - Definição e implementação de um PIBECIG, Plano de Intervenção para o Bem-Estar das Comunidades Ciganas; - Opção sistemática por estratégias de cooperação e de trabalho em Parceria entre a EAPN e a Associação “Amato Lusitano”, no que às Comunidades Ciganas diz respeito; - Organização de projetos conjuntos, envolvendo os vários grupos das 	<ul style="list-style-type: none"> - Comunidades Vítimas de Violência Histórica (VVH) - experiências longas e marcantes de perseguições, incompreensões e discriminações, ao longo de cerca de 600 anos; - Preconceitos e estereótipos instalados na Sociedade Portuguesa, impedindo o diálogo positivo com estas Comunidades;

<p>organizadas e formais, o que os/as leva a estratégias sobretudo informais e primárias, quando se sentem injustiçados/as ou pretendem apresentar reclamações ou reivindicações;</p> <p>- Baixos níveis de qualificação profissional e número limitado de experiências de trabalho por conta de outrem;</p> <p>- Baixas taxas de empregabilidade, motivadas pelas limitações anteriores e pela resistência dos/as empregadores/as em lhes proporcionar empregos (ver nas Ameaças);</p> <p>- Resistência cultural, ainda muito frequente, em trabalharem por conta de outrem, em particular para os/as “Senhores/as”;</p> <p>- Desconfiança em relação à “escola”, em geral. Medo cultural de perder a “ciganidade”, ou seja, a sua identidade e os seus usos, costumes e tradições próprias;</p> <p>- Divisão das Comunidades Ciganas de Castelo Branco em, pelo menos, dois grupos, um mais antigo e integrado, outro mais recente, acusado pelo primeiro de ter sido favorecido pela Câmara Municipal, nos últimos anos;</p> <p>- Persistência de problemas, rivalidades e clivagens diversas entre grupos das Comunidades Ciganas de Castelo Branco, provocando frequentemente tensões, rixas e agressões, com consequentes alarmes sociais;</p> <p>- Tendência para acomodação aos apoios proporcionados pelo Rendimento Social de Inserção e a outros apoios sociais, criando hábitos de dependência.</p>	<p>Comunidades e as entidades que com elas têm trabalhado, em Parceria com a Câmara Municipal;</p> <p>- Promoção de um Projeto de Mediadores/as Ciganos/as, na Câmara Municipal, com o apoio do ACM, e envolvendo Jovens dos Grupos das Comunidades;</p> <p>- Organização de programas de formação para Professores/as, Assistentes Operacionais, Médicos/as, Enfermeiros/as, Técnicos/as de Ação Social, Agentes de Segurança e outros/as Técnicos/as das instituições, que estão em contacto com as Comunidades Ciganas do concelho, sobre a sua História e os seus usos, costumes e tradições, com o apoio do ACM;</p> <p>- Desenvolvimento de trabalho conjunto com todas as entidades que têm contactos com as Comunidades Ciganas do concelho, para organização e implementação de iniciativas e atividades que visem e facilitem a o conhecimento e a confiança mútua e a sua integração plena e autonomização;</p> <p>- Início progressivo de uma estratégia de disseminação habitacional das Famílias Ciganas, para contrariar a sua concentração e guetização;</p> <p>- Divulgação das “boas práticas” existentes no seio das Comunidades Ciganas do concelho, para contrariar e combater as imagens negativas que são associadas e generalizadas, em relação a essas Comunidades;</p> <p>- Promoção de eventos de expressão e de valorização das culturas ciganas, para dar a conhecer os seus recursos e potencialidades culturais.</p>	<p>- Quase total ignorância sobre estas Comunidades e os seus usos e costumes, inclusive por parte das instituições que com elas lidam (escolas, centros de saúde, hospitais, serviços de ação social, autarquias, forças de segurança, etc.);</p> <p>- Mútuos desconhecimentos e desconfianças entre a “sociedade maioritária” e estas Comunidades;</p> <p>- Indisponibilidade quase total, por parte de senhorios/as e empregadores/as em aceitar arrendar casas e proporcionar empregos a Famílias e Pessoas das Comunidades Ciganas;</p> <p>- Falta de um Plano específico, conhecedor e fundamentado para a integração destas Comunidades;</p> <p>- Existência, em Castelo Branco, de duas entidades, que têm desenvolvido projetos com as Comunidades Ciganas, mas de forma desarticulada e até concorrente e antagónica, favorecendo divisões dentro delas;</p> <p>- Existência, em Castelo Branco, de uma Associação Cigana, que, mais do que um instrumento de unidade e de ação conjunta, é um foco de divisões.</p>
---	---	--

Tabela 10 - Análise das entidades parceiras relativa às áreas dos Migrantes, Refugiados e Etnia Cigana no concelho

Saúde

LIMITAÇÕES / FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES DE MELHORIA	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Instalações das unidades de saúde do concelho em mau estado de conservação, e com pouca manutenção, bem como os equipamentos; - Falta de comunicação entre equipas (UCSP, USF e HAL); - Condições de trabalho que não ajudam os/as colaboradores/as no seu desempenho laboral; - Condições de trabalho que não favorecem a saúde dos colaboradores na execução das suas atividades; - Dificuldade na atração de profissionais de saúde para o concelho; - Aumento de casos de Saúde Mental no concelho, aliada a uma insuficiente resposta do SNS; - Aumento do número de solicitações junto das instituições sociais associadas a problemas de saúde mental; - Falta de resposta de apoio psicológico a pessoas com problemas específicos, como sejam situações relacionadas com traumas de guerra; - Verificação de situações de Toxicodependência /Alcoolismo / comportamentos de risco, com incidência também nos/as mais jovens. 	<ul style="list-style-type: none"> - Tomadas de posição do Conselho de Administração da ULS de Castelo Branco para diligências no sentido de uma melhor uniformização e equidade nos serviços; - Criação de espaços de descanso e pausas para os/as funcionários/as da área da saúde, como prevenção de situações de depressões e <i>burnout</i>; - Aproveitar os apoios na área da saúde para promover a vinda de médicos e enfermeiros especialistas para que possam vir para o interior do país; - Aquisição/Renovação de material mais recente/moderno para as unidades de saúde do concelho; - Criação de respostas de apoio à saúde mental, mediante uma estratégia promotora da saúde mental comunitária. 	<ul style="list-style-type: none"> - Crescente emigração dos profissionais de saúde que acarreta cada vez mais problemas na colocação de novos profissionais; - Sobrelotação dos serviços de emergência por falta de profissionais de saúde nos cuidados de saúde primários; - Desmotivação crescente dos/as profissionais de saúde nas respetivas unidades do concelho, por falta de condições nos locais de trabalho; - Contínua degradação de espaços e equipamentos que necessitam de intervenção/substituição; - Aumento de situações muito problemáticas relacionadas com a saúde mental.

Tabela 11 - Análise das entidades parceiras relativa à área da Saúde no concelho

Trabalho em Parceria

LIMITAÇÕES / FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES DE MELHORIA	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Fraca participação das entidades nas reuniões de CLAS; - Desinteresse e desmotivação para a mudança; - Falhas no trabalho em rede entre as entidades; - Rede Social com pouco dinamismo, e ausência de uma figura/mediador da rede; - Pouco interesse e disponibilidade das entidades para participação/contribuição em estudos realizados pela rede social do município. 	<ul style="list-style-type: none"> - Interesse dos responsáveis de algumas das entidades sociais pelo desenvolvimento social; - Existência de entidades ativas e dinâmicas na rede social; - Disponibilidade da autarquia para potenciar e dinamizar a rede social junto dos parceiros. 	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de entidades com visão mais fechada/interina em prol de uma visão para o exterior e para o estabelecimento de parcerias; - Desinteresse e comodismo em entidades pertencentes à rede; - Perca de motivação e interesse para participação em futuros estudos/projetos da rede social.

Tabela 12 - Análise das entidades parceiras relativa ao trabalho em Parceria no concelho

Transportes e Acessibilidades

LIMITAÇÕES / FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES DE MELHORIA	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Espaços físicos de desporto/lazer, a necessitarem de manutenção; - Inexistência de acessos para pessoas portadoras de incapacidades físicas nas ruas, espaços de cultura, lazer e transportes públicos; - Isolamento social das pessoas que residem nas aldeias, que se encontram deslocadas dificultando o acesso à maior parte de serviços e bens; - Existência de sítios web de algumas instituições públicas e de serviços, inacessíveis às pessoas com deficiência visual; - Escassa oferta de transportes públicos para as populações das freguesias se deslocarem até à cidade; - Os transportes públicos urbanos não dispõem de um sistema eletrónico de avisos sonoros no interior do autocarro que informe a próxima paragem e a chegada à mesma; - Grande carência de pavimentos táteis nas paragens, os painéis informativos instalados em algumas paragens e no terminal rodoviário são inacessíveis para os/as cidadãos/ãs com deficiência visual; - Inexistência de informação em braille ou digital sobre horários, percursos e tarifários. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aproveitamento dos recursos humanos do município para criação de equipas de manutenção de locais de desporto/lazer do concelho, de uma forma mais eficaz; - Criação de alternativas para o acesso a espaços públicos por parte da população com mais dificuldades; - Possibilidade de fazer um estudo de Mobilidade e Acessibilidade, que permita avaliar os sítios da cidade onde devem ser colocados equipamentos de descanso (Assentos Públicos); - Criação de um programa de apoio de ajudas técnicas ao nível de pequenos arranjos ao domicílio, e um banco de material de apoio, para os/as cidadãos/ãs mais limitadas; - Apostar na flexibilização dos transportes, de modo a facilitar a vida das pessoas das freguesias. 	<ul style="list-style-type: none"> - População residente nas freguesias cada vez mais isolada da sede de concelho, e dos principais serviços por ausência de mais meios de transporte públicos; - Sensação de perigo e insegurança para utilizadores de parques públicos/zonas de lazer em mau estado de conservação.

Tabela 13 - Análise das entidades parceiras relativa às áreas dos Transportes e Acessibilidades no concelho

Voluntariado

LIMITAÇÕES / FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES DE MELHORIA	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Falta de interesse por parte dos jovens em fazer voluntariado; - Fraca participação e perda de interesse da população em geral em fazer voluntariado; - Dificuldade no recrutamento de voluntários/as para apoio à população mais idosa, em virtude de vários fatores; - Pouco trabalho em rede/parceria entre as entidades promotoras/dinamizadoras de voluntariado; 	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de muitos programas na área do voluntariado jovem que as entidades/associações se podem candidatar; - Implementação/Potenciação do Banco Local de Voluntariado (BLV) de Castelo Branco; - O BLV como uma oportunidade para a angariação de voluntários/as para as entidades aderentes ao nível do reforço de parcerias, apoio na burocracia e procedimentos legais inerente à contratação de um voluntário, entre outros; - Disponibilidade, experiência e conhecimento das diversas entidades do concelho promotoras de voluntariado; 	<ul style="list-style-type: none"> - Decréscimo de interesse pela área do Voluntariado na generalidade da população do concelho; - Contínua perda de voluntários/as nas entidades promotoras do concelho; - Jovens do concelho sem conhecimentos e motivação para o voluntariado;

<p>- O voluntariado existente em cada uma das entidades promotoras ainda é muito cada um por si, não existindo de fato trabalho em rede entre as mesmas.</p>	<p>- Candidaturas a projetos na área do voluntariado;</p> <p>- Potenciação do Voluntariado Jovem.</p>	<p>- Contínua falta de mobilização entre as entidades, para a organização de atividades em parceria relacionadas com a área do voluntariado.</p>
--	---	--

Tabela 14 - Análise das entidades parceiras relativa à área do Voluntariado no concelho

2.2. Cidadãos/ãs

Apoio Social

LIMITAÇÕES / FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES DE MELHORIA	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Falta de técnicos/as sociais para colmatar as necessidades do concelho, em termos de acompanhamento social, nas mais diversificadas problemáticas; - Empobrecimento escondido; - Dificuldade em requerer ajudas técnicas como um problema no concelho; - Necessidade de unidades de tratamento ao tabagismo; - Necessidade de existência de Centros de recuperação de toxicodependência no concelho; - Exclusão Social; - Falta de Respostas sociais diversificadas; - Existência de duplicação de respostas de apoio social entre entidades; - Necessidade de reforçar a dinâmica de trabalho em rede e parceria, com a formação de grupos comunitários; - Aumento de situações de precariedade, motivadas pelo aumento dos preços de bens de primeira necessidade (ex. comida, roupa e produtos de higiene para bebés). 	<ul style="list-style-type: none"> - Parcerias entre entidades de modo a dar a conhecer os perfis das famílias mais vulneráveis; - Reformular a rede de associações que contribuem em cada freguesia para o apoio social, não só IPSS, mas também outras associações; - Colocação de técnicos/as assistentes sociais nas freguesias pare se inteirarem das situações mais complicadas, fazendo assim a ponte entre os agregados carenciados e as entidades locais que podem dar o devido apoio; - Extensão do banco alimentar e programas de distribuição de alimentos a mais famílias; - Reforço de recursos humanos na área social, mais concretamente na área da deficiência e no acompanhamento personalizado; - Acompanhamento periódico às famílias disfuncionais com capacitação a nível da alimentação e economia doméstica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento de situações de maior vulnerabilidade social; - Contínuas dificuldades na resolução dos diversos assuntos sociais nas entidades por excesso de burocracia.

Tabela 15 - Análise dos/as cidadãos/ãs relativa à área do Apoio Social no concelho

Associativismo

LIMITAÇÕES / FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES DE MELHORIA	AMEAÇAS
- Desigualdade nos apoios para as coletividades sejam elas, desportivas, culturais ou recreativas. Necessidade de saber prioridades e critérios.	- Mais apoios financeiros ao associativismo, em específico, ao juvenil e cultural – que zela pela fixação e dinamização artística; - Maior democratização no acesso aos apoios financeiros; - Maior auscultação das Associações locais e culturais da região.	- Desmotivação em grande parte do movimento associativo pela distribuição de apoios financeiros.

Tabela 16 - Análise dos/as cidadãos/ãs relativa à área do Associativismo no concelho

Deficiência

LIMITAÇÕES / FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES DE MELHORIA	AMEAÇAS
- Existência de muitos Pais que não conseguem ajudas específicas de apoio aos/às seus/suas filhos/as com limitações físicas e/ou psicológicas; - Cidadãos com deficiência rejeitados pela família, que em certas situações não têm onde ficar; - Listas de espera muito grandes em entidades que possuem respostas de apoio alternativo a pessoas com incapacidade.	- Reforço de recursos humanos na área da deficiência e no acompanhamento personalizado a estas pessoas; - Criação de mais espaços de apoio à deficiência, bem como, a existência de mais apoios a nível monetário para as instituições que prestam estas respostas na comunidade.	- Aumento de casos de pais que não conseguem obter respostas de apoio social, ou as que conseguem são muito dispendiosas para apoio aos/às seus/suas filhos/as portadores/as de deficiência.

Tabela 17 - Análise dos/as cidadãos/ãs relativa à área da Deficiência no concelho

Desporto

LIMITAÇÕES / FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES DE MELHORIA	AMEAÇAS
- Ausência de uma carta desportiva.	- Apresentação de uma proposta de cada clube/associação, com os objetivos a que se propõem atingir no final de cada ano civil com diversos indicadores (ex.: n.º de sócios, atividades realizadas, n.º de pessoas envolvidas, n.º praticantes, títulos conseguidos, parcerias estabelecidas, entre outros).	

Tabela 18 – Análise dos/as cidadãos/ãs relativa à área do Desporto no concelho

Educação/Formação Profissional

LIMITAÇÕES / FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES DE MELHORIA	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Indiferença perante dificuldades/problemas apresentados pelos/as alunos/as; - Inexistência de infraestruturas ao nível de ginásios e refeitórios; - Dificuldade dos docentes/formadores em controlar alguns alunos/as; - Falta de apoio a alguns alunos por parte de certos docentes/formadores; - Pouca diversidade nos cursos profissionais existentes nas instituições, sendo sempre das mesmas áreas; - Pouca diversidade nos cursos profissionais existentes nas instituições, sendo sempre das mesmas áreas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de sinergias e parcerias entre os diferentes intervenientes na educação local; - Mais apoio financeiro para as novas tecnologias e redes digitais; - Mais apoio e incentivos para formação profissional, face à importância desta na empregabilidade da região; - Alterar os modelos educativos vigentes, criação de escolas alternativas; - Criação de espaços de partilha entre alunos e professores; - Melhor organização de horários; - Verbas maiores para as escolas; - Maior abertura das entidades de formação para disponibilizarem cursos profissionais de outras áreas; - Apostar na formação de cidadania mais precocemente junto das crianças de agregados familiares mais vulneráveis, de modo a atenuar as desigualdades nas escolas, através de turmas mais heterogéneas; - Mais ações de formação com vista a uma melhor integração; - Aumentar a oferta formativa disponível para quem quer apostar em novas áreas profissionais, ou para quem pretende voltar a estudar e obter um nível de escolaridade superior; - Disponibilização de equipamentos e apoios financeiros para o reforço das novas tecnologias (Computadores e Tabletes) nas escolas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Crescente insatisfação dos/as alunos/as, por não serem devidamente ouvidos/as pelos/as responsáveis das instituições de ensino; - Falta de interesse e desmotivação dos/as alunos/as; - Escolas profissionais sem as devidas condições para a realização de determinadas atividades; - A formação profissional não dá a resposta necessária ao nível de formação de pessoal técnico especializado para as empresas do concelho.

Tabela 19 – Análise dos/as cidadãos/ãs relativa às áreas da Educação e Formação Profissional no concelho

Empreendedorismo Social

LIMITAÇÕES / FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES DE MELHORIA	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades ao nível do desenvolvimento de projetos sociais, por falta de informação institucional sobre o problema diagnosticado; - Falta de apoio das entidades público/privadas para o estabelecimento de parcerias; - Falta de apoios financeiros para a criação de postos de trabalho e criação de novas empresas na cidade; - Falta de valorização de projetos implementados na comunidade pelas entidades público/privadas; - Entrave no desenvolvimento de projetos sociais por falta de apoios financeiros; - Dificuldade de alguns empreendedores sociais em estruturar bem o seu projeto, ao nível da verificação da viabilidade e sustentabilidade do mesmo, bem como, da definição dos objetivos a que se propõe. 	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilização de mais apoios financeiros às entidades e/ou empreendedores sociais; - Obtenção de apoios financeiros para a implementação dos projetos de empreendedorismo social como por exemplo: impressão de materiais do projeto para publicidade, publicações de notícias em meios de comunicação local, pagamentos de renda referente ao 1.º mês (em caso de espaços arrendados) ou disponibilização de espaços a rendas reduzidas; - Obtenção de apoios na aquisição de materiais indispensáveis para a concretização dos projetos, como por exemplo, impressoras ou outros materiais de escritório. 	<ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de apoios financeiros que torna muito complicado o desenvolvimento de atividades futuras na comunidade, por parte dos empreendedores sociais.

Tabela 20 – Análise dos/as cidadãos/ãs relativa às áreas do Empreendedorismo Social no concelho

Emprego e Mercado de Trabalho

LIMITAÇÕES / FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES DE MELHORIA	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Falta de emprego para os/as jovens, nomeadamente licenciados/as; - Precariedade e falta de condições de trabalho, nomeadamente em trabalhos do sector agrícola; - Precariedade nos contratos de trabalho, a maioria deles são temporários; - Discriminação no recrutamento de trabalhadores/as em função da idade da pessoa; - Escassez de ofertas de emprego; - Salários baixos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoios e incentivos para a criação de novas empresas; - Deveriam ser criadas oportunidades de trabalho especificamente para uma determinada faixa etária, com trabalhos mais leves, mas igualmente úteis e necessários, para oferecer fonte de rendimento e ocupação social; - Deveriam ser dados incentivos de contratação de pessoas mais velhas, tal como acontece nas medidas de apoio à contratação de jovens; - Criação de incentivos diferenciadores para empresas que se possam instalar no concelho, com uma política autárquica de procura e angariação dessas mesmas empresas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da precariedade das famílias, em virtude de um mercado de trabalho acentuadamente mais precário e discriminatório; - Surgimento de situações de exploração laboral, de pessoas em situação de vulnerabilidade social; - Aumento de situações de jovens formados/as a trabalharem em empregos fora da sua área profissional, e com baixas remunerações; - Aumento de jovens formados/as que têm de emigrar; - Predominância do trabalho temporário, que não garante na maioria dos casos, estabilidade

<ul style="list-style-type: none"> - Falta de empresas com salários acima da média nacional; - A mão-de-obra qualificada também é muito precária; - Dificuldade no acesso ao emprego para pessoas com limitações de mobilidade; - Dificuldade cada vez maior de pessoas com menos qualificações em reintegrarem o mercado de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mais incentivos para a criação de mais empregos, no setor privado e público; - Fortalecimento do setor industrial, viabilizando medidas que possam elevar o grau de competitividade industrial a médio e longo prazo. 	<ul style="list-style-type: none"> profissional aos/às trabalhadores/as; - Aumento de situações de cariz discriminatório no recrutamento de colaboradores/as; - Empresas de grande dimensão e com trabalhadores/as qualificados/as, que optam por se fixarem noutras zonas do país; - Aumento de situações de pessoas em situação mais vulnerável, por não conseguirem integrarem um mercado de trabalho mais exigente e competitivo.
--	--	---

Tabela 21 – Análise dos/as cidadãos/ãs relativa às áreas do Emprego e Mercado de Trabalho no concelho

Envelhecimento

LIMITAÇÕES / FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES DE MELHORIA	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Isolamento dos/as idosos/as continua a ser um grande problema, com fracas redes de transportes públicos e horários demasiado restritivos; - Envelhecimento da população. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criar mais circuitos de transporte de autocarros durante as férias, para as aldeias. 	<ul style="list-style-type: none"> - Crescente desertificação e o envelhecimento do concelho, por motivo da imigração e emigração dos jovens.

Tabela 22 – Análise dos/as cidadãos/ãs relativa à área do Envelhecimento no concelho

Habitação

LIMITAÇÕES / FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES DE MELHORIA	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Falta de habitação condigna; - Falta de habitações sociais; - Preços inflacionados das habitações, com a prática de preços desajustados ao nível da compra e aluguer de imóveis, que dificulta os cidadãos na aquisição de habitação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mais apoio para a reconstrução de casas antigas pertencentes a particulares; - O Município apostar mais na requalificação das habitações degradadas que possui; - Apoio para a habitação acessível, rendas mais baixas para os/as jovens se fixarem no território; - Maior fiscalidade e controlo no arrendamento e vendas de imóveis; - Maior fiscalidade e controlo nas diversas empresas do ramo Imobiliário; - Controlo autárquico e regulador do valor da construção de habitações, através da venda de lotes de terreno a preços reduzidos, e da atribuição de incentivos a casais com baixos recursos que queiram adquirir ou arrendar habitação própria. 	<ul style="list-style-type: none"> - A permanente prática de preços desajustados tanto no arrendamento como na compra ou mesmo na construção, é uma constante barreira para quem quer possuir uma habitação própria, especialmente para os/as mais jovens.

Tabela 23 – Análise dos/as cidadãos/ãs relativa à área da Habitação no concelho

Infância e Juventude

LIMITAÇÕES / FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES DE MELHORIA	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Muitas dificuldades para os pais com ordenados inferiores, em suportarem as despesas de educação dos filhos, nomeadamente no que diz respeito às crianças em creches e jardins de infância. 	<ul style="list-style-type: none"> - No âmbito da solidariedade social, poderão ser desenvolvidos pelas entidades de apoio à infância, mecanismos de envolvimento dos seus colaboradores e das suas famílias, para auxiliar nesta matéria sensível, que é a da integração, proteção, acolhimento e promoção da cidadania ativa nos jovens; - Reduzir os valores das mensalidades das creches e jardins de infância, desde que criado um incentivo autárquico ou governamental, que compense aquela medida, pois a sua aplicação irá desequilibrar orçamentalmente estas instituições. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento de situações de jovens com comportamentos de risco.

Tabela 24 – Análise dos/as cidadãos/ãs relativa às áreas da Infância e Juventude no concelho

Migrantes e Refugiados / Etnia Cigana

LIMITAÇÕES / FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES DE MELHORIA	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Ao nível da conciliação entre o trabalho e a religião, há empregadores que não respeitam algumas características culturais e religiosas próprias dos/as trabalhadores/as vindos/as de outros Países; - Falta de oportunidades de inclusão no mercado de trabalho para as comunidades minoritárias, muitas vezes estigmatizadas; - Complexa burocracia e demora na resposta nos processos de ação social e na legalização; - Reagrupamento familiar; - Dificuldades na articulação com os consulados; - Dificuldades dos migrantes ao nível da comunicação, no domínio da língua portuguesa; - Muitas dificuldades no agendamento com o SEF; - Demasiada burocracia nos serviços do IMTT; - Desconhecimento dos próprios serviços públicos dos serviços de apoio 	<ul style="list-style-type: none"> - Uma maior auscultação das Associações locais e culturais da região; - Protocolos com os Países de origem na facilitação de documentação; - Maior Sensibilização para as empresas nas questões religiosas (Ramadão); - Aumento da divulgação junto das entidades públicas sobre o trabalho que outras entidades privadas fazem, os serviços que prestam, em cada uma das áreas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento de casos de migrantes recém-chegados ao concelho com muitas dificuldades de integração, ao nível da resolução dos processos burocráticos, e da própria integração cultural.

<p>ao imigrante prestados por algumas entidades;</p> <p>- Desconhecimento das entidades públicas dos direitos e deveres dos migrantes e refugiados.</p>		
<p>- Baixos níveis, em geral, de escolarização e de literacia, nomeadamente de Cidadania e de integração na Sociedade, o que leva às duas limitações seguintes.;</p> <p>- Baixos níveis de qualificação profissional e número limitado de experiências de trabalho por conta de outrem;</p> <p>- Baixas taxas de empregabilidade, motivadas pelas limitações anteriores e pela resistência dos/as empregadores/as em lhes proporcionar empregos (ver nas Ameaças);</p> <p>- Desconfiança em relação à “escola”, em geral;</p> <p>- Medo cultural de perder a “ciganidade”, ou seja, a sua identidade e os seus usos, costumes e tradições próprias, sobretudo por parte dos/as mais velhos/as;</p> <p>- Divisão das Comunidades Ciganas de Castelo Branco em, pelo menos, dois grupos, um mais antigo e integrado, outro mais recente, acusado pelo primeiro de ter sido favorecido pela Câmara Municipal, nos últimos anos;</p> <p>- Persistência de problemas, rivalidades e clivagens diversas entre grupos das Comunidades Ciganas de Castelo Branco, provocando frequentemente tensões, rixas e agressões, com consequentes alarmes sociais;</p> <p>- A segregação dentro da comunidade cigana, dada a crescente migração de famílias ciganas de outras freguesias e concelhos e a complexa inclusão destes cidadãos, pois dentro da própria comunidade não existe uma unanimidade nessa pretensão.</p>	<p>- Adoção, por parte da Câmara Municipal, de uma nova atitude e mentalidade, favorável à integração e à autonomização destas Comunidades, o que implica conhecê-las melhor e dialogar e interagir positivamente com elas, nos seus diferentes grupos;</p> <p>- Definição e implementação de um PIBECIG – Plano de Intervenção para o Bem-Estar das Comunidades Ciganas;</p> <p>- Opção sistemática por estratégias de cooperação e de trabalho em Parceria entre a EAPN e a Associação “Amato Lusitano”, no que às Comunidades Ciganas diz respeito;</p> <p>- Organização de projetos conjuntos, envolvendo os vários grupos das Comunidades e as entidades que com elas têm trabalhado, em Parceria com a Câmara Municipal;</p> <p>- Promoção de um Projeto de Mediadores/as Ciganos/as, na Câmara Municipal, com o apoio do ACM, e envolvendo Jovens dos Grupos das Comunidades;</p> <p>- Organização de programas de formação para Professores/as, Assistentes Operacionais, Médicos/as, Enfermeiros/as, Técnicos/as de Ação Social, Agentes de Segurança e outros/as Técnicos/as das instituições, que estão em contacto com as Comunidades Ciganas do concelho, sobre a sua História e os seus usos, costumes e tradições, com o apoio do ACM;</p> <p>- Desenvolvimento de trabalho conjunto com todas as entidades que têm contactos com as Comunidades Ciganas do concelho, para organização e implementação de iniciativas e atividades que visem e facilitem a o conhecimento e a confiança mútua e a sua integração plena e autonomização.</p> <p>Início progressivo de uma estratégia de disseminação habitacional das Famílias Ciganas, para contrariar a sua concentração e guetização;</p>	<p>- Uma parte da comunidade cigana é muito resistente a processos de inclusão para a mudança social;</p> <p>- Comunidades Vítimas de Violência Histórica (VVH) – experiências longas e marcantes de perseguições, incompreensões e discriminações, ao longo de cerca de 600 anos;</p> <p>- Preconceitos e estereótipos instalados na Sociedade Portuguesa, impedindo o diálogo positivo com estas Comunidades;</p> <p>- Quase total ignorância sobre estas Comunidades e os seus usos e costumes, inclusive por parte das instituições que com elas lidam (escolas, centros de saúde, hospitais, serviços de ação social, autarquias, forças de segurança, etc.);</p> <p>- Mútuos desconhecimentos e desconfianças entre a “sociedade maioritária” e estas Comunidades. Indisponibilidade quase total, por parte de senhorios/as e empregadores/as em aceitar arrendar casas e proporcionar empregos a Famílias e Pessoas das Comunidades Ciganas;</p> <p>- Existência, em Castelo Branco, de duas entidades, que têm desenvolvido projetos com as Comunidades</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgação das “boas práticas” existentes no seio das Comunidades Ciganas do concelho, para contrariar e combater as imagens negativas que são associadas e generalizadas, em relação a essas Comunidades; - Promoção de eventos de expressão e de valorização das culturas ciganas, para dar a conhecer os seus recursos e potencialidades culturais. 	<p>Ciganas, mas de forma desarticulada e até concorrente e antagónica, favorecendo divisões dentro delas;</p> <p>- Existência, em Castelo Branco, de uma Associação Cigana, que, mais do que um instrumento de unidade e de ação conjunta, é um foco de divisões.</p>
--	---	---

Tabela 25 – Análise dos/as cidadãos/ãs relativa às áreas dos Migrantes, Refugiados e Etnia Cigana no concelho

Saúde

LIMITAÇÕES / FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES DE MELHORIA	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de consultas por contacto telefónico; - Dificuldades constantes em contactar o centro de saúde para marcação de consulta/pedir medicação ou falar com a equipa de saúde; - Tempo de espera elevados para marcação de consultas e exames; - Muito tempo de espera para consulta do médico; - Poucos dias para atendimento médico nas extensões de saúde das freguesias; - Na generalidade das unidades de saúde os equipamentos são limitados em todas as áreas da saúde; - Falta de médicos de família e enfermeiros especialistas; - Falta de instituições de saúde públicas; - Impossibilidade de conseguir uma consulta ao domicílio pelo médico de família numa situação de dependência total do utente; - Dificuldades em aceder ao SNS, ao nível de consultas de medicina geral e também de consultas de especialidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar o n.º de médicos de família; - Haver mais alternativas de horário às consultas do médico de família (alargamento de horário); - Promover uma melhor distribuição dos médicos de família no concelho; - Criação de melhores condições de trabalho nos centros de saúde do concelho; - Melhor organização das listas das unidades de saúde, para se poder aceder melhor aos cuidados; - Haver uma central telefónica única, com a possibilidade de o/a telefonista passar a chamada para cada centro de saúde e/ou serviço hospitalar; - Maior utilização dos canais digitais para resolução dos problemas de saúde dos/as utentes; - Dar incentivos aos médicos e enfermeiros especialistas, para que possam vir para o interior do país; - Criação de clínicas convencionadas para realização de exames e consultas; - Ajuda na compra de medicação às famílias mais carenciadas; - Dotar a ULS de Castelo Branco, com mais recursos humanos especializados e meios auxiliares de diagnóstico. 	<ul style="list-style-type: none"> - A falta de profissionais de saúde nas unidades de saúde familiar, propicia o aumento no número de utentes que se dirigem às urgências do hospital; - Aumento dos tempos de espera para consultas de especialidade; - Aumento de situações graves relacionadas com a saúde mental, problemas de depressão e tendência para o suicídio, e diminuto acompanhamento especializado nestes casos; - Contínua degradação das instalações de saúde mais antigas e respetivos equipamentos.

Tabela 26 – Análise dos/as cidadãos/ãs relativa à área da Saúde no concelho

Segurança

LIMITAÇÕES / FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES DE MELHORIA	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de existência de maior segurança dos/as residentes do concelho nas ruas, não só dos bairros sociais, como também, nos serviços públicos; - Falta de civismo por parte de alguns/umas cidadãos/ãs; - Falta de segurança em algumas freguesias. 	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de instalação de mais sistemas de segurança instalados nas vias públicas; - Mais patrulhamento por parte das forças de segurança. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento de situações de insegurança na cidade, por casos de agressão; - Aumento do sentimento de receio, desconforto e desconfiança.

Tabela 27 – Análise dos/as cidadãos/ãs relativa à área da Segurança no concelho

Transportes e Acessibilidades

LIMITAÇÕES / FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES DE MELHORIA	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Horário limitados dos equipamentos para prática desportiva; - Necessidade de requalificação de espaços públicos ao ar livre (Zona de Lazer, Lagoa); - Falta de meios de transporte, principalmente para deslocação até às aldeias; - Rede de transportes públicos pouco eficaz a nível de horários, que dificulta o acesso a vários pontos da cidade e a determinadas zonas do concelho. - Parques de lazer para crianças em mau estado e sem limpeza; - Lacunas ao nível da manutenção e conservação dos espaços de desporto e lazer, bem como a sua permanente vigilância. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mais plantação de árvores em espaços maiores e que tenham grande aderência de pessoas, melhorando assim a qualidade destes espaços; - Criação de mais zonas verdes na cidade; - Mais flexibilidade de horários nos meios de transporte para as aldeias; - Transportes públicos deveriam de percorrer a cidade com maior frequência; - Haver mais autocarros durante as pausas letivas; - Otimizar a rede interurbana e tornar mais eficaz a mobilidade no concelho; - Melhorar o acesso a passes sociais para cidadãos/ãs em situação de desemprego, de forma a conseguirem deslocar-se a mais oportunidades de trabalho. Sensibilizar as empresas locais para esta problemática; - Transportes gratuitos para pessoas carenciadas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Limitação nos transportes públicos faz com que exista pouca fixação de população e condicionamento ao nível de oportunidades de trabalho para quem não disponha de viatura própria.

Tabela 28 – Análise dos/as cidadãos/ãs relativa às áreas dos Transportes e Acessibilidades no concelho

3. CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E SOCIODEMOGRÁFICA DO CONCELHO

O concelho de Castelo Branco situa-se na Região Centro (Beira Baixa) e sub-região da Beira Interior Sul. Localiza-se no Interior de Portugal a aproximadamente 50 km da fronteira com Espanha e dista cerca de 100 km da cidade da Guarda e 80 km da cidade de Portalegre, as capitais de distrito mais próximas.

O Município é limitado a Norte pelo município do Fundão, a Leste por Idanha-a-Nova, a Sul pela Espanha, a Sudoeste por Vila Velha de Ródão e a Oeste por Proença-a-Nova e por Oleiros.

O Concelho de Castelo Branco é composto por 19 freguesias, e é um dos concelhos mais extensos do País (1.440 km²), e o maior dos 100 concelhos da Região Centro. Integrado na Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, é um Concelho cuja cidade tem ganho protagonismo do ponto de vista da concentração populacional. Assume-se como um polo administrativo e económico de inegável atratividade para a Beira Interior, também por força da sua centralidade geográfica. As serras da Gardunha e do Moradal, respetivamente a Norte e a Ocidente, o Parque Natural do Tejo Internacional a Sul, e Espanha a Oriente, marcam a paisagem e delimitam o Concelho que, dada a proximidade à fronteira, surge como um elo de ligação à Europa.

Na atualidade o concelho de Castelo Branco tem vindo a sentir de forma muito acentuada um decréscimo da sua população residente, bem como, uma grande prevalência da população idosa face aos jovens. Estes dados refletem-se na diminuição do número de famílias, e do número de indivíduos em idade ativa no concelho.

Em relação à densidade populacional, segundo dados dos censos de 2021, o município de Castelo Branco possui uma densidade populacional muito inferior à verificada a nível nacional e mesmo da zona centro, apresentando apenas valores superiores, quando comparado com a região da Beira Baixa como se pode ver no quadro a seguir.

TERRITÓRIOS		N.º MÉDIO DE INDIVÍDUOS POR KM ²
2021		
NUTS 2013	Portugal	112,2
NUTS II	Centro	79
NUTS III	Beira Baixa	17,5
Município	Castelo Branco	36,4

Fonte: PORDATA

Tabela 29 – Densidade populacional no concelho

Em relação ao nível da dependência dos jovens, o município de Castelo Branco apresenta valores sensivelmente inferiores em relação ao rácio apresentado para a zona centro, e no geral do território de Portugal.

TERRITÓRIOS		ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS
2021		
NUTS 2013	Portugal	20,2
NUTS II	Centro	19,3
NUTS III	Beira Baixa	18
Município	Castelo Branco	19

Tabela 30 – Índice de dependência de jovens no concelho

Fonte: PORDATA

Em relação ao índice de sustentabilidade potencial do concelho (quociente entre o número de pessoas com idades dos 15 aos 64 anos e o número de pessoas com 65 e mais anos) verificado em 2021 (2,1), diminuiu face ao valor que se registava em 2011 (2,7), em virtude do decréscimo da população em idade ativa, a par do aumento da população idosa do concelho.

TERRITÓRIOS		ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE POTENCIAL
2021		
NUTS 2013	Portugal	2,7
NUTS II	Centro	2,3
NUTS III	Beira Baixa	1,7
Município	Castelo Branco	2,1

Tabela 31 – N.º de indivíduos em idade ativa por idoso no concelho

Fonte: PORDATA

3.1. População Residente

A população residente em Castelo Branco, segundo dados dos últimos censos, em 2021 é de 52.291 indivíduos, sendo que destes, 24.713 são do sexo masculino e 25.578 são do sexo feminino, o que significa um decréscimo populacional comparativamente a 2011 (- 3.818).

Concelho Castelo Branco	Área Km ²	POPULAÇÃO RESIDENTE					
		Total	H	M	Total	H	M
	1.440	2011			2021		
		56.109	26.661	29.448	52.291	24.713	27.578

Tabela 32 – População residente no concelho, 2011 e 2021

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas (INE)

Ao nível da distribuição da população residente no concelho, em 2021, por grandes grupos etários, verifica-se que é a faixa respeitante às idades mais precoces (0-14 anos), que apresenta valores inferiores de indivíduos/as.

O envelhecimento populacional no concelho, é ainda visível através do considerável número de população com mais de 65 anos, como se pode verificar na tabela a seguir.

Concelho Castelo Branco	H			M		
	0-14	15-64	65 ou mais	0-14	15-64	65 ou mais
	2021					
	3.001	15.211	6.501	2.964	16.233	8.381
Total	24.713			25.578		

Tabela 33 – População residente no concelho em 2021, total por grupo etário e sexo

Fonte: PORDATA

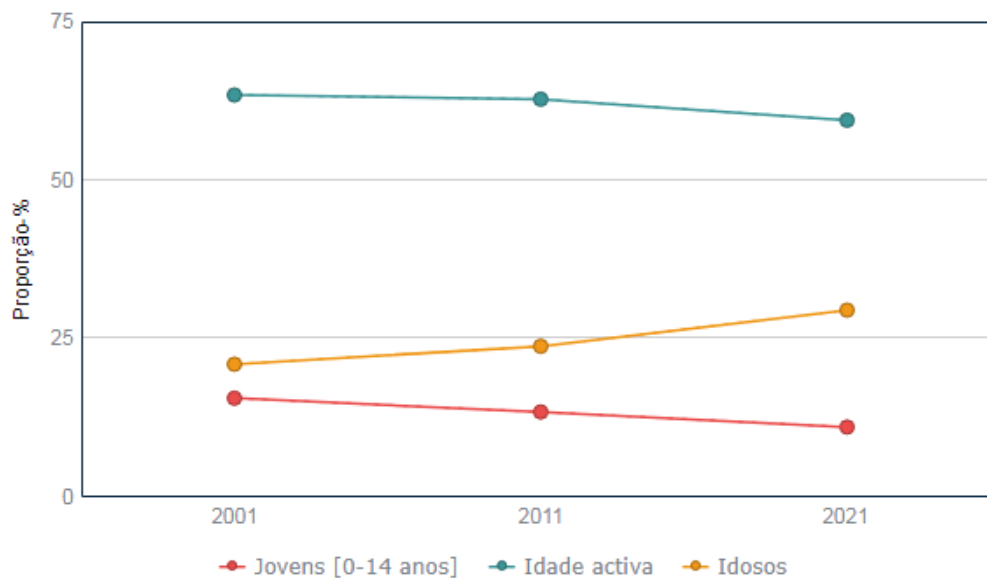


Gráfico 1 - Evolução da população residente no concelho, por grandes grupos etários, de 2001 a 2021

Fonte: PORDATA

O índice de envelhecimento no município de Castelo Branco tem vindo a aumentar em relação aos censos de 2001, sendo em 2021 de 248,8.

Concelho Castelo Branco	ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO	
	2011	2021
	179,9	248,8 ⁹

Tabela 34 – Índice de envelhecimento no concelho de Castelo Branco em 2021

Fonte: PORDATA

3.2. Famílias

Segundo os dados dos últimos censos, relativos a 2021, existiam no concelho 22.639 famílias clássicas a maioria constituídas por dois elementos (8.572).

⁹ Valor Preliminar

Concelho Castelo Branco	FAMÍLIAS CLÁSSICAS POR NÚMERO DE INDIVÍDUOS				
	2021				
	Total	1	2	3 - 5	6 +
	22.639	6.313	8.572	7.574	180

Tabela 35 - Famílias clássicas por número de indivíduos no concelho, em 2021

Fonte: PORDATA

Quanto ao total de nascimentos ocorridos no concelho em 2021, registaram-se um total de 355, 187 crianças do sexo masculino e 168 do sexo feminino. Fazendo uma comparação com os dados registados em 2011, nasceram menos 100 crianças no concelho. No entanto, desde 2019 que este indicador tem vindo a aumentar no concelho.

Concelho Castelo Branco	Sexo		
	2021		
	Total	H	M
	355	187	168

Tabela 36 - Nados-vivos por sexo, no concelho, em 2021

Fonte: PORDATA

Em relação à taxa bruta de natalidade, tem vindo a diminuir significativamente na generalidade do território nacional, não sendo o concelho de Castelo Branco uma exceção. Comparativamente a 2018, em 2021 o número de nascimentos por mil residentes, a nível nacional diminuiu 0,8 %, e a nível do concelho, 0,7%.

Territórios		Taxa Bruta de Natalidade¹⁰
2021		
NUTS 2013	Portugal	7,7
NUTS II	Centro	6,7
NUTS III	Beira Baixa	5,9
Município	Castelo Branco	6,8

Tabela 37 - Taxa de natalidade no concelho em 2021

Fonte: PORDATA

Concelho Castelo Branco	Sexo		
	2021		
	Total	H	M
	799	386	413

Tabela 38 - Óbitos por sexo no concelho em 2021

Fonte: PORDATA

Em relação aos óbitos ocorridos em 2021 no concelho, verificou-se um aumento de 5,6% comparativamente a 2018, e, ocorreram na sua maioria em pessoas do sexo feminino (413).

Em 2021, segundo a PORDATA, o concelho registava uma taxa de mortalidade elevada (15,2%), superior à média da região Centro (13,6%), sendo este valor apenas inferior ao registado em toda a Beira Baixa (19%).

Em relação ao valor registado de taxa bruta de mortalidade no concelho em 2021, é das mais elevadas que o concelho já registou, como é possível no quando a seguir.

¹⁰ Valores preliminares

Em 2021 o saldo populacional resultante da diferença entre o número de nascimentos e o de mortes em Castelo Branco foi negativo, traduzindo-se num saldo natural de menos 444 indivíduos/as. Em contrapartida, o saldo migratório foi positivo, tendo entrado mais 271 indivíduos/as no concelho.

Territórios	TAXA BRUTA DE MORTALIDADE ¹¹		
	2001	2011	2021
Centro	11,6	11,3	13,6
Beira Baixa	15,9	16,0	19,0
Castelo Branco	12,9	13,2	15,2

Tabela 39 - Taxa bruta de mortalidade no concelho de Castelo Branco em 2021

Fonte: PORDATA

¹¹ Valores preliminares

4. HABITAÇÃO

Em relação à área da habitação, constitui particular interesse no sentido em que é um dos principais elementos de suporte à dignidade e qualidade de vida dos/as indivíduos/as, correspondendo também a um direito social fundamental e constitucionalmente consagrado, segundo o qual todos os cidadãos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

Segundo os últimos censos de 2021, existiam no concelho um total de 39.666 alojamentos distribuídos por 25.455 edifícios, sendo a sua maioria alojamentos familiares clássicos.

Uma percentagem considerável (46,7%) dos edifícios foram construídos entre 1961 e 1990.

Em 2021, existiam em média 27 alojamentos familiares por Km² no concelho, traduzindo-se num aumento comparativamente a 2001 (25 alojamentos/Km²), e 2011 (26,7 alojamentos/Km²). Estes dados representam um sinal positivo, que traduz um crescimento sustentado e gradual no setor da habitação e da construção no concelho.

Concelho Castelo Branco	TIPO DE ALOJAMENTO			
	Total	Alojamentos familiares clássicos	Alojamentos familiares não clássicos	Alojamentos coletivos
	2021			
	39.666	39.618	8	40

Tabela 40 - Alojamentos existentes no concelho em 2021, por tipo

Fonte: INE

No que diz respeito à forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos no concelho em 2021, 13% encontravam-se vagos, como se pode ver a seguir.

Concelho Castelo Branco	ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS POR FORMA DE OCUPAÇÃO		
	Total	Ocupados	Vagos
	2021		
	39.618	34.464	5.154

Tabela 41 - Alojamentos familiares clássicos existentes no concelho em 2021, por forma de ocupação

Fonte: INE

Em relação ao tipo de ocupação dos alojamentos familiares, 5.254 encontravam-se arrendados.

O escalão de renda mais comum, segundo dados dos censos 2021, situava-se entre os valores de 200€ aos 299,99€.

No geral, o concelho apresenta um parque habitacional bem conservado, apesar de ser constituído por um número considerável de habitações que já foram construídas há vários anos. Segundo os Censos, a maioria dos edifícios do concelho foram construídos entre os anos de 1946 a 1960.

4.1. Habitação Social

A habitação além de configurar um direito constitucional é uma necessidade básica e elementar da qual dependem muitas outras funções. Constitui uma função basilar na construção da personalidade individual e de integração social, marcando profundamente a qualidade de vida dos cidadãos.

Configura-se de grande importância o conhecimento do fenómeno habitacional no Município, nomeadamente no que concerne a processos de reordenamento e de realojamento, por estarmos perante fenómenos de reestruturação de espaços que têm como implantação direta a reconfiguração das interações diárias das populações.

*“São consideradas habitações sociais, as habitações de custos controlados promovidas pelas Câmaras Municipais, Cooperativas de Habitação Económica, pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social e pela iniciativa privada com apoio financeiro do Estado e destinadas à venda ou ao arrendamento nas condições de acesso estabelecidas”.*¹²

Integrada nas medidas de política social do Estado e do Poder Local, a Habitação Social, constitui-se como uma resposta estrutural destinada a uma franja da população com menores recursos económicos, permitindo-lhes o acesso a uma habitação que reúna as condições necessárias ao seu desenvolvimento e melhor qualidade de vida.

A Habitação Social, enquanto unidade independente dos fogos que fazem parte do parque habitacional do Município de Castelo Branco apresentam-se em várias tipologias, de T0 a T6, e são atribuídas em função da dimensão/constituição do agregado familiar, de forma que não se verifiquem subocupações ou sobreocupações. A habitação a atribuir destina-se a habitação própria e permanente do arrendatário e de todos os membros do seu agregado familiar, sendo cada pedido, alvo de apreciação e avaliação diagnóstica por parte da equipa técnica do município afeta a esta área, tendo como base as condições de acesso e os critérios de atribuição de habitação definidos pelo município.

A Habitação Social no Município de Castelo Branco compõe-se de estruturas de alojamentos e edifícios ditos clássicos e familiares. Não fazem parte do parque habitacional barracas, casas rudimentares de

¹² In Diário da República, I Série, nº 113, de 17-5-1983, Portaria nº 580

madeira, estruturas improvisadas, móveis e outras tidas como habitações precárias; na medida em que gradualmente estas foram sendo demolidas (última família que residia em habitação precária foi realojada a 12/12/2020) e os agregados familiares foram sendo realojados em habitação social.

Esta medida vem no seguimento da política de Habitação Social que o Município de Castelo Branco tem vindo a desenvolver, cujo objetivo foi ir procedendo, dentro das suas capacidades, ao esvaziamento destes espaços, onde há muito tempo moravam várias famílias de etnia cigana.

O município tem vindo a seguir os principais desafios e medidas que a Estratégia Local de Habitação consagra, na resolução do conselho de ministros nº 48/2015, de 15 de julho, que visam a inclusão social e a proteção dos mais desfavorecidos, nomeadamente nas suas cinco medidas, que vão desde a erradicação de alojamentos precários ao apoio a pessoas sem-abrigo e às vítimas de violência doméstica, bem como a integração e a melhoria das condições de alojamentos das populações imigrantes e das famílias com elementos portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Ao nível do parque habitacional, o município dispunha em agosto de 2022, um total de 326 fogos de habitação social, sendo que, algumas destas habitações encontravam-se para intervenção/requalificação. Os fogos de habitação social do município estão distribuídos por diversos bairros e frações dispersas pela cidade e pelo concelho, nomeadamente pelos Bairros de S. Tiago, Ex-Car, Cansado, Horta D’Alva, Sapateira, Zona Histórica, Edifícios do Barrocal e Edificado disperso pela cidade e concelho, estando atualmente alojadas 304 famílias num total de 783 pessoas.

A tipologia de habitação mais comum entre os fogos de habitação social existentes atualmente no concelho, é a tipologia “T3”, com um total 163 fogos, como é possível verificar na tabela a seguir.

FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO								
Zonas	T0	T1	T2	T3	T4	T5	T6	Total
S. Tiago	---	---	21	68	19	---	---	108
Ex-Car	---	2	20	14	---	---	---	36
Cansado	---	1	15	26	1	---	---	43
Horta D’Alva	---	---	5	30	1	---	---	36
Sapateira	---	---	---	14	---	---	---	14
Zona Histórica	3	24	19	7	3	---	1	57
Edifícios do Barrocal (Sub- concessão REFER)	---	---	7	1	---	---	---	8
Edificado disperso pela cidade e pelo concelho	---	---	3	3	3	1	---	10
TOTAL	3	27	90	163	27	1	1	312

Tabela 42 - Distribuição do número de fogos do parque habitacional social do município, por zonas e tipologias

Fonte: CMCB

Desde de agosto 2017 (são elegíveis os processos datados nos últimos cinco anos) até agosto de 2022, registavam-se 237 pedidos para atribuição de Habitação Social para Arrendamento, incluindo candidaturas que possam ter sido apresentadas por mais do que uma vez pela mesma pessoa. Foram neste período atribuídas 53 habitações sociais, a sua maioria (20) na zona histórica do castelo.

Programa Habitar Castelo Branco Solidário

Ao nível de respostas sociais para a habitação existentes no município de Castelo Branco, o programa Habitar Castelo Branco Solidário – Programa Municipal de Apoio à Realização de Obras em Habitações Degradadas, visa apoiar agregados familiares carenciados, para a realização de obras nas respetivas habitações, tendo em vista a melhoria das condições de segurança e de conforto das mesmas.

Ao nível do apoio prestado, a autarquia apoia no processo de candidatura, na comparticipação não reembolsável da despesa com as obras previstas e aprovadas, tendo como limite máximo o montante de 10.000 euros, com IVA, por intervenção, bem como no apoio à contratação, acompanhamento e fiscalização das obras.

Este programa é destinado a cidadãos/ãs residentes e eleitores/as no concelho de Castelo Branco, há mais de 5 anos, que sejam proprietários/as ou arrendatários/as de imóveis que sirvam de habitação própria permanente há pelo menos 5 anos, a necessitar de obras de reabilitação, e que tenham um rendimento mensal per capita, do agregado familiar, igual ou inferior a 1,25 IAS¹³

Desde o início deste programa, em 2017, já beneficiaram com o mesmo, até agosto de 2022, 130 cidadãos/ãs do concelho, de um total de 375 inscrições.

¹³ IAS – Indexante dos Apoios Sociais, em 2022, € 443,20

5. IMIGRAÇÃO E INTERCULTURALIDADE

5.1. Comunidade Migrante e Refugiada

No contexto atual, o quadro migratório sofreu profundas alterações, nomeadamente com o conflito bélico na Ucrânia que levou à deslocação de milhares de pessoas. A contínua vinda de cidadãos brasileiros, maioritariamente casais com filhos em idade escolar e pré-escolar, e de estudantes oriundos dos PALOP, principalmente da Guiné-Bissau, potencia a necessidade do município redobrar esforços e estratégias de promoção e integração destas pessoas. Esta tem sido uma tendência a nível nacional, onde tem existido uma preocupação generalizada ao nível das políticas de imigração e da integração dos imigrantes, consequência do esforço conjunto entre o estado e as diversas instituições/entidades da sociedade civil. Este trabalho conjunto entre os diversos organismos tem feito com que venha a existir de forma continuada, uma crescente diminuição dos estereótipos e preconceitos associados por norma a estes grupos, fazendo com que Portugal e os seus municípios sejam hoje reconhecidos na generalidade, por acolherem bem, e integrarem indivíduos/as oriundos/as de outros Países.

Neste sentido ao nível do concelho de Castelo Branco tem vindo a ser desenvolvido um trabalho em parceria com diversas entidades parceiras, como sejam a Cáritas Interparoquial, ISS,I.P, ULSCB, ALAD, IEFP,I.P, SMCB, entre outras, que tem permitido à autarquia a execução de projetos que visam dar respostas sociais que contribuam para a plena integração dos imigrantes, por via de um conhecimento profundo de todas as suas características pessoais, culturais e legais associadas a estes/as indivíduos/as e/ou comunidades.

Em relação à população estrangeira com estatuto legal de residente no concelho, segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), residiam em 2021 um total de 2.122 imigrantes, sendo os homens o sexo mais representado (1.083). Este número representa um aumento face ao ano transato, em que se registavam 1.968 imigrantes residentes no concelho.

POPULAÇÃO IMIGRANTE RESIDENTE NO CONCELHO EM 2021			
Concelho	Total	H	M
Castelo Branco	2.122	1.083	1.039

Tabela 43 - População imigrante residente no concelho, por tipologia de título e sexo em 2021

Fonte: SEFSTAT

Em relação à nacionalidade dos imigrantes residentes no concelho em 2021, segundo o SEF, destaca-se a presença de cidadãos/ãs que têm como País de origem o Brasil (574), Reino Unido (203), Índia (154) e Roménia (150) no total de 73 nacionalidades representadas no concelho.

Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM)

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM), promovido pela Câmara Municipal de Castelo Branco em parceria com a ALAD, mostra que, relativamente a 2021, foram atendidos/as no Centro Local para Apoio à Integração dos Migrantes da ALAD (CLAIM de Castelo Branco), 606 Nacionais de Países Terceiros (NPT), sendo o sexo masculino o mais representado no total dos atendimentos realizados (339) face a 267 mulheres.

Em relação aos principais apoios prestados a estes utentes são:

- Manifestação de Interesse (Art.º 88-89-2º), para atividade subordinada ou independente, estudantes do ensino superior;
- Cartão de Residência para Familiares da União Europeia
- Autorização de Residência ao abrigo do BREXIT;
- Agendamento para o SEF, Artº122º e 123ª;
- Lei do asilo;
- Reagrupamento familiar;
- Retorno voluntário;
- Nacionalidade;
- Proteção jurídica e apoio social nas suas respostas sociais diferenciadas (educação - matrícula escolar de crianças e jovens, reconhecimento de habilitações, inserção profissional, procura de habitação e bens para a casa, bens alimentares, entre outros, acesso ao Sistema Nacional de Saúde);
- Articulação com as finanças, segurança social, IMT, entre outros.

Segundo dados dos responsáveis da equipa técnica, ao longo de 2021, foram realizados 1.708 atendimentos a Nacionais de Países Terceiros, 917 homens e 791 mulheres.

Estes utentes NPT são migrantes e refugiados/as e encontram-se em situação regular ou em vias de regularização, tendo estes/as recebido apoio ao nível da sua regularização em território nacional, sendo sido efetuados os respetivos procedimentos previstos atualmente na lei da imigração.

O grupo etário mais comum entre os utentes do PMIM encontra-se em idade ativa (18 - 45 anos).

Em relação às nacionalidades mais representativas são, a afegã, angolana, brasileira, cabo-verdiana, eritreia, indiana, guineense, nepalesa, paquistanesa, santomense, síria, sul-africana e ucraniana.

Protocolo entre o Município e o Conselho Português para os Refugiados (CPR)

No dia 5 de julho de 2016 foi assinado pelo município de Castelo Branco um Memorando de Entendimento e Protocolo de Cooperação com o Conselho Português para os Refugiados (CPR), no seguimento da adesão ao Plano de Acolhimento de Refugiados Recolocados do Consórcio liderado pelo CPR. Com a assinatura deste protocolo a autarquia comprometeu-se a prestar diversos tipos de apoios (alojamento, mobiliário, aprendizagem de língua portuguesa, entre outros), a agregados familiares que cheguem ao concelho, por um período de dezoito meses a contar desde a data de chegada a Portugal.

Cáritas Acolhe

Na sequência da parceria com a PAR (Plataforma de Apoio a Refugiados) e com o ACM (Alto Comissariado para as Migrações), a Cáritas Interparoquial de Castelo Branco tem vindo a desenvolver um programa de Recolocação e acolhimento de requerentes de proteção internacional, sempre efetuado com base no suporte institucional local, em alojamento com acomodação doméstica individual, devidamente equipada e mobiliada através da parceria com a Câmara Municipal de Castelo Branco por um período de 18 meses, a cada agregado familiar. Grande parte do trabalho com refugiados tem sido baseado numa política de capacitação das famílias e indivíduos, que se traduz no apoio aos mais diversos serviços para acesso aos cuidados de saúde, integração das crianças no meio escolar e integração dos adultos em aulas de Língua Portuguesa. O objetivo é habilitar os indivíduos para a independência e autonomia. Com o propósito central da inserção no mercado de trabalho, como medida fundamental para se estabelecerem, sendo essa uma das primeiras prioridades do processo de integração.

No presente, a Cáritas Interparoquial já acolheu, ao abrigo do protocolo, seis famílias de refugiados. De referir que a Cáritas também prestou apoio a outras famílias refugiadas encaminhadas por outras instituições, incluindo estudantes do ensino superior do Instituto Politécnico de Castelo Branco. Estes apoios foram essencialmente bens de primeira necessidade, material escolar, eletrodomésticos, móveis, alojamento e pagamento de propinas.

Ainda no apoio aos migrantes, a Cáritas Interparoquial de Castelo Branco através do projeto “Recomeçar na Inclusão” tem vindo a dinamizar projetos que promovam a organização, capacitação e acompanhamento de modo a promover a integração de NPT’s acolhidos ao abrigo dos programas de Recolocação e de Reinstalação, tendo em vista a sua autonomização e integração na comunidade local. Este programa propõe apoiar NPT’S, através da articulação com entidades parceiras, que proporcionem acesso aos serviços cruciais para a sua integração como: alojamento, meios de subsistência, cuidados de saúde, inserção no mercado de trabalho, aprendizagem da Língua Portuguesa, formação, apoio psicológico e social.

Estas ações têm como intuito promover a autonomização dos NPT'S e assegurar a igualdade de oportunidades de forma a garantir uma cidadania mais inclusiva e mais igualitária. Pretende-se assegurar uma participação ativa no apoio e acompanhamento destes migrantes que foram forçados a deixar os seus países e se veem privados da sua cultura e da sua língua.

No ano de 2021 foram realizados 141 atendimentos a 85 Nacionais de Países Terceiros (NPT'S) - 40 mulheres e 45 homens. Destes atendimentos resultaram 60 encaminhamentos sendo que, a maior parte foi para apoio alimentar, vestuário e mobiliário. Foram também encaminhados jovens para entrevistas de emprego, para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, para a Junta de Freguesia para emissão do atestado de residência e ainda para a Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento para apoio na construção de currículo.

Projeto Porta Aberta

Um outro projeto de apoio à comunidade estrangeira é o projeto Porta Aberta - Promover a Autonomia (FAMI), da responsabilidade do Amato Lusitano - Associação de Desenvolvimento, que viu aprovada a sua candidatura submetida em junho de 2021.

Este projeto através da equipa afeta pelo mesmo, pretende prestar apoio a 20 jovens menores não acompanhados (MENA), quer na elaboração, de forma participada, dos seus planos de intervenção individual, quer no acompanhamento relacional de proximidade de forma a dar suporte e supervisionar todas as dimensões de vida diária e integração, por via da inclusão escolar e/ou profissional, de forma a catalisar as competências e potencialidades de cada um/a através de um plano de intervenção individualizado preparando-os/as para a sua plena integração e autonomia.,

Em 2021, segundo dados da equipa, foram sinalizados 9 jovens MENA, do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 17 e os 19 anos de idade.

Apoio a Refugiados da Ucrânia

Ao nível do apoio prestado aos refugiados, o município de Castelo Branco em parceria com a Cáritas de Castelo Branco e Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento tem vindo a prestar um apoio importante no acompanhamento aos diversos agregados familiares oriundos do território em guerra.

Em maio de 2022, registavam-se cerca de 180 pessoas (146 adultos e 36 menores), apoiadas por estas instituições, ao nível das suas distintas respostas. Os tipos de apoios prestados são de diversa ordem, seja ao nível da alimentação e vestuário, roupas da cama e produtos de higiene, requisição de habitação social, inscrição em serviços públicos, encaminhamentos para ofertas de emprego, entre outros.

Foi ainda possível criar um registo de voluntários disponíveis para ajudar no apoio a estas pessoas, bem como uma listagem de habitações cedidas de forma gratuita ou a valores mais em conta por privados e /ou particulares.

Apoio a Refugiados da Ucrânia – Seminário de Alcains

Entre abril e agosto de 2022 foi prestado apoio a refugiados de guerra, oriundos da Ucrânia, de diversas nacionalidades, através de um equipamento de apoio instalado no Seminário da freguesia de Alcains, através da parceria entre o Município de Castelo Branco e a Cáritas Interparoquial de Castelo Branco.

Segundo dados disponibilizados por técnicos/as responsáveis por esta resposta, foram apoiados/as um total de 44 pessoas, a maioria destas de nacionalidade Indiana, Paquistanesa e do Bangladesh, com idades compreendidas entre os 19 e os 48 anos. Estas pessoas vieram completamente sós, sem familiares e encontravam-se a trabalhar ou a estudar na Ucrânia no momento em que começou a guerra.

Estas pessoas obtiveram apoio ao nível do prosseguimento de estudos, tendo sido feitas inscrições/candidaturas em instituições de ensino locais e nacionais, e em algumas situações, encaminhadas para formação profissional e para ofertas de emprego.

5.2. Comunidade Cigana

Ao nível da comunidade cigana, a Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento tem sido uma das entidades com maior envolvimento e preocupação ao nível do trabalho com esta comunidade.

Salientam-se dois projetos desenvolvidos sob a responsabilidade desta Associação nos anos mais recentes.

InterCOOLturas

O projeto InterCOOLturas – Mediadores/as Municipais, consistiu na criação de uma equipa de mediadores/as interculturais com vista ao reforço da integração das populações mais vulneráveis, designadamente comunidades ciganas, bem como no aprofundamento do diálogo intercultural entre as várias comunidades e a sociedade de acolhimento.

Entre setembro de 2019 e dezembro 2021 este projeto, através da realização de diversas ações dirigidas à comunidade cigana, contribuiu para a coesão social, e para a melhoria da qualidade de vida e a convivência intercultural, mediante uma gestão positiva, participativa e preventiva da diversidade através de uma intervenção mediadora

Podem-se destacar as seguintes ações desenvolvidas ao longo do projeto:

- 7 ações de sensibilização à Saúde, envolvendo 202 pessoas;
- Exposição “Etnia no Feminino”, exposta em 10 instituições do concelho;
- Envolvência de 23 parceiros;
- Elaboração de 24 crónicas sobre a cultura cigana, publicadas mensalmente em jornais locais;
- Encaminhamento de 58 pessoas para emprego ou formação profissional;
- Criação de um grupo de dança com jovens de etnia cigana residentes no concelho;
- Comemoração do “Dia Nacional da Pessoa Cigana” em 2020;
- Ações de Sensibilização junto de empresas do concelho, para integração de pessoas de etnia cigana no mercado de trabalho.

Foi ainda realizado por este projeto, uma atualização dos dados dos censos da comunidade cigana Albicastrense. Esta atualização realizada pelos/as Mediadores pretendeu realizar um levantamento realista do número de elementos da comunidade cigana a nível do município de Castelo Branco.

Segundo este levantamento, existiam no Município de Castelo Branco, em 2021, 718 pessoas de etnia cigana (366 homens e 352 mulheres), a maioria residente na cidade de Castelo Branco, 506, e os restantes (212) nas freguesias do concelho.

Semear Para Integrar +

O projeto “Semear para Integrar +” surgiu da tipologia 3.08 - Inserção socioprofissional da comunidade cigana financiado pelo POISE e ACM – Alto Comissariado para as Migrações como Organismo Intermédio, veio dar continuidade do projeto “Semear para Integrar” (financiamento FAPE 2018/2019 - que permitiu a criação da primeira Associação Cigana em Castelo Branco, a ACA – Associação Cigana Albicastrense) para que se continuasse com o trabalho de intervenção junto desta comunidade.

Assim, este projeto teve como objetivos:

- Aquisição de competências para a empregabilidade de elementos da comunidade cigana;
- Implementação de metodologias de transição para a vida ativa de elementos das comunidades ciganas;
- Sensibilização para a promoção de experiências em contexto laboral para os elementos desta comunidade;
- Integração de elementos das comunidades ciganas no mercado de trabalho;
- Apoio na implementação de negócios sustentáveis e a promoção da sensibilização das entidades empregadoras e acompanhamento dos elementos das comunidades ciganas integrados nas mesmas.
- Criou-se um gabinete denominado “Gabinete Semear para Integrar” onde se desenvolveram ações de orientação profissional, que consistiram na realização de entrevistas e avaliação, diagnóstico

de competências e coaching/mentoria de modo a permitir o encaminhamento dos/as candidatas/as para uma resposta mais ajustada ao seu perfil.

Um dos percursos sobre o qual o projeto incidiu com maior destaque foi na dinamização de um percurso formativo através do empoderamento ao nível de competências básicas, técnicas e práticas em contexto de trabalho, assumindo uma ligação e uma necessária abertura no mercado de trabalho, num total de 450 horas, divididas em:

- 75 Horas de formação de competências básicas;
- 75 Horas de formação de competências técnicas;
- 300 Horas de formação em contexto de trabalho.

Foi ainda realizado pelos técnicos afetos a este projeto, um trabalho de sensibilização junto das empresas, associações empresariais e empregadores, de forma a fazer face a eventuais preconceitos que obstem à integração no mercado de trabalho de indivíduos/as de etnia cigana, em parceria com o Gabinete de Inserção profissional, também da ALAD.

EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza, Núcleo Distrital de Castelo Branco

A EAPN - European Anti-Poverty Network (Rede Europeia Anti-Pobreza) é a maior rede europeia de redes nacionais, regionais e locais de ONGs, bem como de Organizações Europeias ativas na luta contra a pobreza. Foi fundada em 1990, em Bruxelas, a EAPN está atualmente representada em 31 países, tendo sido criada em Portugal em 17 de dezembro de 1991. A EAPN Portugal é uma organização, reconhecida como Associação de Solidariedade Social, de âmbito nacional, obtendo em 1995 o estatuto de Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD). A ação da EAPN Portugal, sediada no Porto, estende-se a todo o país através de 18 Núcleos Distritais.

O Núcleo de Castelo Branco tem vindo ao longo dos últimos anos, a ter um papel importante no que diz respeito ao combate à pobreza e à exclusão social, na identificação dos problemas e na concretização de ações convergentes para a superação dos mesmos e na prevenção de novas situações de pobreza e exclusão social.

Tem como objetivo fulcral promover o empowerment dos/as cidadãos/ãs em situação mais carenciada, através da sua capacitação e da criação de condições necessárias para o exercício de uma cidadania ativa por parte destes grupos.

A comunidade cigana do concelho, sendo na sua grande maioria composta por indivíduos/as em situação mais frágil, é um dos públicos alvo desta entidade, tendo vindo a ser desenvolvida no concelho de Castelo Branco, pela EAPN diversas ações que vão no sentido da integração da comunidade de etnia cigana, reforçando a participação cívica e o envolvimento com os restantes membros da sociedade civil.

Neste seguimento, esta entidade criou o conselho local de cidadãos de Castelo Branco, composto por cidadãos/ãs com características heterogéneas, ao nível da idade, cultura, sexo, sendo uma grande percentagem destes membros pertencentes à etnia cigana.

Em 2021, foram desenvolvidas diversas ações e projetos com este grupo de cidadãos, como sejam:

- Realização de quatro candidaturas ao IPDJ para o desenvolvimento dos Projetos: “Dar Voz à inclusão”; “Habitação Digna para tod@s”; “Todos Somos Um”; e “Famílias Ativas Comunitárias”;
- Ações de formação sobre escrita criativa;
- Realização da ação de sensibilização “A Nossa Voz” procurou refletir e debater acerca da pobreza e da exclusão social, criando um momento de discussão e partilha com os participantes;
- Realização de ações de sensibilização sobre formas de gerir o orçamento familiar: “O Meu Cabaz Alimentar: como organizar as refeições” e “As Emoções”.

Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) - Delegação de Castelo Branco

Outra entidade do concelho que tem prestado um apoio muito importante no acolhimento e integração de população migrante tem sido a delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Castelo Branco.

A este nível, destacam-se principalmente a realização das seguintes atividades:

- Ações de sensibilização/formação através do apoio de voluntários da CVP;
- Dinamização de cursos de Aprendizagem da Língua Portuguesa em parceria com o projeto SPEAK, e com apoio dos voluntários da CVP;
- Acolhimento de Refugiados/as de forma orientada com o apoio do município;
- Integração de jovens refugiados/as em determinadas empresas do setor das florestas e em trabalhos ocasionais.

Nós Com os Outros - Escolhas 8G

O projeto Nós com os Outros - Escolhas 8ª geração, promovido pela Amato Lusitano - Associação de Desenvolvimento, no seguimento do trabalho desenvolvido nos últimos anos em gerações anteriores, procura intervir junto de crianças e jovens refugiados/as e jovens das comunidades ciganas, com idades entre os 6 e os 25 anos, residentes no concelho de Castelo Branco, inseridos/as em situação de vulnerabilidade. Esta intervenção destina-se essencialmente a crianças/jovens migrantes (de 1ª geração ou descendentes) que se encontrem em risco aumentado de adesão a percursos de exclusão social e, no extremo, criminalidade (problemática identificada como central do projeto).

Este risco decorre de duas problemáticas verificadas no concelho, o absentismo ou insucesso escolar dos/as jovens que não trabalham, não estudam, nem estão em formação, registando, por isso, situações de desocupação, com amplas dificuldades na construção de um percurso profissional sustentado que lhes permita um processo de autonomização.

Este projeto tem vindo a realizar esforços que visem diminuir estes riscos, através da definição e concretização de medidas seletivas e inclusivas, que qualifiquem a nível pessoal, escolar e profissional e reforcem a capacidade destas crianças e jovens resistirem ao apelo dos percursos associativos e criminais. Possibilitar aos/às jovens que integram as minorias étnicas designadas, a sua aproximação de medidas/recursos de formação pessoal, escolar e profissional, evitando a sua entrada em percursos desviantes e criminais.

Esta intervenção transversal implica a materialização de um trabalho em rede, estabelecendo um compromisso entre as partes, que responsabilize e sustente o envolvimento e o comprometimento real e efetivo de todos os intervenientes.

Segundo dados da entidade executora do projeto, no primeiro ano de atividade da 8ª geração, existiu o envolvimento de 220 participantes únicos, 57 participantes diretos, 163 participantes indiretos, 27 familiares. Foram integrados 8 indivíduos únicos em emprego, 1 jovem refugiada em ensino superior, 3 jovens em formação profissional e 4 jovens reintegrados/as em escola depois de situações prolongadas de abandono escolar.

6. PROTEÇÃO SOCIAL

6.1. Desemprego

De forma a proteger os/as beneficiários/as pela falta de remuneração, o subsídio de desemprego é uma forma de compensar e combater o problema de desemprego.

Em 2021 foram apoiados/as por esta prestação social, um total de 785 beneficiários/as do concelho, com uma grande predominância do sexo feminino, cerca de 67% do total. Este fato tem vindo a ser recorrente ao longo dos anos, onde as mulheres são o sexo mais representado ao nível do subsídio de desemprego.

BENEFICIÁRIOS/AS DE SUBSÍDIO DE DESEMPREGO		
Total	H	M
	2021	
785	259	526

Tabela 44 - Beneficiários/as de subsídio de desemprego da Segurança Social no concelho, por sexo, em 2021

Fonte: PORDATA

6.2. Subsídio por Doença

Em relação ao subsídio por doença, prestação pecuniária, atribuída para compensar a perda de remuneração, existiram no total, em 2020, 3.200 beneficiários/as deste tipo de subsídio, com predominância no sexo feminino, com 2.020 prestações. Também neste apoio social existiu uma diminuição no número de beneficiários/as, passando de 3.418 em 2019 para 3.200 em 2020.

BENEFICIÁRIOS/AS DE SUBSÍDIO POR DOENÇA		
Total	H	M
	2020	
3.200	1.180	2.020

Tabela 45 - Beneficiários/as de subsídio por doença da Segurança Social no concelho, por sexo, em 2020

Fonte: PORDATA

6.3. Rendimento Social de Inserção (RSI)

Ao nível do RSI, segundo os dados do PORDATA, em 2021, registavam-se 1.158 beneficiários/as no concelho, o que representa uma diminuição (-27) face aos valores registados no ano transato.

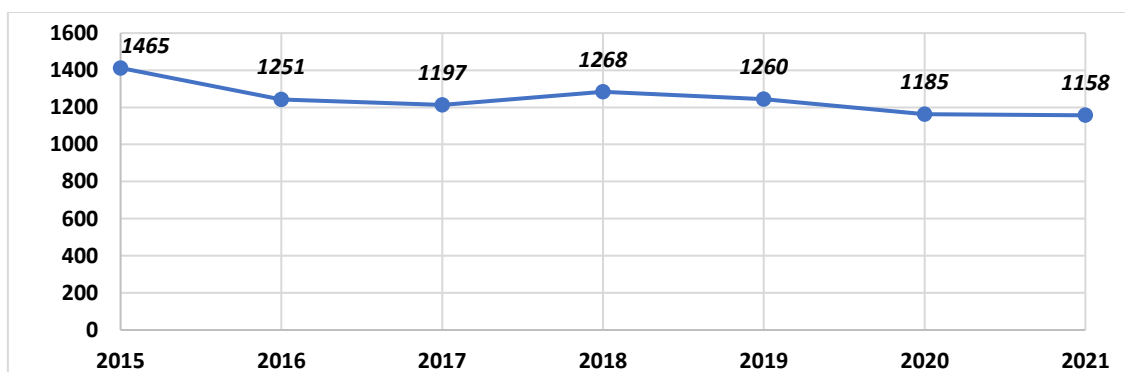


Gráfico 2 - N.º de Beneficiários de RSI (com processamento) residentes no concelho de Castelo Branco de 2015 a 2021

Fonte: PORDATA

6.4. Abono de Família

A atribuição dos abonos de família para crianças e jovens da Segurança Social tem vindo a diminuir nos últimos anos, no que diz respeito ao número de beneficiários deste apoio. No total em agosto 2022, registavam-se 5.672 titulares de Abono de Família para crianças e jovens no concelho, a maioria residentes nas freguesias de Castelo Branco e Alcains.

FREGUESIA RESIDÊNCIA	Nº TITULARES				
	1º Escalão	2º Escalão	3º Escalão	4º Escalão	Total
Alcains	119	181	183	46	529
Almaceda	*	4	8	*	17
Benquerenças	16	7	23	3	49
Castelo Branco	1.082	1.200	1.448	439	4.169
Lardosa	19	30	23	4	76
Louriçal do Campo	6	10	8		24
Malpica do Tejo	5	7	*	*	16
Monforte da Beira	40	6	10		56
Salgueiro do Campo	15	17	15		47

Santo André das Tojeiras	16	*	*	*	23
São Vicente da Beira	15	45	25	3	88
Sarzedas	*	21	9	*	40
Tinalhas	6	*	15	*	31
Cebolais de Cima e Retaxo	36	50	47	16	149
Escalos de Baixo e Mata	30	27	36	6	99
Escalos de Cima e lousa	26	27	40	9	102
Freixial e Juncal do Campo	7	9	13	3	32
Ninho do Açor e Sobral do Campo	*	16	12	*	41
Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede	11	37	29	7	84

Tabela 46 - N.º de titulares de Abono de Família para crianças e jovens em agosto de 2022, no concelho de Castelo Branco, por freguesia e escalão de rendimento

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/PFA)

6.5. Complemento Solidário para Idosos (CSI)

Em relação ao Complemento Solidário para Idosos (CSI), referente ao apoio em dinheiro pago mensalmente aos/às idosos/as com baixos recursos, com idade igual ou superior à idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de Segurança Social, em 2021, segundo dados da Segurança Social, eram 901 os/as pensionistas do concelho a usufruir deste complemento.

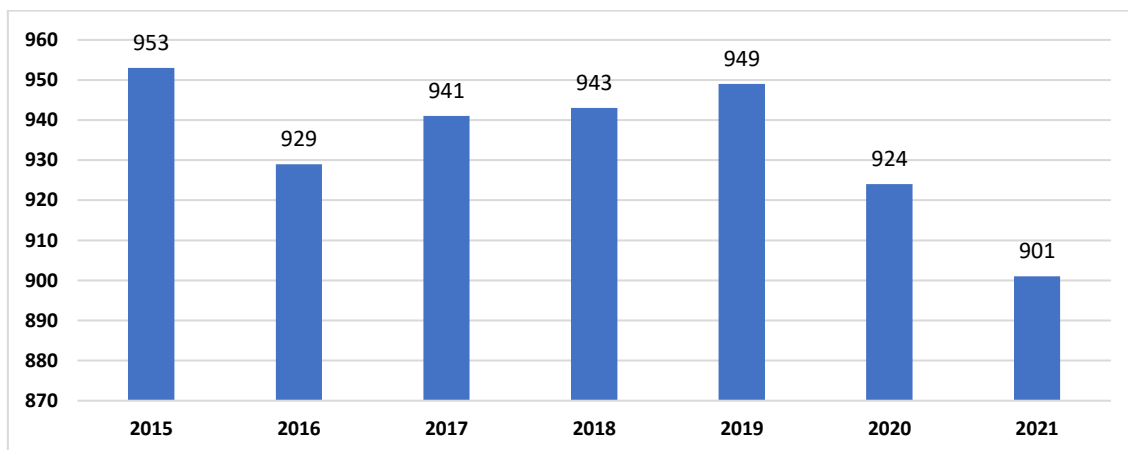


Gráfico 3 - N.º de Beneficiários/as de CSI (com processamento) residentes no concelho de Castelo Branco de 2015 a 2021

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/PFA)

O valor médio pago neste mesmo ano foi de 117,12€, traduzindo-se num aumento comparativamente a anos anteriores.

6.6. Pensões

Segundo dados do Centro Distrital da Segurança Social de Castelo Branco, no que diz respeito às pensões sociais pagas a residentes no concelho, a pensão por velhice, cujo principal objetivo é proteger o/a beneficiário/a em situação de velhice (65 anos), substituindo as retribuições do trabalho, é a que abrangeu mais beneficiários/as em 2021, num total de 11.151, na sua maioria mulheres (5.909).

Outro dado a destacar é a grande diferença existente no número de homens e mulheres que têm vindo a beneficiar da pensão por sobrevivência, que tem sido uma norma ao longo dos últimos anos, em 2021, as mulheres representavam aproximadamente 82% do total de pensionistas que receberam este apoio, como se pode ver no quadro a seguir.

PENSÃO	REGIME	Sexo		Total
		H	M	
Invalidez	Regime contributivo	435	424	859
	Regime Não contributivo ¹⁴	-	-	-
Velhice	Regime contributivo	5.242	5.909	11.151
	Regime Não contributivo	59	80	139
Sobrevivência	Regime contributivo	704	3.265	3.969
	Regime Não contributivo	6	12	18

Tabela 47 – N.º de pensionistas em 2021 residentes no concelho por tipo de pensão, regime e sexo

Fonte: ISS, I.P, 2021

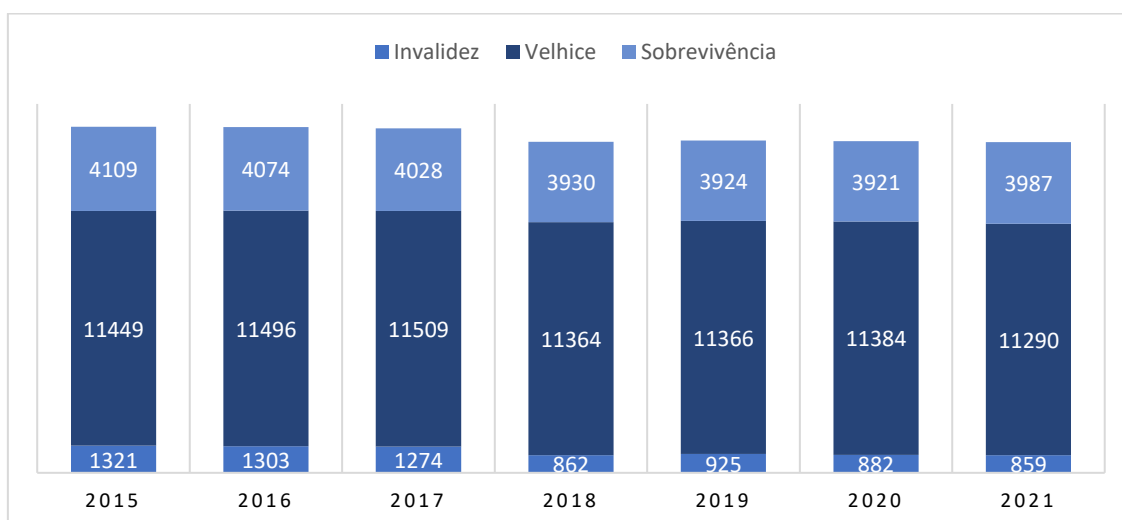


Gráfico 4 - N.º de pensionistas residentes no concelho de Castelo Branco de 2015 a 2021, por tipo de pensão

Fonte: ISS, I.P, 2021

¹⁴ A pensão de invalidez do regime não contributivo foi integrada na Prestação Social para a Inclusão.

6.7. Intervenção Familiar/Comunidade

Analisando ainda, outros grupos sociais mais vulneráveis, no que diz respeito à área de intervenção da família e comunidade, existem respostas sociais no concelho para apoio à família e comunidade em geral.

Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco (SCMCB)

A SCMCB possui ainda uma resposta dirigida ao apoio social de agregados familiares mais carenciados do concelho, o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS). Esta equipa funciona há cerca de 6 anos, fazendo um trabalho abrangente e de proximidade em toda a comunidade, cidade e freguesias. Segundo dados da própria equipa, em 2022, tinham em acompanhamento cerca 850 processos familiares ativos, sendo a média mensal de atendimento entre 350/400 atendimentos/acompanhamentos, na sua grande maioria mulheres. Prevalecem também os agregados familiares isolados e cerca de 50 % dos agregados familiares, apresentam como principais problemáticas a doença mental ou problemas com consumos. Em relação a esta resposta (SAAS), será prestada sob a responsabilidade da SCMCB até ao fim do ano de 2022, uma vez que, no decorrer da transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, no domínio da Ação Social, operada pelo Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, a Câmara Municipal de Castelo Branco irá assumir esta resposta social em 2023.

Ainda a este nível, esta entidade possui um Centro de Alojamento Temporário, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.

Amato Lusitano - Associação de Desenvolvimento (ALAD)

Também neste sentido, a ALAD com o projeto CLDS 4G possui também este tipo de resposta referida anteriormente, nomeadamente através de apoio social prestado por uma equipa técnica que realiza intervenção junto de famílias mais vulneráveis/excluídas socialmente do concelho, sendo a distribuição mensal de bens alimentares a resposta mais comum prestada por esta equipa.

Cáritas Interparoquial de Castelo Branco

Ainda nesta área, a Cáritas Interparoquial de Castelo Branco tem vindo a desempenhar um papel muito importante no apoio às pessoas e /ou agregados familiares mais carenciadas do concelho que, além da ajuda alimentar, dispõe ainda de apoios sociais bastante diversificados aos que mais necessitam.

Um desses apoios é o atendimento social efetuado pelo gabinete de ação social (GAS) e psicológico, que dá resposta aos/às indivíduos/as e/ou famílias que mais necessitam. No ano de 2021 o gabinete de ação social e psicológico realizou 606 atendimentos a 328 famílias, num total de 879 beneficiários/as.

Além deste apoio, esta entidade disponibiliza ainda a distribuição de refeições da cantina social (8.088 em 2021) e a loja social, onde foram distribuídas em 2021 peças de roupa a cerca de 4.592 pessoas.

A Cáritas Interparoquial de Castelo Branco dispõe também de um banco de medicamentos e apoios de nível monetário.

Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) - Delegação de Castelo Branco

Uma das respostas que a delegação de Castelo Branco da Cruz Vermelha Portuguesa é a intervenção comunitária prestada junto de grupos de pessoas mais vulneráveis do concelho.

As atividades desenvolvidas neste âmbito são:

- Ações de Sensibilização/Formação em parceria com outras entidades parceiras (Projeto SPEAK/EAPN/Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento);
- Recolha de alimentos e Bens Essenciais, em parceria com entidades privadas do ramo alimentar, e com a Banco Alimentar de Castelo Branco;
- Teleassistência;
- Ações de sensibilização/formação desenvolvida por uma equipa técnica, constituída por uma assistente social e uma psicóloga, junto da população mais idosa e/ou dependente;
- Ações de sensibilização/formação junto de grupos de crianças e jovens, em parceria com IPDJ.

Ao nível do apoio alimentar e bens de higiene pessoal e habitacional às famílias mais carenciadas referenciadas pela delegação, é feita a distribuição semanalmente a 18 famílias num total de 52 utentes, e mensalmente a 21 famílias perfazendo um total mensal de 50 utentes.

Os bens são doados através de parceiras:

- Protocolo com o Pingo Doce desde fevereiro de 2021 (4 vezes p/ semana);
- Protocolo com a Sonae desde junho de 2021 (3 vezes p/ semana);
- Cruz Vermelha Portuguesa (peditórios/campanhas) - 3 cargas;
- Banco Alimentar Contra a Fome de Castelo Branco (1 vez por mês);
- Leroy Merlin (doação através de uma campanha nacional em dinheiro, 2000 euros, que foram convertidos em bens alimentares de primeira necessidade e bens de higiene pessoal e habitacional).

Salientar ainda, que estão previstos por entidade o desenvolvimento de outros projetos futuros relacionados com a intervenção social e comunitária no concelho.

O quadro a seguir sistematiza as respostas sociais existente no concelho dirigidas às famílias em situações mais vulneráveis.

ÁREA DE INTERVENÇÃO	ENTIDADE	RESPOSTA SOCIAL	CAPACIDADE	UTENTES
Família e Comunidade em Geral	Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco	Centro de Alojamento Temporário (Emergência Social)	5	1
		Cantina Social	22	22
		Serviço de Apoio Domiciliário	100	53
		Atendimento/ Acompanhamento Social	525	525
		Ajuda Alimentar a Carenciados	*	*
	Cáritas Interparoquial de Castelo Branco	Distribuição alimentar a carenciados	324	324
		Programa de Emergência Alimentar – Cantinas Sociais	*	25
	Amato Lusitano - Associação de Desenvolvimento	Atendimento/ Acompanhamento Social	100	50

Tabela 48 - Respostas sociais no domínio da família e comunidade existentes no concelho

Fonte:

Carta social, (MTSSS), 2022

Relatório de Atividades e contas SCM CB, 2022

Relatório de Atividades e contas Cáritas Castelo Branco, 2021

6.8. Projetos de Intervenção Social

Hortas Sociais da Quinta do Chinco

Situada entre dois Bairros da Cidade de Castelo Branco – Bairro da Carapalha e Ribeiro das Perdizes – a Quinta do Chinco, uma antiga exploração agrícola requalificada, passou a abarcar um projeto que contempla dinâmicas no âmbito do desenvolvimento social, da agricultura familiar e da sensibilização ambiental, denominado como Hortas Sociais da Quinta do Chinco.

Nas Hortas Sociais da Quinta do Chinco estimula-se a integração e a convivência social entre diferentes gerações, com idades, aptidões físicas e heranças culturais variadas, e onde se fomenta o espírito comunitário e a entreatajuda.

Este espaço constitui também um apoio à subsistência das famílias e um complemento para a economia familiar, aspeto fundamental para famílias desfavorecidas e com baixos rendimentos, proporcionando-lhes, ainda, o acesso a uma alimentação mais variada e saudável.

Na realização das Hortas Sociais promovem-se as atividades de horticultura e floricultura em modo de produção biológica, a qual impede o uso de pesticidas e fertilizantes químicos sintéticos. Incentivam-se,

assim, as práticas ancestrais de trabalho do solo, o uso e a partilha sustentável da água e o aproveitamento das características naturais das plantas para, em conjunto, ajudarem a proteger as culturas. Todos os utilizadores frequentam um Programa de Formação obrigatório, de forma de garantir a aquisição de competências para a prática da agricultura biológica e de cidadania nas Hortas Sociais.

No entanto, e, paralelamente à utilização das hortas, esta infraestrutura tem vindo a ser otimizada através da interação com a comunidade, indo para além do fim a que inicialmente se destinava.

Assim, têm vindo a ser desenvolvidas inúmeras atividades de carácter educativo, pedagógico e associativo, em plena comunhão com a comunidade envolvente, que visam a promoção e o incentivo da proteção do meio ambiente, dos recursos naturais, da saúde, de uma alimentação saudável, da vida ao ar livre e em comunhão com a terra. A Instalação inicial das Hortas aconteceu em janeiro 2018, através de 72 talhões atribuídos, com áreas entre 86 e os 158 metros quadrados.

A 15 janeiro deu-se o início da instalação das culturas (alho, cebola, alface, couves diversas, aromáticas). A Dinamização da Formação Modo de Produção Biológico e flores é obrigatória para todos/as os beneficiários/as das hortas, desde o início de funcionamento destas instalações. Atualmente em 2022, as hortas possuem 88 talhões atribuídos com áreas entre 86 m² – 158 m², totalmente ocupados e com lista de espera, encontrando-se a beneficiar das mesmas 88 pessoas, 54 homens e 32 mulheres, a maioria destes com idade compreendida entre os 41 e os 60 anos. Em relação à escolaridade, a maioria destes possui o 9.ºano ou o 12.ºano.

Outras Atividades realizadas:

- Articulação com as escolas desenvolvendo iniciativas de carácter educativo e pedagógico;
- Vamos à Horta – Parceria com Escola Agostinho Roseta;
- Olá Primavera;
- Recriação da colheita da azeitona;
- Espantalhos na Quinta;
- Visita à Quinta do Chinco;
- Interação com IPSS, com dinâmicas de lazer para os seus utentes;
- Espantalhos na Quinta;
- Intervenção Precoce;
- Visita à Quinta do Chinco;
- Horta “mais Cool”;
- Elaboração de cabazes para oferta a Instituições de Solidariedade, em colaboração com os hortelãos;
- Parceria com APPACDM, através da realização de estágios dos cursos de jardinagem e carpintaria, desde 2018 já estiveram na quinta 8 estagiários responsáveis pela manutenção dos espaços verdes do espaço.

Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS)

O Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social, adiante designado por Programa CLDS, criado em 2007, verificou ao longo do tempo alterações várias ao modelo inicial, a última das quais concretizadas através da Portaria n.º 179 -B/2015, de 17 de junho, mantendo, todavia, uma matriz comum de objetivos centrada na promoção da inclusão social de grupos populacionais que revelem maiores níveis de fragilidade social num determinado território, mobilizando para o efeito a ação integrada de diferentes agentes e recursos localmente disponíveis. Os Programas CLDS a constituem um instrumento de combate à exclusão social fortemente marcado por uma intervenção de proximidade realizada em parceria garantindo, em simultâneo, a valorização do papel das Câmaras Municipais nesta intervenção dadas as suas especiais responsabilidades ao nível concelhio, nomeadamente em matérias de planeamento, bem como a sua particular capacidade para congregar os agentes e os recursos locais.

A Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento, enquanto entidade de direito privado sem fins lucrativos, que atua na área do desenvolvimento social e no território de intervenção do CLDS, de acordo com os termos previstos no Anexo 3, assume desde a 3ª Geração do Programa CLDS, o papel de Entidade Coordenadora Local da Parceria (ECLP). A intervenção do CLDS 4G Castelo Branco (Contrato Local de Desenvolvimento Social 4ª Geração) pretende reverter as situações de vulnerabilidade social presentes nos grupos com maior risco de pobreza presentes no território, não dando somente recursos (alimentos, educação, trabalho), mas fazendo um caminho de partilha com estas pessoas, promovendo a autoaprendizagem e a possibilidade de adquirirem novos conhecimentos, bem como criar mecanismos que quebrem situações de isolamento social e que lhes permitam viver de forma mais inteira, plena e autónoma.

No ano de 2021, foram realizadas vinte e uma ações definidas no Plano de Ação do Projeto, divididas por 3 eixos de intervenção, tendo sido abrangidos/as direta ou indiretamente cerca de 10.000 pessoas.¹⁵

Emprego, Formação e Qualificação (8 ações):

- Apoio à procura de emprego e desenvolvimento da atitude empreendedora;
- Ações de informação sobre as medidas ativas de emprego, oportunidades de emprego e programas comunitários de apoio à mobilidade no emprego;
- Encaminhamento para medidas de apoio à criação do próprio emprego;
- Encaminhamento para ações de formação;
- Promoção de medidas ativas de Emprego;
- Jornadas Técnicas do Emprego e Empreendedorismo;
- Bootcamp;

¹⁵ Cada pessoa pode ter participado em mais do que uma ação do projeto

- Liga do Empreendedor.

Intervenção Familiar e Parental, Preventiva da Pobreza Infantil (4 ações):

- Programa de Educação Parental;
- Gabinete de Apoio Familiar;
- Clube de Vida Saudável na Estrada;
- Ser + Igual.

Promoção do Envelhecimento ativo e apoio à população idosa (7 ações):

- (Re)forma Ativa;
- Vidas com Memórias;
- Álbum de Vivências;
- Na Estrada com Histórias;
- Programa de Voluntariado “Avós Adotados”;
- A Freguesia do Lado;
- Banco de Voluntariado.

Auxílio e intervenção emergencial às populações inseridas em territórios afetados por calamidades e/ou capacitação e desenvolvimento comunitários (2 ações):

- Feira Social;
- Rede de Apoio Técnico às Instituições.

7. EMPREGO/MERCADO DE TRABALHO

Em relação ao poder de compra no Concelho de Castelo Branco, segundo dados do INE, tem vindo a aumentar ao longo dos anos, este indicador, que avalia o maior e menor bem-estar material por pessoa, em 2019, registava o valor de 96,5%. Este valor apresentado é superior aos registos apresentados pela região Centro (88,7%) e da Beira baixa (86,5%).

7.1. Remuneração Base Média

Ao nível da remuneração base média mensal por conta de outrem, o valor registado em 2019 era de 825,9€, valor abaixo da média nacional (1.001,5 €).

Analisando este indicador, por tipo de setor de atividade económica, no concelho, são os/as trabalhadores/as das indústrias transformadoras que auferem valores médios mensais superiores (906,7€). Em contraste o setor da Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca, é onde este valor é inferior (777,9€).

Analisando o indicador por sexos, continuam a ser os homens que apresentam ordenados base mensais superiores, em comparação com os vencimentos auferidos pelas mulheres, uma diferença considerável de aproximadamente 70 euros.

REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL - HOMENS / NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO								
2019								
Valor Médio Mensal	Quadros Superiores	Quadros Médios	Encarregados, Contramestres	Profissionais altamente qualificados	Profissionais qualificados	Profissionais semiquualificados	Profissionais não qualificados	Praticantes e Aprendizizes
859,3€	1.645,5 €	1.962,1€	1.361,6€	966,2€	781,9€	700,6€	627,1€	634,8€

Tabela 49 - Remuneração base média mensal dos trabalhadores do sexo masculino por conta de outrem por nível de qualificação, no concelho em 2019

Fonte: PORDATA

REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL - MULHERES / NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO								
2019								
Valor Médio Mensal	Quadros Superiores	Quadros Médios	Encarregados, Contramestres	Profissionais altamente qualificados	Profissionais qualificados	Profissionais semiquualificados	Profissionais não qualificados	Praticantes e Aprendizizes
789,9€	1.371,7€	1.178,7€	1.128€	929€	698,5€	661,7€	619,3€	600,1€

Tabela 50 - Remuneração base média mensal dos trabalhadores do sexo feminino por conta de outrem por nível de qualificação, no concelho em 2019

Fonte: PORDATA

Ao analisarmos a remuneração base média mensal dos trabalhadores do concelho por sexo e níveis de qualificação possuído, em 2019, verifica-se que são homens que possuem valores superiores em todas as categorias profissionais.

7.2. Ganho Médio Mensal

No que diz respeito ao ganho médio mensal¹⁶, em 2019, dos trabalhadores por conta de outrem do município de Castelo Branco, no concelho em 2019, a diferença de valores auferidos entre os homens e mulheres, é ainda mais notória, com clara superioridade para o sexo masculino, traduzindo-se numa disparidade salarial de 146€. Fazendo uma comparação com o ano de 2009, este valor corresponde a menos 67 euros, face à diferença salarial que se registava nesse ano.

Concelho Castelo Branco	SEXO	
	2019	
	H	M
	1.064,9€	918,7€

Tabela 51 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem em 2019, por sexo

Fonte: PORDATA

¹⁶ ordenado médio, por mês, com horas extra, subsídios ou prémios, dos homens ou mulheres aprendizes, quadros médios e superiores ou outros empregados

É possível verificar através dos dados anteriores que, atualmente ainda existem diferenças bastante acentuadas no que diz respeito às remunerações mensais recebidas entre homens e mulheres ao nível dos/as trabalhadores/as do concelho, independentemente de ocuparem o mesmo cargo numa determinada entidade.

7.3. Estatísticas de Emprego no Concelho

Concelho Castelo Branco	N.º DESEMPREGADOS/AS INSCRITOS/AS - IEFP		
	FEV. 2022		
	Total	H	M
	1.756	784	972

Tabela 52 – N.º de desempregados/as inscritos/as no serviço de emprego de Castelo Branco em fevereiro de 2022

Fonte: IEFP, I.P

Em relação a estatísticas de emprego no concelho, segundo o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), no mês de fevereiro de 2022 estavam inscritas 1.756 pessoas no Serviço de Emprego de Castelo Branco, sendo 784 do sexo masculino e 972 do sexo feminino. Se comparados estes dados com o mês de fevereiro de 2021, altura em que estavam 1.581 pessoas inscritas no serviço de emprego do concelho de Castelo Branco, verifica-se que existiu um aumento significativo (11%) no número de desempregados/as inscritos/as nos serviços de emprego de Castelo Branco

Do total de utentes desempregados/as em fevereiro de 2022, são os/as utentes entre os 35 e os 54 anos o grupo de maior dimensão (663).

Em relação às habilitações escolares, são os utentes com o nível de 12.º ano de escolaridade que representam a maior percentagem, com um total de 549 inscritos/as. De salientar também o elevado número de desempregados/as do concelho inscritos/as no IEFP, com habilitações superiores, 235 em fevereiro de 2022.

Em relação à situação face ao emprego, a maioria dos/as utentes do concelho inscritos/as no Centro de Emprego em fevereiro 2022, encontrava-se na situação “à procura de novo emprego”, um total de 1.505 utentes.

No que diz respeito aos números do desemprego jovem, o número de jovens com menos de 25 anos do concelho, inscritos/as no Centro de Emprego de Castelo Branco em fevereiro de 2022 era de 193.

Apesar da taxa de desemprego no concelho ter vindo a diminuir, as mulheres mantêm-se como sendo as mais afetadas pela falta de emprego ao longo dos últimos anos, segundo os dados estatísticos do IEFP.

Concelho Castelo Branco	MOVIMENTOS AO LONGO DO MÊS FEVEREIRO DE 2022					
	Desempregados/as Inscritos/as			Colocações em Empregos		
	H	M	Total	H	M	Total
	99	127	226	30	39	69

Tabela 53 - Colocações e desempregados/as inscritos/as ao longo do mês de fevereiro de 2022

Fonte: IEFP, I.P – Estatísticas Mensais

7.4. Gabinete de Inserção Profissional (GIP)

O Gabinete de Inserção Profissional (GIP) da Amato Lusitano - Associação de Desenvolvimento é uma estrutura de apoio ao emprego que, em estreita cooperação com os serviços de emprego de Castelo Branco, suporta a atuação destes no desenvolvimento de atividades que contribuem para a inserção ou reinserção profissional de desempregados/as.

Tem como destinatários/as os/as desempregados/as, jovens ou adultos, que necessitem de apoio na resolução do seu problema de inserção ou reinserção profissional, tendo como principal objetivo apoiar estes/as na definição ou desenvolvimento do seu percurso no mercado de trabalho.

Em 2021 foram abrangidos/as por este gabinete cerca de 650 utentes no decorrer das respetivas atividades.

7.5. Empresas

Em relação às empresas do município, entre 2010 (5.701) e 2020 (5.843), o número de empresas não financeiras aumentaram, em Castelo Branco, um crescimento de 2,5%. Outro dado a salientar, que pode ser associado à pandemia covid-19, tem a ver com fato de ter existido um decréscimo no número de empresas (-80) entre 2019 (5.923) e 2020.

No município de Castelo Branco, o sector de atividade que concentrava mais trabalhadores/as em 2020 era o do comércio por grosso e a retalho (2.752), realidade que também se observou na generalidade dos anos antecedentes.

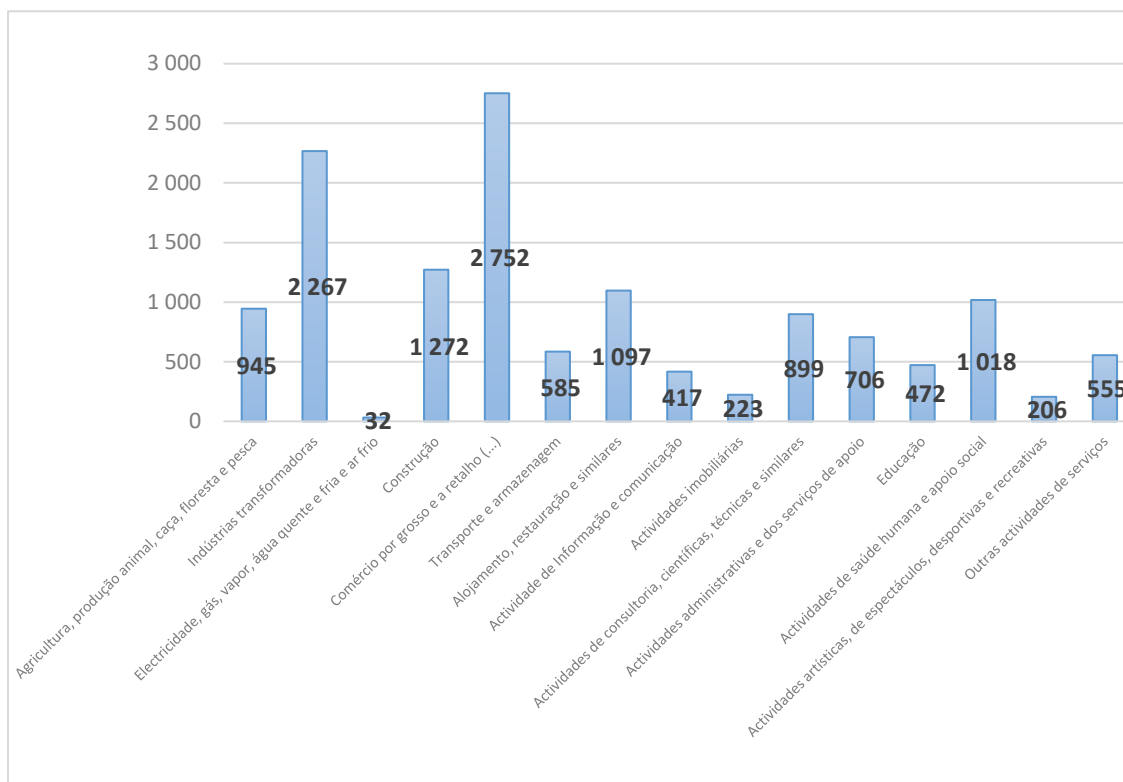


Gráfico 5 - Trabalhadores/as ao serviço nas empresas não financeiras: total e por sector de atividade económica em 2020

Fonte: INE / PORDATA

Em 2020, por cada 100 empresas não financeiras existentes em Castelo Branco, foram criadas 10 e extintas outras 12. Em relação à sobrevivência das empresas, após um ano de existência das mesmas, a taxa de sobrevivência em 2020 era 75%.

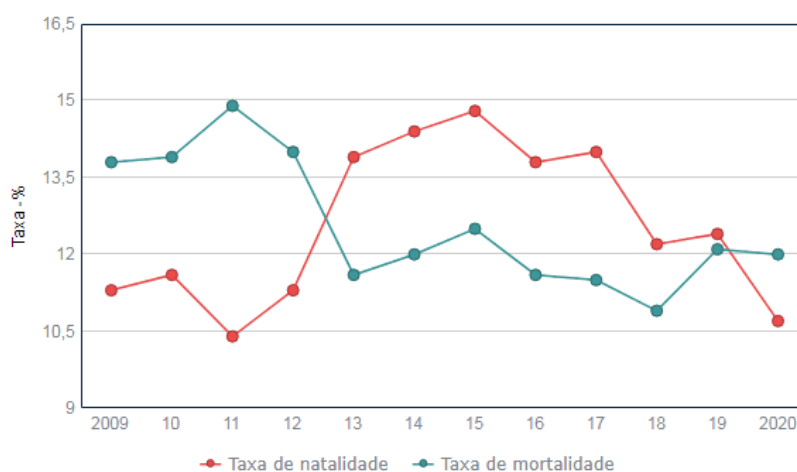


Gráfico 6 - Evolução da Taxa de natalidade, mortalidade e sobrevivência das empresas não financeiras, entre 2009 e 2019

Fonte: INE / PORDATA

Em relação ao volume de negócios das quatro maiores empresas do município de Castelo Branco, obtido através da venda de bens e prestação de serviços, em 2020 representava 25% do total, valor este que se manteve desde 2019 e menos 0,9 pontos percentuais do que em 2018.

Em 2020 as quatro maiores empresas do município de Castelo Branco concentravam 6,5% do pessoal ao serviço das empresas não financeiras. Este indicador tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos, como se poder ver no gráfico a seguir.

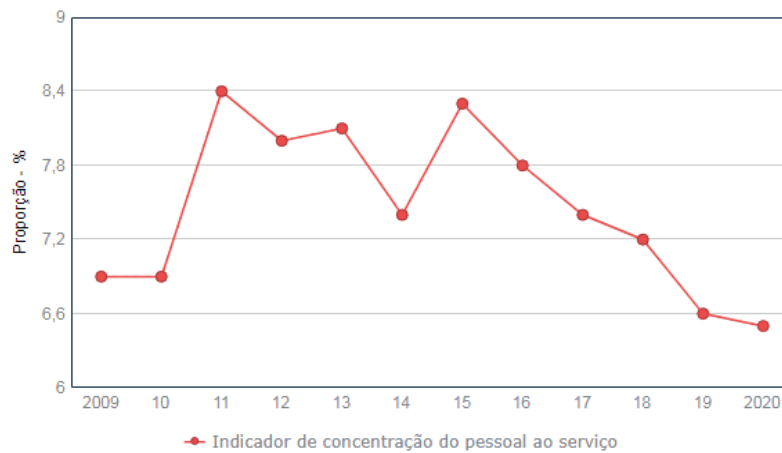


Gráfico 7 - Evolução da percentagem de pessoal ao serviço das quatro maiores empresas do município, entre 2009 e 2020

Fonte: INE / PORDATA

8. SAÚDE

A Unidade Local de Saúde (ULS) de Castelo Branco, E. P. E., integra os Agrupamentos de Centros de Saúde da Beira Interior Sul (ACES BIS) e do Pinhal Interior Sul (ACES PIS), que incluem os seguintes Centros de Saúde: Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor, Vila Velha de Ródão, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertão e Vila de Rei.

*“A ULSCB tem o seu foco principal na conjugação entre os cuidados de saúde primários e os cuidados hospitalares, numa perspetiva de gestão integrada dos cuidados de saúde de forma a atender ao todo biopsicossocial dos/as utentes, tornando-os/as protagonistas do sistema de saúde e centro de atenção dos profissionais de saúde”.*¹⁷

Com a pandemia Covid-19 a assolar o País as repostas de saúde foram as mais visadas e ao mesmo tempo as mais responsabilizadas no combate a este grande problema de saúde pública instalado na nossa sociedade.

Neste sentido, em 2021, a ULS de Castelo Branco continuou a dar continuidade ao trabalho desenvolvido desde o início da pandemia, nomeadamente no planeamento e concretização de medidas de combate à pandemia. Existiu também a necessidade de melhoramento das diversas unidades de cuidados de saúde ao nível das suas instalações.

Todas estas ações que foram realizadas, e que continuam a ser desenvolvidas por parte da ULS, exigem um enorme esforço por parte dos seus recursos humanos e materiais, por forma a garantir as melhores condições possíveis para a prestação dos cuidados de saúde à população do concelho.

8.1. Cuidados de Saúde Primários (CSP)

No concelho de Castelo Branco existem várias unidades funcionais de prestação de cuidados distribuídas pelo Centro de Saúde de São Tiago, Centro de Saúde de São Miguel, e o Centro de Saúde de Alcains. Ao nível dos/as utentes abrangidos/as pelas unidades de saúde da ULSCB, em 2021, segundo dados da entidade, registaram-se um total de 57.829 utentes inscritos/as, sendo a UCSP de São Tiago a que mais utentes abrange (22.760), representando 39% do total.

Ao nível das faixas etárias, o maior número de utentes insere-se nos intervalos de idade entre os 19 e 44 anos (16.891). Em relação ao sexo, a maioria dos/as beneficiários/as destas unidades são mulheres.

¹⁷ Relatório de contas Unidade Local de Saúde de Castelo Branco (ULSCB), EPE, 2021

Em relação às consultas médicas efetuadas nos centros de saúde do concelho, no âmbito da medicina geral e familiar, nos seus diversos programas em 2021, segundo dados da ULSCB, no total de 130.792 consultas, a maioria destas foram realizadas no âmbito da Saúde de Adultos, com um total de 184.911.

As unidades prestadoras de cuidados de saúde primários no concelho são: Unidade de Cuidados na Comunidade de Castelo Branco (Centro de Saúde de São Tiago), Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados São Tiago Saúde (Centro de Saúde de São Tiago), Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados-Beira Interior Sul (Centro de Saúde de São Tiago), Unidade de Saúde Familiar Beira Saúde (Centro de Saúde de São Miguel), Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de São Miguel (Centro de Saúde de São Miguel), Unidade de Saúde Pública – Beira Interior Sul (Centro de Saúde de São Miguel), e a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Alcains (Centro de Saúde de Alcains).

De seguida segue-se a caracterização destas unidades funcionais de prestação de cuidados, em 2022, segundo dados disponibilizados pelo Serviço Nacional de Saúde.¹⁸

Unidade de Cuidados na Comunidade de Castelo Branco (UCCCB)

A Unidade de Cuidados na Comunidade de Castelo Branco (UCCCB) é uma equipa composta por 2 médicos, 6 enfermeiros e 2 assistentes operacionais, e tem como objetivo a prestação de cuidados de saúde e apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário, especialmente às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, em situação de maior risco ou dependência física e funcional ou doença que requeira acompanhamento próximo, e atua, ainda, na educação para a saúde e na integração em redes de apoio à família, no concelho de Castelo Branco. Esta unidade tem como área de abrangência todo o concelho, servindo assim cerca de 54.000 utentes.

Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) São Tiago Saúde

A equipa de profissionais da UCSP São Tiago Saúde tem como missão, prestar cuidados de saúde personalizados aos/às utentes inscritos/as, garantindo a acessibilidade, a globalidade e a continuidade dos cuidados. Para cumprir a sua missão, esta unidade desenvolve atividades de promoção da saúde, prevenção da doença, tratamento e reabilitação, em tempo útil, de forma adequada, com qualidade e equidade, de forma sistemática segundo as normas de saúde vigentes.

Fazem parte desta unidade, 12 médicos, 20 enfermeiros, 6 secretários clínicos, 10 assistentes operacionais e 6 internos, prestando cuidados de saúde a 23.237 utentes.

¹⁸ <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/2/20007/2050231/Pages/default.aspx>

Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP) - Beira Interior Sul

A URAP - Beira Interior Sul é uma unidade que sediada no centro de saúde de São Tiago, e é composta por técnicos que prestam respostas em diversas áreas profissionais, Nutrição e Dietética (1), Serviço Social (1), Medicina Dentária (1) e Higiene Horal (1).

Unidade de Saúde Familiar (USF) Beira Saúde

A Unidade de Saúde Familiar Beira Saúde é constituída por uma equipa multidisciplinar, 5 médicos, 6 enfermeiros, 6 secretários clínicos e 4 internos, e tem como missão a prestação de cuidados de saúde personalizados à população do Concelho de Castelo Branco, garantindo a acessibilidade, a globalidade, a qualidade e a continuidade dos mesmos. Estão inscritos/as nesta unidade cerca de 9.000 utentes.

Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) de São Miguel

A UCSP de S. Miguel tem por missão garantir a prestação de cuidados de saúde primários à população da sua área geográfica, com eficiência e qualidade, procurando manter os princípios da equidade e acessibilidade. Faz, ainda, parte da missão, a vigilância epidemiológica, a participação no ensino e formação de profissionais de saúde, no desenvolvimento de projetos, programas e investigação em saúde. Fazem parte desta unidade, 9 médicos, 16 enfermeiros, 12 secretários clínicos, 7 assistentes operacionais e 14 internos, servindo 15.393 utentes.

Unidade de Saúde Pública (USP) - Beira Interior Sul

A USP Beira Interior Sul é uma unidade sediada no centro de saúde de São Miguel, sendo composta por 1 médico, 4 enfermeiros, 1 secretário Clínico, 1 assistente operacional e 3 técnicos de saúde ambiental.

Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) de Alcains

A UCSP de Alcains é constituída por uma equipa de 8 médicos, 9 enfermeiros, secretários Clínicos e 3 assistentes operacionais, prestando cuidados de saúde a 10.782 utentes.

8.2. Cuidados Hospitalares

O Hospital Amato Lusitano (HAL), é a única unidade hospitalar da área de influência da ULSCB. Segundo dados da própria entidade, dispunha em 2021, de uma lotação de 235 camas distribuídas pelas diversas especialidades. Em virtude da pandemia covid-19, foram realizadas diversas reestruturações ao nível dos serviços de internamento. Durante o ano de 2021, o Hospital Amato Lusitano manteve o serviço de infeciologia e a unidade de cuidados intensivos polivalente.

Em 2022 está previsto a entrada em funcionamento do novo serviço de Ambulatório e Urgência Pediátrica.

Segundo os dados da ULS de Castelo Branco, relativos a 2021, no que diz respeito ao número total de consultas médicas realizadas na unidade de consultas externas hospitalar aumentaram face ao ano transato, apesar de também ter existido um aumento na lista de espera de algumas especialidades, nomeadamente de Ginecologia/Obstetrícia e Oftalmologia, motivado por uma grande carência de profissionais destas áreas de saúde. Apesar dos efeitos da Pandemia, os dados obtidos relativamente às primeiras consultas de especialidades e as subsequentes, registou-se um aumento nestes indicadores, o que demonstra o bom trabalho realizado pelas unidades de saúde do concelho, apesar das enormes dificuldades trazidas pela pandemia.

8.3. Urgências

Ao nível das urgências, segundo dados da entidade, verificaram-se em 2021, 53.280 episódios, mais 6.051 episódios em comparação com o ano de 2020, como é possível observar no quadro a seguir.

BALCÃO DE ATENDIMENTO	2020	2021
Urgência Geral	40.244	42.520
Urgência Obstétrica	1.350	1.395
Urgência Pediátrica	5.635	9.365
Total	47.229	53.280

Fonte: Relatório e Contas 2021, ULSCB

Tabela 54 - Total de episódios de urgência em 2020 e 2021

8.4. Pessoal Médico no Concelho

Em relação ao número de profissionais da área da saúde a exercerem em unidades de saúde do concelho, segundo o INE registavam-se em 2021, 277 médicos, 602 enfermeiros, 47 dentistas e 88 farmacêuticos.

No que diz respeito ao número de médicos/as no concelho existiu um ligeiro aumento de 2020 para 2021, registando-se mais 15 médicos a exercer atividade profissional no concelho. A categoria de Médico Dentista foi a única a registar decréscimo de profissionais a exercerem no concelho.

Em relação à média de habitantes por profissional médico no concelho em 2021, o valor registado (189,2) fica aquém do que é verificado ao nível da região centro, mas é considerado mais positivo se comparado com o valor registado na Beira Baixa, como se pode ver no quadro a seguir.

TERRITÓRIOS	HABITANTES POR MÉDICO	
	2020	2021
Portugal	180,7	176,4
Centro	190,2	185,5
Beira Baixa	269,9	257
Castelo Branco	199,4	189,2

Tabela 55 - Média de habitantes por profissional médico de 2020 e 2021

Fonte: PORDATA

8.5. Rede de Cuidados Continuados Integrados

Compõe a Rede de Cuidados Continuados Integrados no concelho, a estrutura de Cuidados Continuados da ULS de Castelo Branco, com capacidade para 10 camas (contratualizadas pela UCCCB), e a Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI), pertencente à SCMCB, com acordos celebrados com o Ministério da Solidariedade e Segurança Social e com o Ministério da Saúde. Trata-se de uma resposta com duas tipologias de internamento: Média Duração, até 90 dias, e Longa Duração, até 180 dias, com capacidade total para 51 camas (21 de média duração e 30 de longa duração). Esta unidade dispõe ainda de 4 camas não abrangidas por qualquer acordo de cooperação, na estrutura de Residência de Saúde e Bem-Estar.

8.6. Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) - Delegação de Castelo Branco

A intervenção comunitária da Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Castelo Branco é bastante abrangente, alcançando diversas áreas do apoio social, tendo como missão principal prestar assistência humanitária e social, em especial aos mais vulneráveis, prevenindo e reparando o sofrimento e contribuindo para a defesa da vida, da saúde e da dignidade humana. Na qualidade de Sociedade Nacional do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, esta entidade atua segundo os princípios fundamentais da Humanidade, Imparcialidade, Neutralidade, Independência, Voluntariado, Unidade e Universalidade. As iniciativas desenvolvidas nas diversas áreas têm o único objetivo de prestar uma assistência humanitária e social, de modo particular aos mais vulneráveis, prevenindo e reparando o sofrimento e contribuindo para a defesa da vida, da saúde e da dignidade humana, estando próximos, atentos e com urgência, sempre numa perspetiva de parcerias, mas com a intenção, de ser auto sustentadas. A Delegação da Cruz Vermelha pretende estar próxima das pessoas e dos seus respetivos problemas, contando para tal com a força incomensurável dos seus/suas voluntários/as, e com o apoio dos parceiros e entidades oficiais para desenvolver este trabalho com o maior sucesso possível.

Em 2021 as intervenções na área da saúde por parte desta entidade foram muito significativas e de extrema importância para comunidade, face à situação pandémica vivida. Ao nível da área da Saúde, o quadro a seguir mostra as respostas desenvolvidas por esta entidade em 2021.

RESPOSTAS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS EM 2021 PELA CVP
Ações de sensibilização / formação
Posto de socorros / Enfermagem
Análises clínicas - Protocolada
Serviços de socorrismo e acompanhamento de eventos
Serviço de Apoio Domiciliário /Enfermagem
Serviços de Socorrismo
Ajudas técnicas

Tabela 56 - Respostas desenvolvidas na área da saúde, em 2021, pela delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Castelo Branco

Fonte: Relatório de atividades CVP de Castelo Branco, 2021

Em 2021 foram criadas equipas móveis para a realização de testes de deteção de covid-19, tendo sido realizados por estas brigadas 6.474 testes. No posto fixo foram 1.032 os testes realizados. Ao nível de serviços de enfermagem (pensos, administração de injetáveis, avaliação de parâmetros vitais) foram realizados 1.032. Esta entidade desenvolveu ainda apoios pontuais e programados de socorrismo de proximidade a grupos, associações ou instituições, tendo sido desenvolvidas em 2021, 6 atividades de apoio num total de 1.000 intervenções realizadas. Ao nível da formação foram desenvolvidas 3 ações de formação na área do socorrismo que abrangeram 30 participantes, além da dinamização de diversos cursos de formação protocolada com o IEFP. Em parceria com a junta de freguesia de Castelo Branco, iniciou em março de 2022 um projeto que visa o apoio psicológico de forma gratuita para quem necessitar.

9. DEPENDÊNCIAS

9.1. Centro de Respostas Integradas (CRI)

O Centro de Respostas Integradas é uma estrutura local de cariz operativo, constituída por duas equipas técnicas multidisciplinares (Castelo Branco e Covilhã) que executam programas de intervenção local no âmbito dos cuidados integrados e globais a utentes com comportamentos aditivos e dependências, segundo as modalidades terapêuticas adequadas a cada utente, em regime ambulatorio com vista á prevenção, tratamento, reinserção, redução de riscos e minimização de danos.

Ao nível do concelho, através das suas equipas de prevenção, tratamento e unidade de alcoologia, em 2021 foram acompanhados/as 332 utentes. De seguida é possível ver a caracterização sociodemográfica destes/as utentes.

UTENTES DO CRI NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO, POR SEXO		
	H	M
Total	268	64
	332	

Tabela 57 - Utentes do CRI no concelho de Castelo Branco em 2021, por género

Fonte: CRI Castelo Branco, 2021

Ao nível das faixas etárias podemos observar que os/as utentes estão mais concentrados/as nos grupos etários de idades mais elevadas, nomeadamente acima de 31 anos, perfazendo 218 utentes.

UTENTES DO CRI NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO, POR GRUPOS ETÁRIOS	
10-20	13
20-30	43
30-40	45
40-50	105
50-60	92
60-70	26
>70	8

Tabela 58 - Utentes do CRI no concelho de Castelo Branco em 2021, por idade

Fonte: CRI Castelo Branco, 2021

Em relação à faixa etária predominante relativamente aos/às utentes do CRI do concelho, é a que corresponde às idades compreendidas entre os 40 e 50 anos (105 utentes), seguido-de pelo grupo etário dos 50 aos 60 anos (92 utentes). Salientar ainda um número considerável (13) de utentes na faixa etária relativa a idades mais novas.

UTENTES DO CRI NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO, POR ESTADO CIVIL	
Solteiro/a	152
Casado/a/Junto/a	107
Separado/a/ Divorciado/a	65
Desconhecido	1
Viúvo/a	7

Tabela 59 - Utentes do CRI no concelho de Castelo Branco em 2021, por estado civil

Fonte: CRI Castelo Branco,2021

Ao nível do estado civil a grande maioria dos/as utentes, 46% encontra-se solteiro/a.

Ao nível das habilitações literárias, a maior representatividade de utentes possui o 3.º ciclo de ensino (118 utentes) e no 2.º ciclo (74 utentes).

UTENTES DO CRI NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO, POR GRAU DE ESCOLARIDADE	
Sem Escolaridade	6
1.º Ciclo Ensino Básico	43
2.º Ciclo Ensino Básico	74
3.º Ciclo Ensino Básico	118
Ensino Secundário	66
Frequência universitária	8
Grau Universitário	14
Desconhecido	3

Tabela 60 - Utentes do CRI no concelho de Castelo Branco em 2021, por habilitações literárias

Fonte: CRI Castelo Branco,2021

Ao nível da situação laboral a grande maioria dos/as utentes do CRI em 2021, possui vínculo laboral estável, 44% do total, o que significa uma mudança comparativamente a 2020, onde eram as pessoas desempregadas que se encontravam em maior número ao nível do acompanhamento prestado por esta entidade.

UTENTES DO CRI NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO EM 2021, POR SITUAÇÃO LABORAL	
Desocupado/a há menos de um ano	33
Desocupado/a há um ano ou mais	57
Estudante/Formação Profissional	28
Reformado/a /Pensão Social por invalidez	21
Reformado/a /Pensão Social por idade	5
Trabalho estável/regular	146
Trabalho ocasional	24
Outra Situação	14
Desconhecido/Sem dados	3
Doméstico/a	1

Tabela 61 - Utentes do CRI no concelho de Castelo Branco em 2021, por situação laboral

Fonte: CRI Castelo Branco

No que diz respeito ao problema aditivo principal, 92% do total dos/as utentes do CRI do concelho de Castelo Branco têm dependência com substância, sendo o consumo de heroína o mais comum (126 utentes).

Em relação aos/às utentes dependentes, mas sem substância associada não existiu em 2021 nenhum/a. Em relação ao tipo de inscrição dos/as utentes do CRI em 2021, a grande maioria foi por iniciativa própria (121), seguindo-se a referência através de Instituição Judicial/ Instituto Reinserção Social (82).

9.2. Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD)

A 1 de julho de 2001 entrou em vigor a Lei 30/2000 de 29 de novembro conhecida como a Lei da Descriminalização do Consumo de Drogas, com a responsabilidade do processamento das contraordenações por posse, consumo e aquisição para consumo próprio de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas não prescritas, que incorpora um conjunto de princípios e estratégias emergentes do paradigma da dissuasão.

Para operacionalizar este diploma legal, foram criadas as Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência (CDT) em todas as capitais de distrito do País, com competências de âmbito distrital. As CDT são serviços com autonomia deliberativa, para onde os utilizadores de estupefacientes e substâncias psicotrópicas não prescritas são encaminhados pelas forças policiais e judiciais, por posse, consumo, ou aquisição para consumo próprio de 10 dias, onde são avaliados em contexto de audição por uma equipa multidisciplinar que deliberará sobre a necessidade de encaminhamento para estruturas de saúde, sociais ou outras; ou sancionará com as medidas previstas na Lei (coimas, apresentações periódicas, trabalho gratuito a favor da comunidade, admoestações, entre outras).

De acordo com a nova Lei Orgânica do Ministério da Saúde (Decreto-Lei n.º 124/2011, de 29 de dezembro), foi criado o SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências com a natureza de serviço central da administração direta do Estado, e foi extinto o Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT).

De entre as atribuições da Direção Geral do SICAD decorre garantir as infraestruturas necessárias ao funcionamento das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência e prestar apoio técnico e administrativo.

O trabalho de dissuasão das CDT (uma por capital de Distrito), confere ao SICAD a proximidade ao território, a aplicação do potencial da dissuasão no sentido de fomentar uma intervenção cada vez mais precoce ao nível do diagnóstico, da motivação e do encaminhamento de diversas situações de risco, como uma “segunda linha de prevenção”, e ainda ao nível do seu papel de intervenção técnica no sentido da mobilização das estruturas locais que estejam direta ou indiretamente implicados nesta problemática, daí a participação desta entidade enquanto parceira do CLAS.

A CDT de Castelo Branco tem abrangência Distrital e apresenta atualmente uma equipa multidisciplinar de quatro elementos, tendo registado desde a sua entrada em vigor até ao momento 2.422 processos de contraordenação por posse, consumo e aquisição para consumo próprio de substâncias estupefacientes, sendo apresentado de seguida os dados referentes ao ano transato.

Em relação ao ano de 2021, foram registados 185 os processos de contraordenação pela CDT de Castelo Branco, na sua maioria homens, 41.

PROCESSOS CDT NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO, POR SEXO		
	H	M
Total	41	4
	45	

Tabela 62 - Processos CDT no concelho de Castelo Branco, por sexo

Fonte: CDT de Castelo Branco, 2021

PROCESSOS CDT NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO, POR GRUPOS ETÁRIOS	
16-19	9
20-24	13
25-29	11
30-34	3
35-39	3
40-44	3
>45	3

Fonte: CDT de Castelo Branco, 2021

Tabela 63 - Processos CDT no concelho de Castelo Branco em 2021, por idade

Em relação ao tipo de substância aprendida e consumida referente aos processos de 2021, segundo dados da comissão, foi na maioria do tipo Cannabinóides (42).

Em relação ao indicador relativo ao carácter de consumo por parte dos/as indivíduos/as dos processos de 2021, a maioria diz respeito a não toxicodependentes (43).

9.3. Projeto Homem | Centro Interparoquial de Abrantes

Em relação ao apoio social para pessoas toxicodependentes, existe no concelho um apartamento de apoio de forma temporária a utentes do sexo masculino, pertencente ao centro Interparoquial de Abrantes, que presta apoio a toxicodependentes após a sua saída de unidades de tratamento, estabelecimentos prisionais, centros tutelares ou outros da área da Justiça, com capacidade para 10 utentes.

10. EDUCAÇÃO

Ao nível da Educação, é assumido pelo Executivo Municipal como uma área de ação prioritária, pela importância que o Ensino e a Educação desempenham na formação dos/as cidadãos/ãs, na mudança de mentalidades e no contributo para a igualdade de oportunidades.

Têm sido objetivos claros da Câmara Municipal de Castelo Branco:

- Planear, programar e desenvolver a ação municipal no domínio da Educação;
- Programar ações de desenvolvimento a integrar no Plano de Atividades do Município;
- Avaliar as carências em equipamentos escolares e propor a aquisição e substituição desses equipamentos;
- Promover e apoiar ações de Educação no âmbito das competências da Câmara Municipal;
- Gerir o património da rede escolar pública no ensino pré-escolar e básico;
- Assegurar a receção, estudo, análise e encaminhamento de solicitações dos munícipes na área educativa;
- Organizar as atividades de enriquecimento curricular e apoiar as ações educativas em meio aberto e nos equipamentos municipais;
- Assegurar o cumprimento das atribuições legais em matéria de ação social escolar, nomeadamente auxílios económicos, refeições escolares e prolongamento de horário, para crianças do pré-escolar e do 1.º Ciclo do ensino básico;
- Promover, em articulação com a comunidade escolar, a oferta formativa concelhia.

Indicadores mais recentes nesta área, resultantes dos últimos censos, mostram a clara evolução ao nível das habilitações escolares dos munícipes de Castelo Branco. Um dos pontos está relacionado com média de anos da habilitação escolar dos/as trabalhadores por conta de outrem, que aumentou no espaço temporal de 10 anos em 1,6 pontos percentuais. Um segundo ponto, refere que em 2021, 43,9 % dos recém-nascidos do município de Castelo Branco tinha mães com escolaridade ao nível do ensino superior, um aumento de 2,3 pontos percentuais face a 2009.

10.1. Ensino Pré-Escolar, Básico e Secundário

A oferta educativa disponível em Castelo Branco cobre a generalidade dos níveis de ensino. No ano letivo 2020/2021, do total de instituições de ensino não superior, 26 eram estabelecimentos de ensino pré-escolar, sendo esta tipologia de ensino a mais representada ao nível da rede escolar concelhia, apesar de ter sido também a única onde se registou uma diminuição do número de estabelecimentos, comparativamente ao ano de 2020.

Concelho Castelo Branco	Nível de ensino	Total
	Pré-escolar	26
	Ensino Básico – 1.º ciclo	23
	Ensino Básico – 2.º ciclo	6
	Ensino Básico – 3.º ciclo	9
	Ensino Secundário	5

Tabela 64 - Estabelecimentos de ensino pré-escolar, básico e secundário, público e privado, existentes no concelho por nível de ensino (2020/2021)

Fonte: PORDATA

No município de Castelo Branco, ao nível do ensino público não superior, existem atualmente 4 agrupamentos que integram as seguintes escolas:

AGRUPAMENTO ESCOLAS AFONSO DE PAIVA

- Escola Básica Afonso de Paiva;
- Escola Básica de S. Tiago;
- Escola Básica da Mina;
- Jardim de Infância +EB1 do Castelo;
- Jardim de Infância +EB1 das Sarzedas;
- Jardim de Infância +EB1 do Salgueiro do Campo;
- Jardim de Infância Quinta das Violetas.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS AMATO LUSITANO

- Escola Secundária Amato Lusitano;
- EBI João Roiz;
- EB1 Quinta da Granja;
- Jardim de Infância +EB1 do Valongo;
- Jardim de Infância +EB1 Cebolais/Retaxo.

AGRUPAMENTO ESCOLAS JOSÉ SANCHES E S. VICENTE DA BEIRA

- EB 2,3/ Secundária;
- EB1 de Alcains e JI de Alcains;
- EB1 de Escalos de Cima;
- EB1+ Jardim de Infância Escalos de Cima;
- EB1+ Jardim de Infância da Lardosa;
- Jardim de Infância +EB1 da Póvoa de Rio de Moinhos;
- EBI de São Vicente da Beira;
- EB1+ Jardim de Infância de Tinalhas.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS NUNO ÁLVARES

- Escola Secundária Nuno Álvares;
- Escola Básica e Jardim de Infância Cidade de Castelo Branco;
- Escola Básica Faria de Vasconcelos;
- Escola Básica Nossa Senhora da Piedade;
- Escola Básica da Boa Esperança;
- Jardim de Infância da Boa Esperança;
- Escola Básica e Jardim de Infância de Malpica do Tejo;
- Escola Básica e Jardim de Infância de Escalos de Baixo.

Pessoal docente e não docente

Em relação aos docentes em exercício nas instituições de ensino do concelho, segundo dados da Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) no ensino pré-escolar, básico e secundário, tem-se verificado uma diminuição gradual ao longo dos últimos anos. De 2010 a 2021 existiu uma diminuição de menos 211 profissionais de ensino no concelho.

Em relação ao perfil etário dos/as docentes em exercício nos ensinos pré-escolar, básico e secundário do concelho, segundo dados da DGEEC, no ano letivo 2020/2021 as faixas etárias mais representativas eram compreendidas entre os 50- 54 anos e 55-59 anos.

Alunos/as Matriculados/as

Em relação aos/as alunos/as matriculados/as no concelho, tem existido uma perda acentuada ao longo dos últimos anos ao nível dos/as alunos/as inscritos/as no ensino pré-escolar, básico e secundário. No ano letivo 2020/2021, nas escolas do concelho de Castelo Branco, havia 7.427 alunos/as inscritos/as, menos 1.962 do que no ano letivo 2011/2012.

No entanto, comparativamente ao ano letivo transato, o 2.º ciclo e o ensino secundário registaram aumento no número de alunos/as matriculados/as nos respetivos níveis.

NÍVEL DE ENSINO	ALUNOS/AS MATRICULADOS/AS NO ENSINO NÃO SUPERIOR		
	2020/2021		
	H	M	Total
Pré-escolar	569	562	1.131
Ensino Básico - 1.º ciclo	903	853	1.756
Ensino Básico - 2.º ciclo	496	510	1.006
Ensino Básico - 3.º ciclo	790	772	1.562
Ensino Secundário	970	1.002	1972
Total	3.728	3.699	7.427

Tabela 65 - Alunos/as matriculados/as no ensino não superior por nível de ensino no concelho, ano letivo 2020/2021

Fonte: PORDATA

Relativamente ao número de alunos/as matriculados/as no ano letivo 2020/2021, registou-se um total de 7.427 matrículas no ensino não superior do concelho, com predominância para o número de matrículas entre os jovens do sexo masculino na maioria dos graus de escolaridade, excetuando o 2.º ciclo e o ensino secundário.

Em relação ao ensino secundário, a grande maioria dos/as estudantes frequentava no ano letivo 2020/2021 a modalidade de ensino recorrente (1.040), distribuídos/as pelos diversos cursos gerais científicos-humanísticos.

Outro indicador importante que evidencia uma quebra ao nível da frequência de ensino por parte das crianças/jovens do concelho, é a taxa real de escolarização¹⁹ no concelho, que tem vindo a diminuir nos últimos anos, ou seja, não tem sido possível fazer com que todas as crianças/jovens do concelho em idade para frequentar os diversos níveis de ensino, estejam matriculadas/os, seguindo também a tendência do que tem acontecido a nível nacional.

Este indicador tem tido os valores mais baixos ao nível do ensino pré-escolar e ensino secundário, onde se registam percentagens inferiores, como é possível ver no quadro a seguir.

¹⁹ Relação percentual entre o número de alunos matriculados com idade entre 18 e 22 anos, e a população residente dos mesmos níveis etários.

Ano letivo	TAXA REAL DE ESCOLARIZAÇÃO (%)				
	Educação pré-escolar	Ensino básico			Ensino secundário
		1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	
2015/2016	92,2	99,3	91,7	85,9	84,8
2016/2017	89,6	99,6	90,9	86,3	79,8
2017/2018	91,4	98,3	91,7	88,2	79,5
2018/2019	93,5	98,6	92,7	90,1	80,4
2019/2020	94,2	99,1	94,4	94,3	84,1
2020/2021	93,8	98,1	96,8	95,1	88,4

Tabela 66 - Taxa real de escolarização no concelho, por anos e níveis de ensino

Fonte: DGEEC

Segundo dados da Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), relativos ao ano letivo 2020/2021 é possível verificar que, entre as crianças/jovens do sexo feminino existe uma taxa de escolarização superior no concelho. O 1.º ciclo de ensino foi a única exceção no ano letivo 2020/2021, uma vez que a percentagem de escolarização foi superior entre as crianças do sexo masculino (100%) comparativamente ao sexo feminino (95,1%) neste nível de ensino.

Ano letivo 2020/2021	TAXA REAL DE ESCOLARIZAÇÃO (%)				
	Educação pré-escolar	Ensino básico			Ensino secundário
		1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	
H	92,4	100	91,2	89,1	82,8
M	95,2	95,1	100	100	94,4

Tabela 67 - Taxa real de escolarização no concelho por sexo e níveis de ensino, ano letivo 2020/2021

Fonte: DGEEC

Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE 2.0)

O Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar- PIICIE 2.0 deu início no dia 10 de janeiro de 2022 com as atividades de prolongamento para as crianças em Jardim de Infância, tendo tido uma adesão de 230 crianças. Essas atividades desenvolvem-se fora do horário letivo, capacitando as crianças com novas aprendizagens e colmatando uma necessidade efetiva das famílias. As áreas que estão a ser trabalhadas com as crianças, de forma lúdica e educativa são: Inglês; Yoga; Orquestra; Expressão Físico-Motora, Manualidades; Expressão Dramática.

O Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE 2.0) visa contribuir para um melhor resultado académico valorizando as aprendizagens fora da sala de aula de todas as crianças e jovens do concelho de Castelo Branco.

Desta forma desenvolve de forma integrada ações de excelência, de melhoria e inovação, que permitem obter aprendizagens em áreas diferenciadas obtendo com isso melhores resultados.

O PIICIE tem como objetivo, envolver toda a comunidade educativa, recorrendo a um conjunto de ações e atividades concertadas, tendo por base uma intervenção conjunta entre Município, Agrupamentos, Famílias e Comunidade com vista à promoção individual e coletiva.

10.2. Ensino Superior

Em relação ao ensino superior, nos estabelecimentos pertencentes ao Instituto Politécnico de Castelo Branco, são as mulheres (2.499) que estão em maior representação no que diz respeito às matrículas no ensino superior do concelho, com cerca de 56% do total das matrículas no ano letivo 2021/2022. Estes dados traduzem um aumento do número de matrículas comparativamente ao ano letivo transato.

Concelho Castelo Branco	ALUNOS/AS MATRICULADOS/AS NO ENSINO SUPERIOR		
	2021/2022		
	Total	H	M
	4.495	1.996	2.499

Tabela 68 - Alunos/as matriculados/as no ensino politécnico do concelho, ano letivo 2021/2022, segundo o sexo

Fonte: Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB)

Em relação à distribuição dos/as alunos do ensino superior no concelho, verifica-se que são as mulheres as mais representadas nas diversas escolas pertencentes ao IPCB. A exceção é a Escola Superior de Tecnologias (ESTCB), em que são os homens os mais representados no ano letivo 2021/2022, tal como no ano letivo transato.

ESCOLA	ALUNOS/S MATRICULADOS/AS NO ENSINO SUPERIOR 2021/2022		
	Total	Homens	Mulheres
ESACB	526	232	294
ESALD	860	197	663
ESART	904	343	561
ESECB	802	273	529
ESGIN	550	229	321
ESTCB	853	722	131

Tabela 69 - Alunos/as matriculados/as no ensino politécnico do concelho, ano letivo 2021/2022 por escola

Fonte: Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB)

Em relação ao número de estudantes do concelho que terminaram o ensino superior em 2021, 809, verifica-se um decréscimo (menos 11 alunos/as) face a 2020, sendo que continuam a ser as mulheres a estar em maioria relativamente a este indicador.

Concelho Castelo Branco	INDIVÍDUOS/AS QUE TERMINARAM O ENSINO SUPERIOR		
	2021		
	Total	H	M
	809	318	491

Tabela 70 - Indivíduos/as formados/as com ensino superior em 2021 no concelho

Fonte: PORDATA

10.3. Ensino Profissional

Existem em Castelo Branco, no ano de 2022, duas Escolas Profissionais:

- Escola Profissional Agostinho Roseta;
- Escola Tecnológica e Profissional Albicastrense (ETEPA).

Em relação à escola Profissional Agostinho Roseta, o seu polo de Castelo Branco no ano letivo 2021/2022 contabilizava um total de 128 formandos/as distribuídos pelo três anos escolares (10.º/11.º e 12.º), sendo o curso de técnico auxiliar de farmácia o que registava mais alunos (47).

ALUNOS/AS MATRICULADOS/AS NO ANO LETIVO 2021/2022	
Cursos	Total
Curso Técnico/a Auxiliar de Farmácia	47
Curso Técnico/ de Cozinha/Pastelaria	41
Curso Técnico/a de Restaurante/Bar	40
TOTAL	128

Tabela 71 - Alunos/s matriculados/as na Escola Profissional Agostinho Roseta, ano letivo 2021/2022

Fonte: Escola Profissional Agostinho Roseta

Em relação à Escola Tecnológica e Profissional Albicastrense, dispõe atualmente de 3 tipos de cursos profissionais na sua oferta formativa, sendo os cursos de equivalência ao 12.º ano os que possuem mais alunos/as matriculados/as no ano letivo 2021/2022, como é possível ver na tabela a seguir.

ALUNOS/AS MATRICULADOS/AS, ANO LETIVO 2021/2022	
Cursos	Total
Cursos Profissionais com equivalência ao 12.º ano	
Comunicação-Marketing, Relações Públicas e Publicidade / Técnico de Artes Gráficas	70
Animador Sociocultural / Gestão de Equipamentos Informáticos	71
Cursos Profissionais com equivalência ao 9.º ano	
Operador de Informática	34
TOTAL	175

Tabela 72 - Alunos/s matriculados/as na Escola Tecnológica e Profissional Albicastrense (ETEPA)

Fonte: Escola Tecnológica e Profissional Albicastrense (ETEPA)

Em relação ao número total de alunos/as a frequentarem as duas escolas profissionais do concelho, no ano letivo 2021/2022 contabilizavam-se 303, o que significa um aumento considerável de 19%, comparativamente ao ano letivo de 2019/2020.

ALUNOS/S MATRICULADOS/AS, ANO LETIVO 2021/2022	
Escolas	Alunos/as
Escola Profissional Agostinho Roseta	128
Escola Tecnológica Profissional Albicastrense (ETEPA)	175
Total	303

Tabela 73 - Alunos/s matriculados/as nas escolas profissionais do concelho, ano letivo 2021/2022

Fonte: Escola Profissional Agostinho Roseta & Escola Tecnológica Profissional Albicastrense (ETEPA)

10.4. Abandono Escolar

Apesar do aumento generalizado das habilitações escolares da população do concelho, já anteriormente referido, continua a existir analfabetismo e abandono escolar nos diversos anos escolares.

Tem existido um aumento no número de alunos/as do concelho que ficam retidos/as ou abandonam a escola, segundo dados mais recentes da Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGECC), comparativamente ao ano letivo 2019/2020, existiu um aumento generalizado desta taxa nos diversos níveis de ensino. No ano letivo 2020/2021 a taxa de retenção ou desistência dos/as alunos do concelho aumentou em todos os níveis escolares do ensino básico, não sendo um sinal claramente positivo.

Ano letivo 2020/2021	TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA (%)			
	Ensino Básico – 1.º Ciclo			
	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano
	0	3,9	3,1	2,8

Tabela 74 - Taxa de retenção e desistência no 1.º ciclo do ensino básico, por ano de escolaridade, ano letivo 2020/2021

Fonte: DGECC/MEC

Ano letivo 2020/2021	TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA (%)	
	Ensino Básico – 2.º Ciclo	
	5.º Ano	6.º Ano
	4,9	4,5

Tabela 75 - Taxa de retenção e desistência no 2.º ciclo do ensino básico, por ano de escolaridade, ano letivo 2020/2021

Fonte: DGECC/MEC

Ano letivo 2020/2021	TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA (%)		
	Ensino Básico - 3º Ciclo		
	7.º Ano	8.º Ano	6.º Ano
	10,7	4,3	4,9

Tabela 76 - Taxa de retenção e desistência no 3.º ciclo do ensino básico, por ano de escolaridade, ano letivo 2020/2021

Fonte: DGEEC/MEC

Ao nível do ensino secundário apesar de ser o nível de ensino onde se registam valores de retenção e desistência superiores, a percentagem de alunos/as que ficaram retidos/as ou desistiram no ano letivo 2020/2021 (8%) foi menor do que a percentagem registada em 2019/2020 (9,6%) a nível geral (cursos gerais-humanísticos / cursos tecnológicos e profissionais).

Ano letivo 2020/2021	TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA (%)		
	Ensino Secundário - Cursos científico-humanísticos		
	10.º Ano	11.º Ano	12.º Ano
	17,5	2,7	6,4

Tabela 77 - Taxa de retenção e desistência no ensino secundário nos cursos científico-humanísticos por ano de escolaridade, ano letivo 2020/2021

Fonte: DGEEC/MEC

Ano letivo 2020/2021	TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA (%)		
	Ensino Secundário - Cursos tecnológicos/profissionais		
	10.º Ano	11.º Ano	12.º Ano
	2,6	3,7	19,2

Tabela 78 - Taxa de retenção e desistência no ensino secundário nos cursos tecnológicos/profissionais por ano de escolaridade, ano letivo 2020/2021

Fonte: DGEEC/MEC

Fazendo uma análise por sexos, em relação ao indicador que quantifica os/as alunos/as que não transitaram ou desistiram de estudar no ano letivo 2020/2021, ao nível do ensino básico e secundário, verifica-se que na generalidade dos ciclos de ensino, que é o sexo masculino que apresenta valores superiores de retenção.

O ensino secundário é o nível de ensino onde a taxa de retenção e desistência é superior em ambos os sexos.

Ano letivo 2020/2021	TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA (%)		
	Ensino Básico		
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo
H	5	4,5	8,5
M	3,9	4,9	4,6

Tabela 79 - Taxa de retenção e desistência no concelho por sexo no ensino básico, ano letivo 2020/2021

Fonte: DGEEC/MEC

Ano letivo 2020/2021	TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA (%)		
	Ensino Secundário		
	10.º Ano	11.º Ano	12.º Ano
H	6,8	4,6	18,2
M	9	3,7	15,6

Tabela 80 - Taxa de retenção e desistência no concelho por sexo no ensino secundário, ano letivo 2020/2021

Fonte: DGEEC/MEC

10.5. Formação Profissional

Ao nível da formação profissional disponível no concelho de Castelo Branco, existem atualmente 3 instituições-membros do CLAS que promovem formação em diferentes contextos formativos, o Centro Emprego e Formação Profissional de Castelo Branco, ACICB – Associação Comercial e Industrial de Castelo Branco, e AEBB- Associação Empresarial da Beira Baixa.

Centro de Emprego e Formação Profissional de Castelo Branco

Segundo dados do Serviço de Formação Profissional de Castelo Branco, relativos ao ano de 2021, foram dinamizados através deste centro, 156 cursos de formação profissional, um aumento comparativamente ao ano transato (120), a maioria dos cursos dirigidos a utentes desempregados/as (136).

Em relação à idade, os cursos dinamizados em maior número foram dirigidos a pessoas com idade igual ou superior a 18 anos. Em termos das habilitações escolares, os cursos que decorreram em maior número em 2021, tinham como nível habilitacional de acesso, no mínimo o 9º ano de escolaridade.

O tipo de ação de formação mais dinamizada foi ao nível de cursos Vida Ativa para desempregados/as (74), seguindo-se os cursos de Cidadania Digital (21) e Cursos de Educação e Formação de Adultos (17). Referir ainda, que a maioria das formações dinamizadas no ano de 2021 decorreram na freguesia de Castelo Branco, nomeadamente no Centro de Formação., mas também em entidades externas/parceiros. Na freguesia de Alcains foram realizados dois cursos de cidadania digital. Realçar ainda o número considerável de formações que decorreram na modalidade de formação à distância (videoconferência),77.

Associação Empresarial da Beira Baixa (AEBB)

Com uma nova direção desde maio de 2021, a AEBB tem vindo a desenvolver no concelho o seu trabalho através da definição de 4 eixos de intervenção, entre eles a Formação, Emprego e Empreendedorismo. Neste sentido, tem especial atenção à promoção e qualificação das pessoas, existindo uma atenção particular para as necessidades das empresas, disponibilizando formação adaptada às suas especificidades.

Segundo dados disponíveis no Relatório de Atividades de 2021 desta Associação, no concelho foram dinamizadas ações de formação profissional em várias áreas:

TIPO DE FORMAÇÃO	AÇÕES	FORMANDOS ENVOLVIDOS/AS
Profissionais do Sector da Saúde	4	64
Capacitação de agentes económicos e sociais do Parque Natural do Tejo Internacional - PNTI	1	18

Tabela 81 - Formações desenvolvidas pela AEBB no ano de 2021

Fonte: Relatório e contas AEBB, 2021

A AEBB foi ainda contratada como entidade prestadora de Serviços como Entidade Formadora Certificada, tendo sido realizadas no ano de 2021 as seguintes ações:

TIPO DE FORMAÇÃO	AÇÕES	FORMANDOS ENVOLVIDOS/AS
TAV – Técnico/a de Apoio à Vítima	1	20
LGBTI - Formação em Orientação Sexual e Identidade de Género	1	18
TSH – Técnico/a de Prevenção e Sensibilização ao combate ao Tráfico de Seres Humanos	1	17

Tabela 82 - Formações desenvolvidas pela AEBB no ano de 2021, enquanto entidade prestadora de serviços

Fonte: Relatório e contas AEBB, 2021

Associação Comercial e Industrial de Castelo Branco (ACICB)

Outra entidade importante no desenvolvimento de ações de formação profissional no concelho, é a Associação Comercial e Industrial de Castelo Branco, que tem vindo ao longo dos últimos anos a desenvolver ações de formação nomeadamente de curta duração, modulares.

Segundo dados da própria instituição, no triénio 2018/2020 foram desenvolvidas 23 ações, tendo abrangido cerca de 398 formandos/as.

Mais recentemente, em 2021, esta entidade também viu aprovada uma nova candidatura, que vai permitir o desenvolvimento no período de 2020 a 2022, de 33 ações de formação modular, estando previsto abranger 554 beneficiários/as nas mesmas.

11. DEFICIÊNCIA

Segundo dados do Centro Distrital da Segurança Social de Castelo Branco, em agosto de 2022 registavam-se 279 titulares de bonificação por deficiência, sendo na freguesia de Castelo Branco que se registavam mais beneficiários/as.

FREGUESIA RESIDÊNCIA	Nº TITULARES
Alcains	32
Benquerenças	*
Castelo Branco	202
Lardosa	5
Louriçal do Campo	*
Monforte da Beira	*
Salgueiro do Campo	3
Santo André das Tojeiras	3
São Vicente da Beira	4
Tinalhas	*
Cebolais de Cima e Retaxo	6
Escalos de Baixo e Mata	3
Escalos de Cima e Lousa	9
Ninho do Açor e Sobral do Campo	*
Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede	5
Total	279

Tabela 83 - Distribuição de titulares de bonificação por deficiência, em agosto de 2022, no concelho de Castelo Branco, por freguesia

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/PFA)

Em relação às respostas sociais existentes no concelho nesta área, segundo a mesma fonte, são 12, abrangendo um total de 444 utentes, sendo que são 423 os/as utentes através de acordo de cooperação.

Estatuto de Cuidador Informal

O Estatuto do Cuidador Informal, aprovado pela Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro, é um conjunto de normas que regula os direitos e deveres do cuidador e da pessoa cuidada e estabelece as respetivas medidas de apoio. O Decreto Regulamentar nº 1/2022, de 10 de janeiro, estabelece os termos e as

condições do reconhecimento do estatuto do cuidador informal bem como as medidas de apoio aos cuidadores informais e às pessoas cuidadas.

Considera-se cuidador Informal o cônjuge ou unido de facto, parente ou afim até ao 4º grau da linha reta ou da linha colateral da pessoa cuidada (Ex: filhos, netos, bisnetos, trinnetos, irmãos, pais, tios, avós, bisavós, trisavós, tios-avós ou primos), existindo dois tipos de cuidadores, cuidador informal principal, e cuidador informal não principal. O primeiro é o cuidador que acompanha e cuida da pessoa cuidada de forma permanente, que com ela vive em comunhão de habitação e que não auferir qualquer remuneração de atividade profissional ou pelos cuidados que presta à pessoa cuidada. O cuidador informal não principal é a pessoa que acompanha e cuida da pessoa cuidada de forma regular, mas não permanente, podendo auferir ou não remuneração de atividade profissional ou pelos cuidados que presta à pessoa cuidada.

De seguida é possível ver os dados disponíveis em agosto de 2022, respeitantes a esta resposta de apoio social mais recente, segundo dados do Centro Distrital da Segurança Social de Castelo Branco.

SITUAÇÃO	N.º DE REQUERIMENTOS	
	Estatuto	Subsídio
Entrados	149	37
Deferidos	43	6

Tabela 84 - N.º de Requerimentos de ECI entrados e deferidos até 31 de agosto de 2022 no concelho de Castelo Branco, por tipo de requerimento

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ECI)

TIPO DE ESTATUTO	N.º DE CUIDADORES
Principal	23
Não Principal	20

Tabela 85 - N.º de Cuidadores Informais com estatuto deferido até 31 de agosto de 2022, residentes no concelho de Castelo Branco, por tipo de estatuto

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ECI)

No município de Castelo Branco existem quatro associações com natureza jurídica de IPSS, que prestam o seu apoio a este tipo de população: Associação de Apoio à Criança do Distrito de Castelo Branco, Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal – ACAPO, Delegação Local de Castelo Branco, Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental – APPACDM de Castelo Branco, e a Associação Educar, Reabilitar, Incluir Diferenças (ERID).

11.1. Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM)

A APPACDM é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos e atualmente inclui nove valências, aumentando assim a sua capacidade de resposta.

Segundo dados do relatório de contas da instituição de 2021, foram apoiados/as 571 utentes provenientes de 8 dos 11 concelhos do distrito de Castelo Branco, distribuídos pelas diversas valências.

No concelho de Castelo Branco, esta instituição dispõe de dois centros, a partir dos quais são realizadas as diversas atividades com os/as utentes.

O Centro de Educação Especial de Castelo Branco composto por:

- Centro de Atividades Ocupacionais;
- Centro de Recursos para a Inclusão;
- Sócio – Educativo;
- Intervenção Precoce;
- Lar de Apoio;
- Possui ainda centro de recursos e reabilitação.

O Centro Quinta da Carpalha dispõe das valências de:

- Cantina Social;
- Centro de Atividades Ocupacionais;
- Formação Profissional;
- Lar de Jovens;
- Três Lares Residenciais;
- Serviço de Apoio Domiciliário.

No quadro a seguir é possível ver a distribuição dos/as utentes da APPACDM no ano de 2021, pelos seus dois equipamentos sociais instalados no concelho.

DISTRIBUIÇÃO DOS/AS UTENTES DA APPACDM PELAS RESPOSTAS SOCIAIS, ANO 2021	
Equipamento	Utentes
Centro de Atividades Ocupacionais – Quinta da Carpalha	40
Centro de Atividades Ocupacionais – Sede	60
Serviço de Apoio Domiciliário	17
Lares Residenciais (3)	102
Lar de Jovens	8
Formação Profissional	27

Cantina Social	25
Lar de Apoio	18
Intervenção Precoce	83
Sócio - Educativo	27
Centro de Recursos para a Inclusão	106

Tabela 86 - Distribuição dos/as utentes da APPACDM pelos equipamentos sociais no concelho de Castelo Branco, em 2021

Fonte: Relatório de atividades, APPACDM de Castelo Branco, 2021

11.2. Associação de Apoio à Criança do Distrito de Castelo Branco (AACCB)

A Associação de Apoio à Criança do Distrito de Castelo Branco (AACCB) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, que tem como principais objetivos promover o respeito pelos direitos e a melhoria contínua da qualidade de vida dos seus clientes, interagindo com as famílias e a comunidade local, permitindo a promoção de uma sociedade justa, integrando socialmente as pessoas de maior vulnerabilidade, através da prestação de serviços de excelência e qualidade, orientando as respostas às necessidades sentidas e erradicando o estigma associado à deficiência e doença mental.

As respostas sociais e serviços atualmente por esta entidade são:

- Centro de atividades Ocupacionais;
- Centro de atividades Ocupacionais - Centro de Acolhimento e Reabilitação Arca de Noé;
- Lar Residencial - Centro de Acolhimento e Reabilitação Arca de Noé;
- Lar Residencial - Estrela Guia.

Estas Respostas Sociais são destinadas a pessoas com deficiência intelectual ligeira, grave e profunda, deficiência motora, multideficiência e problemáticas do foro psiquiátrico, de idade igual ou superior a 16 anos. Os/as beneficiários/as de Lar Residencial também frequentam o CAO da AACCB.

A AACCB é uma organização de referência na área social, promovendo ações facilitadoras para uma cidadania plena e ativa. Desta forma, preocupados com o bem-estar dos seus clientes aumentou a sua capacidade de resposta através de uma nova Resposta Social, construída de raiz e já em funcionamento, o C.A.R.A.N. (Centro de Acolhimento e Reabilitação Arca de Noé).

Segundo dados da instituição, em 2022 foi dada resposta a 106 pessoas, distribuídos diversas respostas sociais e equipamentos, como é possível ver no quadro a seguir.

RESPOSTAS SOCIAIS	EQUIPAMENTO	CAPACIDADE	UTENTES
CAO	Conselheiro Albuquerque	40	36
Lar Residencial	Estrela Guia	10	10
CAO	C.A.R.A.N.	30	28
Lar Residencial	C.A.R.A.N.	30	32

Tabela 87 - Distribuição dos/as utentes da AACCB pelos equipamentos sociais, em 2022

Fonte: Carta Social, 2022

11.3. Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO)

A delegação de Castelo Branco da ACAPO – Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal, desenvolve a sua atividade junto das pessoas com deficiência visual do distrito e das suas famílias, a fim de promover a inclusão, autonomia, autorrepresentação e *empowerment* destas pessoas. Para tal, trabalha também em rede com outras entidades, bem como com a comunidade envolvente, para uma maior informação, sensibilização e construção de uma sociedade mais inclusiva.

A delegação é composta por uma equipa técnica multidisciplinar, onde as áreas da psicologia, do serviço social e da terapia ocupacional se alinham no sentido da missão, visão e valores da ACAPO. Para além destas respostas, a ACAPO é também um centro prescritor de produtos de apoio para a deficiência visual no âmbito da vida diária e realiza ainda atividades desportivas, recreativas, de cultura e lazer.

A delegação de Castelo Branco da ACAPO prestou, ao longo do ano de 2021, apoio a cerca de 177 pessoas com deficiência visual e a cerca de 31 familiares. Atuou, ainda, em diferentes contextos, quer nas instalações físicas da delegação, quer no domicílio dos utentes, em escolas, meio profissional, noutras instituições ou através de meios digitais.

Só no concelho de castelo branco, a ACAPO apoiou 47% da população com deficiência visual do distrito, que representa 84 pessoas com deficiência visual.

UTENTE CONCELHO DE CASTELO BRANCO EM 2021			
Idades	Masculino	Feminino	Total
0-18 anos	3	0	3
19-35 anos	5	9	14
36-55 anos	14	15	29
56-75 anos	19	11	30
+ 75 anos	7	1	8
Total	48	36	84

Tabela 88 - Utentes da ACAPO do concelho de Castelo Branco, em 2021

Fonte: ACAPO

11.4. Associação Educar, Reabilitar, Incluir Diferenças (ERID)

A “Associação Educar, Reabilitar, Incluir Diferenças – ERID” foi fundada em 2004 por um grupo de pais de crianças com “necessidades educativas especiais” integradas no ensino regular e tem estatuto de IPSS desde 2005, sem Acordo de Cooperação com a Segurança Social, I.P. Tem como objetivo, implementar práticas centradas no indivíduo, suas diferenças, limitações e capacidades, para o melhor desenvolvimento de competências específicas e inclusão socioprofissional das pessoas com deficiência ou deficit de desenvolvimento intelectual e ou motor.

Tem como Missão Institucional, promover, defender e assegurar o desenvolvimento pessoal e a inclusão social de crianças, jovens e adultos com deficiência ou perturbações do desenvolvimento, contribuindo para uma oferta de qualidade em termos de educação, reabilitação e preparação para uma vida ativa e inclusiva.

Como visão Institucional esta IPSS tem a ambição de ser reconhecida e apoiada pelo serviço de excelência que presta como centro de atividades e capacitação para a Inclusão, oferecendo serviços multidisciplinares de qualidade, visando a capacitação para a autonomia de pessoas com deficiência ou outras condicionantes do desenvolvimento através de práticas inovadoras e em parceria com os agentes da comunidade, que garantam a inclusão social e qualidade de vida desta população-alvo.

A ERID começou por proporcionar atividades de tempos livres a crianças inseridas na escola regular (com apoios no âmbito do “Ensino especial”) conjugadas com atividades educativas básicas de manutenção ou reforço das aprendizagens académicas e de autonomia funcional. Reconhecendo os benefícios de manter diferentes e mais alargados círculos de convivência, deu início aos primeiros e únicos Campos de Férias Inclusivos em Castelo Branco, nos períodos de férias escolares (Carnaval, Páscoa, Verão e Natal) abrindo

as inscrições a crianças e jovens sem deficiência, para um melhor desenvolvimento e formação pessoal de todos, através da estimulante, desmistificadora e saudável convivência.

Terminada a escolaridade obrigatória dos/as jovens que apoiam, existe a necessidade de manter e melhorar as suas aprendizagens, o seu nível de funcionalidade, a sua capacidade de resposta e adaptação em contextos diversos da comunidade envolvente, visando a sua realização pessoal e inclusão social, sempre que possível, em contexto laboral.

Neste sentido esta entidade, com a necessidade de desenvolver as competências sociais e capacitação para a inclusão, no ano letivo de 2014/15, iniciou um projeto piloto de transição para a vida pós-escolar no âmbito dum trabalho de doutoramento na UBI, dum terapeuta da fala, colaboradora da ERID. Esse projeto envolveu parceiros da sociedade e colocou quatro jovens alunos em locais de trabalho, a realizar estágios de pequena duração, que permitiu avaliar o nível de motivação, aspetos favoráveis e desfavoráveis e dificuldades a ultrapassar relativamente às atividades que estavam a experimentar.

No ano letivo de 2015/16, mais três jovens alunos/as do ensino secundário, integraram o projeto "ATIVIDADE - Competências Sociais e Inclusão Laboral" aprovado e apoiado financeiramente pela Fundação Calouste Gulbenkian. Com o desenvolvimento destes projetos de inclusão social de pessoas com Deficit Intelectual e do Desenvolvimento foi possível:

- Dar início à criação dum rede de parceiros, designadamente escolas, tecido empresarial e outras entidades locais, imprescindível para o processo de transição da escola para uma vida ativa na comunidade;
- Desenvolver um conjunto de práticas no âmbito dum metodologia centrada na pessoa com DID, sua funcionalidade e motivações para o melhor desenvolvimento de competências;
- Sensibilizar alguns atores locais para a mais-valia que representa a inclusão social ou laboral destas pessoas na sociedade;
- Contribuir para a capacitação de competências e inclusão social proporcionando uma melhor qualidade de vida a todos os envolvidos.

Para alargar a resposta social a um maior número de pessoas com deficiência, de acordo com as motivações do indivíduo, as suas capacidades específicas, a família e tutores a estabelecer (externo e interno) a ERID projetou o funcionamento dum Gabinete de Apoio a Projetos de Inclusão na Comunidade (GAPRIC) através dum candidatura aprovada pelo LIDL "Movimento Mais para Todos" para delinear, promover e acompanhar projetos de vida adaptados, flexíveis e incluídos na comunidade, identificando as competências a desenvolver, as potenciais entidades privadas ou públicas a envolver e tarefas a treinar no espaço das atividades económicas ou outras do parceiro externo disponível para integrar o projeto proposto pela ERID.

Serviços e Atividades

Atualmente a ERID disponibiliza, através dos Centros de Recursos e de Desenvolvimento, os seguintes serviços e atividades:

- **Desenvolvimento da componente académica, educativa e funcional**
 - Reforço e manutenção da capacidade de leitura, escrita, numeracia, expressão plástica, compreensão e promoção da autonomia.
- **Atividades terapêuticas**
 - Fisioterapia;
 - Hipoterapia, equitação adaptada e terapêutica (Centro de Equitação/Escola Superior Agrária CB - IPCB);
 - Psicomotricidade em sala;
 - Natação adaptada, hidroterapia e psicomotricidade em meio aquático (Piscinas Municipais de CB).
- **Atividades de lazer, de desenvolvimento pessoal e autoconfiança**
 - Ginástica Para Todos;
 - Dança Inclusiva;
 - Campos de Férias Inclusivos (CFI);
 - Campo de Férias na Praia;
 - Vivências e práticas experimentais
(ex.: karting; ski; padell; surf adaptado; saídas noturnas; praias fluviais; parques temáticos; apresentações artísticas (Saraus; Dia Internacional da Pessoa com Deficiência; participação no Encontro de Desporto Adaptado e outras)
- **Desenvolvimento de competências sociais e capacitação para a inclusão social (GAPRIC)**
 - Delineamento e apoio a projetos de inclusão na comunidade/Planos Individuais de Intervenção.

Destinatários das atividades e apoios específicos:

Podem beneficiar de um plano individualizado, uma ou mais atividades ou apoios específicos:

- Crianças e jovens em idade escolar ou jovens adultos com deficiência ou deficit intelectual e ou motor;
- Crianças e jovens sem deficiência (Campos de Férias Inclusivos).

No ano 2021 foram apoiados/as 14 utentes no Centro de Recursos, a que corresponde um acréscimo de 40% relativamente ao ano 2020 (10 utentes). O grupo integra 9 utentes a frequentar o ensino regular e 5 utentes que já saíram da escola. Relativamente à hipoterapia usufruíram desta terapia 20 utentes, a que

correspondeu um acréscimo de cerca de 30% (mais 5 do que em 2020). No total a ERID apoiou 20 utentes ao longo do ano de 2021.

Um total de 67 utentes beneficiaram dos apoios específicos ou atividades proporcionadas pela ERID, entre períodos letivos e ou períodos de férias escolares tendo sido contabilizados cerca de 225 apoios prestados ao longo do ano, entre utentes com resposta a tempo inteiro ou parcial, regular ou sazonal, a que corresponde um acréscimo de cerca de 20% comparativamente com os 186 apoios efetuados em 2020.

VALÊNCIAS	ATIVIDADES	Nº UTENTES CR E/OU EXTERNOS
Centro de Recursos (CR)	Manutenção e reforço educativo; TIC; Expressão Artística; Atividade Física e desportiva; Culinária; Terapias individualizadas; Vivências; experiências e estágios em contexto inclusivo e em diferentes modalidades: Resposta a tempo inteiro, 9H30 às 17h30; Resposta por dias, manhãs ou tardes.	14
	Dança Inclusiva	10
	Transição para a vida pós-escolar ou transição para a vida ativa	0
	Campos de férias inclusivos (110 inscrições em 7 dias)	42
Centro de Desenvolvimento	Hidroterapia / Natação adaptada / psicomotricidade em piscina	9
	Hipoterapia/equitação terapêutica	20
	Ginástica para todos	7
	Terapia da fala	0
	Fisioterapia / Massagem	4
	GAPRIC (Planeamento e acompanhamento de estágios em local de trabalho)	0
Total Utes		67

Tabela 89 – N.º de utentes por atividade ou apoio específico relativo a 2021

Fonte: ERID

Recursos Humanos da ERID

Em relação aos recursos humanos, em 2021 a ERID possuía 5 colaboradores/as internos/as de diversas áreas de formação e competências, nomeadamente na área do ensino (1.º ciclo), Fisioterapia, Desporto e Serviços Gerais, responsáveis pela dinamização das atividades mencionadas anteriormente. Foi ainda prestado apoio à realização das atividades diárias com os /as utentes, por parte de dois estagiários de Desporto (Curso Profissional e Licenciatura).

12. INFÂNCIA E JUVENTUDE

Em relação à área da Infância e Juventude, o concelho de Castelo Branco tem vindo a ter constantemente ao longo dos anos uma boa rede de equipamentos sociais dirigidos a este público-alvo, sendo este aspeto fulcral tendo em vista o bem-estar e qualidade de vida das famílias com filhos/as do concelho. Estes equipamentos sociais garantem respostas adequadas e muito importantes nesta área, permitindo ao mesmo tempo que Pais e/ou Encarregados de Educação consigam conciliar a sua vida profissional e a vida pessoal/familiar.

12.1. Respostas Sociais de Apoio à Infância e Juventude

Em relação às respostas sociais de primeira infância²⁰, segundo dados do relatório da Carta Social-Rede de Serviços e equipamentos 2020, o concelho de Castelo Branco apresentava em 2020 uma considerável taxa de cobertura ao nível destas respostas, entre 48,9% a 70%, tal como se pode ver na figura a seguir.

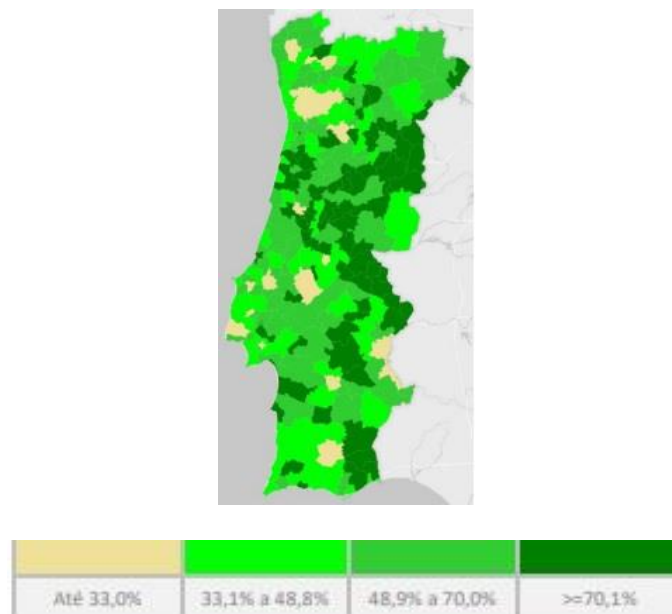


Figura 1 - Taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito e concelho, em 2020

Fonte: Carta social, (MTSSS), 2020

²⁰ Creche e Ama

Segundo dados do Centro Distrital da Segurança Social de Castelo Branco, no concelho de Castelo Branco em 2022, são 27 as respostas sociais de apoio à infância e Juventude, sendo duas respostas direcionadas para a área da deficiência, e duas para apoio a Crianças e jovens em situação de perigo.

No total destas respostas do concelho, são 1.461 os/as utentes abrangidos/as por acordos de cooperação entre as entidades de apoio nesta área e a Segurança Social.

Ainda ao nível das respostas sociais para a primeira infância, segundo a mesma fonte, existiam em 2021 6 amas, abrangendo um total de 23 crianças do concelho.

Grupo	Subgrupo	Respostas Sociais			Capacidade instalada		
		Acordo	Licenciado	Total	Acordo	Licenciado	Total
Infância e Juventude	Crianças e jovens	20	3	23	1.493	91	1.584
Infância e Juventude	Crianças e jovens com deficiência	2	-	2	170	-	170
Infância e Juventude	Crianças e jovens em situação de perigo	2	-	2	85	-	85

Tabela 90 - Respostas sociais e respetiva capacidade instalada no concelho de Castelo Branco, em 2021, na área da infância e juventude

Fonte:

Centro Distrital de Castelo Branco do ISS, IP
SISS/COOP (Sistema de Informação da Segurança Social - Cooperação)

GRUPO	SUBGRUPO	UTENTES EM ACORDO
Infância e Juventude	Crianças e jovens	1.286
Infância e Juventude	Crianças e jovens com deficiência	98
Infância e Juventude	Crianças e jovens em situação de perigo	77

Tabela 91 – Utentes abrangidos por acordo de cooperação no concelho de Castelo Branco, em 2021, por grupo e subgrupo de resposta social

Fonte:

Centro Distrital de Castelo Branco do ISS, IP
SISS/COOP (Sistema de Informação da Segurança Social - Cooperação)

Em relação aos equipamentos de ensino pré-escolar, com vista à prestação de uma resposta social com intervenção integrada da Segurança Social e da Educação, destinada a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico, segundo os dados mais recentes, presentes na carta social do concelho, são 27 os estabelecimentos pertencentes a diversas entidades/instituições, de diversa natureza jurídica, com capacidade total, em 2022, para 1.251 utentes.

ENTIDADES	CRECHE		PRÉ-ESCOLAR	
	CAP.	UT.	CAP.	UT.
Centro Infantil Jacqueline Albert - SCMCB	55	55	100	65
Obra de Santa Zita	58	56	75	67
Creche em Amor	33	33	-	-
Colégio Nossa Senhora do Rosário - Centro Social Padres Redentoristas	94	77	135	134
Creche Olival do Paço - Jardim de Infância Dr. Alfredo da Mota	46	46	110	110
Jardim de Infância do Castelo	-	-	18	23
O Pimpão	24	24	50	24
Jardim de Infância da Boa Esperança	-	-	57	43
Jardim Escola João de Deus de Castelo Branco	50	32	96	72
Jardim de Infância da Quinta das Violetas	-	-	101	108
Escola Cidade de Castelo Branco	-	-	75	74
Escola Básica do Valongo	-	-	50	50
"O Raposinho" - Centro Social Padres Redentoristas	70	35	75	72
Centro Infantil Guardado Moreira - SCMCB	50	50	75	66
Centro Infantil Alberto Trindade – SCMCB	60	53	75	60
Escola Básica da Quinta da Granja	-	-	25	25
Jardim de Infância das Sarzedas - AEAP	-	-	9	10
Jardim de Infância de Salgueiro do Campo - AEAP	-	-	25	11
Escola Básica de Cebolais de Cima/Retaxo - AEAL	-	-	25	22
Centro Infantil de Cebolais de Cima – ISS, IP	50	15	-	-
Escola Básica e Jardim de Infância de Escalos de Baixo/Mata - AENA	-	-	9	9
Jardim de Infância de Escalos de Cima – AEJS e SVB	-	-	25	15
Centro Infantil de Alcains – Lar Major Rato	40	37	50	44
Escola Básica de Alcains – AEJS e SVB	-	-	50	53
Jardim de Infância de Lardosa - AEJS e SVB	-	-	25	12
Jardim de Infância de Tinalhas – AEJS e SVB	-	-	25	4
Jardim de Infância de Póvoa de Rio Moinhos - AEJS e SVB	-	-	25	58
Escola Básica de Malpica do Tejo - AENA	-	-	7	5
Escola Básica Integrada de S. Vicente da Beira - AEJS e SVB	-	-	25	15

Tabela 92 - Respostas Sociais de apoio à infância, com e sem fins lucrativos existentes no concelho em 2022

Fonte: Carta social, 2022

12.2. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Castelo Branco (CPCJ)

Ainda nesta área a CPCJ tem como objetivo, procurar defender os direitos da criança e do jovem em perigo, de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral, e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. Nesse sentido no ano de 2021 foram acompanhados 328 processos, sendo que destes, 176 dizem respeito a novos processos.

Em relação às problemáticas mais representadas nos processos instaurados em 2021, segundo dados da própria entidade são, violência doméstica (45), absentismo / abandono escolar (39) e negligência (29).

12.3. Casa da Infância e Juventude (CIJE)

Na área das crianças e jovens em risco é importante referir também a Casa da Infância e Juventude (CIJE) de Castelo Branco fundada no ano de 1866, para responder à necessidade de acolher as crianças órfãs da comunidade. Atualmente esta entidade recebe apenas jovens encaminhados por instituições judiciais ou pela comissão de proteção de crianças e jovens. Esta resposta tem capacidade para acolher 61 crianças e jovens do sexo feminino que se encontram em situação de risco. Segundo dados da própria entidade, em abril de 2022 encontravam-se acolhidas 20 jovens.

12.4. Associação de Desenvolvimento e Melhoramentos Estrela

No concelho existe ainda uma outra resposta nesta área, nomeadamente o Lar de Infância e Juventude da Associação de Desenvolvimento e Melhoramentos Estrela, com capacidade para acolhimento de 16 jovens do sexo masculino, encontrando-se acolhidos em 2022, 12 rapazes.

13. IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO

13.1. Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação do Município de Castelo Branco

Em junho de 2019, o Município de Castelo Branco formalizou com a CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, um Protocolo de Cooperação entre esta Entidade e o Município de Castelo Branco que visa criar uma estreita relação entre ambas.

Constitui objeto do presente Protocolo, a promoção de:

- a) Intervenções pró-ativas em benefício das mulheres, para que participem mais e com melhores resultados na esfera pública, incluindo o reforço de competências para a autonomia económica e para a participação nos processos de decisão;
- b) Intervenções pró-ativas em benefício dos homens para que participem mais e com melhores resultados na esfera privada, incluindo o reforço de competências para a autonomia individual;
- c) Intervenção no combate de todas as formas de violência contra as mulheres e raparigas e de violência doméstica, incluindo violência no namoro e as práticas tradicionais nefastas como a mutilação genital feminina e os casamentos infantis, precoces e forçados;
- d) Intervenções de reforço de competências básicas para a vida de todas as pessoas, intervenções para o exercício efetivo e permanente da cidadania democrática em qualquer situação do quotidiano.

Compete ao município promover o desenvolvimento integrado da perspetiva de género e igualdade de oportunidades e não discriminação nas políticas municipais visando aprofundar a efetiva igualdade entre mulheres e homens, da qual destacamos algumas medidas:

- a) Criação de uma Equipa para a Igualdade na Vida Local, em outubro de 2019, aprovada em sede de CLAS, constituída por uma Vereadora para a Igualdade, uma Conselheira Interna para a igualdade, que assegura a consultoria na definição de medidas com vista à integração de uma perspetiva de género nas decisões e ações a implementar pelo município; uma Conselheira externa para a dinamização, concretização, coordenação; acompanhamento e avaliação de políticas e ações concertadas nesta matéria e dois Dirigentes Internos.
- b) Conceber, adotar e implementar um plano municipal para a igualdade e a não discriminação entre homens e mulheres alinhado com a ENIND e os respetivos planos de ação.

Nesta premissa, a Câmara Municipal de Castelo Branco, desde 2020, veio a desenvolver um projeto que visa a criação e elaboração do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Castelo Branco

(PMIND). O projeto “Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação | PMIND” integra os objetivos e as medidas da Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação | ENIND – 2018 - 2030 bem como dos Planos de Ação que integra: o Plano Nacional de Ação para a Igualdade entre Homens e Mulheres 2018-2021 | PAIMH, Plano de Ação para a Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica 2018-2021 | PAVMVD e o Plano de Ação para o Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género e Características Sexuais 2018-2021 | PAOIEC procurando reforçar o *“desenvolvimento de respostas adequadas à realidade local e o reforço dos instrumentos de mainstreaming a nível local (...) que deverá por isso consubstanciar-se na elaboração de planos municipais para a igualdade que traduzam, à escala local, a estrutura da ENIND e respetiva articulação e concretização em planos setoriais, salvaguardando a autonomia das autarquias e a especificidade regional.”*²¹ A promoção de Planos para a Igualdade e Não Discriminação visam atualizar a cultura das organizações e contribuem ainda para uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, bem como, para promoção da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

O Plano para a Igualdade e Não Discriminação de Castelo Branco irá materializar-se num instrumento com o objetivo central de:

- Potenciar as intervenções existentes relativas à promoção da igualdade entre mulheres e homens;
- Promover a partilha de recursos e de informações entre os vários agentes locais;
- Reforçar o conhecimento dos agentes locais em matéria de igualdade de género;
- Aumentar a visibilidade das políticas locais para a igualdade de género e concertar estratégias de intervenção.

O PMIND do Município de Castelo Branco pretende traçar um caminho orientador para a implementação e avaliação das medidas de política nele contidas, consubstanciando a partilha de recursos e informação numa lógica de atuação em rede. Este documento irá refletir o compromisso político do município de Castelo Branco com uma agenda de igualdade, cidadania e não discriminação, alicerçados em torno da ação transversal territorial da ENIND 2018-2030 procurando, nos seus objetivos, melhorar os indicadores de igualdade deste território. Constitui-se como um instrumento com o objetivo central de potenciar as intervenções existentes no território relativas à igualdade entre mulheres e homens; promover a partilha de recursos e de informações; reforçar o conhecimento dos agentes locais em matéria de igualdade de género, e aumentar a visibilidade das políticas locais para a igualdade. Em 2022, deu-se por concluído o Plano de Ação (elaborado tendo por base em contributos dos diversos parceiros locais pertencentes aos diversos setores), tendo sido o PMIND aprovado e apresentado publicamente, encontrando-se em vigor até 2025.

²¹ Ver Resolução do Conselho de Ministros nº2/2018, Diário da República nº97, Série I de 21 de maio 2018

14. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

De acordo com o Observatório de Mulheres Assassinadas, da União Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) morreram 398 mulheres vítimas de Violência Domésticas na última década.

A Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento de Castelo Branco reestruturou, em 2010, o Núcleo Distrital de Apoio a Vítima - Castelo Branco (NAV/CB) cooperando com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, e tendo vários parceiros formais como o Instituto da Segurança Social, I.P., Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, o Centro Hospitalar da Cova da Beira, Secretariado Distrital de Castelo Branco da União das Misericórdias Portuguesas, Agrupamentos e Delegações Comarcãs da Ordem dos Advogados do Fundão, Castelo Branco e Covilhã.

Em 2015 foi formalizado protocolo com a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP). A criação desta estrutura permitiu o alargamento territorial dos serviços prestados, abrangendo outros concelhos do distrito, além de apoiar a consolidação da estratégia de trabalho em rede. A estrutura foi reforçada com o desenvolvimento do projeto “*Bem Me Quer +: intervenção de proximidade*” (candidatura ao POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego/Fundo Social Europeu, Tipologia 3.16 (Apoio financeiro e técnico a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos), em execução entre 2017 e 2018. A operacionalização deste projeto permitiu a consolidação da estratégia de descentralização de serviços de apoio à vítima no distrito de Castelo Branco, por via do reforço de parcerias estratégicas; complementou as respostas existentes para intervenção com crianças vítimas; proporcionou a criação de uma comissão de Proteção ao Idoso e contribuiu para o desenvolvimento de estratégias inovadoras para a prevenção da violência e promoção dos princípios de igualdade.

14.1. Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica (EAVVD)

A Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica (EAVVD) da Amato Lusitano - Associação de Desenvolvimento (ALAD) trata-se de uma resposta integrada e ativa no apoio às vítimas de violência doméstica do concelho, nomeadamente através da realização dos devidos atendimentos, mas também na prevenção/sensibilização.

Atualmente, o NAV-CB é designado por Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica | EAVVD e de acordo com o decreto regulamentar nº2/2018 – 24 janeiro compete a esta estrutura a prestação dos seguintes serviços:

- Atendimento personalizado às vítimas de violência doméstica e outras pessoas que procurem apoio no âmbito da violência doméstica junto da estrutura de atendimento;

- Realização de diagnóstico das situações concretas das vítimas, desenvolvendo os esforços para serem asseguradas as condições essenciais face ao risco a que podem estar sujeitas;
- Acompanhamento e ou encaminhamento das vítimas para a resposta adequada, perante cada caso em concreto e atendendo, entre outros fatores, ao seu bem-estar físico e psicológico, proteção e segurança;
- Informação adequada às vítimas relativamente à tutela dos seus direitos, recursos e respostas;
- Criação de condições para a inclusão, qualificação e/ou reintegração das vítimas, de acordo com os seus interesses e potencialidades próprias.

Além deste acompanhamento são ainda objetivos desta estrutura o desenvolvimento das seguintes atividades:

- Apresentação de ações de educação/sensibilização de crianças e jovens em idade escolar sobre os temas: igualdade de género, violência entre pares, ou violência nas relações de intimidade, para prevenção de comportamentos violentos;
- Promoção de encontros entre profissionais que atuam diretamente com vítimas de violência para discussão de casos, revisão de procedimentos, reforço da rede de parcerias;
- Desenvolvimento de campanhas de maior abrangência, dirigidas à comunidade em geral, no sentido de promover uma cultura de defesa dos direitos humanos, igualdade de género e de oportunidades.

Segundo dados do relatório de atividades do projeto, em relação aos novos casos da EAVVD ao longo do ano 2021, foi prestado apoio direto a vítimas de violência e/ou familiares (apoio psicológico; apoio social; informação jurídica) a um total de 171 novos casos em acompanhamento, das quais 22 são do género masculino 149 são do género feminino. Deste número total, registam-se 35 crianças e/ou jovens vítimas (< 18 anos), em que 26 do género feminino e 9 do género masculino. Em relação aos mais idosos, registou-se o total de 34 vítimas idosos/as (> 65 anos), em que 27 são do género feminino e 7 do género masculino.

14.2. Centro de Acolhimento de Emergência para Vítimas de Violência (CAEV)

Além da Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica existente na ALAD, existe também desde o ano de 2018, no concelho de Castelo Branco um espaço para acolhimento de emergência especializado para vítimas de violência: CAEVCB - Centro de Acolhimento de Emergência para Vítimas de Violência de Castelo Branco, integrado nesta mesma estrutura da ALAD, e no âmbito de candidatura efetuada por esta entidade ao POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego/Fundo Social

Europeu, Tipologia 3.17.2 (Instrumentos Específicos de Proteção das Vítimas e de Acompanhamento dos Agressores na Violência Doméstica).

Este espaço conta atualmente com um total de 9 vagas disponíveis, e trata-se de uma resposta de acolhimento de emergência transitório e de curta duração, pressupondo uma intervenção imediata, não devendo ser superior a quinze dias. É uma unidade residencial que visa o acolhimento urgente de vítimas do mesmo sexo, acompanhadas ou não de filhos/as menores ou maiores com deficiência na sua dependência, pelo período necessário à avaliação da sua situação, assegurando a proteção da sua integridade física e psicológica e tem como objetivos:

- Acolher, transitoriamente, vítimas de violência doméstica em situação de emergência;
- Assegurar o acompanhamento das vítimas, acompanhadas ou não de filhos/as menores ou maiores com deficiência na sua dependência;
- Proporcionar as condições necessárias à segurança e bem-estar físico e psicológico das vítimas, em situação de crise.

O CAEVCB funciona durante todo o ano, todos os dias da semana, durante vinte e quatro horas por dia e os serviços prestados são gratuitos. O pedido de acolhimento de emergência é formalizado por escrito e remetido pela via mais expedita, sem prejuízo da utilização prévia de outros contactos mais céleres que se possam estabelecer entre as entidades envolvidas.

Em 2021 o CAEV acolheu um total de 54 vítimas de violência doméstica, sendo que deste total, 35 são pessoas do género feminino, 19 são crianças e/ou jovens (<18 anos), em que 10 dos quais são do género masculino e 9 do género feminino.

Dos 54 acolhimentos efetuados durante o ano 2021, 51 resultaram em encaminhamentos ao longo do ano de 2021 (uma vez que 3 pessoas transitaram do ano 2021 para o ano 2022). Em relação aos atendimentos efetuados pela equipa técnica às vítimas acolhidas no CAEV ao longo do ano de 2021, contabilizara-se um total de 806 atendimentos.

14.3. Resposta de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica

Outra resposta importante na temática da violência doméstica, também ela da responsabilidade da Amato lusitano – Associação de Desenvolvimento, é a RAP, que surgiu face à necessidade local relativamente à intervenção com crianças e jovens expostas à violência interparental. Este Projeto permite a intervenção psicológica e psicoterapêutica a crianças e jovens vítimas de violência doméstica, que estejam acolhidas/os no CAEVCB, em acompanhamento na EAVVD e/ou encaminhadas por outras entidades com intervenção junto de crianças e jovens, que vai ao encontro dos *Indicadores de Produto* –

orientação técnica para a intervenção com crianças e jovens acompanhados/as e/ou acolhidos/as na RNAVVD.

Esta estrutura especializada possibilita através dos seus atendimentos psicológicos, a intervenção psicológica e psicoterapêutica a crianças e jovens vítimas de violência doméstica e tem como principais funções:

- Análise dos critérios que indiquem a possibilidade de violência e a sua origem;
- Avaliar a gravidade da situação e quais as implicações nas vítimas;
- Avaliação e intervenção psicológica.

A RAP encontra-se a funcionar com o apoio e em estreita articulação com a EAVVD – Castelo Branco e apropriou-se das redes já criadas e consolidadas por todo o território da CIM Beira Baixa (Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão) e com as diversas organizações que compõem as redes de parceria informais e formais da EAVVD.

Desde setembro de 2021, a RAP Beira Baixa realizou 50 sessões de avaliação e acompanhamento psicológico a Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica contabilizando um total de 17 crianças e jovens atendidas.

No município realizaram-se 42 atendimentos nas instalações da Amato Lusitano-Associação de Desenvolvimento.

Relativamente à faixa etária das crianças e jovens, quatro têm entre 0 e 3 anos de idade, sete entre 4 e 6 anos, duas entre 7 e 10 anos, três entre 11 e 16 anos e uma com mais de 16 anos. Dos 17 casos, 9 são crianças ou jovens do sexo feminino e 8 do sexo masculino.

14.4. Guarda Nacional Republicana (GNR)

Em relação aos crimes de violência doméstica no ano 2021 no concelho de Castelo Branco, segundo dados desta foça de segurança, registaram-se 37 crimes, sendo as vítimas na sua maioria do sexo feminino, 32, e 5 do sexo masculino.

14.5. Polícia de Segurança Pública (PSP)

Através dos dados cedidos pela PSP – Comando Distrital de Castelo Branco, foram comunicados ao Ministério Público, no ano de 2021, 75 crimes de violência doméstica.

14.6. Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) – Delegação de Castelo Branco

A delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Castelo Branco nesta área, tem vindo a desenvolver ao longo dos anos respostas de apoio a vítimas de violência doméstica, nomeadamente no transporte destas vítimas, em parceria com a Comissão para a Igualdade de Género (CIG), e Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento.

Em 2021 foram realizados 12 serviços de transporte de vítimas de violência doméstica.

Em parceria com o IEFP e com outras empresas do concelho, iniciou em março de 2022 um projeto na área da Psicologia, que consiste na dinamização de ações sensibilização/formação nesta área, bem como a criação de uma estrutura de atendimento.

15. SEGURANÇA

Segundo dados do PORDATA, relativos à Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) do Ministério da Justiça, foram registados 1.474 crimes identificados em 2021, pelas diversas forças policiais que atuam no território de Castelo Branco.

TIPOS DE CRIMES REGISTADOS NO CONCELHO EM 2021				
2021				
Total	Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	Furto em veículo motorizado	Furto em residência	Furto em edifício comercial ou industrial
1.474	108	59	31	17

Tabela 93 - Tipos de crimes registados pelas polícias, no concelho em 2021

Fonte: PORDATA / DGPJ/MJ

Em relação às entidades existentes no concelho de Castelo Branco, responsáveis pela segurança da comunidade e das populações, estas são fundamentalmente quatro, Proteção Civil, Polícia de Segurança Publica (PSP), Guarda Nacional Republicana (GNR) e Bombeiros Voluntários de Castelo Branco.

15.1. Proteção Civil

Segundo a Lei n.º 27/2006 de 3 de julho (Lei de Bases da Proteção Civil) no seu n.º 1 e 2 do 1º Artigo, “A proteção civil é a atividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram “. “A atividade de Proteção civil tem carácter permanente, multidisciplinar e plurisectorial, cabendo a todos os órgãos e departamentos da Administração Pública promover as condições indispensáveis à sua execução, de forma descentralizada, sem prejuízo do apoio mútuo entre organismos e entidades do mesmo nível ou proveniente de níveis superiores.”

Os objetivos fundamentais da proteção Civil estão descritos no artigo 4º da mesma Lei, sendo estes:

- a) Prevenir riscos coletivos e a ocorrência de acidente grave ou catástrofe deles resultantes;
- b) Atenuar os riscos coletivos e limitar os seus efeitos no caso das ocorrências da alínea a);

- c) Socorrer e assistir pessoas e outros seres vivos em perigo proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público.
- d) Apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afetadas por acidente grave ou catástrofe.

Estrutura Municipal de Proteção Civil

Ao nível da estrutura municipal de Proteção Civil do concelho de Castelo Branco, está distribuída por direção política, coordenação política e órgãos de execução, divididos com as suas respetivas competências, como se pode ver no quadro a seguir.

COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES QUE COMPÕEM A ESTRUTURA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL	
Direção Política	
Presidente da Câmara Municipal	<ul style="list-style-type: none"> - Compete ao presidente da câmara municipal, no exercício de funções de responsável municipal da política e proteção civil, desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as ações de proteção civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas em cada caso; - Coordenar os trabalhos a serem desenvolvidos pela CMPC, antes, durante e após as situações de emergência; - Declarar a situação de alerta no território municipal; - Convocar a CMPC.
Coordenação Política	
Comissão Municipal de Proteção Civil	<ul style="list-style-type: none"> - Acionar a elaboração, acompanhar a execução e remeter para aprovação pela Comissão Distrital os planos municipais de emergência e os planos especiais quando existam; - Acompanhar as políticas diretamente ligadas ao sistema de proteção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos; - Promover a realização de exercícios, simulacros ou treinos operacionais que contribuam para a eficácia de todos os serviços intervenientes em ações de proteção civil; - Determinar o acionamento dos planos, quando tal se justifique; - Assegurar a funcionalidade e a eficácia da estrutura do SMPC; - Inventariar e atualizar permanentemente os registos dos meios e dos recursos existentes no concelho, com interesse para o SMPC;
Execução	

<p>Serviço Municipal de proteção Civil</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração e atualização do plano municipal de emergência; Acompanhamento e elaboração dos planos especiais de emergência quando existam; - Realizar estudos técnicos com vista à identificação, análise e consequências dos riscos naturais, tecnológicos e sociais que possam afetar o município, em função da magnitude estimada e do local previsível da sua ocorrência, promovendo a sua cartografia, de modo a prevenir, quando possível, a sua manifestação e a avaliar e minimizar os efeitos das suas consequências previsíveis; - Manter informação atualizada sobre acidentes graves e catástrofes ocorridas no município, bem como sobre elementos relativos às condições de ocorrência, às medidas adotadas para fazer face às respetivas consequências e às conclusões sobre o êxito ou insucesso das ações empreendidas em cada caso; - Planear o apoio logístico a prestar às vítimas e às forças de socorro em situação de emergência; levantar, organizar e gerir os centros de alojamento a acionar em situação de emergência; - Elaborar planos prévios de intervenção e preparar e propor a execução de exercícios e simulacros que contribuam para uma atuação eficaz de todas as entidades intervenientes nas ações de proteção civil; estudar as questões de que vier a ser incumbido, propondo as soluções que considere mais adequadas; - Recolher a informação pública emanada das comissões e gabinetes que integram o SMPC destinada à divulgação pública relativa a medidas preventivas ou situações de catástrofe. Promover e incentivar ações de divulgação sobre proteção civil junto dos munícipes com vista à adoção de medidas de autoproteção; - Indicar, na iminência de acidentes graves ou catástrofes, as orientações, medidas preventivas e procedimentos a ter pela população para fazer face à situação; - Dar seguimento a outros procedimentos, por determinação do presidente da câmara municipal ou vereador com competências delegadas.
---	---

Tabela 94 - Competências dos órgãos e entidades que compõem a estrutura municipal de Proteção Civil

Fonte: Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Castelo Branco, 2013

Estrutura das Operações

O sistema de operações, proteção e socorro está enquadrado a nível nacional pelo Decreto-lei 134/2006 de 14 de julho que define o Sistema Integrado de Operações de e Socorro (SIOPS).

O Sistema Integrado de Operações e de Socorro, é o conjunto de estruturas, normas e procedimentos que asseguram que todos os agentes de proteção civil atuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional e visa responder a situações de iminência ou de ocorrência de acidente grave ou catástrofe.

O SIOPS é desenvolvido com base em estruturas de coordenação, os centros de coordenação operacional, de âmbito nacional e distrital, onde se compatibilizam todas as instituições necessárias para fazer face a acidentes graves e catástrofes e estruturas de comando operacional que, no âmbito das competências atribuídas à Autoridade Nacional de Proteção Civil, agem perante a iminência ou ocorrência de acidentes graves ou catástrofes em ligação com outras forças que dispõem de comando próprio.

Coordenação de Nível Municipal

Os diversos organismos que integram o serviço municipal de proteção civil devem estabelecer entre si relações de colaboração institucional, no sentido de aumentar a eficácia e efetividade das medidas tomadas. Tal articulação e colaboração não devem pôr em causa a responsabilidade última do Presidente da Câmara Municipal, devendo ser articuladas com as competências que, nesta matéria, cabem à comissão municipal de proteção civil.

A coordenação institucional é assegurada, a nível municipal, pela CMPC, que integra representantes das entidades, cuja intervenção se justifica em função de cada ocorrência em concreto.

Estruturas de Direção e Comando

Em situação de acidente grave ou catástrofe, e no caso de perigo de ocorrência destes fenómenos, são desencadeadas operações de proteção civil, em harmonia com os planos de emergência previamente elaborados, com vista a possibilitar a unidade de direção das ações a desenvolver, a coordenação técnica e operacional dos meios a empenhar e a adequação das medidas de carácter excecional a adotar.

Consoante a natureza do fenómeno, a gravidade e a extensão dos seus efeitos previsíveis, são chamados a intervir centros de coordenação operacional de nível nacional, regional ou distrital, especialmente destinados a assegurar o controlo da situação, com recurso a centrais de comunicações integradas e eventual sobreposição com meios alternativos.

Comando Nacional de Operações de Socorro

O CNOS – Comando Nacional de Operações de Socorro é constituído pelo comandante operacional nacional, pelo 2.º Comandante operacional nacional e por três adjuntos de operações e compreende a célula de planeamento, operações e informações e a célula de logística.

O CNOS pode ainda dispor, conjuntamente, de células de gestão de meios aéreos e de comunicações.

Comando Distrital de Operações de Socorro

O comando distrital de operações de socorro, designado por CDOS, é constituído pelo comandante operacional distrital e pelo 2.º Comandante operacional distrital da Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Comandante Operacional Municipal

Em cada município deverá haver um comandante operacional municipal (COM) de acordo com a Lei 65/2007 de 12 de novembro. O COM depende hierárquica e funcionalmente do presidente da câmara municipal, a quem compete a sua nomeação.

Mecanismos da Proteção Civil

De acordo com o artigo 3º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, a CMPC é o organismo que assegura a articulação de todas as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às operações de proteção e socorro, emergência e assistência previsíveis de um acidente grave ou catástrofe, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência.

Comissão Municipal de Proteção Civil
Presidente da Câmara de Castelo Branco
Comandante dos Bombeiros Voluntários de Castelo Branco
Comandante Distrital da Polícia de Segurança Pública de Castelo Branco
Comandante do Destacamento Territorial de Guarda Nacional Republicana de Castelo Branco
Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco
Delegado de Saúde Municipal
Delegado do Centro Regional de Segurança Social – Castelo Branco
Representante das Juntas de Freguesia
Magarefa
AFLOBEI
Comissão de Compartes dos baldios de Louriçal do Campo
FLORA

Tabela 95 - Composição e competências da comissão municipal de Proteção Civil

De acordo com o tipo de sinistro poderão a ser chamadas as seguintes entidades:

- Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco;
- Delegado do Núcleo da Cruz Vermelha Portuguesa;
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro – DRAPC;
- Representante do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Organismos e entidades de apoio:

- Representante da REN- Gás e Eletricidade;
- Representante da EDP;
- Representante da REFER;
- Representante das Estradas de Portugal;
- Representante da SCUTVIAS;
- Representante das Águas do Centro;
- Representante do Instituto Português do Mar e da Atmosfera;
- Representante da Administração da Área Hidrográfica do Tejo;
- Representante da PT;
- Representante do Agrupamento de Escuteiros.

Fonte: Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Castelo Branco, 2013

15.2. Guarda Nacional Republicana (GNR)

O Comando Territorial de Castelo Branco é uma unidade territorial da Guarda, na dependência direta do comandante-geral, que executa diversas tarefas nas áreas dos recursos humanos, materiais e financeiros e do planeamento e condução da atividade operacional, integrando a base do dispositivo da GNR para o cumprimento da sua missão geral.

O seu quadro de efetivos inclui militares e civis, de diversas armas, serviços, postos e categorias profissionais.

Principais responsabilidades:

- A manutenção da ordem pública, assegurando o exercício dos direitos, liberdade e garantias;
- Mantém e restabelece a segurança dos cidadãos e da propriedade pública e privada e cooperativa, prevenindo ou reprimindo atos ilícitos contra eles cometidos;
- Coadjuva as autoridades judiciárias, realizando ações que lhe são ordenadas como órgão de polícia criminal;

- Zela pelo cumprimento das leis e disposições em geral, nomeadamente as relativas à viação terrestre e aos transportes rodoviários;
- Auxilia e protege os cidadãos e defende e preserva os bens que se encontrem em perigo, por causas provenientes da ação humana ou da natureza.

O Comando Territorial da GNR de Castelo Branco é responsável pela cobertura de 97,2% da área do distrito, onde possui 31 quartéis e fiscaliza 99% das vias rodoviárias.

Em 2021, os militares percorreram mais de 2,7 milhões de quilómetros no distrito de Castelo Branco e realizaram 35.537 patrulhas.

Ao nível do concelho de Castelo Branco, existem 6 postos territoriais distribuídos por Castelo Branco, Alcains, Cebolais de Cima, Malpica do Tejo, Mata e São Vicente da Beira.

Em 2021 segundo dados divulgados publicamente pelo Comando Territorial da GNR de Castelo Branco foram realizados os seguintes dados operacionais:

- 920 Chamadas via linha SOS Ambiente;
- Realizadas 87 buscas e recuperadas oito viaturas;
- 588 detenções, 64 relacionados com maus-tratos ou abandono de animais;
- Detidas e/ou identificadas 41 pessoas por incêndio florestal e investigação de 241 incêndios;
- Emitidas 15.597 contraordenações e fiscalizados 88.839 condutores, tendo sido efetuados 84.128 testes de álcool e 7.787 controlos de velocidade.

“Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança”

Destaca-se ainda a intervenção de proximidade efetuada pela GNR no concelho de Castelo Branco, através de programas específicos de apoio à comunidade, nomeadamente junto da população mais idosa do concelho.

O “Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança”, visa apoiar esta camada da população mais desfavorecida/vulnerável, principalmente os que vivem mais afastados ou isolados dos centros populacionais, através de um levantamento exaustivo dos/as idosos/as a viverem isoladamente. Para tal tem existido por parte desta força de segurança um reforço de policiamento dos locais públicos mais frequentados por idosos/as, criação de uma rede de contactos diretos e imediatos entre os idosos a GNR, em caso de necessidade, e colaboração com outras entidades que prestam apoio à 3.ª idade.

Em 2021 os militares do Comando Territorial da GNR de Castelo Branco sinalizaram 1.826 idosos no âmbito dos censos seniores.

15.3. Polícia de Segurança Pública (PSP)

A Polícia de Segurança Pública, designada por PSP, é uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa.

A PSP tem por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da lei.

No concelho existe o Comando Distrital de Castelo Branco, é composto por diversos Núcleos e Serviços Administrativos, e abrange quatro esquadras operacionais:

- Esquadra Territorial;
- Esquadra de Trânsito;
- Esquadra de Intervenção e Fiscalização;
- Esquadra de Investigação Criminal.

Ao nível das principais funções distribuem-se pelos seguintes sectores:

Prevenção

- Prevenir a criminalidade e a prática dos demais atos contrários à Lei e aos Regulamentos;
- Prevenir a criminalidade organizada e o terrorismo, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança;
- Garantir a segurança das pessoas e dos seus bens;
- Garantir a segurança rodoviária, nomeadamente através do ordenamento, fiscalização e regularização do trânsito;
- Garantir a segurança nos espetáculos desportivos e equiparados.

Investigação Criminal

- Prosseguir as atribuições que lhe forem cometidas por Lei em matéria de processo penal;
- Colher notícias dos crimes, descobrir os seus agentes, impedir as consequências dos crimes e praticar os demais atos conexos.

Ordem Pública

- Garantir a manutenção da ordem, segurança e tranquilidade pública.

Polícia Administrativa

- Garantir a execução dos atos administrativos emanados da autoridade competente que visem impedir o incumprimento da Lei ou a sua violação continuada;
- Prosseguir as atribuições que lhe forem cometidas por Lei em matéria de licenciamento administrativo.

Competências exclusivas

- O controlo do fabrico, armazenagem, comercialização, uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam às forças armadas e demais forças e serviços de segurança;
- Garantir a segurança pessoal dos membros dos órgãos de soberania e de altas entidades nacionais ou estrangeiras, bem como de outros cidadãos quando sujeitos a situação de ameaça relevante;
- As competências que decorrem das atribuições da Polícia de Segurança Pública em matéria de controlo, licenciamento e fiscalização da atividade de segurança privada são exercidas pelo Departamento de Segurança privada da direção nacional da PSP.

Ocorrências e Crimes

A esquadra territorial através das respostas ao nível da cidade de Castelo Branco, registou em 2021 3078 ocorrências sendo que destas, 715 foram crimes devidamente tipificados e sujeito a investigação.

Programa “Escola Segura”

A PSP, cumprindo com as suas competências no âmbito do PES, promove através das suas Equipas do Programa Escola Segura (EPES) a vigilância das zonas escolares e contatos de proximidade com toda a comunidade educativa, respondendo às diversas solicitações que lhe são dirigidas, incluindo a resposta a ocorrências de diversa natureza e promovendo a realização de ações de sensibilização e de prevenção junto das escolas.

Estas ações possuem uma grande componente preventiva, constituindo-se como um bom elo de transmissão de informação de segurança e projetando as EPES num papel mais interventivo e relevante no que respeita à formação e sensibilização da comunidade escolar para adoção de regras e comportamentos de segurança, o que no futuro poderá traduzir-se na prevenção de alguns comportamentos de risco.

As EPES em 2021, desenvolveram junto da comunidade escolar 47 ações de sensibilização e 95 contatos individuais de prevenção criminal.

Programa Apoio 65 - Idosos em Segurança

De igual forma, a PSP possui como missão, entre outras, proteger, socorrer, auxiliar os/as cidadãos/ãs e defender e preservar os seus bens que se encontrem em situações de perigo.

Entre os grupos de pessoas mais vulneráveis destacam-se as pessoas mais idosas, que normalmente, encontrando-se mais isoladas e fragilizadas necessitam, com frequência, do apoio de terceiros. Decorrente dessa dependência social, aumentam as debilidades securitárias, cabendo à PSP reduzir o seu sentimento de insegurança e contribuir para a diminuição dos índices criminais de atos que vitimem especificamente este grupo de risco.

Assim, através do programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, a PSP promove um policiamento de proximidade, baseado em três grandes linhas:

- Implementação do modelo de ação policial ajustado às necessidades e características específicas da população idosa;
- Participação ativas das comunidades locais e colaboração direta com as instituições que prestam apoio a esta população;
- Divulgação de conselhos de segurança junto da população idosa, visando garantir as condições de segurança e a tranquilidade das pessoas idosas, promovendo o conhecimento do trabalho das forças de segurança e ajudar a prevenir e evitar situações de risco.

Ação policial junto da população idosa durante o ano de 2021, resultou no desenvolvimento de 33 ações de sensibilização e 68 contatos específicos de prevenção criminal, sendo que, no programa são acompanhados com regularidade cerca de 200 cidadãos mais vulneráveis em estreita colaboração com as entidades de apoio social.

15.4. Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castelo Branco

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castelo Branco foi fundada em 5 de outubro de 1932, um Corpo de Bombeiros é uma unidade operacional tecnicamente organizada, preparada e equipada para o cabal do exercício de várias missões em todo o Concelho de Castelo Branco:

- O combate a incêndios;
- O socorro às populações em caso de incêndios, inundações, desabamentos, abalroamentos e em todos os acidentes, catástrofes ou calamidades;
- O socorro a náufragos e buscas subaquáticas;
- O socorro e transporte de sinistrados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar, a prevenção contra incêndios em edifícios públicos, casas de espetáculos e divertimento público e outros

recintos, mediante solicitação e de acordo com as normas em vigor, nomeadamente durante a realização de eventos com aglomeração de público;

- A emissão, nos termos da lei, de pareceres técnicos em matéria de prevenção e segurança contra riscos de incêndio e outros sinistros;
- A colaboração em outras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes forem cometidas;
- A participação noutras ações para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos;
- O exercício de atividades de formação cívica, com especial incidência nos domínios da prevenção contra o risco de incêndio e outros acidentes domésticos.

O efetivo humano em 2021 era composto por 109 operacionais no quadro ativo e 3 operacionais no quadro de comando.

Em 2021, segundo dados da corporação, foi dada resposta a 10.814 alertas de diversa ordem, sendo o motivo de proteção/assistência a pessoas e bens em saúde (doença) o mais usual, com um total de 4.623 ocorrências.

Em relação a transporte de doentes não urgentes em 2021, segundo a mesma fonte, foram efetuados um total de 2.190, pela corporação de Bombeiros de Castelo Branco.

Em relação a ativações de INEM, foram em 2021, 6327.

16. ENVELHECIMENTO

Ao nível do envelhecimento, a população do concelho de Castelo Branco tem vindo a seguir a tendência da maioria dos concelhos do País, principalmente os que se encontram localizados na zona centro.

Mas esta é uma questão macro, generalizada à maioria dos Países desenvolvidos, onde o aumento de pessoas com mais de 60 anos é inversamente proporcional à diminuição dos jovens menores com 15 anos. Segundo muitos especialistas desta área, na Europa de 2060, um em cada três habitantes terá mais de 65 anos, esta maior longevidade, vêm no seguimento da convergência de dois fatores, o aumento da esperança de vida e a redução generalizada da natalidade, fazendo com exista uma inversão da pirâmide demográfica, tendência esta vivida pelos países desenvolvidos do planeta. Estes factos demográficos começaram desde já a mostrar certas evidencias, como foi em caso reportado pela Organização das Nações Unidas (ONU) referente ao ano de 2018, em que pela primeira vez na história, nesse mesmo ano, as pessoas com mais de 65 anos superaram o número de crianças menores de 5 anos.²²

Em relação a dados concretos, relativos aos últimos censos de 2021, relativos ao fenómeno do envelhecimento no concelho, mostram que o índice de longevidade²³ apresentado em 2021 (51,7%), é superior ao índice verificado nível nacional (48,8%) e à região centro (51,3%), sendo apenas inferior ao valor registado na Beira Baixa (55,1%).

Outro indicador que permite quantificar a preveleça da população idosa no concelho, é o índice de dependência²⁴ de idosos, sendo este valor em 2021 de 47,3% no concelho, superior ao índice nacional (36,9%) e da região centro (44,3%), e, tal como sucedera com o indicador anterior, apenas é inferior ao valor da Beira Baixa (59,4%).

Em relação a estes dois indicadores analisados atrás, o concelho de Castelo Branco, entre os seis concelhos que compõem a região da Beira Baixa, é o concelho que regista valores mais baixos em ambos.

Ao nível do concelho, existe um número considerável de respostas de apoio aos mais idosos, da responsabilidade de diversas entidades/instituições do concelho, que têm permitido proporcionar a esta população mais envelhecida uma melhor qualidade de vida.

Segundo dados da carta social, em 2022, existem 31 estabelecimentos de diversas valências para apoio à população mais idosa, fazendo com que seja possível dar resposta a um total de aproximadamente 2.825 utentes do concelho.

22 ONU (1982). Plano de ação internacional sobre o envelhecimento. I assembleia mundial do envelhecimento, Sanches, I., & Teodoro, A. (2006). Da integração à inclusão escolar: cruzando perspetivas e conceitos. Revista Lusófona de Educação, 8(8)

²³ Relação entre o número de pessoas com 75 e mais anos por cada 100 pessoas com 65 e mais anos

²⁴ Relação entre o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa

16.1. Rede de Equipamentos Sociais

ENTIDADE/ INSTITUIÇÃO	ERPI		SAD		CENTRO DE DIA		CENTRO DE NOITE		CENTRO DE CONVÍVIO	
	Cap.	Ut.	Cap.	Ut.	Cap.	Ut.	Cap.	Ut.	Cap.	Ut.
Associação de Ap. Social de Freixial do Campo	26	26	20	20	30	27	-	-	-	-
Res. da Nª Sª da Assunção – Asso. Tinalhense de Apoio Social	16	16	14	5	14	0	-	-	-	-
Centro de Dia de Lentiscais	-	-	30	16	26	11	-	-	-	-
Centro de Dia de Malpica do Tejo	21	19	30	14	30	7	-	-	-	-
Centro de Dia S. João Batista de Monforte da Beira	-	-	30	15	30	6	-	-	-	-
Centro de Dia de S. Pedro - Escalos de Cima e Lousa	-	-	23	23	25	14	-	-	20	20
Centro de Dia S. Sebastião - Sobral do Campo	-	-	7	7	30	15	-	-	-	-
Lar e Centro de Dia de S. Silvestre - Escalos de Baixo	51	51	6	6	10	3	-	-	-	-
Centro de Dia de S. Bento - Louriçal Campo	-	-	27	24	20	14	19	19	-	-
Centro Soc. da Taberna Seca	38	38	16	15	20	14	-	-	-	-
Centro Soc. Amigos da Lardosa	33	32	33	24	40	12	-	-	-	-
Centro Soc. Paroquial de Almaceda	32	32	46	16	25	10	-	-	-	-
Centro Soc. Paroquial da Freguesia Cebolais Cima	40	40	46	46	16	16	-	-	40	44
Centro Soc. de Salgueiro do Campo	-	-	13	10	20	9	-	-	-	-
Centro Soc. de Santo André das Tojeiras	-	-	45	35	30	14	-	-	-	-
Centro Soc. dos Beneméritos da Póvoa de Rio Moinhos	31	31	30	12	30	12	-	-	-	-
Lar Major Rato - Alcains	108	94	40	39	10	3	-	-	44	44
Centro de Dia da Lousa - Liga dos Amigos da Lousa	-	-	19	16	28	18	-	-	-	-
Centro de Dia das Benquerenças	-	-	25	21	15	11	-	-	-	-
Santa Casa da Misericórdia de Sarzedas	31	31	27	21	25	7	-	-	-	-
Santa Casa da Misericórdia de São Vicente Beira	39	29	45	15	-	-	-	-	-	-
Eq. Social da SCMCB	255	231	100	53	30	5	-	-	-	-
Centro Soc. Adriano Godinho - SCMCB	38	37	-	-	-	-	-	-	236	236
Centro Comunitário João Carlos D'Abrunhosa	69	67	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro de Dia de Santo António - SCMCB	16	12	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro de Dia e Soc. de S. Miguel – ADAS, Ninho do Açor	-	-	20	20	20	12	-	-	-	-
Centro Soc. Ribeiro das Perdizes	-	-	48	48	-	-	-	-	-	-

Tabela 96 - Rede de equipamentos sociais de apoio à população idosa no concelho

Fonte: Carta social, (MTSSS), 2022

ENTIDADES	FREGUESIA	ERPI		SAD	
		Cap.	Ut.	Cap.	Ut.
Lar de São Roque	Castelo Branco	43	42	60	7
Lar de São Tomás	Salgueiro do Campo	38	38	-	-
Residencial Sénior – Neves Martins	Lentiscais	46	31	-	-
Cantinho Sereno	Castelo Branco	-	-	40	16

Tabela 97 - Equipamentos de apoio para pessoas idosas geridos por entidades privadas no concelho

Fonte: Carta social, (MTSSS), 2022

16.2. Universidade Sénior Albicastrense (USALBI)

A Universidade Sénior Albicastrense (USALBI) constituída com o apoio da Câmara Municipal e integrada na Amato Lusitano - Associação de Desenvolvimento, tem como principal objetivo promover o envelhecimento ativo com qualidade de vida junto dos/as Albicastrenses com mais de 50 anos.

Tem como objetivos:

- Incentivar a participação dos/as seniores em atividades culturais, de aprendizagem e de lazer;
- Divulgar a história, as ciências, as tradições, a solidariedade, as artes, a tolerância, os saberes e os demais fenómenos socioculturais entres os/as seniores;
- Promover a educação não formal nos/as adultos/as;
- Ser um polo de informação e divulgação de serviços e direitos dos/as seniores;
- Desenvolver as relações interpessoais e sociais entre as entre as diversas gerações; fomentar o voluntariado, na e para a comunidade;
- Trabalhar em articulação com outras instituições, particulares ou públicas.

A USALBI também promove a cultura e as raízes albicastrenses através da atuação dos vários grupos (Adufes, Cavaquinhos, Grupo de Fados, Rancho Folclórico, Grupo de Teatro e Tuna Académica) que têm representado o Concelho em vários pontos do País. O mais importante é o empenho, a vontade, a

sabedoria e a competência que os/as alunos/as poem na construção das mais variadas representações culturais.

No ano letivo de 2020/2021 esteve presente em 12 freguesias, contando com 40 professores/as em regime de voluntariado e com a presença de 787 alunos/as no total, dos quais 382 pertenciam ao polo da cidade de Castelo Branco.

16.3. Rede Integrada de Apoio à Pessoa Idosa | Rede PI

A Rede PI, trata-se de uma estrutura gerida pela ALAD, que pretende dar continuidade à comissão de proteção da pessoa idosa no distrito assente em parcerias com as entidades envolvidas, e identificar e despistar situações de maus-tratos neste grupo vulnerável. O objetivo é a continuidade do reforço do apoio especializado (social e psicológico) em casos de violência e/ou em situação de vulnerabilidade por carência económica ou isolamento. Objetiva a continuidade das sessões nas freguesias (lares, centros de dia, juntas de freguesia, USALBI), para sensibilizar para os sinais de alerta das situações de violência, e recursos disponíveis, com estratégias de combate ao isolamento.

No ano de 2021 em termos da Rede PI, registou-se um total de 34 novos casos (>60 anos) em acompanhamento, sendo que em 26 correspondem a situações efetivas de maus tratos e 8 dos casos corresponderam a situações de vulnerabilidade.

REDE INTEGRADA DE APOIO À PESSOA IDOSA (> 60 ANOS)			
Situações de Maus Tratos	Articulação com o MP; OPC'S; Serviços sociais (SAAS; ISS; Cáritas; CLDS 4G); Saúde (Centros de saúde/ HAL)	Situações de Vulnerabilidade, por Carência Económica e Isolamento	Articulação a Segurança Social; SAAS; Cáritas; CLDS 4G; Saúde (Centros de saúde/HAL)
Total	26		8

Tabela 98 - Rede Integrada de Apoio à Pessoa Idosa – Rede PI

Fonte: Relatório de atividades e contas, Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento (2021)

17. ASSOCIATIVISMO

17.1. Plataforma de Associativismo do Município de Castelo Branco

A nova plataforma criada pelo município pretende dar um novo impulso vida associativa do Concelho, estimulando ainda mais o dinamismo das múltiplas associações já existente no concelho, dinamizada pelos seus respetivos associados, voluntários/as e de membros dos seus órgãos sociais.

Esta Plataforma traduz-se num instrumento que possibilita o incremento do trabalho em rede permitindo também a uniformização dos procedimentos bem como a parametrização das condições de acesso aos apoios. Permite ainda, que as associações obtenham mais visibilidade ao nível das suas atividades.

Encontravam-se registadas na plataforma, em junho de 2022, cerca de uma centena de associações do concelho, a maioria destas sediadas na freguesia de Castelo Branco, como é possível ver no quadro a seguir.

NOME	ÁREA(S) DE ATIVIDADE
Freguesia de Alcains	
Ser Solidário Alcains – Associação de Apoio Social	Ação Social
Orquestra Típica de Alcains	Cultura
Alzine Associação Cultural Alcainense	Cultura e Artes e/ou Performativas
Associação Recreativa e Cultural de Alcains	Cultura e Recreio
Terceira Pessoa – Associação	Cultura, Cidadania e Artes e/ou Performativas
Casa do Sport Lisboa e Benfica em Alcains	Cultura, Recreio e Desporto
Alcaténis Sport Clube	Desporto
Clube Desportivo de Alcains	Desporto
Motoclube de Alcains – Dog’s Land	Recreio
Associação de Veteranos de Alcains	Recreio e Desporto
Associação de Caça de Alcains	
Freguesia de Alameda	
Grupo Desportivo Recreativo Cultural de Paiágua	Cultura, Recreio, Desporto, Ambiente, Cidadania e Gastronomia
Freguesia de Benquerenças	
Associação Juvenil Ribeiro das Perdizes	Cultura, Cidadania e Associativismo Juvenil
Associação de Paintball de Castelo Branco Relâmpagos	Cultura, Recreio, Desporto e Ambiente
MELTAGUS – Associação de Apicultores do Parque Natural do Tejo Internacional	Outras
Freguesia de Castelo Branco	

ADBB Associação de Diabéticos da Beira Baixa	Ação Social
Associação de Apoio à Criança do Distrito de Castelo Branco	Ação Social
Cáritas Interparoquial de Castelo Branco	Ação Social e Ambiente
Associação Cultural, Recreativa e Social da Quinta Dr. Beirão	Ação Social, Cultura e Recreio
Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Bairro do Cansado	Ação Social, Cultura, Recreio e Desporto
Associação Cultural e Desportiva da Carapalha	Ação Social, Cultura, Recreio, Desporto e Cidadania
Associação Educar, Reabilitar, Incluir Diferenças – ERID	Ação Social, Recreio e Cidadania
Associação EcoGerminar	Ambiente e Cidadania
Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia de Castelo Branco	Associativismo Juvenil
Associação de Pais e Encarregados de Educação do AENACB	Cidadania
Liga dos Amigos do Hospital Amato Lusitano	Cidadania
Associação Recreativa Cultural Viola Beiroa	Cultura
Grupo de Música Popular MUSICALBI	Cultura
Orfeão de Castelo Branco	Cultura
Orquestra Típica Albicastrense	Cultura
Teatro Tramédia – Associação de Produção de Espetáculos Teatrais de Castelo Branco	Cultura e Artes e/ou Performativas
Váatão – Teatro de Castelo Branco	Cultura e Artes e/ou Performativas
Associação Cultural Estudantina de Castelo Branco	Cultura e Associativismo Juvenil
Outrem – Associação de Defesa do Ambiente e Património	Cultura, Ambiente, Artes e/ou Performativas e Cidadania
ST Arte Associação de Design e Produção Audiovisual	Cultura, Artes e/ou Performativas e Cidadania
Ocreza – Centro de Estudos e Investigação	Cultura, Artes e/ou Performativas, Recreio, Ambiente e Cidadania
Associação de Informática de Castelo Branco	Cultura, Recreio e Cidadania
Associação Recreativa e Cultural do Bairro do Valongo	Cultura, Recreio e Desporto
Grupo Típico O Cancioneiro de Castelo Branco	Cultura, Recreio, Associativismo Juvenil e Gastronomia
Clube de Castelo Branco	Cultura, Recreio, Desporto, Ambiente e Cidadania
Associação Cultural e Recreativa “As Palmeiras”	Cultura, Recreio, Desporto, Cidadania e Gastronomia
Academia de Judo Centro Social Cultural e Desportivo de Castelo Branco	Desporto
Associação de Jogos Tradicionais do Distrito de Castelo Branco	Desporto
Albi Sport Clube de Ténis de Castelo Branco	Desporto
Associação Basquetebol Albicastrense	Desporto
Associação de Ciclismo da Beira Interior	Desporto
Associação de Futebol de Castelo Branco	Desporto
Associação de Karate Wado de Castelo Branco	Desporto
Associação de Kempo MP-Team	Desporto

Associação de Natação Albicastrense “os Redentoristas”	Desporto
Associação de Ténis de Castelo Branco	Desporto
Associação Desportiva Albicastrense	Desporto
Associação Distrital de Judo de Castelo Branco	Desporto
Casa do Benfica em Castelo Branco	Desporto
Clube de Ciclismo de Castelo Branco	Desporto
Escuderia Castelo Branco	Desporto
Sport Benfica e Castelo Branco	Desporto
ZakiGym – União Ginástica Albicastrense	Desporto
Núcleo Sporting Clube de Portugal de Castelo Branco	Desporto e Cidadania
Associação Desportiva e Cultural de Taberna Seca	Recreio e Desporto
Associação Recreativa do Bairro da Boa Esperança	Recreio e Desporto
Clube TT Castelo Branco	Recreio e Desporto
Associação Clube Raia Aventura	Recreio, Desporto e Ambiente
Albigym – Associação Juvenil, Gimnodesportiva e Cultural Magda Rocha	Recreio, Desporto e Cidadania
Associação Peregrinos de Maria de Castelo Branco	Recreio, Desporto, Ambiente e Cidadania
Desportivo de Castelo Branco	Recreio, Desporto, Associativismo Juvenil, Ambiente e Cidadania
Associação Granja Park	Recreio, Desporto, Cidadania e Gastronomia
Associação de Radioamadores da Beira Baixa	Outras
Associação de Colecionismo de Castelo Branco	Outras
Associação de Profissionais de Educação Física de Castelo Branco	Outras
Freguesia de Lardosa	
Associação Festas Lardosa	Cultura, Recreio, Cidadania e Gastronomia
Associação Social Recreativa e Cultural Vale da Torre	Cultura, Recreio e Cidadania
Freguesia de Louriçal do Campo	
Sociedade Filarmónica de Louriçal do Campo	Cultura
Freguesia de Monforte da Beira	
Aldeia em Movimento – Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Monforte da Beira	Cultura, Recreio, Desporto, Cidadania, Gastronomia
Freguesia de Salgueiro do Campo	
Centro Cultural e Recreativo de Salgueiro do Campo	Cultura, Recreio e Desporto
Freguesia de São Vicente da Beira	
Associação Cultural – O Pequeno Lugar	Cultura, Artes e/ou Performativas e Ambiente
Filarmónica Vicentina	Cultura e Recreio
Freguesia de Santo André das Tojeiras	
Associação Cultural Recreativa e Desportiva dos Amigos das Tojeiras	Recreio

Associação dos Amigos do Monte Gordo	Cultura, Recreio, Desporto, Ambiente, Cidadania e Gastronomia
Centro Social, Cultural e Recreativa de Vale Chiqueiro	Cultura, Recreio, Ambiente, Cidadania e Gastronomia
Sarzedas	
Centro Social Cultural e Recreativo de Vale Ferradas	Cultura, Recreio, Desporto, Cidadania e Gastronomia
União de Freguesias Cebolais de Cima e Retaxo	
Associação Filarmónica Retaxense	Cultura e Artes e/ou Performativas
Associação Cultural e Social Rancho Folclórico de Retaxo	Cultura, Recreio e Associativismo Juvenil
Associação Desportiva e Recreativa de Retaxo	Recreio e Desporto
Indústria Futebol Clube Cebolense	Recreio, Desporto e Cidadania
União de Freguesias Escalos de Cima e Lousa	
Clube Desportivo e Recreativo de Escalos de Cima	Cultura, Recreio e Desporto
Lousarte – Associação Cultural e Etnográfica da Lousa	Cultura, Recreio e Cidadania
SQUALIUS – Associação Cultural e Etnográfica de Escalos de Cima	Cultura, Recreio e Artes e/ou Performativas
União Lousense Coletividade Recreativa Cultural	Recreio e Desporto
União de Freguesias Freixial e Juncal do Campo	
Associação Cultural e Desportiva do Barbaído	Cultura, Desporto, Ambiente e Cidadania
União de Freguesias Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede	
Associação de Caça e Pesca de Cafede	Ambiente
Entrolhares Associação (Póvoa de Rio de Moinhos)	Cultura e Artes e/ou Performativas
Tinalhas	
Grupo Motard T’Atestar	Desporto
Sociedade Filarmónica de Tinalhas	Cultura

Tabela 99 - Associações do concelho registadas na plataforma de Associativismo do Município de Castelo Branco, por freguesias e área de intervenção

Fonte: Plataforma de Associativismo - CMCB

17.2. Guia de Recursos Social IN

No âmbito do projeto CLDS-3G de Castelo Branco, foi elaborado no ano de 2019, o Guia de Recursos Social IN²⁵, que reúne num único documento informação das várias instituições, tornando-se num elemento facilitador de consulta das associações existentes no concelho.

²⁵Link para visualização da versão digital do Guia: <https://www.amatolusitano-ad.pt/media/guia-de-recursos-social-in/#>

O Guia de Recursos “Social IN” reúne informação útil e sistematizada dos recursos disponíveis existentes no concelho de Castelo Branco e que podem constituir-se como resposta às necessidades da população, tornando-se um instrumento de suporte à atividade dos agentes sociais que, localmente, têm responsabilidade na área de ação e desenvolvimento social do concelho, dando a conhecer o trabalho desenvolvido, a sua missão e os seus valores. Este instrumento inovador sistematiza todo o trabalho social que se tem vindo a desenvolver, referenciando as respostas sociais disponíveis, em prol do bem-estar e da qualidade de vida dos habitantes, promovendo uma mais intensa e efetiva proximidade com o cidadão. As 150 páginas, do Guia de Recursos, refletem informações sobre 320 infraestruturas culturais e desportivas, serviços públicos, autarquias, forças de segurança, saúde, escolas, instituições de solidariedade social, espaços de lazer e espaços culturais.

17.3. Plataforma ALIA

Ainda no âmbito do projeto CLDS 3G foi criada em 2018 uma Rede (online) de Apoio Técnico às Associações, que se denominou de “ALIA” (www.aliacb.pt) e que tem como propósito criar uma rede/plataforma para instituições de auto-organização que permita às Associações locais, de bairro e outras, a partilha e divulgação de atividades, dificuldades/necessidades que surjam na sua intervenção da comunidade. Esta plataforma mantém atualmente o seu funcionamento no âmbito do projeto CLDS 4G.

17.4. Aconselhamento e Apoio Técnico às Associações

A Delegação de Castelo Branco do Instituto Português do Desporto e Juventude, tem também um serviço de aconselhamento e apoio técnico às Associações Juvenis, e desenvolve anualmente diversos programas destinados a criar, potenciar e capacitar o Associativismo de carácter Juvenil.

18. EMPREENDEDORISMO SOCIAL

A complexidade e os novos desafios das sociedades atuais, fazem com que exista uma maior necessidade e responsabilidade social ao nível individual, mas também coletivo, por parte de determinados/as indivíduos/as e/ou empresas. Neste sentido o “Empreendedorismo social” vem sendo recorrentemente usado como uma plataforma de auxílio na resolução de determinados problemas sociais da atualidade. A realidade do nosso concelho tem mostrado que nos últimos anos tem vindo a existir maior atenção e interesse para o surgimento de novas ideias de empreendedorismo, nomeadamente o empreendedorismo associado a um determinado objeto social.

18.1. Social In - INovação & INclusão | Incubadora Social de Castelo Branco

A Social IN – INovação & INclusão | Incubadora Social de Castelo Branco é uma Iniciativa de Inovação e Empreendedorismo Social (IIES), que surgiu, em julho de 2020, através da aprovação de uma candidatura efetuada ao Programa de Parcerias para o Impacto, promovido pela Portugal Inovação Social em 2020, onde o Município de Castelo Branco assume o papel de Investidor Social e a Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento (ALAD) o papel de Entidade Executora.

Este projeto é destinado a dois tipos de população alvo:

- Pessoas idosas residentes no Bairro do Cansado, Horta d’Alva, Portas do Sol ou Ribeiro das Perdizes que vivem em situação de pobreza e/ou isolamento social;
- Pessoas desempregadas, à procura de primeiro emprego e/ou outros ativos com perfil empreendedor, do concelho ou de outras regiões que tenham ideias inovadoras capazes de gerar novas soluções e novos projetos de empreendedorismo social com impacto social.

Esta Incubadora pretende ser um elemento catalisador de um ecossistema de inovação social à escala municipal e regional, impulsionando a incubação, física e virtual, de projetos e negócios que respondam aos principais problemas sociais da comunidade, e que promovam a sua inclusão e sustentabilidade social. Este projeto pretende implementar um conjunto de iniciativas, formativas, *workshops*, e outras atividades que potenciem a criação e o fomento de um ecossistema de inovação social.

Em 2021, segundo dados da equipa responsável encontravam-se a ser apoiados 11 projetos de empreendedores sociais, ao nível de mentoria e incubação, física e virtual, sendo disponibilizado um espaço de trabalho colaborativo, em plena entrada para o centro histórico da cidade (junto ao tribunal), disponível para todos/as os/as empreendedores/as que ali queiram receber apoio para ativar os seus projetos/negócios sociais.

19. VOLUNTARIADO

19.1. Banco Local de Voluntariado (BLV) de Castelo Branco

Desde maio de 2022, que existe no concelho de Castelo Branco, o Banco Local de Voluntariado (BLV), através de um protocolo entre a Amato Lusitano - Associação de Desenvolvimento (ALAD), e a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), sendo o Município de Castelo Branco um dos parceiros, em conjunto com mais dez entidades.

O BLV tem como área de intervenção o concelho de Castelo Branco, onde se insere, sendo que, como estrutura local de promoção do voluntariado e que interage com os diferentes atores da comunidade deve, na sua ação, promover o respeito pela legislação em vigor na área do voluntariado.

O BLV pretende ser um espaço de encontro entre as pessoas que expressam a sua disponibilidade e vontade em serem voluntários, e as organizações que promovem ações de voluntariado e que reúnem condições para

Integrar voluntários e coordenar o exercício para a promoção, organização e aprofundamento do voluntariado no concelho.

Entidades parceiras do BLV:

- Câmara Municipal de Castelo Branco;
- Associação Voluntário Idoso Só (AVISO);
- Banco Alimentar Contra a Fome;
- Liga dos Amigos do Hospital Amato Lusitano;
- Liga Portuguesa Contra o Cancro;
- Cáritas Interparoquial de Castelo Branco;
- Reciclagem, Arte e Solidariedade (RAS);
- Santa Casa da Misericórdia Castelo Branco (SCMCB);
- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ);
- Junta de Freguesia de Castelo Branco;
- Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) - Delegação Castelo Branco.

Objetivos:

- Promover o encontro entre a oferta e a procura de voluntariado;
- Sensibilizar as pessoas e as organizações para o voluntariado;
- Divulgar projetos e oportunidades de Voluntariado;

- Contribuir para o aprofundamento do conhecimento do Voluntariado.

Competências:

- Sensibilizar os/as cidadãos/ãs para o voluntariado, divulgando projetos e oportunidades de voluntariado;
- Acolher a inscrição dos/as voluntários/as e das organizações promotoras de voluntariado;
- Criar um registo com os dados recolhidos, o qual deverá contemplar os elementos de informação previstos na Plataforma “Portugal Voluntário”, para efeitos de inscrição de voluntários/as e de organizações promotoras de voluntariado, com vista à respetiva harmonização;
- Proceder à aferição do perfil do/a candidato/a a voluntário/a, designadamente através da realização de entrevistas;
- Encaminhar os/as voluntários/as para as ações de voluntariado que sejam mais adequadas ao seu perfil;
- Disponibilizar apoio às organizações promotoras na elaboração de projetos e ações de voluntariado;
- Utilizar, preferencialmente, a Plataforma Portugal Voluntário, disponível em www.portugalvoluntario.pt, na gestão dos processos de registo dos/as voluntários/as e das organizações promotoras e, bem assim, no acompanhamento das ações de voluntariado;
- Recolher informação que permita produzir diagnósticos de caracterização local da atividade de voluntariado;
- Aferir, regularmente, com as organizações promotoras o grau de satisfação das partes no desenvolvimento da atividade;
- Remeter à CASES, anualmente, relatório das atividades desenvolvidas e o tratamento estatístico dos dados sobre o voluntariado na sua área de intervenção, disponibilizando, ainda, com caráter semestral, informação sobre os constrangimentos decorrentes do funcionamento do BLV.

20. AMBIENTE

O Município de Castelo Branco está atento às questões ambientais, e como tal tem vindo a ser desenvolvidos projetos/estudos de intervenção nesta área desde alguns anos, sustentado num trabalho sério em prol da do ambiente e do impacto que estas questões têm na comunidade.

20.1. Projetos/Iniciativas e Estruturas Municipais

Projeto ClimAdaPT.Local / Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas

O Município de Castelo Branco considera os projetos de adaptação às alterações climáticas como um dos desafios mais importantes do século XXI. Essa foi a principal motivação para o envolvimento do Município de Castelo Branco no Projeto ClimAdaPT.Local, que lhe permitiu construir a sua Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC), para articular respostas coerentes às múltiplas problemáticas relacionadas com as alterações climáticas, num quadro temporal alargado. A elaboração da EMAAC CB constituiu um enorme desafio, só possível pela participação de todas as entidades que compõem o consórcio ClimAdaPT.Local e das entidades financiadoras, pelo envolvimento dos atores-chave locais e pelo compromisso dos técnicos municipais, todos credores de público reconhecimento. O Município de Castelo Branco dispõe de um vasto território que é cenário para múltiplas atividades, alberga importantes valores naturais e acolhe uma população mobilizada e solidária com o advir coletivo. A adoção desta Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) pretende promover, em todo o território municipal, uma resposta coerente às múltiplas problemáticas relacionadas com as alterações climáticas e colocar o município na linha da frente a nível nacional, no que diz respeito a estas matérias.

Adesão à Pegada Ecológica

A adesão do município ao projeto da Pegada Ecológica dos Municípios Portugueses, coordenada pela ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, teve como objetivo integrar um estudo que permite medir o valor da Pegada Ecológica e da Biocapacidade do Município de Castelo Branco. A Pegada Ecológica é uma ferramenta de avaliação e monitorização que ajuda no planeamento de projetos estratégicos para o Concelho. Mitiga os riscos e adequa a política de adaptação às alterações climáticas, por forma a encontrar uma visão comum e partilhada que nos permita dar passos firmes na construção de um Município mais resiliente, capaz de fomentar uma sustentabilidade global, essencial para uma comunidade que se está a tentar tornar ambientalmente saudável, economicamente próspera e justa.

O Município de Castelo Branco tem efetuado um forte investimento nas zonas florestais e em ações de defesa da floresta contra os incêndios, pelo que, regozijo-me por a Biocapacidade do Município de Castelo Branco estar 80% acima da média nacional, demonstrando que a estratégia definida é a adequada.

O Centro de Interpretação Ambiental (CIA)

O Centro de Interpretação Ambiental (CIA) apresenta uma exposição temática sobre o território do Parque Natural do Tejo Internacional, constituída por 14 equipamentos de exploração interativa. Aborda aspetos distintos deste território, desde o seu património natural (fauna, flora, geologia e hidrologia), património construído, atividades de turismo de natureza, para além de permitir ao visitante uma viagem virtual no Rio Tejo.

Centro de Recolha Animal de Castelo Branco

O Centro de Recolha Animal de Castelo Branco tem como missão a recolha de animais de companhia vadios ou que tenham sido abandonados pelos seus donos.

Para além do acolhimento, o Centro de Recolha Animal - que está a ser reorganizado para funcionar sob gestão direta da Câmara Municipal de Castelo Branco - procura encontrar novos donos para os animais abandonados e, simultaneamente, garante os cuidados necessários à manutenção da saúde e conforto animal.

Serviço de Recolha de Objetos

Os Serviços Municipalizados de Castelo Branco dispõem de um serviço de recolha de objetos de grandes dimensões, sem valor ou a que o/a seu/sua proprietário/a não sabe o que fazer, vulgarmente designado por "Recolha de Monos". Este serviço é prestado de forma gratuita e tem como propósito auxiliar o/a munícipe a desfazer-se do objeto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma melhoria do ambiente, evitando que estes monos venham cair em lixeiras a céu aberto.

O objetivo é obter conjuntamente o estatuto de município modelo, no qual não se registem quaisquer casos de despejo ou abandono dos chamados monos domésticos (mobiliário, eletrodomésticos, colchões, sofás ou outros) na berma de caminhos rurais, nas matas do concelho, em cursos de água ou em quaisquer outros locais inadequados.

Equipamentos de Decomposição

A recolha de Resíduos, a Higiene e a Limpeza Urbana é um indicador que mede a qualidade de vida das cidades. O município dispõe de um mapa (acessível no site da autarquia), que fornece informação sobre

a localização de todos os Equipamentos de Deposição de Resíduos, desde os Contentores, Oleões, Pilhões e Dispensadores de Sacos de Recolha de Fezes dos Animais.

Estudo Municipal para o desenvolvimento de sistemas de recolha de biorresíduos

São objetivos gerais deste estudo identificar as melhores soluções a implementar, com vista a assegurar que os biorresíduos são separados e reciclados na origem ou recolhidos seletivamente com a máxima eficiência pelos sistemas em baixa e devidamente encaminhados para tratamento nas infraestruturas dos sistemas em alta, de modo a obter benefícios económicos globais na sua valorização, evitando em paralelo os custos e impactos decorrentes da necessidade de eliminação deste tipo de resíduos.

20.2. Associação EcoGerminar

A EcoGerminar é uma associação sem fins lucrativos, constituída em Castelo Branco, que tem como pilares a economia solidária e ecologia, e o “desenvolvimento sustentável”. Através de um conjunto de parcerias, tem vindo nos últimos anos um conjunto de iniciativas sobre a temática da Educação Ambiental e Desenvolvimento sustentável, tendo como objetivos nesta área:

- Promover a educação ambiental nas escolas;
- Desenvolver projetos e feiras sustentáveis;
- Desenvolver os projetos de voluntariado jovem para a natureza e florestas – IPDJ;
- Impulsionar educação ambiental na cidade de Castelo Branco através de iniciativas sustentáveis.

21. DESPORTO E CULTURA

Ao nível da área do Desporto e da Cultura, o concelho de Castelo Branco tem vindo a desenvolver esforços com vista ao aumento da oferta desportiva e cultural para os/as seus/suas residentes. Seja na cidade, ou nas freguesias, tem vindo a ser uma prioridade do município que os/as seus/suas habitantes possam beneficiar de equipamentos desportivos e culturais que apelem à prática desportiva e de lazer, bem como ao interesse pela cultura.

Os dados a seguir, disponíveis na PORDATA, mostram a evolução destas áreas no município ao longo dos anos, e a preocupação declaradamente assumida pela autarquia no desenvolvimento das mesmas.

21.1. Dados Estatísticos

Em relação ao rácio de sessões de cinema por mil habitantes, o concelho de Castelo Branco em 2021 teve o maior rácio entre os municípios da Beira Baixa que tinham pelo menos um ecrã de cinema.

Em relação às sessões de cinema e espetáculos ao vivo por mil habitantes, este valor tem tido algumas oscilações ao longo dos anos, sendo que, em comparação com o ano transato, em 2021 registou-se um aumento nestes dois tipos de eventos.



Gráfico 8 - Evolução do n.º de sessões de cinema e espetáculos ao vivo no concelho, por mil habitantes, entre 2009 e 2021

Fonte: PORDATA

Como é possível ver no gráfico em baixo, os dados mais recentes disponibilizados pelo INE, em 2019, Castelo Branco era o município da Beira Baixa com a maior percentagem de despesas por parte da autarquia destinadas à cultura e ao desporto.

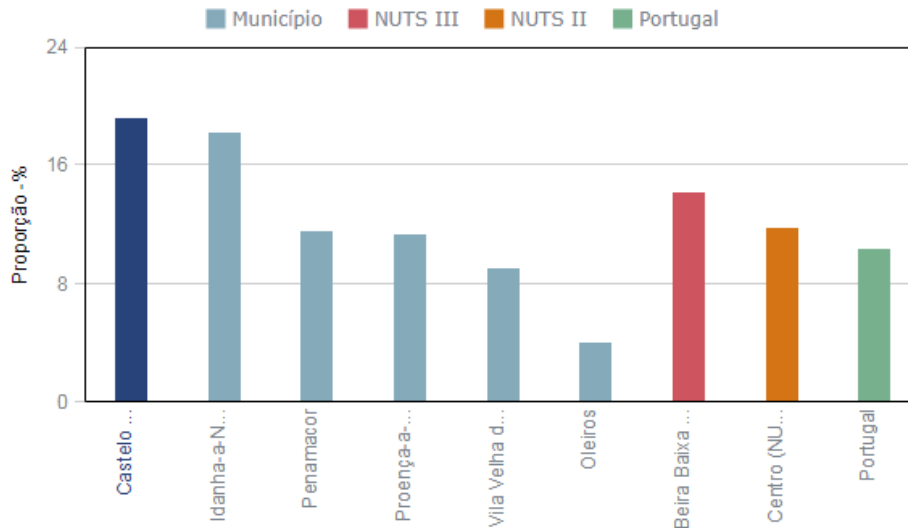
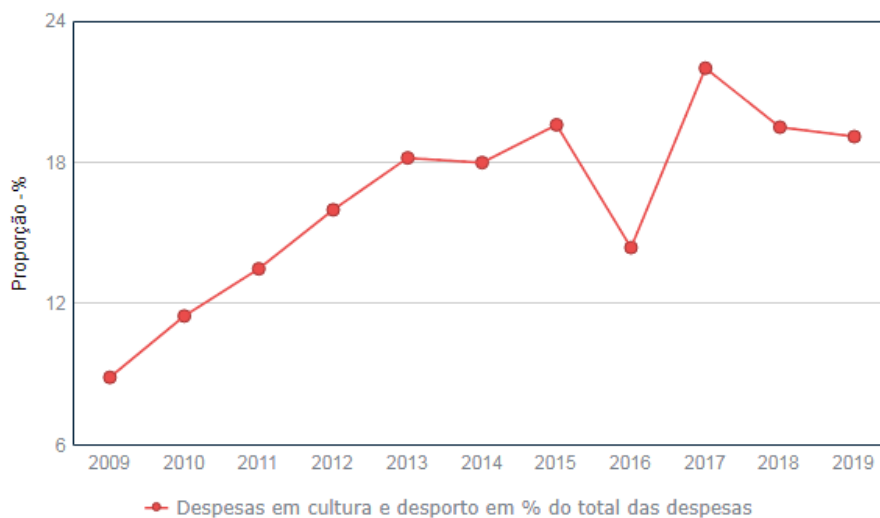


Gráfico 9 - Despesas das autarquias em cultura e desporto (%) por NUTS II e III, em 2019

Fonte: PORDATA

As despesas da autarquia destinadas à cultura e ao desporto em 2019, foram de 19,1%, valor superior ao de 2009 (8,9% do total das despesas). Neste período de tempo, estes valores têm vindo a aumentar, excetuando os anos de 2016 e 2018.



Fonte: PORDATA

Gráfico 10 - Despesas da Câmara Municipal em cultura e desporto (%)

Em 2020, existiam no concelho 153 empresas do sector da Cultura e Desporto, tendo este valor vindo a aumentar significativamente desde 2011, quando se registavam 95 entidades destas áreas.

Fazendo uma análise com outros municípios da região da beira baixa, em 2020, o município de Castelo Branco apresentava um valor de 2,6%, na comparação entre as empresas no sector da Cultura e Desporto face ao número total das empresas do concelho, sendo o segundo concelho com melhor percentagem da Beira Baixa, registando inclusive, um rácio superior ao registado no total desta região (2,4%), e mesmo da zona centro (2,3%).

21.2. Equipamentos Desportivos e de Lazer do Município

Ao nível do Desporto para além dos parques e espaços desportivos criados em cada bairro, o concelho conta com um assinalável número de equipamentos, parques e zonas verdes que tem estado permanentemente a ser ampliados.

Parque do Barrocal

O Parque do Barrocal é uma área de natureza silvestre com aproximadamente 40 hectares e está integrado nos territórios classificados do Geoparque Naturtejo Mundial da UNESCO e da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Tejo Internacional.

O parque corresponde a uma paisagem geológica fascinante com uma inesperada biodiversidade que acompanha as estações do ano, a dois passos do centro urbano.

O Parque do Barrocal apresenta 7 mirantes, diversas formações geológicas de interesse, passadiços e trilhos naturais, parque infantil, observatório de aves, entre tantas outras atrações naturais.

Com uma paisagem granítica característica, feita de rochas geradas nas profundezas da Terra, mas moldadas e expostas por centenas de milhões de anos de movimentos tectónicos e períodos climáticos, o Barrocal é um oásis refrescante de História Natural.

A sua origem está associada à instalação de uma gigantesca massa magmática localizada a uma profundidade estimada de 30 km e com uma temperatura de cristalização iniciada aos 750°C, datada de há cerca de 310 milhões de anos.

Parque de Desportos Motorizados

O Parque de Desportos Motorizados de Castelo Branco é uma estrutura única no nosso País e integra vários circuitos que aproveitam os 17 hectares da área de implantação.

Estes circuitos, equipados com vídeo race control, recebem anualmente os mais variados eventos, desde ralicross, autocross, camiões racing, buggys, provas de resistência de moto, bem como corridas de supermotard e mini-moto. Tem como estruturas de apoio vários edifícios, como uma torre de controlo com 2 pisos e ligação à internet e ainda um edifício multiusos com várias salas climatizadas onde funcionam atualmente os serviços da Escuderia Castelo Branco.

A área mais do Parque está densamente arborizada, com mais de 100 árvores, que proporcionam um ambiente convidativo ao convívio entre os amantes de desporto motorizado.

O Parque tem também um paddock com mais de 120 lugares e balneários com água quente, para receber todos os participantes das provas realizadas e onde se realiza anualmente a concentração motard de Castelo Branco.

Pista de Atletismo

A Pista de Atletismo de Castelo Branco, situada no Parque Urbano da cidade (zona de lazer), funciona desde setembro 2015.

A pista está homologada pela Federação Portuguesa de Atletismo e está preparada para receber provas nacionais e internacionais.

Com oito corredores para corrida, a pista tem uma estrutura completa que permite a prática de atletismo nas suas várias disciplinas, incluindo o lançamento do peso, lançamento do disco e do martelo, lançamento do dardo, prova com obstáculos, salto em altura, salto com vara, salto em comprimento e triplo salto.

Mediante uma parceria estabelecida entre o Município e a Associação de Atletismo de Castelo Branco, a gestão do espaço assegura a prática desportiva a atletas, a alunos dos cursos superiores de Educação Física e à comunidade em geral.

Piscina Praia

A Piscina Praia de Castelo Branco é um espaço de lazer de referência na Região, pela excelência das condições que oferece aos banhistas e pelas extensas áreas do plano de água e do relvado envolvente.

Este equipamento municipal, aberto ao público desde 2004, já acolheu mais de 740 mil pessoas.

Durante o Verão, nos meses de julho e agosto, há hidroginástica, aqua zumba, atividades lúdicas e pedagógicas para as crianças e muita atividade para os utilizadores da Piscina-Praia.

Skate Park

Desde outubro de 2012, Castelo Branco tem um Parque de Desportos Radicais, um dos maiores e mais completos do País. O skatepark, inserido numa área total de 9350 m², foi construído com diferentes rampas e rails, num total de 18 elementos de características e graus de dificuldade distintos, de nível médio avançado. Destinado à prática de skate, patins em linha e BMX, o skatepark tem instalações sanitárias de apoio e bancada para público, já que o equipamento foi construído com condições para receber competições desportivas, demonstrações ou ações de formação.

O skatepark está situado no Parque Urbano de Castelo Branco, junto ao Complexo de Piscinas e Campos de Futebol, e logo no primeiro dia de funcionamento oficial, dia 6 de outubro, recebeu uma prova do Circuito Nacional de Skate 2012.

“Acerte o Passo”

O programa Acerte o Passo é uma iniciativa - gratuita - dirigida aos praticantes de desporto (com particular incidência na atividade ao ar livre) que queiram ter aconselhamento e avaliação feita por professores de Educação Física.

A iniciativa é da Câmara Municipal em parceria a Associação dos Profissionais de Educação Física e com o Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) e pretende dar resposta, de forma totalmente gratuita, ao número crescente de praticantes de atividades físicas. Esta iniciativa, no terreno desde 2014, decorre em duas zonas da cidade: no Parque Urbano (no edifício da lagoa) e Parque das Violetas, onde estão professores de Educação Física que garantem a avaliação dos praticantes e os aconselham na prática desportiva.

O objetivo do programa passa por transmitir os conhecimentos necessários aos praticantes para melhorarem a eficácia da prática desportiva, seja marcha, corrida ou reforço muscular, sem prejudicar a saúde. O projeto integra um conjunto de 16 docentes e, para participar, basta aos interessados inscreverem-se num dos dois locais onde o programa funciona.

Ao longo do ano os/as participantes podem assistir a workshops/sessões de esclarecimento sobre temáticas relacionadas com a prática regular da atividade e exercício físico e podem participar em passeios pedestres, nos percursos marcados no Concelho de Castelo Branco.

Praia Fluvial do Sesmo

Localizada na belíssima aldeia do Sesmo, no extremo Oeste do Concelho de Castelo Branco, em proximidade à Aldeia do Xisto de Sarzedas, esta praia é rodeada por montes e vales característicos da zona do pinhal interior. A praia é formada a partir de um açude construído numa pequena ribeira afluente do Rio Ocreza.

Praia Fluvial de Almededa

O curso natural da Ribeira de Almededa foi aproveitado para criar o açude que deu origem à Praia Fluvial, ao mesmo tempo que se mantém um rústico lagar de azeite que, antigamente, aproveitava a força das águas para o seu funcionamento. Conhecida também por Poço do Lagar, a Praia Fluvial de Almededa divide o lugar do Espírito Santo, na margem direita, e o lugar da Senhora da Graça, na margem esquerda, de onde se podem avistar paisagens naturais únicas.

Piscinas Cobertas

No concelho existem duas piscinas cobertas, em duas das freguesias do Concelho, Castelo Branco e Alcains. Estes espaços são geridos pela empresa municipal ALBIGEC.

Piscinas Descobertas

Existem atualmente no concelho, além da piscina praia já mencionada anteriormente existem piscinas em 8 das freguesias do concelho:

- Alcains;
- Louriçal do Campo;
- São Vicente da Beira;
- Tinalhas;
- Santo Ande das Tojeiras;
- Lardosa;
- Ninho do Açor;
- Salgueiro do Campo.

Centro de BTT / Percursos BTT – Sarzedas

Na freguesia de Sarzedas existe um equipamento de apoio, Centro de BTT, onde os/as praticantes desta modalidade desportiva podem beneficiar de equipamentos muito úteis à sua prática, tais como, balneários, e informação de percursos e rotas disponíveis na zona.

21.3. Desporto Federado

Em relação ao desporto federado no concelho, segundo dados recolhidos pela autarquia junto dos diversos clubes e associações desportivas do concelho, é possível verificar que é o género masculino o mais representado ao nível de praticantes de desporto federado residentes no concelho, no ano desportivo 2020/2021, nomeadamente 70 % do total de atletas federados no concelho.

ATLETAS FEDERADOS/AS NO CONCELHO		
Ano letivo 2020/2021		
Total	H	M
1.445	1.010	435

Tabela 100 - Total de atletas federados/as no concelho segundo o sexo, ano desportivo 2020/2021

Fonte: CMCB

21.4. Desporto Escolar

Ao nível do desporto escolar, segundo dados cedidos pela Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (Coordenação Local do Desporto Escolar de Castelo Branco), é o sexo masculino que detém mais praticantes no total de alunos/as inscritos/as no desporto escolar (815) no ano letivo 2021/2022, divididos/as entre as diversas Instituições de ensino do concelho, como se pode ver no quadro a seguir.

ALUNOS/AS PRATICANTES DE DESPORTO ESCOLAR NO CONCELHO		
Ano letivo 2021/2022		
Total	H	M
1.450	815	635

Tabela 101 - Alunos/as praticantes de desporto escolar no concelho, ano letivo 2021/2022

Fonte: CMCB

21.5. Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ) tem por missão a execução de uma política integrada e descentralizada para as áreas do desporto e da juventude, em estreita colaboração com entes públicos e privados, designadamente com organismos desportivos, associações juvenis, estudantis e autarquias locais.

O IPDJ intervém na definição, execução e avaliação da política pública do desporto, promovendo a generalização do desporto, bem como o apoio à prática desportiva regular e de alto rendimento, através da disponibilização de meios técnicos, humanos e financeiros. A preservação da ética no desporto é ainda um dos escopos essenciais do IPDJ.

21.6. Espaços de Cultura do Município

O Município dispõe atualmente de um vasto leque de espaços culturais, a sua maioria localizados na freguesia de Castelo Branco, como é possível ver na tabela a seguir.

ESPAÇOS CULTURAIS – MUNICÍPIO DE CASTELO BRANCO	
Nome	Freguesia
Centro de Cultura Contemporânea	Castelo Branco
Museu Cargaleiro	Castelo Branco
Museu Francisco Tavares Proença Júnior	Castelo Branco
Casa da Memória da Presença Judaica	Castelo Branco
Centro de Interpretação do Bordado de Castelo Branco	Castelo Branco
Museu da Seda	Castelo Branco
Centro de Interpretação do Jardim do Paço	Castelo Branco
Cineteatro Avenida	Castelo Branco
Galeria Municipal	Castelo Branco
Sala da Nora	Castelo Branco
Museu do Canteiro	Castelo Branco
Museu dos Têxteis – MUTEX de Castelo Branco	Cebolais de Cima e Retaxo
Centro Cultural de Alcains	Alcains
Núcleo Etnográfico da Lousa	Escalos de Cima / Lousa
Centro de Interpretação Casa do Rossio	Lardosa

Tabela 102 - Espaços culturais – Município de Castelo Branco

Fonte: CMCB

Cultura Vibra

Em relação ao regular e vasto trabalho da Câmara Municipal de Castelo Branco no âmbito cultural materializa-se através do projeto já conhecido, e reconhecido, como Cultura Vibra.

No site da Câmara Municipal de Castelo Branco é possível a qualquer cidadão/ã aceder a toda a programação trimestral da Autarquia, e poder ficar a par de todas as iniciativas que fazem vibrar culturalmente a cidade de Castelo Branco, ao nível de Cinema; Dança; Exposições; Música e Teatro.

22. TRANSPORTES E MOBILIDADE

Atualmente um sistema de transportes públicos eficiente e flexível é essencial para o desenvolvimento da economia e da qualidade de vida da população. A integração e conjugação entre os diferentes modos de transporte, fazendo uso dos benefícios com que cada um pode contribuir para uma mobilidade mais sustentável, será determinante para a melhoria da qualidade de vida de todos/as os/as cidadãos, aumentando a coesão territorial. Neste sentido esta área tem tido cada vez mais atenção por parte do município, através da criação e implementação de respostas que visem a melhoria da mobilidade e transportes dos/as cidadãos/as do concelho, reduzindo assimetrias existentes ao nível populações mais isoladas residentes nas freguesias, no acesso por exemplo, a bens e serviços existentes na cidade.

MOBICAB - Mobilidade de Castelo Branco

Entrou em vigor a 1 de julho de 2022 um novo conceito de mobilidade, com o MOBICAB – Mobilidade de Castelo Branco. Uma nova concessão do serviço público de transporte de passageiros regular, que além de ver assegurada uma frota mais segura, mais eficiente, mais sustentável, mais cómoda e climatizada, e do reforço das linhas, foi implementado um projeto piloto na área dos transportes denominado “Transporte Público Flexível”, adaptável às necessidades dos utilizadores, efetuado através de táxi ou por veículos próprios do município, que vem diminuir carências do transporte público de passageiros nas aldeias mais isoladas do território, perspetivando-se que este projeto venha a abranger todo o concelho em 2023.

Rede de Eixos Cicláveis

Nos últimos anos, o município desenvolveu a construção de três eixos de ciclovias, a Ciclovia da Avenida Professor Egas Moniz com uma extensão de 1.230 metros, a Ciclovia do Parque Urbano com 1.910 metros, e a Ciclovia da Avenida do Dia de Portugal, com uma extensão de 1.130 metros

Estacionamento de Bicicletas

A cidade de Castelo Branco dispõe de uma rede de equipamentos destinados ao estacionamento de bicicletas, tanto no espaço público, como nos recintos ou imediações de equipamentos públicos, nomeadamente de ensino e desporto.

No âmbito de uma candidatura apresentada pelo Município ao Fundo de Transportes, perspectiva-se densificar a rede de equipamentos para estacionamento de bicicletas em mais 20 localizações, aumentando a capacidade de estacionamento em mais 400 lugares.

Programa de Apoio à Aquisição de Bicicletas

Ainda ao nível desta área, o Município de Castelo Branco, instituiu o Programa de Apoio à Aquisição de Bicicleta no Município de Castelo Branco, que visa apoiar a aquisição de bicicletas convencionais, elétricas ou não, bicicletas de carga assistidas eletricamente e bicicletas adaptadas, elétricas ou não, para uso pessoal dos/as beneficiários/as, visando fomentar a utilização da bicicleta como meio de transporte quotidiano no concelho de Castelo Branco.

23. CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA – FREGUESIAS DO CONCELHO

A Caracterização Sociodemográfica das freguesias a seguir apresentada demonstra a tendência de perda de população generalizada no concelho de Castelo Branco, existindo em todas as freguesias diminuição de população residente de 2011 até 2021. As freguesias onde se verificou de forma mais acentuada a perda de população durante este período foram, Malpica do Tejo (-26%), Almededa (-24%), Sarzedas (-23%), São vicente da Beira (-23%) e Santo André das Tojeiras (-21%).

Em relação ao número de edifícios existentes em cada uma das freguesias do concelho, pode-se considerar positivo o fato de estes terem aumentando durante este período em 15 das freguesias.

Em relação à distribuição da população residente nas freguesias por faixas etárias, os dados a seguir apresentados, com base nos últimos censos de 2021, demonstram a enorme escassez de população jovem residente na generalidade das freguesias, onde por exemplo no grupo populacional, 0 a 14 anos a maioria das freguesias do concelho não possuem mais de 40 pessoas pertencentes a esta faixa etária.

No que diz respeito à caracterização da população residente nas freguesias por sexo, em 2021, apenas numa das freguesias, Malpica do Tejo, o número de homens residentes é superior relativamente às mulheres.

23.1. Freguesia de Alcains

Com uma área não muito extensa e encostada pelo lado Sul à urbe albacastrense, a Vila de Alcains (elevada a esta condição em 12/11/1971) ocupa uma posição central dentro do Concelho e surge encaixada entre as freguesias da Póvoa de Rio Moinhos (a Nordeste), de Lardosa (a Norte), de Escalos de Baixo e Escalos de Cima (a Poente).



População Residente

FREGUESIA	H			M			TOTAL		
	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação
Alcains	2.463	2.222	-9,8%	2.559	2.394	-6.4%	5.022	4.616	-8.1%

Tabela 103 - Variação da população residente na freguesia de Alcains, entre 2011 e 2021

Fonte: PORDATA

Freguesia	H				M				Total			
	2021											
Alcains	Grupo Etário											
	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos
	284	242	1.130	566	47	192	1.245	710	531	434	2.375	1.276

Tabela 104 - População residente na freguesia de Alcains em 2021, segundo o grupo etário

Fonte: PORDATA

Outros Indicadores Estatísticos (Variação entre 2011 e 2021)

- Diminuição no número de agregados familiares (-0.4%);
- Aumento no número de alojamentos clássicos (2%);
- Aumento no número de edifícios (5,6%).

23.2. Freguesia de Castelo Branco

A freguesia de Castelo Branco é maior freguesia do concelho em termos de território e de população residente, sendo o seu território maioritariamente de carácter urbano, muito embora se prolongue até às vizinhas anexas de Taberna Seca e Lentiscais, já em domínio rural.



População Residente

FREGUESIA	H			M			TOTAL		
	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação
Castelo Branco	16.445	16.251	-2,4%	18.597	18.220	-2%	35.242	34.471	-2.2%

Tabela 105 - Variação da população residente na freguesia de Castelo Branco, entre 2011 e 2021

Fonte: PORDATA

Freguesia	H				M				Total			
	2021											
Castelo Branco	Grupo Etário											
	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos
	2.257	1.850	8.840	3.304	2.239	1.766	9.954	4.261	4.496	3.616	18.794	7.565

Tabela 106 - População residente na freguesia de Castelo Branco em 2021, segundo o grupo etário

Fonte: PORDATA

Outros Indicadores Estatísticos (Variação entre 2011 e 2021)

- Aumento de 4% no número de alojamentos clássicos (20.539);
- Aumento de 3,1% ao nível dos agregados domésticos e institucionais;
- Aumento (3,1%) no número de edifícios construídos.

23.3. Freguesia de Benquerenças

Freguesia de alguma expressão territorial - abrange cerca de 6155,7 hectares de superfície - Benquerenças tem assento na zona meridional concelhia, confrontando, pelo flanco sudoeste e em pequena extensão, com o vizinho termo municipal de Vila Velha de Ródão. Em seu redor distribuem-se as congéneres Sarzedas (a Poente), Salgueiro do Campo (a Norte), Castelo Branco (a Nascente), Retaxo e Cebolais de Cima (ambas a Sul), as quais lhe fixam os restantes contornos e limites. Cerca de uma dúzia de quilómetros separam o lugar sede desta Freguesia da respetiva capital concelhia albacastrense.



População Residente

FREGUESIA	H			M			TOTAL		
	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação
Benquerenças	357	304	-14,85%	363	333	-8,26%	720	637	-11,53%

Tabela 107 - Variação da população residente na freguesia de Benquerenças, entre 2011 e 2021

Fonte: PORDATA

Freguesia	H				M				Total			
	2021											
Benquerenças	Grupo Etário											
	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos
	20	24	140	120	31	35	138	129	51	59	27	249

Tabela 108 - População residente na freguesia de Benquerenças em 2021, segundo o grupo etário

Fonte: PORDATA

Outros Indicadores Estatísticos (Variação entre 2011 e 2021)

- Diminuição dos Agregados Familiares (-10,8%);
- Aumento de alojamento 706 (8,3%);
- Aumento de 7,5% dos edifícios.

23.4. Freguesia de Alameda

Ocupando posição na extremidade noroeste concelhia, a Freguesia de Alameda vê o seu território estender-se por uma considerável área estimada em 7245,7 hectares, que se alonga no sentido Norte-Sul e a entestar, pelos flancos setentrional e ocidental, com os vizinhos termos municipais do Fundão e de Oleiros, respetivamente. Está ainda delimitada pelas suas congéneres albicastrenses São Vicente da Beira (a Nascente e em grande extensão), Freixial e Juncal do Campo (ambas a Sudeste) e ainda Sarzedas (a Sul).



População Residente

FREGUESIA	H			M			TOTAL		
	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação
Alameda	310	240	-22,58%	367	271	-26,16%	677	511	-24,52%

Tabela 109 - Variação da população residente na freguesia de Alameda, entre 2011 e 2021

Fonte: PORDATA

Freguesia	H				M				Total			
	2021											
Alameda	Grupo Etário											
	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos
	12	7	87	134	8	6	82	175	20	13	169	309

Tabela 110 - População residente na freguesia de Alameda em 2021, segundo o grupo etário

Fonte: PORDATA

Outros Indicadores Estatísticos (Variação entre 2011 e 2021)

- Diminuição para 264 agregados (-20,7%);
- Aumento do 8,8% dos alojamentos;
- Aumento para 627 edifícios.

23.5. União de Freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo

Cebolais de Cima

Ocupando posição junto à orla meridional concelhia, esta pequena Freguesia de Cebolais de Cima é já limítrofe, pelo seu flanco Sul, ao território municipal de Vila Velha de Ródão. Nas restantes confrontações encontra-se com as suas congéneres Retaxo (a Poente), Benquerenças (a Norte) e Castelo Branco (a Nordeste). Exígua em extensão, a sua superfície abarca apenas uns 1.286 hectares, em zona de relevo, um tanto acidentado, voltando às bacias orográficas do Tejo (que lhe fica a cerca de uma dezena de quilómetros para Sul) e Ponsul (a uns 5 Kms para Leste).



Retaxo

A cerca de 12 Kms de Castelo Branco, a pequena Freguesia de Retaxo encontra-se no extremo Sul do Concelho, sendo delimitada por Benquerenças a Norte e por Cebolais de Cima a Leste. O resto do território da povoação é rodeado por território pertencente a Vila Velha de Rodão. Marca a fisionomia da Freguesia uma série de acidentes naturais: a proximidade do cabeço de Olelas, a Nascente da Ribeira de Gonçalo Pardo, também muito próxima, e a Ribeira de Retaxo, que desagua no Rio Tejo, perto de Vila Velha de Rodão. Tem uma área de 1230 hectares.



População Residente

FREGUESIA	H			M			TOTAL		
	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação
Cebolais de Cima e Retaxo	887	744	-16,12%	982	867	-11,71%	1869	1611	-13,80%

Tabela 111 - Variação da população residente na união de freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo, entre 2011 e 2021

Fonte: PORDATA

Freguesia	H				M				Total			
	2021											
Cebolais de Cima e Retaxo	Grupo Etário											
	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos
	56	50	334	304	68	39	351	408	124	89	685	713

Tabela 112 - População residente na união de freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo em 2021, segundo o grupo etário

Fonte: PORDATA

Outros Indicadores Estatísticos (Variação entre 2011 e 2021)

- Diminuição de -9,8% dos agregados familiares (749);
- Nulidade de variação de alojamentos (1341);
- Ligeiro aumento dos edifícios (0,2%).

23.6. União de Freguesias de Escalos de Baixo e Mata

Escalos de Baixo

Assumindo posição junto à orla nascente do território concelhio, esta Freguesia vai confrontar, pelo seu flanco Sudoeste, com terras do vizinho termo municipal de Idanha-a-Nova. Rodeiam-na, pelas restantes partes, as congéneres Malpica do Tejo (da banda do Sul), Castelo Branco (a Sudoeste), Alcains (a Noroeste), Escalos de Cima e Lousa (ambas a Norte).



Mata

A cerca de 12 Kms de Castelo Branco, a pequena Freguesia de Retaxo encontra-se no extremo Sul do Concelho, sendo delimitada por Benquerenças a Norte e por Cebolais de Cima a Leste. O resto do território da povoação é rodeado por território pertencente a Vila Velha de Rodão. Marca a fisionomia da Freguesia uma série de acidentes naturais: a proximidade do cabeço de Olelas, a Nascente da Ribeira de Gonçalo Pardo, também muito próxima, e a Ribeira de Retaxo, que desagua no Rio Tejo, perto de Vila Velha de Rodão. Tem uma área de 1230 hectares.



População Residente

FREGUESIA	H			M			TOTAL		
	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação
Escalos de Baixo e Mata	576	492	-14,58%	640	546	-14,69%	1216	1038	-14,64%

Tabela 113 - Variação da população residente na união de freguesias de Escalos de Baixo e Mata, entre 2011 e 2021

Fonte: PORDATA

Freguesia	H				M				Total			
Escalos de Baixo e Mata	2021											
	Grupo Etário											
	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos
	49	34	216	193	38	38	226	244	87	72	442	437

Tabela 114 - População residente na união de freguesias de Escalos de Baixo e Mata em 2021, segundo o grupo etário

Fonte: PORDATA

Outros Indicadores Estatísticos (Variação entre 2011 e 2021)

- Diminuição dos agregados familiares (-12,5%);
- Aumento de 3% dos alojamentos (1221);
- Aumentos de 3,3% dos edifícios.

23.7. União de Freguesias de Escalos de Cima e Lousa

Escalos de Cima

A 12 Kms da cidade de Castelo Branco a pequena Freguesia de Escalos de Cima - com 12,36 km² - tem os seus limites definidos pela Lousa (a Nascente), por Alcains (a Poente), por Lardosa (a Norte) e pela sua congénere Escalos de Baixo (a Sul).

A Freguesia localiza-se na margem direita do Ribeiro de Santo Amaro, afluente do Rio Ponsul, sendo por isso subafluente do Rio Tejo.



Lousa

Com uma área de 3.571 hectares, a Freguesia localiza-se a cerca de 15 Kms da sede do Concelho. Tem por vizinhas a Oeste Escalos de Cima e Lardosa, a Sul Escalos de Baixo, a Leste Mata, a Norte S. Miguel d'Acha e Oledo e a Nordeste Idanha-a-Nova.



População Residente

FREGUESIA	H			M			TOTAL		
	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação
Escalos de Cima e Lousa	766	597	-22.06%	793	659	-16,89%	1559	1256	-19,44%

Tabela 115 - Variação da população residente na união de freguesias de Escalos de Cima e Lousa, entre 2011 e 2021

Fonte: PORDATA

Freguesia	H				M				Total			
	2021											
Escalos de Cima e Lousa	Grupo Etário											
	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos
	49	34	216	193	38	38	226	244	87	72	442	437

Tabela 116 - População residente na união de freguesias de Escalos de Cima e Lousa em 2021, segundo o grupo etário

Fonte: PORDATA

Outros Indicadores Estatísticos (Variação entre 2011 e 2021)

- Diminuição de -12,3% dos agregados familiares;
- Aumento de 2,2% dos alojamentos;
- Aumento de 2,9% dos edifícios.

23.8. União de Freguesias de Freixial do Campo e Juncal do Campo

Freixial do Campo

Em território notoriamente montanhoso, encaixado nas serras da Gardunha e do Muradal, a Freguesia do Freixial do Campo tem uma área que se estende por cerca de 2.000 hectares (mais precisamente 1861,7 ha). Envolve-na pelo Norte três suas



vizinhas - Sobral do Campo, Ninho do Açor e Tinalhas -, pelo Sul Juncal do Campo, pelo Poente Alameda e a Nascente as congéneres Tinalhas, Cafede e Juncal do Campo.

Juncal do Campo

A 13 Kms da sede do Concelho, para Noroeste, a Freguesia de Juncal do Campo tem uma área de 2.218 hectares. Encontra-se entre a "Charneca" e o "Campo", rodeada por olivais e virada a Poente. Delimitam-na as freguesias de Alameda e Freixial do Campo, a Norte; Sarzedas e Salgueiro do Campo a Sul; e Cafede a Oriente.



População Residente

FREGUESIA	H			M			TOTAL		
	2011	2021	Varição	2011	2021	Varição	2011	2021	Varição
Freixial do Campo e Juncal do Campo	384	311	-149,01%	439	357	-18,68%	823	668	-18,83%

Tabela 117 - *Varição da população residente na união de freguesias de Freixial do Campo e Juncal do Campo, entre 2011 e 2021*

Fonte: PORDATA

Freguesia	H				M				Total			
	2021											
Freixial do Campo e Juncal do Campo	Grupo Etário											
	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos
	20	21	138	132	18	9	137	193	38	30	275	325

Tabela 118 - *População residente na união de freguesias de Freixial do Campo e Juncal do Campo em 2021, segundo o grupo etário*

Fonte: PORDATA

Outros Indicadores Estatísticos (Variação entre 2011 e 2021)

- Diminuição de -12,1% dos agregados familiares;
- Diminuição de -0,9% dos alojamentos;
- Diminuição de -0,9% dos edifícios.

23.9. Freguesia de Lardosa

Situada no extremo Norte do Concelho, com uma área não muito extensa (44,5 km²), esta Freguesia faz fronteira com Lousa (a Poente), Louriçal do Campo e Póvoa de Rio Moinhos (a Nascente), Escalos de Baixo e Alcains (a Sul) e com o concelho vizinho do Fundão (a Norte).



Lardosa é terra mais ou menos aplanada, com grandes extensões retalhadas em pequenas parcelas de boa terra agrícola onde, ainda hoje, os seus habitantes tiram o seu sustento, quer nos produtos arrancados à terra, quer nos produtos derivados dos animais ovinos, mantendo-se na atualidade um considerável número de efetivos. A Barragem de Santa Águeda abrange este lugar pelo Nascente.

População Residente

FREGUESIA	H			M			TOTAL		
	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação
Lardosa	384	311	-149,01%	439	357	-18,68%	823	668	-18,83%

Fonte: PORDATA

Tabela 119 - Variação da população residente na freguesia de Lardosa, entre 2011 e 2021

Freguesia	H				M				Total			
	2021											
Lardosa	Grupo Etário											
	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos
	37	38	184	151	47	28	202	201	84	66	386	352

Fonte: PORDATA

Tabela 120 - População residente na freguesia de Lardosa em 2021, segundo o grupo etário

Outros Indicadores Estatísticos (Variação entre 2011 e 2021)

- Diminuição para 391 agregados familiares (-4,6%);
- Aumentos dos alojamentos (5,3%);
- Aumento de 5,2% dos edifícios.

23.10. Freguesia de Louriçal do Campo

Situada nas abas da Serra da Gardunha, a Freguesia de Louriçal do Campo dista 25 Kms da sede do Concelho, relativamente à qual se situa a Norte. Os seus limites confrontam ainda com o município vizinho do Fundão. Grande parte do seu termo está rodeado pela grande Freguesia de S. Vicente da Beira, sendo delimitado ainda por Sobral do Campo, Ninho do Açor (numa curta extensão) e ainda Póvoa de Rio Moinhos. Tem uma área de 22,07 hectares.



População Residente

FREGUESIA	H			M			TOTAL		
	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação
Louriçal do Campo	313	272	-13,10%	323	285	-11,76%	636	557	-12,42%

Tabela 121 - Variação da população residente na freguesia de Louriçal do Campo, entre 2011 e 2021

Fonte: PORDATA

Freguesia	H				M				Total			
	2021											
Louriçal do Campo	Grupo Etário											
	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos
	11	24	127	110	11	24	111	139	22	48	238	249

Tabela 122 - População residente na freguesia de Louriçal do Campo em 2021, segundo o grupo etário

Fonte: PORDATA

Outros Indicadores Estatísticos (Variação entre 2011 e 2021)

- Diminuição de -6,8% dos agregados familiares;
- Aumento de 2,4% dos alojamentos;
- Aumento de 3,3% dos edifícios.

23.11. Freguesia de Malpica do Tejo

Situada no extremo Sul do Concelho de Castelo Branco, Malpica do Tejo é a maior Freguesia do Município. Com uma área de cerca de 25 mil hectares, é delimitada pela Freguesia da sede do Concelho e por Escalos de Baixo, a Norte, e por Monforte da Beira a Sul. Grande parte do seu território está em contacto com o município de Idanha-a-Nova e com Espanha.



População Residente

FREGUESIA	H			M			TOTAL		
	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação
Malpica do Tejo	242	193	-20,25%	275	188	-31,63%	517	381	-26,31%

Tabela 123 - Variação da população residente na freguesia de Malpica do Tejo, entre 2011 e 2021

Fonte: PORDATA

Freguesia	H				M				Total			
	2021											
Malpica do Tejo	Grupo Etário											
	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos
	10	8	79	96	6	8	58	116	16	16	137	212

Tabela 124 - População residente na freguesia de Malpica do Tejo em 2021, segundo o grupo etário

Fonte: PORDATA

Outros Indicadores Estatísticos (Variação entre 2011 e 2021)

- Diminuição para 199 agregados familiares (-27,1%);
- Aumento de 3% dos alojamentos;
- Aumento de 2,8% dos edifícios (764).

23.12. Freguesia de Monforte da Beira

Situada no extremo Sul do Concelho, Monforte da Beira encontra-se a cerca de 27 Kms da sede do Concelho, na margem direita da Ribeira de Aravel. Dentro do Município, é delimitada pela extensa Freguesia de Malpica do Tejo. Fora de Castelo Branco, rodeia o Concelho de Idanha-a-Nova. Muito perto, a Espanha. De resto, o facto de ser terra raiana condicionou-lhe a história e influenciou a vivência quotidiana das suas gentes.



População Residente

FREGUESIA	H			M			TOTAL		
	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação
Monforte da Beira	184	157	-14,67%	194	163	-15,98%	378	320	-15,34%

Tabela 125 - Variação da população residente na freguesia de Monforte da Beira, entre 2011 e 2021

Fonte: PORDATA

Freguesia	H				M				Total			
	2021											
Monforte da Beira	Grupo Etário											
	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos
	21	17	56	63	19	15	46	83	40	32	102	146

Tabela 126 - População residente na freguesia de Monforte da Beira em 2021, segundo o grupo etário

Fonte: PORDATA

Outros Indicadores Estatísticos (Variação entre 2011 e 2021)

- Diminuição dos agregados familiares para 152;
- Aumento de 5,5% dos alojamentos;
- Aumento para 668 edifícios (5,9%).

23.13. União de Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo

Ninho do Açor

Freguesia da metade ocidental do Concelho de Castelo Branco e de pequena extensão - 1.109,1 hectares -, Ninho do Açor vê-se confrontada a Norte e Poente pela vizinha Sobral do Campo, a Sul pela de Freixial do Campo e a Nascente por Tinalhas. Dista da sede concelhia cerca de 23 Kms.



Sobral do Campo

A Freguesia de Sobral do Campo localiza-se na zona Norte do Concelho, entre as freguesias de Alameda, Freixial do Campo, Ninho do Açor, Lourical do Campo e S. Vicente da Beira. Com uma área de 3.128 hectares, ocupando uma estreita, mas larga faixa do território concelhio, encontra-se a 27 Kms de Castelo Branco. Está situada na margem direita da Ribeira da Ramalhosa, afluente do Rio Ocreza.



População Residente

FREGUESIA	H			M			TOTAL		
	2011	2021	Varição	2011	2021	Varição	2011	2021	Varição
Ninho do Açor e Sobral do Campo	368	269	-26,90%	378	326	-13,76%	746	622	-16,22%

Tabela 127 - Variação da população residente na união de freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo, entre 2011 e 2021

Fonte: PORDATA

Freguesia	H				M				Total			
	2021											
Ninho do Açor e Sobral do Campo	Grupo Etário											
	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos
	22	20	129	125	20	17	130	159	42	37	259	284

Tabela 128 - População residente na união de freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo em 2021, segundo o grupo etário

Fonte: PORDATA

Outros Indicadores Estatísticos (Variação entre 2011 e 2021)

- Diminuição de -7,9% dos agregados familiares (305);
- Aumento de 1,4% dos alojamentos (785);
- Aumento de 1,4% dos edifícios (775).

23.14. União de Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede

Póvoa de Rio de Moinhos

A Freguesia de Póvoa de Rio de Moinhos situa-se no Norte do Concelho, entre as freguesias de Louriçal do Campo, Ninho do Açor, Salgueiro do Campo, Cafede, Alcains e Lardosa. Encontra-se a 18 Kms da sede do Concelho e tem uma área de 2.548 hectares.



Cafede

Pequena Freguesia situada bem no "coração" do território concelhio, Cafede abrange uma área estimada em 1.551,6 hectares, distando cerca de uma dezena de quilómetros para Norte de Castelo Branco. Esta Freguesia traça-lhe, aliás, os limites meridionais, surgindo nos restantes flancos as congéneres Salgueiro do Campo (da banda do Poente), Juncal do Campo (a Noroeste), Tinalhas e Póvoa de Rio de Moinhos (ambas a Norte), bem assim como Alcains (a entestar pelo Nordeste).



População Residente

FREGUESIA	H			M			TOTAL		
	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação
Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede	452	406	-10,18%	474	455	-4,01%	926	861	-7,02%

Tabela 129 - Variação da população residente na união de freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede, entre 2011 e 2021

Fonte: PORDATA

Freguesia	H				M				Total			
Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede	2021											
	Grupo Etário											
	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos
	50	35	184	137	42	34	210	169	92	69	394	306

Tabela 130 - População residente na união de freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede em 2021, segundo o grupo etário

Fonte: PORDATA

Outros Indicadores Estatísticos (Variação entre 2011 e 2021)

- Diminuição para 359 agregados familiares (-12,4%);
- Aumento de 2,7% dos alojamentos;
- Aumento de 2,8% dos edifícios.

23.15. Freguesia de Salgueiro do Campo

Situa-se no centro do Concelho, rodeada pelas Freguesias de Juncal do Campo, a Norte; Sarzedas, a Ocidente; Benquerenças a Sul; e Cafede e Castelo Branco a Oriente. Encontra-se a 12 Kms de Castelo Branco, numa encosta do Monte da Penha e debruçada para um vale. Tem uma área de cerca de 30 Km².

População Residente

FREGUESIA	H			M			TOTAL		
Salgueiro do Campo	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação
	411	343	-16,55%	480	432	-10%	891	775	-13,02%

Tabela 131 - Variação da população residente na freguesia de Salgueiro do Campo, entre 2011 e 2021

Fonte: PORDATA

Freguesia	H				M				Total			
Salgueiro do Campo	2021											
	Grupo Etário											
	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos
	29	18	153	143	41	23	159	209	70	41	312	352

Tabela 132 - População residente na freguesia de Salgueiro do Campo em 2021, segundo o grupo etário

Fonte: PORDATA

Outros Indicadores Estatísticos (Variação entre 2011 e 2021)

- Diminuição dos agregados familiares (-11,6%);
- Aumento de 0,7% dos alojamentos;
- Nulidade de variação dos edifícios (741).

23.16. Freguesia de Santo André das Tojeiras

A 23 Kms da sede do Concelho, a Freguesia de Santo André das Tojeiras situa-se num pequeno planalto outrora conhecido por Fundada. É uma das freguesias do extremo ocidental de Castelo Branco, sendo delimitada em toda a sua extensão, dentro do Município, pela extensa Freguesia de Sarzedas. Tem uma área de cerca de 75 Km².



População Residente

FREGUESIA	H			M			TOTAL		
	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação
Santo André das Tojeiras	345	293	-17,97%	402	305	-24,13%	747	588	-21,29%

Tabela 133 - Variação da população residente na freguesia de Santo André das Tojeiras, entre 2011 e 2021

Fonte: PORDATA

Freguesia	H				M				Total			
	2021											
Santo André das Tojeiras	Grupo Etário											
	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos
	2	4	93	184	6	6	83	210	8	10	176	394

Tabela 134 - População residente na freguesia de Santo André das Tojeiras em 2021, segundo o grupo etário

Fonte: PORDATA

Outros Indicadores Estatísticos (Variação entre 2011 e 2021)

- Diminuição dos agregados familiares (-20,3%);
- Aumento de 1,4% dos alojamentos (982);
- Aumento de 1,4% dos edifícios (982).

23.17. Freguesia de São Vicente da Beira

S. Vicente da Beira foi uma das Freguesias mais importantes do Município. Constituiu concelho próprio até aos finais do século XIX, integrando algumas das freguesias que atualmente pertencem a Castelo Branco. A 36 Kms da sede do Concelho, S. Vicente da Beira situa-se no extremo Norte do Concelho e, no seu limite, com o de Fundão. É ainda delimitada pelas freguesias de Alameda, Sobral do Campo e Lourçal do Campo.



População Residente

FREGUESIA	H			M			TOTAL		
	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação
São Vicente da Beira	609	470	-22,82%	650	491	-24,46%	1259	961	-23,67%

Tabela 135 - Variação da população residente na freguesia de São Vicente da Beira, entre 2011 e 2021

Fonte: PORDATA

Freguesia	H				M				Total			
	2021											
São Vicente da Beira	Grupo Etário											
	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos
	35	37	225	173	32	34	198	227	67	71	423	400

Tabela 136 - População residente na freguesia de São Vicente da Beira em 2021, segundo o grupo etário

Fonte: PORDATA

Outros Indicadores Estatísticos (Variação entre 2011 e 2021)

- Diminuição dos agregados familiares (-15,7%);
- Diminuição dos alojamentos (-2,9%);
- Diminuição dos edifícios (-2,7%).

23.18. Freguesia de Sarzedas

Sarzedas foi concelho independente até ao século XIX, com autonomia administrativa e uma área que corresponderia à parte ocidental do atual Município. A 20 Kms de Castelo Branco, encontra-se no seu extremo ocidental e no limite com Proença-a-Nova. Rodeia, quase na totalidade, a Freguesia de Santo André das Tojeiras e está delimitada, por sua vez, por Alameda, Juncal do Campo, Salgueiro do Campo e Cafede. É uma das maiores Freguesias do Concelho, com uma área de 17.000 hectares.



População Residente

FREGUESIA	H			M			TOTAL		
	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação
Sarzedas	613	477	-22,19%	722	540	-25,20%	1335	1017	-23,82%

Tabela 137 - Variação da população residente na freguesia de Sarzedas, entre 2011 e 2021

Fonte: PORDATA

Freguesia	H				M				Total			
	2021											
Sarzedas	Grupo Etário											
	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos
	19	15	206	237	22	16	162	340	41	31	368	577

Tabela 138 - População residente na freguesia de Sarzedas em 2021, segundo o grupo etário

Fonte: PORDATA

Outros Indicadores Estatísticos (Variação entre 2011 e 2021)

- Diminuição dos agregados familiares (-22,8%);
- Aumento de 9,5% dos alojamentos;
- Aumento para 1815 edifícios (9,1%).

23.19. Freguesia de Tinalhas

A 18 Kms de Castelo Branco, a Freguesia de Tinalhas está no Norte do Concelho, entre as suas congéneres de Ninho do Açor, Freixial do Campo, Cafede e Póvoa de Rio de Moinhos. Povoação relativamente elevada, encontra-se a mais de 400 metros de altitude.



População Residente

FREGUESIA	H			M			TOTAL		
	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação
Tinalhas	290	245	-15,51%	295	268	-9,15%	585	513	-12,31%

Tabela 139 - Variação da população residente na freguesia de Tinalhas, entre 2011 e 2021

Fonte: PORDATA

Freguesia	H				M				Total			
	2021											
Tinalhas	Grupo Etário											
	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos
	20	24	118	83	16	12	122	118	36	36	240	201

Tabela 140 - População residente na freguesia de Tinalhas em 2021, segundo o grupo etário

Fonte: PORDATA

Outros Indicadores Estatísticos (Variação entre 2011 e 2021)

- Diminuição de -12,2% dos agregados familiares;
- Diminuição de -2% de alojamentos (576);
- Diminuição para 576 edifícios (-1,7%).

24. NOTAS FINAIS

O Diagnóstico Social do Concelho de Castelo Branco, que agora se apresenta é um instrumento fundamental de planeamento da intervenção para a promoção do seu desenvolvimento social e sustentável.

A sua elaboração resultou de um processo de auscultação e envolvimento, não só de entidades que constituem o CLAS de Castelo Branco, como também de cidadãos/ãs que com elas contactam, pelo que assentou numa lógica de parceria e de participação, princípios fundamentais de uma dinâmica de desenvolvimento local como se pretende ter como referência para a Rede Social de Castelo Branco.

Neste sentido ele representa uma semente muito interessante e que se pretende fecunda para um verdadeiro trabalho em parceria, completado com a participação da comunidade, para a Rede Social no futuro.

Pretende-se por isso constituir-se como um instrumento dinâmico de apoio às práticas de intervenção no território, através da elaboração do Plano de Desenvolvimento Social/ Sustentável (PDSS), sinalizando as forças, fraquezas, oportunidades, ameaças as dinâmicas e os recursos disponíveis e/ou existentes, e a consequente criação de um plano de ação conjunto, mas além disso, procurar novos caminhos de integração das comunidades ciganas, através da proposta do Plano de Intervenção e Bem-Estar das Comunidades Ciganas (PIBECIG), na linha aliás das recomendações da União Europeia.

Por outro lado, o Diagnóstico social de Castelo Branco tem de ser um instrumento dinâmico, sujeito a uma atualização periódica e, desejavelmente com a criação de dinâmicas de observatórios frequentes da realidade, assentes sobretudo nos contributos dos diferentes parceiros.

Todo este processo só faz sentido se continuar a envolver as entidades representadas na rede social, bem como, cada vez mais, a própria comunidade nos seus diferentes grupos, reforçando assim os princípios da parceria e participação na promoção do desenvolvimento social e sustentando e portante do bem comum da comunidade que nele vivem.

25. BIBLIOGRAFIA

- ONU (1982). Plano de ação internacional sobre o envelhecimento. I assembleia mundial do envelhecimento, Sanches, I., & Teodoro, A. (2006). Da integração à inclusão escolar: cruzando perspetivas e conceitos. Revista Lusófona de Educação, 8(8).
- Council of Europe - European Committee for Social Cohesion (2004), A new strategy for Social Cohesion. Strasbourg, p. 3.
- OECD (2011), Perspectives on Global Development 2012: Social Cohesion in a Shifting World. Paris: OECD Publishing, p. 53.
- CERC - Conseil de l'emploi, des revenus et de la cohésion sociale (2008), La Cohésion Sociale - Séminaire 2007. Paris: Dossier nº 3 du CERC, pp. 5-6.
- MATEUS, Augusto (coord.) (2005), Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social. Lisboa: Relatório elaborado pelo Consórcio liderado pela Augusto Mateus e Associados e que integra CIRIUS, Geoldeia e CEPREDE, Volume I ("As grandes questões conceptuais e metodológicas"), julho, p.71.
- UN - UNITED NATIONS (1995), The World Summit for Social Development - Copenhagen Declaration, the Ten Commitments. Copenhagen: UN Publishing, p. 1. Cf. também: UN (1995), Declaration and Programme of Action of the World Summit for Social Development. Copenhagen, UN Publishing, pp. 9-17.
- Amaro, Rogério Roque (2016). A Sustentabilidade das Organizações de Economia Solidária - proposta de conceptualização e de avaliação". Revista de Economia Solidária, 10, pp. 98-123.
- Amaro, Rogério Roque (2019). Desenvolvimento Sustentável. In: VVAA. Desenvolvimento Sustentável. Luanda: Mosaiko - Instituto para a Cidadania, 226 páginas (pp. 23-48).
- Amaro, Rogério Roque (2009). Desenvolvimento local. In Cattani, Antonio David et al. (coord.), Dicionário internacional da outra economia (pp. 112-113). Coimbra: Almedina & CES, 345 páginas (pp. 108-113).
- Amaro, Rogério Roque (2018). Manual de Práticas e Métodos sobre Grupos Comunitários. Lisboa: Leigos para o Desenvolvimento, 175 páginas (pp. 21-24).
- Relatório de Atividades e Contas, Cáritas Interparoquial de Castelo Branco (2021).
- Relatório e Contas do Exercício de 2021, APPACDM de Castelo Branco.
- Relatório de Contas da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco (ULSCB), EPE, 2021.
- Relatório e Contas AEBC, 2021.
- Relatório de Atividades e Contas, ACICB (2020).
- Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação do Município de Castelo Branco (2021).
- Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Castelo Branco 2G (PMIM 2G).

- Relatório de Atividades e Contas, Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento (2021).
- Relatório Anual EAPN, 2021.
- Plano Anual de Atividades, 2022, Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Castelo Branco.
- Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Castelo Branco, 2013.
- Rede de Serviços e Equipamentos da Carta Social - Relatório 2020.

26. WEBGRAFIA

- Amato Lusitano - Associação de Desenvolvimento, <http://www.amatolusitano-ad.pt/>
- Câmara Municipal de Castelo Branco, <https://www.cm-castelobranco.pt/>
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, <https://www.dgeec.mec.pt/np4/248/>
- Estatísticas do Ensino Básico e Secundário, <https://infoescolas.mec.pt/Secundario>
- Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Familiar, <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/2/20007/2050231/Pages/default.aspx>
- Instituto do Emprego e Formação Profissional, <https://www.iefp.pt/estatisticas>
- Instituto Nacional de Estatística, <http://www.ine.pt>
- Plataforma de Apoio aos Refugiados, <https://www.refugiados.pt/a-par/>
- PORDATA, <http://www.pordata.pt/>
- Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, <https://sefstat.sef.pt/forms/Home.aspx>
- Plataforma de Apoio ao Associativismo no Município de Castelo Branco, <https://associativismo.cm-castelobranco.pt/>

27. ANEXOS

ANEXO 1 – Ficha de Auscultação

Exmo. Parceiro da Rede Social do Município de Castelo Branco



Com vista à atualização do Diagnóstico Social do concelho de Castelo Branco, e tendo em conta que as Entidades Parceiras estão em contacto com a realidade, de vários pontos de vista e perspetivas de observação, pretendemos recolher essas leituras diversas, como base para um **Diagnóstico Social Partilhado**, a partir essencialmente de **quatro questões**:

1) *Quais os principais problemas e necessidades do concelho?*

2) *Que dados quantitativos ou informações qualitativas (evidências, exemplos, descrições, acontecimentos...) podem ser fornecidos para ilustrar os problemas e necessidades referidas?*

3) *Que soluções e respostas propõem?*

4) *Que contributos podem dar para essas soluções e respostas?*

Solicitamos ainda, que seja feita uma auscultação a uma *amostra (5/6 pessoas)* de Pessoas e outros/as Participantes das vossas atividades e nos contactos promovidos pelas Entidades Parceiras da Rede Social, as respostas às mesmas quatro questões anteriormente referidas.

Obrigado,
A equipa,

Contatos:

Email: redesocial@cm-castelobranco.pt

Telefone: 272 330 330